UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO – FAED
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH

FÁBIO ESTIVALLET DI VAIA

ENTRE O CAÇADOR DE MARAJÁS E O MARAJÁ DA CASA DA DINDA: Revista Veja e a construção e desconstrução de Collor de Mello (1989-1992)

FLORIANÓPOLIS, 2016

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO – FAED
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH

FÁBIO ESTIVALLET DI VAIA

ENTRE O CAÇADOR DE MARAJÁS E O MARAJÁ DA CASA DA DINDA: Revista Veja e a construção e desconstrução de Collor de Mello (1989-1992)

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e da Educação, da Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História.

Orientadora: Profa. Dra. Mariana Joffily

FLORIANÓPOLIS, 2016

D618e Di Vaia, Fábio Estivallet

Entre o caçador de marajás e o marajá da casa da dinda: revista Veja e a construção e desconstrução de Collor de Mello (1989-1992) / Fábio Estivallet Di Vaia. - 2016.

420 p. ; 21 cm

Orientadora: Mariana Joffily

Bibliografia: p. 413-420

Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2016.

1. Periódicos brasileiros. História - Estudo e ensino. 2. História do Brasil.3. Ciência política. I. Joffily, Mariana. II. Universidade do Estado de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

CDD: 050.981 - 20. ed.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da UDESC

FÁBIO ESTIVALLET DI VAIA

ENTRE O CAÇADOR DE MARAJÁS E O MARAJÁ DA CASA DA DINDA: Revista Veja e a construção e desconstrução de Collor de Mello (1989-1992)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em História como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em história.

Banca Examinadora:

Orientadora: _____
Profa. Dra. Mariana Joffily
UDESC

Membro: _____
Prof. Dr. Márcio Roberto Voigt
UFSC

Membro:_____
Prof. Dr. Reinaldo Lindolfo Lohn
UDESC

Suplente: _____
Profa. Dra. Viviane Borges
UDESC

Para Cristine, Mário e Bernardo.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente aos meus pais, Cristine Fasollo Estivallet e Mário Di Vaia Jr e também ao meu irmão, Bernardo Estivallet Di Vaia, pelo apoio que me foi concedido que foi fundamental para a escrita do trabalho. Também agradeço nesse espaço aos demais parentes que de alguma forma contribuíram para a realização dessa jornada.

Aos meus amigos que me acompanharam desde os anos do colégio até a vida acadêmica em Florianópolis (e mais alguns agregados que surgiram algum tempo depois nessa mesma turma), sou grato a: Adriano Zuffo, Mateus Cavalcanti Melo, Gabriel Melo, Roberta Horvarth, Paulo Ampuero, Menan Medeiros Duwe, Tito L. Pereira, Tibor Guedes, Carla de Avelar, Alexandre Lutz, Paulo Victor da Fonseca, Filipe Avila, Stevan F. de Luis entre outros. Dentre os muitos amigos que residem em Balneário Camboriú destaco aqui: meu parceiro de trilhas Marcos Maciel, ao meu amigo e advogado Luiz Ozawa, à pessoa que cantou Heaven can wait em cima do palco com o Iron Maiden nos anos 90, Vanessa Moises, Wander Verch, Laércio Braggio e Karina Chandoha.

Aos colegas de profissão e amigos de um modo geral eu gostaria de agradecer principalmente a: Daniel Lunardelli, Kelly Yshida, Marcello de Oliveira, Carolina do Amarante,

Arthur Rebonato, Elen Fatland, Kamylla Silva, Henrique Kuhr, Fernanda Souza, Jessica Renaud, André Procópio, Ricardo Duwe e a Alessandra Ramos.

Em especial, gostaria de agradecer e dedicar esse trabalho à Carolina Prado, uma pessoa bastante importante para mim. Obrigado por todos os momentos que me foram dedicados, pelas conversas, risadas, e momentos que passamos juntos ao longo desses dois anos de mestrado e pouco mais de três anos em que nos conhecemos. Também agradeço de forma bastante carinhosa um ser que teve muita importância em minha vida, o meu amigo Otyg, que após oito de companheirismo acabou partindo dessa vida. Nesses oito anos ele me acompanhou por toda a graduação, por uma parte do mestrado e esteve ao meu lado durante parte da escrita desse trabalho. Não foi simples concluir essa tarefa sem sua presença. Sentirei saudades.

Também gostaria de dedicar esse trabalho a duas pessoas que não cheguei a conhecer pessoalmente e que infelizmente deixaram esse mundo de forma bastante prematura. O primeiro deles, Fernando Lúcio da Costa, capitão das principais conquistas do Sport Club Internacional, meu time do coração. O segundo, Fausto Fanti, ator e humorista do grupo Hermes e Renato e pessoa pela qual sempre admirarei.

Ambos foram gigantes em suas profissões e deixaram um grande legado.

Por fim, agradeço à minha orientadora Mariana Joffily por toda a dedicação, trabalho, amizade e pela paciência ao longo desses dois anos. Aos professores Edgar Garcia Junior, que fez parte da minha banca de qualificação, Reinaldo Lindolfo Lohn e Márcio Voigt que aceitaram o convite para fazer parte da minha banca de defesa. Por último, à Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e à Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (CAPES) pelos auxílios concedidos durante esses dois anos de estudos.

“Pensamos, hoje, o passado como uma invenção, de que fizeram parte sucessivas camadas de discursos e práticas. Percebemos o passado como um abismo que não se pára de cavar; quanto mais queremos nos aproximar dele, mais nos afastamos. Damo-nos conta de que a História não está à serviço da memória, de sua salvação, mas está, sim, a serviço do esquecimento. Ela está sempre pronta a desmanchar uma imagem do passado que já tenha sido produzida, institucionalizada, cristalizada. Inventado, a partir do presente, o passado só adquire sentido na relação com este presente que passa, portanto, ele enuncia já a sua morte prematura. Como diz Nietzsche, a História só pode ser suportada por personalidades fortes, porque, ao falar de nossa finitude e da finitude de todas as coisas, ela está falando é da morte”.

Durval Muniz de Albuquerque Jr

RESUMO

Essa pesquisa teve por objetivo investigar as matérias sobre Fernando Affonso Collor de Mello publicadas pela revista *Veja* entre os anos de 1989-1992. O motivo da escolha de trabalhar com o periódico se deve por *Veja* ser a revista de maior circulação nacional desde o período da década de 1970, quando desbancou outros semanários e dominou o mercado nacional. Daquela década em diante a revista não perdeu o primeiro lugar na preferência dos leitores pertencentes à classe média brasileira e conquistou essa preferência através da abordagem de temas variados e, principalmente, por conta de sua cobertura política. No final da década de 1980, período em que o Brasil passava por um processo de redemocratização, foram realizadas as primeiras eleições diretas para presidente da república após o regime militar. Dentro deste contexto, *Veja* se destacou pela cobertura das eleições, tendo demonstrado preferência por candidatos com as chamadas ideias (neo)liberais, dentre eles, Fernando Collor, que adotou o discurso neoliberal em sua campanha. Entretanto, entre 1989 – ano das eleições – e 1992 – ano do *impeachment* sofrido por Fernando Collor – ocorreu uma mudança drástica na forma como a revista cobria os assuntos relacionados ao então presidente e seu programa de governo, cabendo uma

investigação sobre os motivos dessa mudança de posicionamento e de quais as estratégias utilizadas pela revista para desconstruir uma imagem positiva que ela mesma havia criado sobre Fernando Collor em um período de tempo tão curto. Foi constatado ao longo da pesquisa que a revista passou a fazer críticas pontuais em momentos que Fernando Collor adotava medidas contrárias às que o semanário defendia, primeiramente na forma de críticas indiretas focando apenas nas questões econômicas de seu governo e, posteriormente, críticas mais enfáticas ao *marketing* mantido por Fernando Collor (mesmo após já ter sido eleito presidente) e também por conta dos laços mantidos com alguns empresários considerados questionáveis pelo semanário. Desta forma, a proposta de pesquisa englobará política, mídia, cultura política e tempo presente e as matérias serão analisadas sobre a perspectiva de cultura política de Serge Bernstein, de discurso e campo político de Pierre Bourdieu, utilizando-se do conceito de representação de Roger Chartier e de mito político de Roland Barthes.

Palavras-chave: *Veja*, redemocratização, *impeachment*, Fernando Affonso Collor de Mello.

ABSTRACT

The present research aims at investigating articles about Fernando Affonso Collor de Mello published by *Veja* magazine between the years 1989-1992. The reasons behind working with this magazine are due to *Veja* being the widest-circulation magazine since the decade of 1970, when it dethroned other weekly publications, taking control of the national market. From that decade on, *Veja* magazine remained as the favorite publication among middle-class readers and maintained its position by approaching various subjects and, mainly, due to its political coverage. By the end of the 1980s, Brazil went through a redemocratization process, and the first free elections for president after the military regime took place. In this context, *Veja* excelled at covering the elections, supporting candidates with so-called (neo)liberal ideas, among them Fernando Collor, who adopted a neoliberal discourse in his campaign. However, between 1989—year of the elections—and 1992—year of the impeachment suffered by Fernando Collor—a sharp change could be observed in the way *Veja* magazine covered subjects related to the then president and his government agenda, thus justifying an investigation on the reasons for such change and the strategies employed by the magazine to deconstruct, in such a short period of time, the

positive image it had once built about Fernando Collor. Research has found that *Veja* magazine started to criticize Fernando Collor specifically when he adopted measures that went against *Veja*'s ideas, at first indirectly, focusing only on economical matters in his government, and then more emphatically, attacking Fernando Collor's personal marketing (even after he was elected) and his "questionable" alliances with certain businessmen. Thus, the present research covers politics, media, political culture and present time, and the articles will be analyzed under the perspective of Serge Bernstein's political culture and Pierre Bourdieu's political field and political discourse, using Roger Chartier's concept of representation and Roland Barthes' concept of political myth.

Keywords: *Veja*; redemocratication; impeachment; Fernando Affonso Collor de Mello.

LISTA DE ABREVIATURAS

AI-5	Ato Institucional nº5
Arena	Aliança Renovadora Nacional
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
DEDOC	Departamento de Documentação da Editora Abril
DHBB	Dicionário Histórico Bibliográfico Brasileiro
Embratel	Empresa Brasileira de Telecomunicações
EUA	Estados Unidos da América
FMI	Fundo Monetário Internacional
LBA	Legião Brasileira de Assistência
MP	Medida Provisória
PC	Paulo César Farias
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PFL	Partido da Frente Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PRN	Partido da Reconstrução Nacional
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSL	Partido Social Liberal
PT	Partido dos Trabalhadores

SBT	Sistema Brasileiro de Televisão
STF	Superior Tribunal Federal
Telebrás	Telecomunicações Brasileiras S/A
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
TST	Tribunal Superior do Trabalho
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....25

CAPÍTULO 1 - A CONSTRUÇÃO DE UM MITO POLÍTICO. A REVISTA VEJA E O CAÇADOR DE MARAJÁS 59

1.1 A REVISTA *VEJA* E A NEOLIBERALIZAÇÃO MUNDIAL 59

1.1.1 As origens de *Veja* e a consolidação do semanário dentro do campo midiático nacional de periódicos59

1.1.2 A turbulenta troca na redação nos anos 1970 e a reafirmação do posicionamento liberal da revista 73

1.1.3 Neoliberalismo, conservadorismo e uma nova direita 81

1.1.4 A era Guzzo e a reformulação da redação nos anos 1980.....98

1.2 AS ELEIÇÕES DE 1989, A REDEMOCRATIZAÇÃO E FERNANDO AFFONSO COLLOR DE MELLO 107

1.2.1 Collor em *Veja* antes das eleições (1987-1988) 119

1.2.2 O momento pré-campanha 135

1.2.3 Collor durante a disputa eleitoral de 1989 154

1.2.4 As últimas edições antes do segundo turno e o apoio mais direto do semanário ao candidato.....161

CAPÍTULO 2 - O DILEMA COLLOR: ENTRE SUSTENTAR OU ROMPER COM A IMAGEM INVENTADA 169

2.1 AS EXPECTATIVAS POLÍTICAS PARA O ANO DE 1990 COM UM NOVO PRESIDENTE.....169

2.1.1 Os meses que antecederam a posse.....176

2.2 A IMAGEM DE FERNANDO COLLOR EM *VEJA* APÓS O CONFISCO.....194

2.2.1 Os cem dias de Collor no poder.....211

2.3 A CENTRAL COLLOR DE PRODUÇÕES E O INÍCIO DO DESPRESTÍGIO DE FERNANDO COLLOR EM *VEJA* 238

2.3.1 Um ano de Fernando Collor na presidência e a troca na direção da redação.....256

2.3.2 A República de Alagoas 265

2.3.3 Uma despropositada conversa sobre *impeachment*284

CAPÍTULO 3 - O ANO GLORIOSO EM QUE NOS LIVRAMOS *DELLE*.....293

3.1 O CASO DE PLÁGIO NOS ARTIGOS DE COLLOR DE MELLO E O ÚLTIMO VOTO DE CONFIANÇA DO SEMANÁRIO 293

3.2 *VEJA*, O CASO PC FARIAS E AS DENÚNCIAS DE PEDRO COLLOR DE MELLO 301

3.2.1 Pedro Collor Conta Tudo 313

3.2.2 O pistoleiro do planalto 322
3.3 O PROCESSO DE AFASTAMENTO DE FERNANDO COLLOR 327
3.3.1 O marajá da Dinda 332
3.3.2 Cafajestadas na fase final 341
3.4 CHEGOU A HORA, CAIU! 353
3.4.1 O fim do caçador de marajás 364
3.4.2 Collor enlouqueceu o Brasil.....376
3.4.3 A farsa dentro da farsa 381
3.4.4 Caminhos do atraso 383
3.4.5 O ronco de PC Farias.....390
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....397
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 413
FONTES.....413
PERIÓDICOS, REVISTAS E JORNAIS ELETRÔNICOS. 413
BIBLIOGRAFIA 414

INTRODUÇÃO

No final da década de 1980, período em que o Brasil passava por um processo de redemocratização, foram realizadas as primeiras eleições diretas para Presidente da República após vinte e um anos de regime militar. No mundo, a política e a economia davam os primeiros passos para o fim da chamada bipolarização. Se após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) as duas maiores potências políticas, os Estados Unidos (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) encabeçavam o controle político, econômico e bélico mundial, a queda do muro de Berlim no ano de 1989 e o fim da URSS em 1991 decretaram simbolicamente o fim do mundo socialista e a consolidação das democracias liberais. Nesse momento em que os ares do mundo vermelho se dissipavam, alguns, como o cientista político Francis Fukuyama, arriscaram a decretar que com o advento das democracias liberais modernas a História como conhecemos estava sepultada. Já para outros, como o historiador François Hartog (2013), 1989 significou não o fim da História, mas o surgimento de um novo Regime de Historicidade.

Nesse contexto dos anos de 1980 a revista *Veja* se destacou não só pela cobertura midiática dos grandes eventos internacionais, mas também pela cobertura política da primeira

eleição presidencial da nossa nova república. “Livre pensar é só pensar”, definiria Millôr Fernandes através de sua coluna semanal na revista. E foi nesse clima de “livre pensar é só pensar” que surgiram as manifestações nacionais pelas *Diretas Já*, movimento pelo qual a sociedade brasileira se mobilizou para apoiar o projeto de redemocratização nacional, sendo as eleições diretas – já propostas durante a primeira metade dos anos 1980 – realizadas no ano de 1989 após a rejeição da emenda Dante de Oliveira no ano de 1984.

Após a abertura política que teve início em 1974, os veículos de imprensa que sofreram com a presença de censores em suas redações por meio de bilhetes enviados aos redatores e através de ordens diretas dos militares recebidas por telefonemas; puderam manifestar suas opiniões e posicionamentos acerca dos rumos políticos que o país deveria seguir dali em diante. Segundo o artigo de Beatriz Kushnir e Musa Clara Chaves Velasquez (2012) que se encontra no Dicionário Histórico Bibliográfico Brasileiro (DHBB), através de um editorial publicado na edição nº 523 de *Veja*, Victor Civita afirmou seu posicionamento liberal e sua crença em um capitalismo democrático, visão esta compartilhada por entre uma parcela considerável dos empresários e profissionais do Grupo Abril e propagada nas páginas de *Veja*.

Segundo Camila Kowalski e Nina Santos (2010, p. 2 e 3.) o momento eleitoral pode ser destacado dentro do campo de pesquisa em comunicação e política, pois, é nesse momento que mais direta e explicitamente se escolhe quem ocupará certos cargos de poder. Para as autoras, no modelo de democracia representativa, a eleição possibilita a participação mais ampla da população na decisão política. Isso ocorre porque o campo político contemporâneo se encontra rodeado de aparatos midiáticos que modificam o fazer político e, dessa forma, a inserção do candidato nesse meio torna-se essencial para as campanhas. Ainda segundo as autoras, para construir imagens sociais, é necessário assegurar presença contínua na mídia e, a forma como a divulgação ocorre nela acaba por influenciar a consolidação destas imagens frente aos eleitores.

René Remond, *Do Político* (2003), afirma que o político é uma construção tanto abstrata quanto concreta por interferir na atividade profissional das pessoas e na vida privada – da mesma forma como no econômico e no social. Para o autor, quem quer que se dedique a decifrar a complexidade das realidades sociais defronta-se com ela – a política – e, por conta disso, deve-se admitir que o político possui uma consistência própria e uma autonomia suficiente para ser uma realidade distinta. Ainda segundo o autor, existe a possibilidade de influência das instituições sobre a cultura

política de um sujeito, porém, destaca que as escolhas políticas de um sujeito não são imperativamente ditadas por seu status sócio-profissional, e que muitas vezes as escolhas ocorrem em direções opostas: “os homens são movidos por outras circunstâncias que não as racionais ou utilitárias” (REMOND, 2003, p. 446) e isso ocorre justamente por conta da complexidade das sociedades. Decisões políticas em muitos casos são tomadas de forma arbitrária justamente por conta das divergências no modo de pensar de uma sociedade e do sujeito.

Outro ponto importante de se destacar no pensamento de Remond é o de que, “em política”, existem mais elementos nos efeitos do que nas causas, sendo que não se encontram muitas vezes nos antecedentes tudo aquilo que resultará deles. O político é o ponto maior de convergência de séries causais, e sua complexidade torna-o mais difícil ainda de decifrar (REMOND, 2003, p. 449). A política não segue um desenvolvimento linear: é feita de rupturas que parecem acidentes para a inteligência organizadora do real. “O que se chama às vezes de cultura política, e que resume a singularidade do comportamento de um povo, não é um elemento entre outros da paisagem política; é um poderoso revelador do *ethos* de uma nação e do gênio de um povo” (REMOND, 2003, p. 450).

Desta forma, em 1989, enquanto se ensaiavam nos palcos de cada partido os nomes dos atores que disputariam as eleições presidenciais daquele ano, a figura de um candidato em especial de um partido pequeno, quase que insignificante e criado nos momentos finais antes das eleições de 1989, o Partido da Reconstrução Nacional (PRN), já possuía seu nome circulando por intermédio da imprensa nacional pelo menos desde o ano de 1987.

Fernando Affonso Collor de Mello, então governador do estado de Alagoas, ganhou destaque no meio midiático por conta de sua empreitada contra os "marajás" – modo como eram chamados os funcionários públicos fantasmas, pessoas que exerciam cargos de confiança de políticos ou recebiam salários da "máquina pública" sem trabalhar, ou que simplesmente eram contemplados com ganhos salariais fora dos padrões para os cargos e funções que exerciam amparados por leis que lhes garantiam tais direitos. Além da "caça" aos marajás, Fernando Collor também cresceu nas pesquisas eleitorais tecendo fortes críticas contra o governo do então presidente José Sarney, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Apesar das fortes críticas ao presidente Sarney, que enfrentava um momento de baixa popularidade devido à instabilidade que a economia nacional vivia, é um tanto difícil imaginar como um candidato sem tanta tradição

política até então conseguiu conquistar a confiança dos eleitores brasileiros e aparecer com altos índices nas intenções de votos já no início das eleições daquele ano. Também é de surpreender que o candidato tenha deixado para trás muitos políticos experientes e com uma tradição e imagem já consolidadas entre os brasileiros, tais como Leonel Brizola do Partido Democrático Trabalhista (PDT), Mário Covas do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e Ulysses Guimarães (PMDB), já na largada das eleições daquele ano. Fernando Collor terminou cruzando a linha de chegada como o grande vencedor no dia 17 de dezembro de 1989, com 53% dos votos válidos contra 47% de Luis Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), números estes apontados por Rodrigo de Carvalho (2012).

Contudo, o campeão da corrida presidencial não obteve apoio apenas das arquibancadas compostas por eleitores que tremulavam bandeiras com a sigla do PRN em suas mãos, mas também de alguns setores da mídia que o apoiaram desde o início das eleições ou que concentraram seu apoio nele devido à impossibilidade de crescimento dos outros candidatos ao longo do pleito. Segundo Rodrigo de Carvalho (2013, p. 55) a grande mídia teve papel importante na vitória do candidato. Os veículos citados pelo autor como responsáveis pela vitória de Fernando Collor são: a revista *Veja,* o jornal *O Estado de São*

Paulo, e, mais para o final do pleito, a Rede Globo de televisão que optou, segundo o autor, por Fernando Collor devido ao fraco desempenho do suposto candidato preferido de Roberto Marinho, o político Mário Covas (PSDB) na campanha. Marinho via em Fernando Collor opção melhor do que seriam os "desastres" Lula e Brizola, candidatos da chamada "esquerda radical". De qualquer modo, alguns veículos midiáticos do país o consideravam um nome forte que poderia levar adiante as propostas neoliberais que estavam sendo colocadas em prática e ganhavam adeptos no mundo todo naquele contexto de vitória hegemônica do mundo capitalista frente ao mundo socialista.

Tais propostas neoliberais giravam em torno de argumentos pró-privatizações de empresas públicas, abertura do mercado para o capital externo, a livre competição financeira, dentre outras experiências já em vigor em países como Chile, Estados Unidos, Inglaterra, entre outros, e que ganhavam cada vez mais adeptos na América Latina pós-ditaduras. A própria revista *Veja* na edição que antecedia a disputa do segundo turno das eleições de 1989, de 13 de dezembro, através de seu editorial, afirmava que:

> VEJA considera que não será com estatização, com cerceamento à livre iniciativa, com o incremento de conflitos entre capital e trabalho,

> com restrições aos investimentos, com o isolamento do mundo desenvolvido e com o nivelamento por baixo que o país irá melhorar. A revista defende desde a sua fundação, e reafirma nesta véspera de eleição, que o caminho para melhorar as condições de vida dos brasileiros é o da liberdade política e econômica, com o Estado se limitando a atuar na área da infraestrutura econômica e social e servindo como catalisador e redistribuidor dos frutos do desenvolvimento. (*Veja*, 13/12/1989, p.43)

Desta forma, como a revista se identificava com ideias liberais de âmbito econômico, o semanário demonstrou maior apreço por candidatos com as chamadas ideias neoliberais, e não demorou muito para assumir certa preferência por Fernando Collor, mesmo que, em muitos momentos, a revista tenha procurado realizar uma cobertura equânime numa tentativa de conceder destaque a cada um dos principais candidatos da disputa eleitoral, como nos aponta Beatriz Kushnir (2009). Contudo, em alguns momentos, realizou uma cobertura ambígua que, por vezes, criticava o presidente dependendo dos rumos pelos quais seguiam suas políticas governamentais após o confisco da poupança e do *overnight* em 16 de março de 1990, e também ao longo do seu governo. Por esses motivos citados anteriormente, *Veja* foi escolhida como objeto de estudo desse trabalho.

Alguns trabalhos sobre a figura de Fernando Collor de Mello importantes para a pesquisa foram levantados. Quatro deles se destacam pela semelhança do tema abordado e merecem maior ênfase. Os trabalhos são dos autores Thiago Posseti Pinto Dias (2007) *Fogo morro acima: as representações da revista Veja;* o de Carla Silva (2005), *Veja: o indispensável partido neoliberal*; *O impeachment de Fernando Collor: sociologia de uma crise*, de Basilio Sallum Jr (2015) e *A era Collor: da eleição ao impeachment* de Rodrigo de Carvalho (2012).

O trabalho de conclusão de curso de Thiago Dias analisa as representações realizadas pela revista *Veja* sobre o candidato durante as eleições do ano de 1989. Esse trabalho se diferencia do de Dias no sentido de que a análise das matérias sobre Fernando Collor abrangem um período mais amplo, focando não apenas no período das eleições de 1989, e sim entre as eleições daquele ano e o processo de *impeachment* em 1992, e abordando não apenas a imagem positiva, mas também focando na imagem negativa construída pelo semanário com o passar do tempo.

Já o trabalho de Carla Luciana Souza Silva (2005), *Veja: o indispensável partido neoliberal* aponta que a imprensa brasileira após o processo de modernização da década de 1950 se consolidou dentro de preceitos liberais e nos moldes da

imprensa estadunidense devido à entrada de multinacionais no mercado brasileiro, bem como à influência da cultura dos Estados Unidos da América no mundo ocidental, principalmente após o período da Segunda Guerra Mundial. Silva destaca que a mídia brasileira passou da escrita "literária" para a escrita "informativa" devido à influência dos padrões das revistas estadunidenses do modelo *Time* e *Newsweek*. Desta forma, os novos grupos empresariais de imprensa no Brasil acabaram por se capitalizar ainda mais que os antigos, transformado-se em grandes empresas que ao mesmo tempo que são responsáveis por informar por meio da prática jornalística, também defendem e se preocupam com o lucro e os interesses econômicos que regem seus investimentos. Desta forma, os grandes grupos empresariais se inserem na sociedade brasileira como divulgadores de práticas de consumo, qualidade de vida, cultura, e também através de posicionamentos econômicos e políticos, que levam a autora a trabalhar com a revista *Veja* em uma perspectiva de "partido político". No caso, os veículos midiáticos não agem como partidos políticos no sentido de defenderem siglas partidárias específicas diretamente ou disputando eleições, mas como defensores de projetos políticos e ideológicos bem definidos em suas publicações.

O trabalho de Carla Silva se assemelha ao meu em seu terceiro capítulo, quando trata da defesa do projeto neoliberal na figura de Fernando Collor e aborda um pouco a mudança de opinião sobre o candidato que ocorre posteriormente. Porém, o trabalho aponta que *Veja* só modifica sua visão acerca de Fernando Collor a partir da edição de 20 de maio de 1992, justamente quando ocorrem as denúncias realizadas por Pedro Collor, irmão do então presidente sobre o caso envolvendo o empresário Paulo Cesar Farias, o PC, e o então presidente. Nessa dissertação apresento outra hipótese, a de que a revista inicia esse posicionamento contrário já entre o período dos anos de 1990 e 1991, em cada um dos momentos com particularidades e com uma abordagem distinta, como pode ser visto tanto em matérias de capa como em matérias sobre o âmbito econômico, no ataque à figura de Zélia Cardoso de Mello, no ataque à política econômica intervencionista e pouco liberalizante, segundo *Veja*, do governo, e também ao marketing político que Fernando Collor insistia em manter mesmo após tomar posse como presidente – prática essa que em um momento passou a ser pejorativamente apelidado por *Veja* como a *Central Collor de Produções*.

Brasilio Sallum Jr (2015) aborda a crise política vivida durante o governo de Fernando Collor buscando responder de que modo ocorreu o processo político que culminou na saída de

Fernando Collor, em 1992, e os fatores que converteram o primeiro presidente eleito democraticamente depois do golpe militar de 1964 no primeiro chefe de Estado destituído constitucionalmente da história brasileira. Na mesma linha de pesquisa, Rodrigo de Carvalho (2012) busca entender o processo de *impeachment* de Fernando Collor e a influência dos movimentos populares e das instituições na trama. Rodrigo de Carvalho busca demonstrar a partir de seu estudo que os movimentos populares tiveram bastante influência no processo indo na contramão de algumas explicações que afirmam que os participantes dos protestos que culminaram nos "caras pintadas" e no "Fora Collor" foram apenas massa de manobra dos meios midiáticos. Desta forma, é possível estabelecer um diálogo entre mídia, sociedade e campo político buscando entender o modo como cada um destes campos influenciou na queda de Fernando Collor em 1992. Estes dois autores foram fundamentais para compreender o modo como a revista modificou sua visão sobre Fernando Collor de acordo com a conjuntura política e as relações entre sociedade civil, movimentos sociais e o Congresso Nacional, algo que não seria possível caso as análises fossem realizadas apenas levando em consideração o texto escrito nas matérias.

Publicada semanalmente pela Editora Abril desde o ano de 1968, *Veja* possui uma proposta editorial em que pesam

pensamentos ideológico/político/econômico (neo)liberais, como nos apontam autores como Carla Luciana Souza Silva (2005), Muza Clara Velasquez e Beatriz Kushnir (2012), sendo possível então perceber a revista através da perspectiva de Cultura Política de Serge Berstein (2009).

> Para os historiadores, a noção de cultura política tem acepção bem diversa. Por meio de seus estudos empíricos, eles constatam a existência, num dado momento da história, de vários sistemas de representações coerentes, rivais entre si, que determinam a visão que os homens que deles participam têm da sociedade, de sua organização, do lugar que aí eles ocupam, dos problemas de transmissão de poder, sistemas que explicam e motivam seus comportamentos políticos. Existe, é claro, uma estreita relação entre esses sistemas e a cultura global de uma sociedade, seus comportamentos coletivos, suas normas e valores. A cultura política é, pois, um elemento integrante da cultura global de uma sociedade, ainda que reúna prioritariamente os elementos que pertencem à esfera do político. (BERSTEIN, 2009, p. 31)

Ainda segundo o autor:

> [...] Mas o essencial reside no fato de que, num dado momento da história, uma cultura política constitui um todo homogêneo cujos elementos são interdependentes e cuja apreensão permite perceber o sentido dos acontecimentos em sua complexidade, graças à visão de mundo das pessoas que compartilham essa cultura. Sem

> pretender uma descrição exaustiva de seus elementos constitutivos, pode-se dizer que existe aí certo número de abordagens estreitamente imbricadas, de modo a formar um sistema coerente de visão de mundo. (BERSTEIN, 2009, p. 33)

Partindo da ótica de Berstein, a revista será encarada como produtora e transmissora de uma determinada visão de sociedade, política e economia que pode ou não ser absorvida e compartilhada por seus leitores e, assim, formar novas noções políticas favoráveis ou até mesmo contrárias à adotada pelo semanário que estavam amparadas, naquele momento, nos preceitos neoliberais – que podem ser comparados a um tipo de liberalismo conservador com a ascensão da chamada Nova Direita a partir da década de 1970. Desta forma, como abordam em seu artigo as autoras Camila Kowalski e Nina Santos (2010), a mídia deverá ser entendida não como um corpo estranho ao contexto ou que aparece sendo capaz de intervir em decisões políticas, mas pensada como uma instituição social, criada e influenciada pela sociedade e que, as mudanças propostas por ela só poderão vingar caso sejam aceitas pela população, ou pelo menos por uma parte significativa dela, afinal, não se pode pensar a política como totalmente submissa à mídia, nem a comunicação como meramente instrumental e sem capacidade de impactar o campo político. É mais

interessante perceber a interdependência entre um campo e outro e perceber a forma como ambos se alternam na preponderância.

Carla Luciana Souza Silva (2005) afirma que existe uma prática e um esforço entre os profissionais responsáveis pela escrita da revista de criar o "sujeito *Veja*". Segundo a autora (2005, p. 91) o editorial é o lugar de preferência da criação desse sujeito. Nele, o editor deve sair de cena e dar lugar às "ideias de *Veja"*.

> Ela é sempre tratada pela terceira pessoa: ou é VEJA, sempre em maiúsculas, ou "a revista". O editor fala em nome dela, dos editores, repórteres, fotógrafos, gráficos e outros profissionais. Todos, no seu trabalho, devem falar e mostrar o "pensamento" da revista [...] Segundo esse "sujeito/Veja", ela ao mesmo tempo noticia e é o exemplo de objetividade, buscando "a verdade", mesmo que isso seja expressão de opinião, pois ela mesmo diz que o seu "fato" é "contextualizado", "colocado numa perspectiva" (SILVA, 2005, p. 91)

Segundo Luciana Rosar Klanovicz (2010, p. 34) as matérias vinculadas em um periódico compartilham de uma linguagem dada pelo mundo cotidiano e não são apenas frutos das decisões individuais de articulistas, mas de um processo mais amplo que envolve toda a cadeia de produção jornalística e as posições socioculturais dos leitores. Ainda segundo a

autora, o texto da revista adquire qualidade literária, pois exerce de maneira clara, ainda que inconsciente, influência sobre culturas emergentes no todo social na medida em que também atinge diferentes aspectos da economia cotidiana. Em *Veja*, segundo Carla Silva (2005), a narrativa da revista incorpora caráter "didático" acerca dos conteúdos abordados nas matérias.

> Diz que, por ser semanal, tem o direito de selecionar, "repassando" o "melhor" dos fatos, sempre pelos seus próprios parâmetros. Para isso, se utiliza de uma potente arma, que é a apresentação didática, que troca tudo em miúdos, simplifica a realidade. Ao mesmo tempo, propõe que "passa" algo "rico, denso, interessante". Como um "bom professor", ela diz ajudar "seus leitores" a "entender" o que se passa, estabelecendo que o leitor não teria interesse e talvez capacidade de ler o fato na sua complexidade, o que está sempre presente. (SILVA, 2005, p. 92)

Sendo assim, é possível identificar na revista um discurso único, que tange editorial, matérias, seções, que configura uma visão política, econômica, socio-cultural bastante definida e pouco plural, cabendo analisá-la dentro do conceito de cultura política. Segundo Serge Berstein (2009), o termo Cultura Política aparece pela primeira vez na década de 1990, na França, e nasce com o intuito de superar o impasse em que se encontrava boa parte da produção historiográfica sobre

os estudos de temas voltados à política e modificar o modo de fazer História abandonando algumas características como a escrita que se situava entre uma crônica factual ou erudita, as nomenclaturas de homens e organizações, ou da história centrada principalmente nos movimentos extremistas de esquerda ou direita e, substituí-las por uma história portadora de sentido em que o campo político constituísse um elemento indissociável da evolução das sociedades humanas. O elemento principal dessa renovação consistiria em aplicar à história política os enfoques e questionamentos das ciências humanas e sociais, da ciência política, e os novos horizontes abertos pela história cultural no campo das representações.

Portanto, caberia um diálogo entre o conceito de cultura política de Berstein e o conceito de campo, de Pierre Bourdieu, tanto na questão da mídia quanto em política. O conceito de campo serve de instrumento ao método relacional de análise das dominações e práticas específicas de um determinado espaço social. Cada espaço corresponde desta forma, a um campo específico – cultural, econômico, educacional, jornalístico – no qual são determinadas as posições sociais dos agentes e se revelam figuras de “autoridade”, detentoras de maior volume de capitais e pelas quais exercem determinado “poder simbólico” frente a outros campos devido à legitimidade que determinados grupos conferem aos primeiros.

No caso, pode-se dizer que a Editora Abril, através de suas publicações como, por exemplo, a revista *Veja*, exerce determinado poder simbólico sobre a classe média e alta brasileira – principais consumidoras do semanário em questão – e que tem seu imaginário político moldado dentro de uma cultura política liberal presente na sociedade brasileira e no campo midiático, que muitas vezes flerta com o conservadorismo, formando o que podemos definir na visão de David Harvey (2007) como neoliberal. Desta forma, essa pesquisa investigou as matérias e editoriais publicados pela revista entre os anos de 1989 e 1992 sobre Fernando Collor, iniciando no ano de 1989 – ano das eleições – e encerrando no ano de 1992 – ano da renúncia e *impeachment* do então presidente.

A pesquisa sobre o assunto se faz de suma importância no momento, pois, atualmente, a presidenta Dilma Roussef (PT) encontra-se afastada do cargo do Executivo por conta de um processo de *impeachment* aberto contra ela devido a uma crise política que parece ter tido início no país no ano de 2013, com as chamadas manifestações de junho, e que se ampliou ao longo de 2014, principalmente após as eleições presidenciais. O baixo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), o aumento da inflação, as acusações devido às chamadas "pedaladas fiscais", devido ao crédito orçamentário e o

abandono da coalizão governista por parte do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) culminaram na aprovação do pedido de abertura do processo de *impeachment* votado no dia 17 de abril de 2016, na Câmara dos Deputados. Dias depois, na madrugada do dia 11 e 12 de maio de 2016, ocorreu a votação no Senado em que foi aprovado o afastamento por 180 dias e a abertura do julgamento do *impeachment* da presidenta. Em muitos casos, as circunstâncias da crise política atual estão sendo comparadas, por parte da imprensa e da sociedade, com as vividas no governo Fernando Collor[1] - principalmente no que se refere à alta da inflação e a falta de apoio ao poder Executivo provindo do Congresso Nacional por parte dos partidos de coligações antes aliadas, bem como por conta da forte pressão do campo midiático em cima do governo federal e de manifestações civis pró-*impeachment* ocorridas ao longo de 2015.

---

[1] Como pode ser visto, por exemplo, nas seguintes matérias: MEDEIROS, Carlos. Processo de impeachment de Dilma pode ser comparado ao de Collor? UOL, Maceió, dez. 2015. Política. Disponível em:< http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2015/12/07/processo-de-impeachment-de-dilma-pode-ser-comparado-ao-de-collor.html>. Acesso em: 11/07/2016. CAPELO, Rodrigo. As diferenças entre processos de impeachment de Fernando Collor e Dilma Rousseff. Época, dez. 2015. Tempo. Disponível em: < http://epoca.globo.com/tempo/noticia/2015/12/diferencas-entre-processos-de-impeachment-de-fernando-collor-e-dilma-rousseff.html>. Acesso em: 11/07/2016.

Além destes fatores do contexto atual citados, Fernando Collor é atualmente senador pelo Partido Trabalhista Cristão (PTC) eleito pelo estado do Alagoas[2] – estado no qual sua família consolidou uma oligarquia política que teve início com a figura de Lindolfo Collor, avô de Fernando Collor, e que possuí bastante força até os dias atuais, não sendo surpreendente que, mesmo tendo sua imagem desmoralizada após o *impeachment* em 1992, Fernando Collor ainda tenha influência suficiente para angariar votos naquele estado. Nas eleições de 2014, venceu a disputa como representante de Alagoas para o Senado Nacional contra a candidata Heloísa Helena – à época do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e que hoje integra o partido Rede Sustentabilidade (REDE) – que já foi, inclusive, candidata à presidência da República nas eleições de 2006. Também em 2014, o Supremo Tribunal Federal (STF) absolveu Fernando Collor dos crimes cometidos à época em que era presidente da República[3] e que culminaram na renúncia e no processo de *impeachment* em 1992. Entretanto, em 2015, Fernando Collor está novamente sendo

---

[2] Fernando Collor foi eleito para o cargo de senador pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), tendo mudado de sigla em março de 2016.

[3] Para saber mais ver: Após absolvição, Collor pergunta: 'Quem me devolverá o que foi tomado?'.UOL, Maceió, abril 2014. Política. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2014/04/28/apos-absolvicao-collor-pergunta-quem-me-devolvera-o-que-me-foi-tomado.html>. Acesso em 13/11/2015.

investigado por suposto envolvimento em novos casos de corrupção, como aponta o portal de notícias UOL em matéria publicada em abril de 2014, em uma operação da Polícia Federal (PF) nomeada Operação Lava Jato. Tal operação já realizou uma ação de busca e apreensão[4] na casa do senador em Brasília, a casa da Dinda – a mesma residência marcada por escândalos de corrupção no governo Collor. Desta forma, Fernando Collor ainda é uma figura política ativa nacionalmente e, devido aos motivos citados, é importante ter sempre renovada a produção acadêmica acerca dele. É importante frisar também que, Fernando Collor, no cargo de senador da República, discursou sobre o processo e votou favoravelmente ao afastamento e *impeachment* de Dilma Roussef.

Outro motivo para a escolha de *Veja* diz respeito a que a publicação passou a ser a de maior circulação no cenário nacional de semanários impressos já durante a década de 1970, quando desbancou outras revistas e se estabeleceu no posto mais alto entre as principais tiragens nacionais. Desde então, a revista não perdeu a preferência dos leitores pertencentes à classe média e alta brasileira e segue com elevado número de

---

[4] Para saber mais ver: PF cumpre mandados de brusca nas casas de Collor e outros políticos. G1, Brasília, julho de 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2015/07/pf-cumpre-mandados-de-busca-e-apreensao-em-maceio.html>. Acesso em 13/11/2015

assinaturas e vendas mesmo nos dias de hoje em que a leitura de periódicos tende a uma queda devido a frequência cada vez maior de seu público alvo com acesso à *internet*. Entretanto, se o advento da *internet* é um dos motivos para a queda no número de leitores de periódicos, é também uma ferramenta que pode ser explorada para que ocorra uma visibilidade maior do semanário e uma facilitação do acesso de seu público às suas publicações, além de permitir um contato maior dos pesquisadores ao material produzido pela revista ao longo de seus quase 50 anos através de seu acervo online. *Veja* também possui páginas nas redes sociais mais utilizadas no momento, tais como *Facebook* <https://www.facebook.com/Veja?fref=ts>, *Twitter* <https://twitter.com/veja>, e um canal de notícias no *Youtube* <https://www.youtube.com/user/vejapontocom> que complementam, propagandeiam, anunciam e auxiliam a publicação física. As fontes analisadas nesse trabalho foram levantadas através do acervo *online* do semanário que pode ser visualizado através do seguinte endereço eletrônico <http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>. O acervo é altamente recomendado para pesquisa não somente pela quantidade de temas que podem ser identificados e explorados através das publicações realizadas ao longo de 48 anos, mas também pelo fácil acesso, pelas ferramentas de busca que

auxiliam no encontro de temas específicos, bem como pela ótima qualidade do material digitalizado e por seu acesso gratuito.

A pesquisa se concentra apenas no semanário *Veja* e a escolha do material analisado seguiu o seguinte critério: após um levantamento de uma longa série representativa de material publicado, tal como nos sugere Tânia Regina de Luca (2005), e que englobou um período de quatro anos, todas as matérias referentes ao então candidato Fernando Collor que apresentaram as seguintes características: posicionamentos políticos de Collor; modo de governar; imagem política; críticas positivas e negativas tecidas por jornalistas, colunistas ou diretores de redação, dentre outras questões; foram classificadas em tabelas e posteriormente analisadas buscando identificar os usos e desusos da imagem de Fernando Collor dentro dos diferentes contextos e das diferentes conjunturas políticas que definiam o cenário político daquele período, assim como as motivações do grupo empresarial no que diz respeito à manutenção de interesses próprios e de suas ideologias e a defesa de políticas que melhor representariam as demandas dos empresários do Grupo Abril.

As tabelas foram constituídas da seguinte forma: Data de publicação; nº da edição; matérias analisadas; seção em que foi publicada – *Seção Brasil*, *Entrevistas*, *Especial*, *História*,

Editorial (Carta ao leitor), *Cartas*, *Outra*; de modo a identificar o grau de importância da publicação dentro do semanário –. Também buscou-se analisar as publicações sabendo que dois diferentes diretores foram responsáveis pela revista entre 1989 e 1992, sendo eles: José Roberto Guzzo, diretor entre 1976 e 1991, e Mário Sérgio Conti, entre 1992 e 1997. Além dessas questões, foi levada em consideração a postura jornalística "denuncista" pautada em dossiês de acusação que passaram a ser prática recorrente na revista a partir do início da década de 1990, como nos aponta Daniela Villalta (1999, p. 156).

Tânia Regina De Luca (2010) destaca alguns procedimentos que podem vir a ser úteis para a pesquisa com jornais ou revistas e estes foram levados em conta no momento do levantamento e análise das fontes desse trabalho. A autora afirma que não é viável sugerir um método ou mesmo técnicas de pesquisa que deem conta de tantas possibilidades, no entanto, são destacados alguns pontos considerados gerais que podem servir como cerne para a pesquisa e, alguns destes pontos foram postos em prática durante a escrita da dissertação, sendo eles: 1) a localização das fontes e averiguação das condições oferecidas para consulta; 2) a constituição de uma longa série representativa; 3) localização das publicações na história da imprensa; 4) caracterização do grupo responsável pela publicação do periódico; 5) identificação do público a que

o periódico se destina; 6) a análise de todo o material de acordo com a problemática escolhida. Tendo em mente essas noções propostas por De Luca é possível analisar as matérias publicadas pelo periódico dialogando com a noção de discurso proposto por Pierre Bourdieu, que afirma:

> Para explicar o discurso, é preciso conhecer as condições de constituição do grupo no qual ele funciona: a ciência do discurso deve levar em conta não somente as relações de força simbólicas que se estabelecem no grupo em questão – que fazem com que alguns estejam *impossibilitados de falar* (por exemplo, as mulheres) ou devam conquistar seu público enquanto que outros estão em país conquistado – mas também as próprias leis de produção do grupo que fazem com que certas categorias estejam ausentes (ou representadas somente por porta-vozes). Essas condições ocultas são determinantes para compreender o que pode ou não ser dito num grupo. (BOURDIEU, 1977, p. 8)

Desta forma, conhecendo as condições de constituição do público leitor do semanário é possível compreender o modo como o discurso sobre Fernando Collor funcionou em diferentes momentos e a forma como determinadas visões foram alteradas com o passar do tempo sem que a revista deixasse de atender tanto suas demandas econômicas, quanto as demandas informativas pelas quais o público leitor e os anunciantes de produtos no semanário necessitavam consumir

naquele momento de crise brasileira, cabendo então uma análise deste veículo midiático de acordo com a temática escolhida.

Segundo Verena Alberti (2010), as convicções sobre o que seria próprio da História sofreram modificações a partir da década de 1980. Graças a essas modificações temas contemporâneos passaram a ser incorporados à História, e um novo campo de estudos se estabeleceu e recebeu o nome de História do Tempo Presente. Passou-se através desse campo a ser valorizada também a análise qualitativa e o relato pessoal deixou de ser visto como exclusivo de seu autor, tornando-se capaz de transmitir uma experiência coletiva e uma visão de mundo em uma determinada configuração histórica e social. Desta forma, o relato de *Veja* pode muito bem ser encarado como uma visão de mundo não só pertencente à revista, mas também de uma parcela da sociedade brasileira que garante à revista legitimidade para que exerça esse tipo de discurso.

Marieta de Moraes Ferreira (2000) aponta que durante o século XIX, a "história recente", tornou-se um objeto problemático para os historiadores por conta da noção de História que se tinha à época, que era definida como uma ruptura entre passado e presente e atribuía à disciplina a interpretação do passado. Julgava-se que somente os indivíduos possuidores de formação especializada poderiam executar

corretamente essa tarefa de análise e escrita historiográfica. Se durante aquele período se acreditava que somente os historiadores eram capazes de interpretar os traços materiais do passado, o trabalho destes profissionais só poderia iniciar verdadeiramente a partir do momento que não mais existissem testemunhos vivos do mundo estudado. Essa visão só veio a ser questionada posteriormente por alguns historiadores como Louis Haplphen, Alphonse Aulard e Pierre Renouvin, na França, promovendo as primeiras pesquisas contemporâneas acadêmicas de história francesa, entretanto, a desconfiança sobre o tempo presente permaneceu viva ainda por mais alguns anos.

Na visão de François Hartog (2013), ocorreu um rompimento na ideia moderna de uma história que via no progresso um horizonte de expectativa a ser alcançado. Durante quase todo o século XX, a ideia de progresso no mundo era para alguns o capitalismo, e para outros o socialismo. Instaurou-se então uma nova concepção de tempo. Não que a ideia do progresso tenha deixado de existir, mas a partir de uma ruptura estabelecida com essa visão e com os avanços tecnológicos, bem como a velocidade com que as informações passaram a ser transmitidas desde a década de 1970 com o advento da televisão, os acontecimentos passaram a ser cada vez mais considerados grandes eventos. O passado

não mais deu conta de explicar nem mesmo o presente, transformando os acontecimentos em situações cada vez mais efêmeras, com suas mortes decretadas já no momento em que ocorriam. Através do instrumento *regime de historicidade*, François Hartog (2013) propõe pensar o modo de escrever História auxiliando o pesquisador no distanciamento e no exercício de desprendimento do presente necessário para que seja possível melhor analisar o objeto de pesquisa e suas fontes.

Desta forma, ocorreu então, na visão de Marieta de Moraes Ferreira (2000), o rompimento da ideia que identificava objeto histórico e passado, definidos como "mortos e incapazes de serem reinterpretados em função do presente" e novos caminhos foram abertos para o estudo da história no século XX. Essa abordagem possibilitou uma aceitação maior do valor dos testemunhos diretos ao neutralizar as tradicionais críticas e reconhecer que a subjetividade, as distorções dos depoimentos e a falta de veracidade a eles imputada não precisam mais ser desqualificados, mas encarados como uma fonte adicional para a pesquisa e, por que não, como inerentes a uma cultura política de um determinado período. E é através da identificação destas diversas concepções políticas que podem ser observadas através de subjetividades que permeiam as matérias; imagens de candidatos; anúncios publicitários;

opiniões dos leitores publicadas no semanário que se pode identificar a(s) culturas política(s) inseridas no campo midiático e político que faz com que a temática desta pesquisa torne-se relevante dentro da ótica dos estudos do Tempo Presente e para os estudos de mídia, cultura política, redemocratização brasileira, mitos políticos e as eleições de 1989.

Partindo então de alguns estudos que já apontaram o apoio da revista a Fernando Collor e de questões como: 1) o posicionamento liberal econômico por vezes defendido nos editoriais; 2) a reformulação de preceitos liberais ocorridos na década de 1970 que flertam com o conservadorismo; 3) da reafirmação do posicionamento liberal nas diversas seções do semanário; 4) da análise realizada na pesquisa de matérias, discursos e imagens acerca dos candidatos às eleições de 1989; 5) da identificação da equipe que integra a redação da *Veja* durante o período do recorte temporal proposto para esse trabalho; 6) da mudança na chefia de redação do periódico em 1992; 7) da adoção dos dossiês e de matérias acusatórias como prática jornalística recorrente no semanário; 8) dos possíveis interesses do Grupo Abril contra Fernando Collor e suas medidas econômicas que supostamente prejudicavam os investimentos da editora ao longo do mandato do então presidente e; 9) da iminência de uma reconfiguração de poder

supostamente ameaçada por planos de governo de outros candidatos durante as eleições – como a proposta de regulamentação da mídia, por exemplo; o presente trabalho buscou realizar uma análise dos editoriais e reportagens publicadas por *Veja* sobre Fernando Collor ao longo de 1989 e após as eleições presidenciais até sua renúncia e *impeachment* no ano de 1992.

Dois trechos retirados do semanário em momentos distintos dão uma ideia da mudança realizada pelo periódico na forma de abordagem sobre Fernando Collor. O primeiro deles, publicado no ano de 1989 apresentou um Fernando Collor dinâmico, líder, que poderia colocar o Brasil no eixo das grandes potências liberais, sendo também capaz de levantar a admiração de líderes de destaque daquele contexto por onde passava.

> O fato, contudo, é que Collor conseguiu rechear sua agenda de candidato com um pacote de autoridades que o presidente José Sarney jamais conseguiu reunir em qualquer uma de suas excursões internacionais. "Volto fortalecido", afirma Collor. Na Europa, as 25 audiências de Collor tiveram momentos de glória, como a conversa com o rei Juan Carlos, da Espanha, que fala português [...] Tanto para Collor como para a fatia mais ilustre de seu eleitorado, o encontro de 35 minutos com a primeira-ministra Margaret Thatcher, da Inglaterra, a madrinha mundial do liberalismo, foi o momento alto da viagem. "Eu havia sido

> prevenido para encontrar uma mulher rude, mas deparei com uma pessoa gentil e muito inteligente", diz o candidato (*Veja*, 12/07/1989, p. 41).

É possível então perceber que, já em 1992, a imagem do Fernando Collor dinâmico e relevante frente aos líderes de grandes potências destoa da imagem do Fernando Collor agora abordada pelo semanário. Em 1992 havia um novo Fernando Collor, o corrupto, que havia sido mais do mesmo na política e, inclusive, havia conseguido se sair um chefe de Estado pior que presidentes como João Figueiredo e José Sarney, dois políticos que não estão nem perto de serem lembrados como exemplos de go**vernantes na política nacional.**

> Ficou dois anos e seis meses no cargo [Fernando Collor] e não deixou nada de útil. Nenhuma ideia que possa ser lembrada, nenhuma obra inacabada que possa ser lamentada. Cercado de aproveitadores, bajuladores e muitos moleques de recados, a última bobagem divulgada a respeito de Collor informa que o país foi governado por dois presidentes encarnados numa só pessoa. O ladrão e o moderno, o corrupto e o dinâmico, com um lado bom e um lado ruim. Engano. Collor é um só. Não, não foi um João Figueiredo, que se sentou na bomba do Riocentro, mas, às tontas, deixou que a abertura política seguisse o seu curso. Não foi um José Sarney, que fez o Plano Cruzado e saiu do cargo com uma inflação de 80% ao mês. Collor foi um desastre inteiro, sem salvação. Um impostor que destruiu o Estado, massacrou

> esperanças, enlouqueceu o país. (*Veja*, 30/12/1992, p. 32)

Desta forma, comparando as diversas faces de Fernando Collor divulgadas pelo semanário, buscou-se responder a seguinte pergunta problema: Como o candidato apresentado pela *Veja* como mais moderno que poderia existir na política brasileira naquele contexto de liberalização econômica mundial, em um espaço relativamente curto de tempo, transformou-se para a revista na figura do velho político tradicional oligárquico de sempre?

Para responder tal pergunta é importante ter em mente a noção de discurso descrita por Pierre Bourdieu (1977), para quem o discurso é a formação de um compromisso resultante da transação entre o interesse expressivo e a censura inerente às relações de produção linguísticas particulares – estrutura de interação linguística ou campo de produção e de circulação especializado – que se impõe a um locutor dotado de uma competência determinada – de um poder simbólico – mais ou menos importante sobre essas relações de produção. Ainda segundo o autor, as características específicas do trabalho de produção linguística dependem da relação de produção linguística na medida em que ele é a atualização das relações de força objetivas – relações de classe – entre locutores – ou os grupos de que eles fazem parte.

Desta forma, o primeiro capítulo do trabalho abordará a revista *Veja* no contexto dos anos de 1980 e o modo como a figura de Fernando Collor foi apresentada para o público leitor durante as eleições do ano de 1989. Em diálogo a isso, será analisado o modo como a figura de Fernando Collor apareceu e o modo utilizado para apresentar o candidato aos leitores do semanário em diferentes períodos dentro de uma concepção de mito proposta por Roland Barthes (2001), que afirma: "Entender-se-á portanto, daqui para adiante, por linguagem, discurso, fala etc. toda a unidade ou toda a síntese significativa, quer seja verbal ou visual: uma fotografia será, por nós, considerada fala exatamente como um artigo de jornal" e também: "Isto não quer dizer que se deva tratar a fala mítica como a língua: na verdade, o mito depende de uma ciência geral extensiva à linguística, a semiologia". (BARTHES, 2001, p. 133). Também será realizada uma discussão sobre como o posicionamento político do candidato foi construído tanto pelo seu *marketing* político de campanha, quanto pela revista que, em alguns momentos, o compara com Jânio Quadros, destaca discursos do candidato se dizendo de centro-esquerda, mas defende através de alguns editoriais e matérias que acredita na livre iniciativa e no capital privado, atribuindo essa visão ao candidato do PRN.

No segundo capítulo será analisado o discurso da revista sobre Fernando Collor antes da posse presidencial em março de 1990, bem como a cobertura da revista posterior ao confisco de bens realizado pelo já empossado presidente Fernando Collor buscando compreender em que momento houve a virada de jogo e a modificação no modo como a revista trabalhou a imagem de Fernando Collor. Novamente, editoriais e matérias serão analisados buscando compreender como a revista modifica sua perspectiva e quais os interesses ideológicos, políticos e financeiros existentes por trás dessa mudança de perspectiva.

O terceiro capítulo abordará o processo final da vida política de Fernando Collor na presidência. Nesse capítulo, as matérias de cunho denuncista pautadas em dossiês de acusação serão o centro da análise. Cabe uma investigação de como e se o discurso da revista nesse momento ganha um tom mais pesado que os discursos anteriores de denúncia e o quanto o semanário influenciou no processo de renúncia e *impeachment* do então presidente ao propagar uma imagem completamente oposto da que Fernando Collor detinha no momento em que surgiu para a grande imprensa nacional em 1987.

CAPÍTULO 1 - A CONSTRUÇÃO DE UM MITO POLÍTICO. A REVISTA VEJA E O CAÇADOR DE MARAJÁS

1.1 A REVISTA *VEJA* E A NEOLIBERALIZAÇÃO MUNDIAL

1.1.1 As origens de *Veja* e a consolidação do semanário dentro do campo midiático nacional de periódicos

Em 11 de setembro de 1968, momento em que o país se encontrava há quatro anos sob um regime militar, entrava em circulação o semanário que viria a ocupar o primeiro lugar na preferência dos leitores de classe média e alta brasileira. Publicada pela editora Abril, a revista *Veja e leia*[5] – como foi nomeada inicialmente –, chegou às bancas brasileiras com o preço de capa de NCr$ 1,00[6] em uma remessa de mais de 700

---

[5] Apesar de sempre ter sido chamada de *Veja*, a revista apresentou durante 216 edições a grafia dessa forma. Os motivos alegados vão desde uma tentativa de buscar se livrar de possíveis processos por conta do registro da revista *Look*, como nos aponta Daniela Villalta (2002, p. 7) como a impossibilidade, por uma exigência jurídica, de registrar uma palavra de uso comum sozinha (ALMEIDA, 2009, p. 37). A expressão foi suprimida na edição nº 216 de 1975.

[6] O que equivaleria a um poder de compra de R$ 1,69 de acordo com os índices do mês de julho de 2015. Os valores foram calculados através de

mil exemplares distribuídos em todo o país. O formato da revista era o de 27 x 21 cm, apresentava as notícias da última semana em 144 páginas coloridas e em preto e branco, com 63 delas vendidas "às escuras" destinadas a anúncios publicitários (ALMEIDA, 2009, p. 23 e 39). Segundo Daniela Villalta (2002, p. 2) o início da editora Abril no país teve suas origens na tradição gráfica da família ítalo-americana Civita, que já investia no mercado latino-americano através de Cesare Civita, irmão do fundador do grupo Abril, Victor Civita.

Maria Fernandes Lopes Almeida (2009, p. 43-44) afirma que Victor Civita chegou ao Brasil no ano de 1949, aos 42 anos de idade. Nascido nos Estados Unidos, mas criado em Milão, aos 20 anos retornou ao país de origem onde trabalhou como vendedor em diversas empresas antes de retornar novamente a Itália, onde conheceu e se casou com Sylvana Alcorso, com quem teve dois filhos, Roberto e Richard. Graças ao sucesso obtido por seu irmão na Argentina – dono de uma editora licenciada pelo grupo *Walt Disney* –, Victor Civita optou pelo Brasil como destino buscando investir no mesmo ramo. Após se desfazer de bens pessoais nos Estados Unidos, instalou-se na cidade de São Paulo, onde alugou um escritório na rua Líbero Badaró, nº 153, no centro da cidade. Para que

---

uma tabela que utiliza o Índice de Preços do Consumidor (IPC) em uma calculadora de uso pessoal desenvolvida por Stevan F. de Luiz.

pudesse abrir a editora, associou-se a Giordano Rossi buscando driblar a legislação brasileira da época que não permitia que editoras estivessem registradas no nome de estrangeiros.

Segundo Daniela Villalta (2002, p. 2) a primeira publicação do grupo Abril no mercado brasileiro foi a revista em quadrinhos *Pato Donald*, com uma tiragem de 82.000 exemplares impressos nas oficinas Lanzara e Gráfica dos Tribunais. Os direitos da tiragem do personagem foram adquiridos diretamente com Cesar Civita que detinha a permissão para publicação do título na América do Sul. Um ano depois, como nos aponta Maria Fernanda Lopes Almeida (2009, p. 44), a editora já possuía sua gráfica própria, no bairro Santana, zona norte de São Paulo. É importante frisar também que, segundo a autora, Victor Civita conseguiu um empréstimo de 1,5 milhão de dólares para investir em seu novo negócio, capital três vezes maior do que possuía quando chegou ao país.

No final da década de 1950, após alguns anos de estudo nos Estados Unidos, Roberto Civita – filho mais velho de Victor Civita – retornou ao Brasil com a ideia de colocar em circulação uma revista de tiragem semanal. Roberto Civita havia se formado em economia e jornalismo na *Wharton School*, Universidade da Pensilvânia (ALMEIDA, 2009, p. 23). Após defender seu trabalho de conclusão de curso; ingressou como *trainee* (estagiário) no grupo *Time-Life* por um ano e

meio. Ao retornar ao Brasil, em 1968, atuou como diretor de publicidade na revista *Quatro-Rodas* e, mais tarde, como diretor da revista *Realidade*. Contudo, seu sonho era mesmo o de lançar uma revista semanal. Foi idealizado então, naquele período, um projeto que buscou incorporar em um modelo de revista nacional as características jornalísticas inspiradas em revistas estadunidenses como *Look* e *Time* e na italiana *Oggi* para concorrer com a brasileira *Manchete* (ALMEIDA, 2009, p. 24). No entanto, para que o sonho de Roberto Civita pudesse ser levado adiante, faltava alguém para chefiar a redação do semanário.

Demétrio Carta, mais conhecido como Mino Carta, foi chefe de redação da revista *Veja* entre os anos de 1968 e 1976. Jornalista, editor, escritor e pintor, nasceu na cidade de Gênova, Itália, em uma data incerta entre os dias 6 de setembro de 1933 e 6 de fevereiro de 1934 (DI VAIA, 2013, p. 22). Filho de Giovanni Carta e Clara Becherucci Carta, o jornalista se mudou para o Brasil no ano de 1949, com aproximadamente 12 anos, após seu pai, também jornalista, ter aceitado o convite do empresário Francisco Matarazzo para dirigir a redação do jornal *Folha de São Paulo* – algo que não chegou a se concretizar –, como aponta Beatriz Kushnir (KUSHNIR, 2012). No ano de 1960, a pedido de Roberto Civita, Mino Carta retorna ao Brasil para fundar e assumir como diretor de

redação a revista *Quatro Rodas*. Posteriormente, Carta transferiu-se para *O Estado de São Paulo* (1964/1965) e dirigiu a seção de esportes do diário. Em 1966, recebeu o convite da família Mesquita para criar o *Jornal da Tarde* onde ficou até 1968 quando foi convidado por Victor Civita a retornar ao grupo Abril para dirigir a revista *Veja*.

O nascimento de *Veja* deve-se um pouco, também, ao fim de outra publicação da editora, a revista *Realidade*. Assim como *Veja*, *Realidade* foi idealizada pelo jornalista Roberto Civita, e apresentada ao público com a intenção de ser uma revista semanal com grandes reportagens que buscava debater assuntos dentro do âmbito doméstico e familiar. Segundo Daniela Villalta (2002, p. 3), citando Michele Gaggio Grank, o clima que levaria ao Ato Institucional nº 5 (AI-5)[7], naquele ano, e a repercussão do mesmo dentro do grupo Abril gerou um choque entre a equipe principal da revista *Realidade* e a editora, culminando na debandada de boa parte da sua equipe

---

[7] "O Ato Institucional nº5, AI-5, baixado em 13 de dezembro de 1968, durante o governo do general Costa e Silva, foi a expressão mais acabada da ditadura militar brasileira (1964-1985). Vigorou até dezembro de 1978 e produziu um elenco de ações arbitrárias de efeitos duradouros. Definiu o momento mais duro do regime, dando poder de exceção aos governantes para punir arbitrariamente os que fossem considerados inimigos do regime". D'ARAUJO, Maria Celina: Fatos e Imagens: artigos ilustrados de fatos e conjunturas do Brasil. O ato institucional nº. 5. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5>. Acesso em: 03/10/2015

original. Entretanto, a saída desses profissionais possivelmente não causou pânico nos empresários do grupo, visto que, já depositavam suas apostas em *Veja*.

Foi então organizado um concurso nacional para a escolha de jornalistas jovens com o intuito de constituir a redação do novo semanário buscando repetir os bons resultados conseguidos com *Realidade* anos antes, como nos aponta Bernardo Kucinski (2001, p. 43). Beatriz Kushnir e Muza Clara Chaves Velasquez (2012), no verbete publicado no Dicionário Histórico Bibliográfico Brasileiro (DHBB) do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) destacam que foram selecionadas 250 pessoas em todo o país para participar do concurso, das quais 50 delas foram escolhidas para trabalhar em *Veja*, sendo o restante remanejado para outras redações do grupo Abril ou para o departamento de documentação da editora (DEDOC). Sobre *Realidade*, em 1978, após algumas tentativas sem sucesso de reformulá-la a revista teve sua tiragem definitivamente encerrada.

Apesar de ter entrado em circulação apenas no ano de 1968, *Veja* já vinha sendo planejada há uma década. O *Projeto*

Falcão[8] foi aprovado ainda no ano de 1959 e tinha como objetivo colocar em circulação uma revista semanal com 25 páginas de publicidade e tiragem entre 150 mil a 300 mil exemplares. Segundo Villalta (2002, p. 5) Raymund Cohen previu um investimento de NCr$ 2.895.000,00[9] para 150 mil exemplares. Dentro deste orçamento, estavam inclusos: gastos com móveis, utensílios e instalações, custo complementar de campanha e de lançamento, estoque adicional de papel para cobrir o aumento de 10 para 18 edições e tiragem de 150 para 500 mil números 1 e 2 e 350 mil entre as publicações 3 e 18; além de outros custos calculados para a primeira fase do projeto. O investimento chegou à casa dos NCr$ 5.054.000,00[10].

Alzira Alves de Abreu (2005, p. 53) aponta que, durante a década de 1960 – período em que o Estado era entendido como centro irradiador de todas as atividades fundamentais em termos políticos –, a implantação de um sistema de informação capaz de integrar o país se fazia essencial. Um dos símbolos desse projeto foi a criação, em setembro de 1965, da Empresa

---

[8] Nome provisório recebido pelo semanário antes de seu lançamento em setembro de 1968.

[9] Levando em consideração os índices do mês de julho de 2015 seria o equivalente a R$ 4.809.444,49 nos dias atuais.

[10] Valor equivalente a um poder de compra de R$ 8.528.748,73 nos dias atuais.

Brasileira de Telecomunicações (Embratel), que deu início à instalação da rede básica de telecomunicações no país. Nesse mesmo ano, foi criado também o Ministério das Comunicações e, em 1972, a Telecomunicações Brasileiras S/A (Telebrás), empresa pública e federal responsável pela coordenação dos serviços de telecomunicações em todo o território nacional. Sobre a importância da criação da Embratel no processo de modernização das teles no Brasil, Abreu afirma que:

> A criação da Embratel, com um plano de instalação de estações repetidoras e canais de microondas, permitiria a formação e a consolidação das redes de televisão no país. Embora o Brasil tivesse entrado na era da televisão em 1950, só a partir da década de 1970 a TV se tornaria um veículo de comunicação de massa. Foi com a entrada da TV Globo no mercado, em 1965, que ocorreu a grande transformação da televisão – que desde então se tornou uma grande empresa capitalista. (ABREU, 2005, p. 54)

Cabe destacar também que, segundo a autora, dentro desse processo de modernização, tanto os empresários do ramo de periódicos quanto das telecomunicações foram beneficiados pelos militares em seus projetos de modernização. Foram-lhes concedidos financiamento para a construção de novos prédios – como foi o caso da editora Abril, inclusive – agora necessários para abrigar novas máquinas e permitir a expansão de suas

redações (ABREU, 2005, p. 54). A publicidade dos órgãos oficiais também beneficiou largamente a mídia. Segundo a autora, cerca de 30% das receitas dos jornais eram obtidos dos clientes oficiais, o que significava uma dependência econômica considerável do Estado naquele momento.

Sobre a editora Abril nesse contexto, em seu livro de memórias pessoais *O Castelo de Âmbar*, escrito através de metáforas, Mino Carta (2000, p. 72) afirma que em uma das reuniões do *board* da editora – uma espécie de conselho editorial da Abril – passou a ter conhecimento de algumas operações da empresa que, até então, lhe eram desconhecidas. Para a construção de um grandioso edifício à beira do rio Pinheiros, em São Paulo, e a montagem de uma gráfica de grande porte, a Abril contraiu enormes dívidas junto a instituições financeiras estrangeiras, algo em torno de 50 milhões de dólares. Naquele momento, a família Civita buscou internalizar essa dívida e, para isso, recorreu a um empréstimo equivalente a 50 milhões de dólares em moeda nacional na Caixa Econômica Federal, presidida à época por Karlos Rischbieter. O empréstimo foi aprovado sem objeções.

Para que se chegasse a um consenso sobre o formato que a revista deveria ter foram produzidos 13 números zero – alguns trabalhos sobre *Veja* apontam 14 – antes do semanário entrar em circulação em setembro de 1968 (ALMEIDA, 2009,

p. 36). A demora na publicação ocorreu devido ao contexto turbulento da política nacional naquele início de década de 1960. A renúncia de Jânio Quadros e a tentativa de Golpe no ano de 1961, em seu sucessor, João Goulart – assim como o Golpe militar em 1964 – foram alguns dos eventos que ocorreram antes que a revista entrasse em circulação e que fizeram com que os empresários achassem ser mais prudente aguardar o momento certo para que o semanário chegasse ao mercado. Contudo, *Veja* acabou chegando às bancas nacionais em um dos momentos mais tenebrosos da história política brasileira, apenas três meses antes do A.I nº5 entrar em vigor, em 1968. O ato autorizava o presidente da República, em caráter excepcional e sem apreciação judicial a: decretar recesso do Congresso Nacional; intervir nos estados e municípios; cassar mandatos de parlamentares; suspender por dez anos os direitos políticos de qualquer cidadão; decretar o confisco de bens considerados ilícitos; e suspender a garantia de habeas-corpus.[11]

Em meio a esse contexto de restrição no que tange às questões dos direitos civis, para promover a revista, foram

---

[11] Trecho retirado do seguinte endereço eletrônico: D'ARAUJO, Maria Celina. Fatos e Imagens: artigos ilustrados de fatos e conjunturas do Brasil. O ato institucional nº. 5. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5>. Acesso em: 03/10/2015

organizadas duas festas de lançamento. A primeira delas aconteceu na noite de 7 de setembro de 1968, num sábado, na cúpula da Abril, na Marginal Tietê. A segunda festa ocorreu no dia seguinte, dia 8, na casa de espetáculos, o *Beco*, de propriedade de Abelardo Figueiredo – uma das casas noturnas mais frequentadas no período. O lançamento da revista teve uma das maiores campanhas publicitárias já vistas na história da imprensa brasileira. Segundo artigo publicado no DHBB por Velasquez e Kushnir (2012), a estratégia de divulgação da revista também previu a exibição de um documentário dirigido por Jean Manzon nos cinemas, em que era mostrado todo o processo de criação por trás do semanário.

> Na edição comemorativa do quarto aniversário, Raimundo Rodrigues escreveu que "durante 12 minutos, às 22 horas, quase todas as emissoras de TV do País, numa rede só formada para graves declarações de chefes de Estado brasileiros, transmitiram imagens da produção da revista e do trabalho experimental de seus repórteres. Desfilaram pelo vídeo, sendo entrevistados para ajudar a imagem de *Veja*, personagens variados que iam de Agnaldo Rayol ao presidente do Conselho de Segurança das Nações Unidas". O objetivo era mostrar a importância da leitura e da informação. (ALMEIDA, 2009, p. 38)

Porém, nem a presença ilustre de Agnaldo Rayol, muito menos a forte publicidade em torno da revista foram suficientes

para convencer os leitores sobre a importância do novo modelo idealizado pela editora Abril. As tiragens despencavam a cada semana que passava e a redação não conseguia repetir o sucesso de vendas da primeira edição. Maria Fernanda Lopes Almeida (2009, p. 39) aponta que a primeira edição teve uma tiragem de 700 mil exemplares, a segunda de 500 mil, a terceira de 300 mil, a quarta de 150 mil e a quinta em torno de 100 mil exemplares. Durante todo o ano de 1968 e boa parte de 1969, a quantidade de anúncios da revista era contada número a número pelos profissionais encarregados da redação devido à debandada cada vez maior de anunciantes por conta do insucesso frente aos leitores até então acostumados às revistas ilustradas. Durante esse período, algumas edições não passaram dos 16 mil exemplares vendidos (VELASQUEZ, KUSHNIR, 2012; ALMEIDA, 2012).

Desta forma, durante o ano de 1969, a redação sofreu cortes em algumas seções e funcionários foram demitidos sob a justificativa de redução de custos. Ainda segundo Almeida (2008, p. 45), naquele momento, quem bancou a revista foram as demais publicações impressas pela editora, principalmente os quadrinhos e as chamadas fotonovelas, sendo o lucro destas utilizado para garantir a manutenção de *Veja*. Sobre as modificações ocorridas nesse período:

> A reportagem especial[12] desapareceu, e os jornalistas foram divididos pelas editorias, assumindo cargos de editores-assistentes ou redatores. Os repórteres foram reorganizados em torno de uma única chefia de reportagem, que os deslocavam às editoriais conforme a pauta. Com isso, desapareceu o repórter exclusivo de uma determinada área e editores e editores assistentes passaram a trabalhar na reportagem. Mas a mais significativa das mudanças foi o fim da pauta circular. (ALMEIDA, 2009, p. 46)

Essa situação de crise só foi revertida com as citadas mudanças no periódico, bem como com o estabelecimento de um sistema de assinaturas negociado entre Roberto Civita e os donos de bancas de jornal da cidade de São Paulo por meio do qual, num acordo verbal, foi combinado que a editora não faria outro plano de assinaturas além de *Veja* durante um período de dez anos. Acordo que, segundo Almeida (2009, p. 50) foi cumprido.

> Assim, no começo de 1971, Raymond Cohen ficou responsável por fazer uma campanha de venda de assinaturas. Depois de analisar todos os meios possíveis para que a revista chegasse

---

[12] A reportagem especial, ou pauta circular, era uma reportagem que buscava demonstrar em um texto ocorrências semelhantes em diferentes regiões do país na mesma matéria. Para isso, a redação de São Paulo entrava em contato com as demais sucursais pedindo para que fosse enviado material parecido com o assunto que seria abordado naquela semana. Desta forma, escrevia-se a matéria ligando os diferentes acontecimentos com o intuito de dar uma perspectiva nacional para a revista.

> às mãos dos leitores entre domingo e segunda-feira, a editora adotou um sistema misto de entregas: fez convênio com os Correios e contratou empresas especializadas. Formou uma equipe de força de vendas, com oitenta vendedores, e investiu numa campanha de anúncios. O resultado foi certeiro: de outubro de 1971, a julho de 1972, *Veja* vendeu 46 mil assinaturas. Em 1972, uma edição comum tinha 144 mil exemplares: cerca de 85 mil para bancas, 46 mil para assinaturas e mais 13 mil para promoções. (ALMEIDA, 2009, p. 51)

Desta forma, a década de 1970 foi o período em que a revista se consolidou frente aos leitores, ganhou mercado com um sistema de assinaturas planejado por seus desenvolvedores e tomou a dianteira na preferência do público em um momento em que ocorria um processo de modernização na imprensa brasileira. Em meados dos anos de 1970, o país vivia um momento político delicado, os militares davam os primeiros indícios de uma abertura política lenta rumo à democracia após um curto período de prosperidade econômica, entre 1969 e 1973, em que a economia brasileira viveu o chamado "milagre econômico". Acompanhando a crise mundial do petróleo e do modelo *keynesiano* nos países que detinham a hegemonia no mundo ocidental, o país se viu rumo a uma década cuja principal luta dos governos seria contra a hiperinflação – inimigo apontado pelos militares como um dos motivos para o Golpe em 1964 e que voltou fortalecido após alguns anos sem

dar as caras. Em meio a esse contexto de milagre econômico, abertura política e dos primeiros indícios da quebra com um modelo econômico amplamente adotado no mundo – o *keynesianismo* –, durante pouco mais de trinta anos, a revista viveu sua própria crise interna: a troca de seu diretor de redação.

1.1.2 A turbulenta troca na redação nos anos 1970 e a reafirmação do posicionamento liberal da revista

O período entre 1974 e 1989 é considerado como o da transição do regime autoritário para a democracia no Brasil. Em 1974, quando o general Ernesto Geisel assumiu a presidência da República, começou a ser posto em prática um projeto de distensão política que se efetivou no ano de 1989 com a eleição do primeiro presidente por voto direto desde 1961, Fernando Affonso Collor de Mello (ABREU, 2005 p. 53). E foi durante o período entre 1974 e 1976 que a redação sofreu modificações na sua linha jornalística, tanto no que diz respeito às características gráficas de formatação do semanário, quanto na escolha dos responsáveis pela direção da mesma e até na forma diferenciada com que a revista passou a abordar temas ligados ao regime militar.

No ano de 1976, Mino Carta deixou a revista definitivamente para dar lugar ao jornalista José Roberto Guzzo, que assumiu a diretoria do semanário ao lado de Sérgio Pompeu, diretor adjunto – cargo que até então não existia. Em artigo publicado no DHBB, Muza Clara Velasquez e Beatriz Kushnir (2012) evidenciam a versão de Mino Carta para o ocorrido e destacam a importância do contexto político do período para a mudança no comando na redação da revista. As autoras afirmam que houve uma pressão direta dos militares para que ocorresse essa troca visando um jornalismo mais complacente com o regime[13].

> Esse enquadramento da ala mais dura das forças armadas foi acompanhado, no caso de *Veja*, por uma pressão mais direta sobre a direção da revista e do grupo Abril no sentido de um abandono da linha jornalística crítica e de uma aproximação com a orientação do regime. A pressão culminou, em fevereiro de

[13] Alguns estudos apontam que os militares não tinham um grande apreço por Mino Carta e pela revista *Veja* no final dos anos de 1960 e na primeira metade dos anos de 1970, devido a algumas matérias de denúncias de tortura realizadas pela equipe do semanário no ano de 1969. A revista teve diversos números apreendidos e muitas vezes seus diretores tiveram que prestar esclarecimentos em Brasília ao ministro Armando Falcão. Para saber mais sobre isso ver: DI VAIA, Fábio Estivallet. As celebrações do aniversário do golpe civil militar de 1964: análise das matérias comemorativas sobre o evento publicadas pela revista Veja entre os anos de 1969 e 1994. 2013. 92 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Curso de História, Florianópolis, 2013.

> 1976, com a saída do jornalista Mino Carta da direção de redação por pressão direta do Ministério da Justiça. A revista ficou entregue aos redatores-chefes José Roberto Guzzo e Sérgio Pompeu. Em solidariedade a Mino Carta, alguns editores se demitiram. Em depoimento prestado cerca de 20 anos depois, Carta caracterizou sua demissão como a maneira encontrada para garantir uma trégua na censura prévia e a manutenção de avais governamentais para financiamentos obtidos no exterior pela Editora Abril. Em 3 de junho de 1976, com um telefonema da Polícia Federal, a censura à *Veja* chegou ao fim. (VELASQUEZ; KUSHNIR, 2012)

Outra versão para o episódio é a de Roberto Civita. Em entrevista concedida a Maria Fernanda Lopes Almeida (2009, p. 149), o empresário afirma que a saída de Carta nunca foi negociada em troca do fim da censura em *Veja*, mas devido ao rompimento de um acordo entre ele e o diretor de redação no que diz respeito à contratação do jornalista Plínio Marcos, realizada por Mino Carta sem o consentimento de Roberto Civita. Em relação a esse episódio – e por supostamente Mino Carta estar correndo risco de morte devido a algumas matérias publicadas que desagradaram os militares durante o período em que foi diretor – Roberto Civita teria dito para o então diretor de redação deixar o país por uns tempos até que tudo se acalmasse. Ao retornar, Carta teve um encontro com os Civita em que afirmou que deixaria a revista caso os empresários

insistissem na recomendação para que permanecesse fora do país. Mino Carta foi então demitido da diretoria da revista permanentemente no ano de 1976. Roberto Civita, no entanto, confirma que lhe foi solicitado a saída de Mino Carta da redação pelos militares[14], mas nega que esse tenha sido o motivo da demissão do jornalista.

De qualquer forma, em 1976, aos 34 anos, José Roberto Guzzo assumiu o cargo de diretor de redação da revista *Veja*, cargo que ocupou até o ano de 1991, quando deixou a chefia da revista para ser sucedido por Mário Sérgio Conti – redator chefe entre 1989 e 1991 e diretor adjunto em 1991. Em meados dos anos de 1970, a revista já estava obtendo lucro e a editora passava a investir cada vez mais na publicação de novos títulos. Entre os anos de 1950 e 1959 a editora Abril detinha um número de apenas 7 títulos impressos, dando um salto para 27 no período entre 1960 e 1969 e alcançando 121 títulos entre 1970 e 1979 (VILLALTA, 1999, p. 94). O salto de publicações do grupo Abril entre a década de 1960 e 1970 deve-se também ao já citado período de modernização tecnológica vivido pela imprensa brasileira que passou a competir com a televisão pela atenção do público. Alzira Alves de Abreu (2005, p. 56) aponta que os altos investimentos na

---

[14] Não é especificado nome de quem fez a solicitação muito menos se o pedido partiu de um civil ou de um militar no poder.

modernização da produção exigiram uma rentabilidade maior por parte dos periódicos, fazendo com que os empresários buscassem aumentar a venda de espaço publicitário nos mesmos, algo que passou a ser objetivo prioritário dentro das empresas. Velasquez e Kushnir (2012) apontam que, em 1978, *Veja* completou sua primeira década com uma forte infraestrutura implantada e vendendo 260 mil exemplares semanalmente, tendo sucursais e correspondentes exclusivos no exterior e contando com um expediente de cem jornalistas.

Nesse mesmo ano, em editorial publicado na seção "Carta do Editor"[15], o diretor do grupo Abril, Victor Civita, destinou duas páginas inteiras a uma defesa aberta às políticas econômicas liberais afirmando que: "Em momentos como este, expor com clareza as próprias posições torna-se tarefa de crescente premência. É necessário deixar explícito o que pode estar apenas implícito" (*Veja*, 13/09/1978, p. 18-19). O editorial, publicado na edição nº 523 recebeu o seguinte título: "Nos dez anos de VEJA[16], uma reafirmação de princípios" e nele podemos destacar como principais pontos as seguintes questões: 1) a definição da empresa como um grupo liberal; 2)

---

[15] Seção que futuramente viria a ser intitulada "Carta ao Leitor".

[16] Como especificado na introdução, Carla Silva (2005, p. 91) aponta a necessidade da criação do "sujeito *Veja*", algo que garante a revista uma aproximação mais direta entre o conteúdo da revista e o leitor. Editoriais e matérias se referem a *Veja* sempre em letra maiúscula, ou como "a revista".

a defesa da livre iniciativa como meio mais eficaz para promover o progresso social; 3) o posicionamento contrário da editora e de seus profissionais a um capitalismo estático e/ou excludente; 4) o entendimento de que o Estado deve participar exercendo algumas atividades regulatórias bem como desenvolver infraestrutura econômica para investimentos; 5) posicionamento contrário à interferência do Estado em setores onde a livre iniciativa tem condições de se desenvolver sozinha; 6) posicionamento também contrário do grupo Abril à "socialização de prejuízos" – o mercado deveria funcionar como uma espécie de seleção natural em que só as empresas mais capacitadas sobreviveriam; 7) defesa do capital estrangeiro como benéfico ao crescimento do país desde que se fixassem a partir dele raízes tecnológicas capazes de conduzir o Brasil ao progresso.

É importante destacar tais informações, pois a defesa dos princípios liberais do grupo não ocorreu ao acaso. Algumas hipóteses podem ser levantadas do porquê, naquele momento, foi realizada de forma aberta essa defesa, sendo elas: 1) a experiência neoliberal chilena colocada em prática a partir do ano de 1974 e apoiada pelo partido conservador inglês – que posteriormente veio a vencer as eleições para o Parlamento em 1979 com a eleição da primeira ministra Margareth Thatcher; 2) Os dois prêmios Nobel entregues a dois dos economistas

considerados como precursores das ideias neoliberais nos anos de 1974 e 1976, respectivamente, Friedrich Hayek e Milton Friedman; 3) uma tentativa de influenciar a opinião pública, os empresários e os militares brasileiros de que seria melhor investir em um projeto econômico nos moldes chileno – porém, democrático –, do que na política de fortalecimento de estatais colocada em prática pelos militares ao longo dos até então catorze anos de regime militar e que, ao que tudo indicava, permaneceria como parte do projeto de Ernesto Geisel para o futuro brasileiro.

> No final do governo Geisel e durante o período do governo do general Figueiredo (1979-1985), o debate sobre o papel do Estado na economia se tornou central entre os opositores do regime. Os empresários, ao perceberem que a política do governo Geisel, tal como estava definida no II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), era tendente a aumentar o papel das empresas estatais na dinâmica do desenvolvimento, começaram a se posicionar ao lado dos outros setores da sociedade que questionavam a permanência dos militares no poder. A imprensa divulgou com grande destaque a insatisfação dos empresários com a política de fortes investimentos estatais e com os investimentos das multinacionais, isso quando se dava uma redução drástica no ritmo do crescimento econômico. A participação dos empresários na contestação ao regime militar se tornou visível através da imprensa, o que possibilitou um maior avanço no processo de redemocratização. (ABREU, 2005, p. 60)

Nessa mesma perspectiva, David Maciel (2011, p. 100) aponta que:

> Após a ditadura militar, o governo da Nova República tentou aliar a retomada do Estado desenvolvimentista, com a tentativa de reforço do papel econômico indutor do Estado, à implementação de uma nova reforma na institucionalidade autoritária, com vistas a garantir o predomínio dos interesses conservadores e autocráticos no processo de elaboração da constituição (MACIEL, 2011. p. 100).

Portanto, em 1978, ano em que os militares revogaram o AI-5, a editora Abril já deixava evidente qual o projeto de democracia seria defendido pelo grupo, tanto por razões ideológicas quanto por atenderem melhor seus interesses empresariais. Cabe destacar ainda que, entre 1977 e 1981, o mandato presidencial nos EUA estava nas mãos do partido democrata e o então presidente Jimmy Carter anunciava o afastamento diplomático dos EUA dos países que desrespeitavam questões voltadas aos direitos humanos (ABREU, 2005, p. 60).

Apesar do apreço dos Estados Unidos pelas políticas neoliberais terem iniciado já no mandato de Richard Nixon com a aproximação do então presidente a Milton Friedman e

outros economistas da chamada Escola de Chicago[17], Carvalho (2012, p. 25-26) aponta que tais políticas só começaram a ser colocadas em prática no país a partir da eleição de Ronald Reagan em 1981 – e de uma forma bem particular, não necessariamente seguindo fielmente a cartilha neoliberal – após uma noção de como tais políticas haviam funcionado devido a experiências já empreendidas na ditadura chilena e por estarem sendo colocadas em prática em uma democracia liberal através da primeira ministra conservadora Margareth Thatcher, na Inglaterra.

1.1.3 Neoliberalismo, conservadorismo e uma nova direita

João José de Oliveira Negrão (1996, p. 1) afirma que o neoliberalismo – cuja gênese pode ser identificado na obra de Friedrich Hayek, *O caminho da servidão*, escrito em 1944 – pode ser dividido em duas vertentes. A primeira delas seria a visão ideológica original, derivada diretamente de Hayek e do

---

[17] Escola de pensamento econômico que defende o livre mercado. A Escola de Chicago é formada por um grupo de economistas denominados "*Chicago boys*" em virtude de sua simpatia pelas teorias neoliberais de Milton Friedman, que lecionou na Universidade de Chicago entre 1946 e 1977. Os *Chicago boys* foram chamados para ajudar a reconstruir a economia chilena seguindo a lógica do livre mercado, privatizando os ativos públicos, liberando os recursos naturais para a exploração privada e facilitando o investimento estrangeiro direto e o livre comércio (Harvey, 2007, p. 6).

monetarismo[18] de Milton Friedman e Ludwig von Mises, sócios fundadores, junto com Hayek e outros, da "Sociedade de *Mont Pelérin*". Segundo Thaís Godoi de Souza e Ângela Mara de Barros Lara (2012, p. 5), Hayek propôs o encontro em *Mont Pèlerin*, Suíça, em 1947, para indivíduos e grupos empresariais engajados na "promoção das liberdades econômicas individuais". Nesse encontro discutiram e encaminharam em outros espaços internacionais a produção teórica do ideário neoliberal no intuito de cooptar intelectuais, acadêmicos e partidos que estivessem de acordo em combater as políticas de *Walfare State* e o *New Deal*[19].

É preciso assinalar que a referida obra de Hayek permaneceu adormecida por aproximadamente trinta anos, já que em seu ano de publicação, 1944, os "países imperialistas"[20]

---

[18] Teoria econômica que defende ser possível o controle da economia através do volume de moeda disponível e de outros meios de pagamento. Para saber mais ver: CORAZZA, Gentil. "O Monetarismo ou a Negação da Moeda." *Decon/UFGRS, Porto Alegre* (1996).

[19] Políticas estatais baseadas na promoção do estado de bem-estar social. O estado de bem-estar social pode ser caracterizado como uma organização política e econômica que coloca o Estado como agente da promoção social e organizador da economia. Já o *New Deal* foi uma política colocada em prática pelo presidente dos Estados Unidos da América, Franklin Delano Roosevelt que ocupou o cargo entre 1933-1945 e buscou recuperar a economia dos Estados Unidos após a Crise de 1929 através de uma série de programas, tais como: o investimento maciço em obras públicas; a destruição dos estoques de gêneros agrícolas visando controlar a queda dos preços; o controle sobre os preços e produtos afim de evitar a superprodução e a diminuição da jornada de trabalho.

[20] Termo utilizado pelas autoras.

começariam a viver o auge do crescimento econômico. Entretanto, foi na década de 1970 que seus escritos ganharam relevância, visto que, foi preciso encontrar uma alternativa para sanar a crise capitalista daquele período (MATOS *Apud* SOUZA & LARA, 2012). Desta forma, os países que se encontravam em crise, influenciados por economistas das chamadas Escola de Chicago e da Escola Austríaca, buscaram retomar as teorias liberais que haviam sido abandonadas após a crise econômica mundial de 1929.

Sobre a primeira versão neoliberal citada por João José Negrão (1996), o autor explica que essa é a mais dura e "radical", pois prega uma subordinação incondicional ao mercado e abomina todo e qualquer tipo de intervenção estatal na economia e na sociedade. Negrão (1996) afirma ainda que essa versão não foi aplicada em lugar algum, nem mesmo na ditadura chilena, considerada por muitos o laboratório de experimentação das políticas neoliberais durante a década de 1970. No entanto, essa versão mais dura alimenta outra, mais flexível, que vêm sendo aplicada em diversos países e que conseguiu se impor ideologicamente passando a orientar tanto a política de partidos originalmente conservadores e de direita, quanto de partidos socialdemocratas – como no caso da

Espanha, de Felipe Gonzales, ou da França, no segundo governo de Mitterrand[21].

Na década de 1970, o modelo originado da teoria de John Maynard Keynes – o chamado estado de bem-estar social –, veio a ser questionado enquanto modelo econômico por supostamente ter aumentado o déficit público além de ter proporcionado o crescimento de empresas improdutivas; desestimulando o trabalho e a competitividade; redunzido a capacidade de poupança e o excedente de capital para ser reinvestido na produção; além de ter gerado inflação nos diversos países adeptos a essa política econômica. O embargo e o salto nos preços do petróleo que ocorreram no fim de 1973, no rastro da guerra árabe-israelita, exacerbaram os problemas de tais crises já bastante sérios. (FORIGO, 2003, p. 56; HARVEY, 2007, p. 7)

---

[21] Segundo Leonardo de Amorim Thury (2011, p. 109), o governo Miterrand passou por quatro fases, sendo elas: 1) o projeto keynesiano-distributivo entre maio de 1981 e junho de 1982; 2) o encontro de Versalhes e o primeiro pacote de austeridade de 13 de junho de 1982; 3) a tentativa de manter o projeto expansionista; 4) o segundo pacote de austeridade em 23 de março de 1983. Segundo o autor tais medidas implicaram no aumento da integração da economia francesa com resto do mundo, paralelamente com a diminuição de sua autonomia em termos de política monetária frente às tendências mundiais e o abandono do modelo keynesiano. Estes podem ser alguns indicadores de que o segundo governo de Miterrand adotou algumas práticas neoliberais naquele contexto dos anos de 1980 e que vão ao encontro da explicação de João José Negrão (1996).

Citando Paulo Netto (1995), Marlus Vinicius Forigo (2003) afirma que a crise do estado de bem-estar social surgiu com a crise do socialismo, culminando, assim, numa crise global. Ao encontro dessa ideia Thaís Godoi de Souza e Ângela Mara de Barros Lara (2012) afirmam que as ideias neoliberais passam a ter grande difusão a partir do ano de 1974, quando os países considerados de primeiro mundo entram em recessão após quase trinta anos de crescimento econômico no pós Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Na visão dos neoliberais, a crise dos anos de 1970 ocorreu devido ao poder excessivo nas mãos de sindicatos e do movimento de trabalhadores que, ao garantirem a expansão dos direitos sociais, acabaram por impulsionar o desgaste da lucratividade das empresas.

Desta forma, com a ineficácia do estado do bem-estar social naquele contexto, surge um novo tipo de Estado, o neoliberal, cujas políticas determinam que o Estado deve ser: mínimo; normativo e administrado de forma que não interfira no funcionamento do mercado, já que sua interferência geraria espirais inflacionários (FORIGO, 2003, p. 59). Para os neoliberais, o “estado de bem-estar social” deveria pertencer ao âmbito do campo privado e ser solucionado pela família, pelos serviços privados, com o Estado intervindo apenas com um

mínimo dirigido à população comprovadamente em extrema pobreza.

Foram produzidas então, ao longo dos anos 1970 e 1980, narrativas contrárias ao estado de bem-estar social com o intuito de alavancar os preceitos neoliberais. Reginaldo C. Moraes (2002, p. 12), afirma que essas narrativas neoliberais obtiveram efetividade ao difundir respostas que explicariam a crise dos anos de 1970, tais como: 1) a falência do regime monetário acordado na conferência de *Bretton Woods*[22] (1944); 2) o esgotamento dos modelos de acumulação de capital do pós-guerra e das instituições políticas que lhe eram afins (em especial a democracia de massas); 3) a inviabilidade das políticas nacionais voltadas para promover o desenvolvimento econômico, controlar os ciclos de crescimento e recessão e gerir eficientemente as relações interclasses (as políticas de renda e de bem-estar social, em particular).

Desta forma, segundo o autor, as narrativas neoliberais daquele período pretenderam oferecer explicações e

---

[22] Foi estabelecida nessa conferência realizada em julho de 1944 as regras para relações comerciais e financeiras que deveriam ser seguidas pelos países mais industrializados do mundo. Para saber mais ver: DE OLIVEIRA, Giuliano Contento; MAIA, Geraldo; MARIANO, Jefferson. O sistema de Bretton Woods e a dinâmica do sistema monetário internacional contemporâneo. **Pesquisa & Debate. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política. ISSN 1806-9029**, v. 19, n. 2 (34), 2008.

alternativas convincentes para a superação do chamado "consenso *keynesiano*" dos "trinta gloriosos" anos de crescimento que os países tiveram após a Segunda Guerra Mundial. Para Moraes, três hipóteses correram em paralelo, conectando-se em circunstâncias apropriadas, sendo elas: 1) os custos crescentes (e tendencialmente insuportáveis) das políticas sociais e seu impacto sobre os fundos públicos (inflação, endividamento); 2) os efeitos deletérios dessas políticas sobre valores, comportamentos de indivíduos, grupos sociais e empresas; 3) resultados desastrosos, sobre o processo decisório e sobre as instituições democráticas, da maquinaria política exigida pela implementação desses programas (MORAES, p. 13-14). No caso brasileiro, talvez um quarto elemento possa ser evidenciado, que seria: 4) os gastos públicos com o funcionalismo público e a crítica contra o "Estado corrupto e ineficiente", discurso que aparece bastante na fala de Fernando Collor durante as eleições e 1989 e na revista *Veja* no contexto dos anos de 1980.

Citando esses discursos narrativos neoliberais, o autor argumenta que, graças a eles, foi possível unir duas correntes ideológicas que durante muitos anos pertenceram a culturas políticas distintas: o "fundamentalismo" de mercado e sua crença nas virtudes criadoras da destruição das tradições enraizadas, e o conservadorismo que, por sua vez, é um

defensor da autoridade estabelecida e de tais tradições. Francisco Fonseca (2011, p. 57) aponta que tais tradições conservadoras são contrárias à introdução de direitos sociais propostos como, por exemplo: a diminuição da jornada de trabalho, ampliação da licença maternidade, a licença paternidade, o aumento do valor da hora-extra, entre outros, tendo em vista a manutenção do *status quo* das elites dominantes. A negativa de tais direitos, considerados progressistas, podem ser de certa forma ligados a um conservadorismo da elite empresarial/política brasileira, que se negaram a introduzir determinadas questões (consideradas de caráter progressista) na Constituição de 1988.

Desta forma, Moraes (2002, p.18) afirma que:

> Constitui um grande mérito literário da Nova Direita ter conseguido conectar todos esses elementos ideológicos, não necessariamente integráveis, em um discurso razoavelmente persuasivo. Assim, conseguiu ir além da denúncia "econômica" ou "fiscal" das políticas sociais, o que arriscaria preservá-las como "coisas boas, mas impossíveis de sustentar". Com o enfoque da Nova Direita, elas aparecem, mais e melhor, como sintomas de decadência civilizacional e, simultânea e paradoxalmente, como indutoras da decadência. Como algo intrinsecamente mau e que não se deve sustentar, mesmo quando possível fazê-lo. (MORAES, 2002, p. 18)

Sobre a chamada *Nova Direita* a qual Moraes se refere, esta é definida por Adreana Dulcina Platt (2003) como uma resposta surgida nos idos de 1970 aos movimentos progressistas originados na década anterior, tais como: os movimento antiguerra e antibomba-nuclear, a "revolução sexual", os movimentos feministas, o movimento *hippie*, entre outros. Para Platt (2003, p. 3), o fenômeno da *Nova Direita* se fez conhecer a partir dos últimos anos da década de 1970 com uma articulação política de uma aliança entre liberais e conservadores. Esta articulação se faz com duas teorias – neoliberalismo e neoconservadorismo – e práticas de inserção tanto econômicas quanto políticas e socioculturais. Contudo, segundo Platt (2003), tal aliança é contraditória, pois, se as políticas liberais apontam para gritantes modificações nas relações de produção, reformas orientadas para o mercado, privatização, flexibilização, e, por conseguinte, mudanças nas relações sociais (Cf. ALTHUSSER *Apud* PLATT, p.4), as políticas conservadoras apelam para o aliviamento das pressões sobre os excessos do liberalismo, com acentuadas críticas culturais (TORRES *Apud* PLATT, p. 4). O diferencial é que no encaminhamento de políticas que possibilitassem a solidificação dos princípios liberais e conservadores, os ajustes buscados definiriam os espaços em que um e outro abraçariam (PLATT, 2003, p. 4).

Desta forma, David Harvey (2007, p. 11) destaca a importância de se observar um caso em particular – o processo de neoliberalização nos Estados Unidos através do partido Republicano –, pois este foi decisivo para influenciar as transformações ocorridas no neoliberalismo tanto no que diz respeito a questões econômicas quanto no que diz respeito às liberdades individuais defendidas pelo chamado liberalismo clássico.

> De início havia um sentimento crescente entre as classes altas por volta de 1970, de que o clima anti-negócios e antiimperialista, emergido ao fim dos anos 60, tinha ido longe demais. Em um famoso memorando, Lewis Powell (pouco antes de ser conduzido à Suprema Corte por Nixon) conclama a Câmara de Comércio Americana, em 1971, a deslanchar uma campanha coletiva para mostrar que o que fosse bom para os negócios, seria bom para a América. Logo depois se constituiu uma mesa redonda dos negócios, que embora informal, foi altamente influente e poderosa (ela ainda existe e exerce um importante papel estratégico na política do Partido Republicano). Proliferaram os comitês de ação política de corporações (legalizados com as leis financeiras de campanha pós Watergate, de 1974), e elas, julgando protegidas as suas atividades pela Primeira Emenda da Constituição norte-americana como uma forma de liberdade de expressão, de acordo com a decisão da Suprema Corte de 1976, começaram a sistemática captura do Partido Republicano como instrumento de classe exemplar do poder corporativo e financeiro *coletivo* (em vez de

> particular ou individual). Mas o Partido Republicano necessitava uma base popular. Isso se mostrou mais problemático, porém a incorporação dos líderes de direita cristã – retratados como a 'maioria moral' – à mesa-redonda de negócios forneceu a solução. Um largo segmento de uma classe trabalhadora desiludida, insegura e majoritariamente branca foi persuadido a votar sistematicamente contra seus próprios interesses materiais por motivos culturais (por serem antidemocráticos, contra negros, feministas e gays), nacionalistas e religiosos. Em meados dos anos 90, o Partido Republicano havia perdido quase todos os seus membros 'liberais' e se tornado uma máquina homogênea de direita, conectando os recursos financeiros do grande capital empresarial com uma base popular oriunda da 'maioria moral', particularmente forte no sul dos Estados Unidos (HARVEY, 2007, p. 11).

A defesa ao direito ao aborto ou ao consumo e venda de drogas, por exemplo, poderiam ser facilmente classificados como direitos individuais e, portanto, um posicionamento de cunho liberal econômico – não necessariamente um posicionamento progressista de esquerda. Contudo, com uma maior aproximação entre o partido Republicano e grupos conservadores, tais questões foram abandonadas de vez pelo partido fazendo com que congressistas que tivessem um posicionamento liberal clássico abandonassem o partido e ocorresse uma maior adesão de liberais conservadores ao partido Republicano.

Apesar de historicamente opostas – as vertentes liberal e conservadora –, o modelo das economias abertas neoliberais exige que seja mantida a ideia central do modelo conservador de tal forma que o controle social ocorra de forma eficaz. David Harvey (2007, p.26) afirma que os Estados clientes, apoiados militarmente ou, em alguns casos, dispondo de forças especiais treinadas pelos grandes aparatos militares assumem um papel em um sistema de "aniquilação e repressão, de combater duramente movimentos ativistas que confrontam a acumulação por expropriação" (HARVEY, 2007, p. 26).

> Os programas de bem-estar empresarial agora existentes nos Estados Unidos em nível federal, estadual e local conduzem a um vasto redirecionamento do dinheiro público em benefício das empresas (diretamente, como no caso de subsídios para o agronegócio e, indiretamente, no caso do setor militar-industrial), quase da mesma forma como a dedução das taxas de juros das hipotecas nos Estados Unidos operam como um maciço subsídio para os proprietários das classes altas e para a indústria de construção civil. O crescimento da vigilância e do policiamento e, no caso dos Estados Unidos, do encarceramento dos indivíduos recalcitrantes da população, indica um papel mais sinistro para um controle social mais intenso. Nos países em desenvolvimento, onde a oposição ao neoliberalismo e à acumulação por expropriação pode ser mais forte, o papel do Estado neoliberal rapidamente assume a função de repressão ativa, chegando ao ponto de travar uma guerra de baixo perfil contra os

> movimentos oposicionistas (muitos dos quais podem agora ser convenientemente designados de ‘terroristas’, de modo a obter apoio e ajuda militar dos Estados Unidos), como os zapatistas no México ou o movimento de camponeses sem terra (MST) no Brasil. (HARVEY, 2007, p. 23)

Desta forma, Harvey defende que o neoliberalismo não é meramente um modelo econômico capaz de sanar uma crise – como se pensava na década de 1970 – mas uma resposta política aos movimentos progressistas, pois junto com essas reformas econômicas que penalizam o modelo de estado interventor na economia e as organizações sindicais, vem também uma série de ideais conservadores. A concepção conservadora, nas características gerais de seu pensamento, traz a ideia de uma atitude tradicionalista que compreende o todo social, não apenas na dimensão política, mas enquanto pressuposto filosófico e emocional (PLATT, 2003, p. 8). Citando Trindade, Platt afirma que o ideário conservador procura sistematizar as diferentes dimensões da vida social de tal forma que constrói por meio de pensamentos lógicos e coerentes as justificativas para a manutenção do(s) tradicionalismo(s), das concepções míticas e dogmáticas e da necessidade de sua permanente existência por serem “sinais revelados de manifestações reais” (TORRES *Apud* Platt, p. 8).

> Aventam os conservadores que a realidade social deve se subordinar à estática com vistas a compreender sua história, ou seja, com a regularidade da *ordem* pode-se empreender o progresso, pois só a partir do princípio da continuidade é que o todo social perpassa as "etapas sucessivas e necessárias do desenvolvimento do espírito humano e das sociedades" (TORRES *Apud* PLATT, p.8. Grifo da autora)

Nas palavras de Harvey:

> Portanto, poderíamos analisar a história do neoliberalismo não só como um projeto utópico fornecendo um modelo teórico para a reorganização do capitalismo internacional, mas também como um projeto político visando tanto restabelecer as condições para a acumulação de capital como restaurar o poder de classe. (HARVEY, 2007, p. 9-10)

Cabe aqui um pequeno adendo sobre as origens do pensamento conservador. A concepção conservadora surge no século XVIII enquanto um movimento reativo à Revolução Francesa, à política empreendida a partir destes movimentos e ao Iluminismo racionalista (TORRES *Apud* PLATT, p. 8). O conservadorismo se opõe aos movimentos progressistas e liberais. Desta forma, conceitos sobre nação, família, autoridade, leis, normas, individualismo competitivo e antiestatismo são considerados associados ao conservadorismo tradicional. Citando Torres, Adreana Dulcina Platt (2003, p. 8)

afirma que o movimento neoconservador emerge após 1980 com as modificações político-econômicas que quebram com os princípios do estado de bem-estar social: o thatcherismo (era Thatcher na Inglaterra), o *reagonomics* (era Reagan nos EUA), e a agenda política do Partido Conservador Progressista de B. Mulroney, no Canadá.

> Precisamos destacar que o movimento neoconservador levantou a crítica ao modelo de cidadania instaurado pelo modelo de Estado keynesiano ventilado pelos liberais, ou seja, criticam que o estado-providência cria o desestímulo ao emprego já que os indivíduos criam dependência e passividade entre os pobres; que assalta os parcos cofres públicos sem que modifique a situação das camadas marginalizadas; além de que os neoconservadores compreendem a "crise moral" e a "queda dos valores que sustentam a nação" como sendo resultado da permissividade extraída do estado-providência principalmente no setor cultural e nos Estabelecimentos de Ensino Superior (TORRES *Apud* PLATT, p. 9)

Mas, se o liberalismo e o neoliberalismo possuem pontos que os afastam, também possuem alguns aspectos que os ligam, não sendo o neoliberalismo uma quebra total com a cultura política liberal devido a sua aproximação com a cultura política conservadora, mas sim, realizando um diálogo entre ambas. Embora haja distinção entre o neoliberalismo e o liberalismo clássico, Malagutti disserta sobre suas

convergências: 1) Reconhecimento da ambiguidade do caráter da sociedade de mercado; 2) Concordam que o livre mercado e livre iniciativa possam e devam viver com algum nível de desigualdade; 3) Não aceitação de políticas que contrariam o que consideram a desigualdade "natural" entre os seres humanos. (MALAGUTTI *Apud* PLATT, p. 11)

Desta forma, no contexto de abandono do modelo *keysnesiano*, a revista *Veja* tratou as temáticas políticas e econômicas de um modo bastante conservador, em consonância com o discurso neoliberal daquele contexto. Sobre esse assunto, Carla Silva (2005) aponta que:

> Veja reproduziu essa lógica: as mudanças ocorridas ao longo da década aparecem como inevitáveis, inexoráveis e desejáveis por todos aqueles de "bom senso". Desconstitui todo e qualquer pensamento oponente, repetindo sempre a premissa de que "não há alternativas". Justamente porque não é assim é que são reiteradas na busca do "consenso", essas "verdades", didaticamente em longas matérias que buscam explicar como "a coisa realmente funciona", cotidianamente, tanto ao discutir a política mundial, como ao propor um "novo estilo de vida" (SILVA, 2005, p. 24)

E também que:

> É também pela luta concreta, em que a revista tem uma ação ideológica muito presente, utilizando velhos métodos discursivos

> anticomunistas: desconstruindo o pensamento divergente, se colocando no papel de apontar caminhos para a "esquerda", buscando impor limites à ação de contestação, apoiando a ação repressiva policial. (SILVA, 2005, p. 24)

A partir destas questões, Carla Silva (2005, p.25) formula a hipótese geral de que os interesses defendidos na linha editorial de *Veja* – compartilhados também pelo grupo Abril, que complementa o caráter da segmentação característica da indústria cultural – são diretamente vinculados ao capital externo, à "indústria" de entretenimento, e ao capital oligopolizado.

> De acordo com o crescimento dessas empresas mundialmente e a concentração das mídias, torna-se cada vez mais importante a defesa dos projetos políticos de desregulamentação da economia, para permitir englobar no Brasil os setores conglomerados: telefonia, bancos, mercado de valores, publicidade, empresas ligadas à fonografia, cinema, turismo, tendo presente que uma face indissociada desse processo é o peso do capital financeirizado dessas mesmas empresas, o que se completa no oligopólio. Veja se coloca na defesa do consenso neoliberal nessa perspectiva (SILVA, 2005, p. 25)

Desta forma, pode-se concluir que a partir da troca de diretores de redação no ano de 1976 e da reafirmação do seu caráter liberal em 1978, a revista passa a aderir cada vez mais a

um discurso liberal/conservador, abandonando o caráter dito liberal clássico com o passar dos anos. Ou seja, assumindo um discurso neoliberal, o que caracterizaria o surgimento de uma nova cultura política no semanário que se estende da década de 1970 até os dias atuais através da defesa de ideias que passaram a flertar cada vez mais com o conservadorismo. Segundo Daniela Villalta (1999, p. 56) atualmente o modelo de jornalismo que a revista tem praticado recebe críticas contundentes e lhe rendem até a acusação de uma *impostura jornalística*. Em entrevista a Daniela Villalta, Euripedes Alcântara – atual chefe de redação em *Veja* – afirma que "a marca da revista muitas vezes incompreendida em escolas de jornalismo é não se refugiar sob o conforto da imparcialidade. *Veja* tem e defende posições e princípios sem rodeios" (ALCÂNATARA *Apud* VILLALTA, p. 156-157).

1.1.4 A era Guzzo e a reformulação da redação nos anos 1980

José Roberto Guzzo fez parte da redação da equipe de *Veja* desde os anos iniciais da revista até o início da década de 1990. Com apenas 25 anos de idade, Guzzo trabalhava em Paris para o *Jornal da Tarde* no momento em que recebeu a visita de Mino Carta convidando-o para trabalhar no semanário

(ALMEIDA, 2009, p. 30). Em *Veja*, José Roberto Guzzo ocupou primeiramente o cargo de diretor internacional. O jornalista recebia diariamente material de periódicos internacionais – em especial as revistas estadunidenses *Time* e *Newsweek* –, tendo a tarefa de ler e reler o conteúdo neles publicado buscando uma maneira de transcrever a linguagem desses veículos com o intuito de repetir o sucesso dos mesmos em *Veja* – tarefa árdua se levado em consideração o tempo em que a revista funcionou dando prejuízo para a editora. A descoberta do eixo do semanário ocorreu no momento da reforma editorial, com o destaque para a cobertura política. "*Veja* descobriu seu caráter nacional com a cobertura política. Buscaria o furo, teria de ser corajosa e independente. Daria o sentido dos acontecimentos e, com isso, encontrou a fórmula da revista semanal brasileira" (ALMEIDA, 2009, p. 51).

Para concorrer com a dinâmica do telejornalismo, a revista semanal precisou achar o seu estilo próprio de fazer jornalismo, adotando o resumo das principais notícias da semana em âmbito nacional. Carlos Chagas – jornalista de *Veja* no período em que Mino Carta ocupou o cargo de diretor de redação – afirmou em entrevista a Maria Fernanda Lopes Almeida (2009, p.58) que, uma das formas encontradas para chamar a atenção dos leitores foi a de inserir adjetivos nas

matérias, algo não muito comum no jornalismo que se ampara em padrões de objetividade e neutralidade.

> Na revista, às vezes você vai dar uma página ou meia página sobre um assunto, enquanto um jornal tem três ou quatro dias e um total de 20 páginas para a matéria. Então você tem de usar adjetivo. No jornal diário, você não deve usar adjetivos. Na revista semanal, o que te salva freqüentemente é o adjetivo. Então, naquela terça-feira foi o dia mais dramático da enchente. O salvamento das crianças foi o que mais emocionou as pessoas. Foi o momento mais emocionante. Pronto. No que você usa frases adjetivas, você resume o que aconteceu e se dá mais valor à ilustração e à fotografia. Vim descobrir isso fazendo (CHAGAS *Apud* ALMEIDA, 2009, p. 58)

Ainda em seus anos iniciais, a revista encontrou a forma de abordar determinados assuntos que lhe renderam uma "face própria". Velasquez e Kushnir (2012) apontam essas características da seguinte forma:

> Entre 1968 e 1970 *Veja* consolidou um modelo de apresentação gráfica e de distribuição das matérias e seções pela revista que se manteve até os dias atuais. Inicialmente, a revista era aberta por uma agenda cultural e chamava seu editorial de "Carta do editor". Nos dois anos seguintes ao início da circulação foi adotando a apresentação que se tornou tradicional, com a abertura por uma entrevista (que passou a ser impressa em páginas amarelas), seções de humor (variando conforme o momento),

> destaques da semana, cartas, o editorial ("Carta ao leitor") e uma grande matéria de resumo da semana, normalmente de pauta política. Nas últimas páginas, os temas culturais: cinema, livros, música etc. Fechando a revista, uma página de opinião assinada. (VELASQUEZ; KUSHNIR, 2012)

Alzira Alves de Abreu (2005, p. 55) afirma que até os anos de 1970 a empresa jornalística era controlada por seu proprietário ou por sua família, o que lhe dava a possibilidade de domínio sobre a orientação política e sobre o noticiário. As transformações técnicas, acompanhadas de novos métodos racionais de gestão, acabaram culminando em uma renovação na direção empresarial e na direção das redações. A partir de 1970 e 1980, o poder nas empresas adquiriu outra dimensão: não estava mais na mão de um só dono, com o controle acionário passando a ser exercido por um número maior de membros da família, fazendo com que esses proprietários se tornassem homens de organização submetidos à racionalidade da empresa e dotados de diversas especializações profissionais: são agora economistas, administradores, engenheiros de produção, engenheiros de informática, submetidos a conselhos de administração e a comitês de diretoria e coordenação.

Sobre isso, Luciana Rosar Klanovicz afirma:

> É necessário observar que a imagem do jornalista sofreu transformações importantes na década de 1980. Stela Senra (1997, p.21) afirma ter ocorrido um deslocamento do papel do jornalista naquele período por conta da "incorporação de padrões racionais de decisão na esfera de produção e circulação de mercadorias em geral", o que contribuiu para a efetivação da empresa jornalística nos moldes competitivos frente à disputa com a televisão pela produção de notícias. Assim, "a partir dos anos 80, eles se informatizaram e adotaram métodos de gerenciamento, dando início a um processo de racionalização que viria inaugurar, por sua vez, tanto uma nova concepção de jornalismo quanto da função do jornalista" (KLANOVICZ, 2008, p. 36)

Desta forma, nos anos de 1980, se configura na redação da *Veja* uma nova forma de organização. Nilton Hernandes (2004) explica o modo como a redação do periódico passou a funcionar nesse período. Segundo o autor, o cargo de redator chefe foi extinto e todos passaram a escrever e a estar encarregados pela busca de notícias.

> Em *Veja*, o período maior de coleta criou outra dinâmica [diferente dos jornais diários]. As reportagens são muito mais trabalhadas e controladas e, geralmente, um produto de diversas mãos. O repórter, que já vive sob a camisa de força da pauta, na maioria das vezes, após a apuração de dados, não tem controle do que será pinçado do seu relatório e considerado relevante no texto final. Quanto mais importante for um assunto, mais circula entre os editores, mais envolve diferentes áreas,

> sucursais, agências de notícias e de imagens. É comum um texto importante subir e voltar a descer a pirâmide hierárquica. Um editor pode acrescentar uma informação que ele apurou. Outro editor, num patamar superior, pode tirar a informação e colocar outras. Ou pedir para o escalão abaixo refazer toda a pesquisa (HERNANDES, 2004, p. 28).

Além desta prática, outra característica comum do semanário é a não apresentação de assinatura dos responsáveis pelas matérias. A explicação para essa situação é descrita por Mário Sérgio Conti – diretor de redação da revista entre maio de 1991 e dezembro de 1997 – que afirma que as matérias publicadas em *Veja* passam pelas mãos de tantos editores, que ao final, "do seu texto original, não sobraram nem as vírgulas" (CONTI *Apud* HERNANDES, p. 29). Hernandes (2004) ainda afirma que, há alguns anos, alguns textos passaram a ser assinados e pelos seguintes motivos: dar foco ao autor da matéria e responsabilizar o mesmo pelo que foi escrito. Contudo, a prática da assinatura continua esporádica até os dias atuais. Além da explicação de Nilton Hernandes, a própria revista publicou uma nota sobre o assunto na edição nº 1086 com o título: *O leitor quer saber quem escreveu.* "Algumas reportagens envolvem um número relativamente grande de jornalistas, cujos relatos chegam das sucursais da revista e

somam-se aos relatórios dos repórteres da redação paulista" (*Veja*, 05/07/1989, p. 15).

Essa nova dinâmica da redação da revista nos anos 1980 tem muito a ver com a influência de um personagem em questão ainda não citado neste trabalho, o jornalista Élio Gáspari. Segundo Maria Lopes Almeida (2009, p. 55) Gáspari nasceu em Nápoles, Itália, e veio para o Brasil com sua mãe quando tinha apenas cinco anos, tendo desembarcado no Rio de Janeiro. Durante sua juventude, prestou vestibular para História na Faculdade Nacional de Filosofia, mas a militância de esquerda o levou ao jornalismo. Ainda segundo a autora, pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), conseguiu seu primeiro emprego na embaixada de Cuba no Rio de Janeiro, cuja função exercida era a de recortar jornais para o arquivo. Posteriormente, Gáspari foi trabalhar em *Novos Rumos*, publicação do PCB. Com o Golpe de 1964, foi expulso da faculdade e perdeu o emprego quando *Novos Rumos* foi fechada. Gáspari fez algumas reportagens para a sucursal da revista *Veja* no Rio de Janeiro como *free-lancer* e, por ter agradado os editores foi contratado. O início de seu trabalho em *Veja* começaria em uma segunda-feira, porém, três dias antes, a Aeronáutica o chamou para prestar depoimento, tendo ficado encarcerado durante 60 dias. Em 01 de setembro de 1969, Gáspari começou a trabalhar no semanário e participou

do início ao fim da cobertura sobre a chegada do homem à lua encabeçada por Raimundo Pereira. No ano seguinte, assumiu a editoria da seção Brasil. Ficou no semanário até o ano de 1974, quando foi contratado pelo *Jornal do Brasil*, no Rio de Janeiro, retornando para *Veja* apenas no ano de 1979, convidado por José Roberto Guzzo, o então novo diretor de redação.

Alexandre Rossato Augusti (2005, p. 76), aponta que Élio Gáspari foi responsável por uma nova política editorial que teve como objetivo inicial modificar toda a "casta" de profissionais que havia se formado e se estabelecido na redação da revista ao longo de uma década. Entre os anos de 1979 e 1983, Gáspari foi responsável pela troca de 90% dos profissionais que trabalhavam no semanário. Se durante uma década de vida na revista alguns só escreviam (editores) e outros só apuravam (editores assistentes e repórteres) com a nova política de Gáspari todos deveriam ser responsáveis por fazer a apuração dos dados para as matérias.

Em relação ao modo como eram definidos naquele momento os assuntos tratados pela revista e a forma como a redação da mesma trabalhava no período dos anos 1980, Mário Sérgio Conti explica que:

> O ciclo poderia começar com um repórter querendo fazer uma matéria. Ele tinha de convencer o seu editor de que a idéia, a pauta,

> era boa. Se conseguisse, o editor a encaminhava ao editor executivo, que a conduzia ao seu chefe, e assim sucessivamente. No caminho, a pauta ia sendo burilada e completada. Na apuração, eram feitas quantas fotografias e entrevistas fossem necessárias, onde fosse preciso, inclusive na Europa e Estados Unidos, pelos correspondentes. Depois de percorrer pilhas de fotos, para escolher as melhores, e de fazer tabelas, mapas ou gráficos com a editoria de Arte, o repórter diagramava a matéria, que era repaginada pelo editor e depois pelo editor executivo. O encarregado escrevia o texto, seu editor pedia complementos e determinava que fosse reescrita novamente. Autorizada a publicação, era hora da checagem. Os checadores conferiam datas, buscando incongruências e erros. Esse ir-e-vir levava dias, às vezes semanas e, no gargalo final, era extenuante e neurótico. À meia noite, acontecia de se reescrever uma matéria de oito páginas com um novo enfoque e mais entrevistados, que às vezes precisavam ser tirados da cama. Às três horas da madrugada, o chefe poderia decidir que a reportagem fosse reduzida para duas páginas. O repórter que teve a idéia original saía da redação às nove horas da manhã, com o sol alto, e chegava em casa massacrado. Apenas uma das oito pessoas que entrevistara durante horas fora citada. Do seu texto original, não sobraram nem as vírgulas. [...] Como de praxe em *Veja*, a reportagem não era assinada. (CONTI *Apud* N HERNDANDES, 2004, p. 28-29)

Outra mudança importante a ser destacada nesse período é a da adoção do jornalismo denuncista pautado em dossiês de acusação, a partir da saída de José Roberto Guzzo no ano de 1991, porém, essa questão será tratada

posteriormente. É nesse contexto dos anos 1980 que a revista dá um salto nas vendas, passando de 300 mil para 800 mil exemplares vendidos semanalmente, como nos aponta Velasquez e Kushnir (2012). Nesse momento do final dos anos de 1980 o país estava prestes a reviver uma experiência política que há anos não era vivenciada pelos brasileiros, as eleições diretas para presidente da República.

1.2 AS ELEIÇÕES DE 1989, A REDEMOCRATIZAÇÃO E FERNANDO AFFONSO COLLOR DE MELLO

A década de 1980 é considerada por muitos a década perdida da economia brasileira devido ao fraco desempenho do país no âmbito econômico, tanto no que diz respeito ao crescimento do produto interno bruto (PIB) quanto à ineficácia do combate à inflação. Contudo, se a década de 1980 foi um período no qual a inflação reinou e o país estagnou seu crescimento econômico, também foi a década em que a sociedade brasileira se mobilizou pela conquista de importantes direitos políticos. A emenda Dante de Oliveira, o fim da ditadura militar, a constituinte de 1988, as eleições diretas, entre outros, foram alguns dos episódios que ocorreram naquele contexto e que tiveram ampla participação ou apoio da população brasileira em seus processos.

Não somente o Brasil, mas o mundo também passava por mudanças naquele momento. A queda do muro de Berlim, em 1989, e o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), em 1991, significaram o fim simbólico do chamado mundo comunista e estabeleceram a crença no capitalismo como o único caminho possível para os Estados contemporâneos. Todos esses assuntos citados até aqui foram amplamente explorados pela revista *Veja* ao longo da década de 1980 e contribuíram para que suas vendas fossem impulsionadas graças à sintonia entre esses acontecimentos e o *marketing* que a revista fazia insistindo na importância fundamental da informação na vida dos brasileiros.

Citando Adriano Nevo Codato (2005), Reinaldo Lohn (2013, p. 78-79) aponta que os atores envolvidos no processo de redemocratização foram divididos, basicamente, em três grandes grupos em processo evolutivo de mudança no período considerado: Forças Armadas, Estado e Sociedade. A construção de uma normativa institucional liberal democrática no Brasil esteve pautada pelas características de uma longa negociação, na qual os militares não transferiram todo o poder a seus apoiadores civis, tampouco submeteram-se a seus opositores moderados. Ainda segundo Reinaldo Lohn (2013), a criação da Frente Liberal, em 1984, que arregimentou antigos próceres civis do regime para apoiar a candidatura

oposicionista de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral, ilustra o quanto foi possível que aquele período de tempo não fosse apenas um ponto intermediário: foi o próprio objeto da negociação, que deveria ser tão longo quanto fosse necessário para arranjar o jogo político de tal maneira que afastasse rupturas. Isso quer dizer que ao longo do processo não estava estabelecido um momento final de antemão "não houve propriamente uma ruptura com o autoritarismo, mas uma transformação – lenta, segura e gradual". Segundo Reinaldo Lohn (2013, p.74-75), a longa transição brasileira teve marcos definidores que o próprio jogo político do regime autoritário delimitou e foram tacitamente aceitos pelos que participaram, direta ou indiretamente, das negociações que redundariam no fim do regime autoritário. "Afastar qualquer possibilidade de ruptura ou de que a extinção da ditadura militar resultasse de agudos conflitos sociais e políticos, foi, desde sempre, um objetivo dos acordos que tramaram o que viria a ser chamado de Nova República" (LOHN, 2013, p. 75).

David Maciel (2011, p. 98-100) aponta que, nesse contexto, o projeto neoliberal emergiu como uma das alternativas históricas vislumbradas no interior do bloco no poder para atualizar sua dominação social. Mesmo após o término da transição política que substituiu a institucionalidade autoritária da Ditadura Militar pela institucionalidade

democrática a partir da Constituição de 1988 e confirmada pela eleição presidencial de 1989; a crise política da Ditadura Militar permaneceu, evidenciando claramente os seguintes pontos: a ausência de unidade entre classes e frações do bloco no poder em torno de um projeto histórico de largo fôlego; a permanência do movimento social das classes subalternas como alternativa de governo e poder além da própria fragilidade da democracia recém-instalada.

Para Reinaldo Lohn (2013, p. 74), a lógica da conciliação e da postergação de decisões, para obter melhores resultados nos acordos políticos pretendidos, presidiu os trabalhos da Constituinte de 1988. Ainda segundo o autor, aquele foi o prenúncio de práticas parlamentares que se aprofundariam desde então nas relações entre Executivo e Legislativo, sendo mantidos os privilégios de categorias e instituições no interior do aparelho de Estado e as dificuldades impostas às reformas sociais.

Velasquez e Kushnir (2012) afirmam que à medida que se acelerava no Brasil o processo de transição democrática, *Veja* ampliava sua liderança no mercado editorial, alcançando uma tiragem de cerca de quinhentos mil exemplares já em 1981 e atingindo edições com mais de um milhão de números vendidos em alguns momentos dos anos seguintes. A cada novo plano econômico lançado, edições especiais explicando

as medidas para a opinião pública insegura faziam a revista alcançar tiragens recordes. Ainda segundo as autoras, a partir dos anos de 1980, as páginas de publicidade da revista passaram a ocupar cerca de 2/3 do material publicado, dado importante a ser levado em consideração quando se trabalha com periódicos, pois além da revista transmitir as informações semanais para seus leitores, ela também é um produto que deve gerar lucro para a empresa que a publica. Além disso, pode ser um tanto quanto arriscado assumir posicionamentos contrários aos interesses de seus anunciantes, principalmente em um momento decisivo como uma eleição presidencial, como foi em 1989. Tânia Regina de Luca (2010, p. 140) afirma que jornais e revistas não são obras solitárias, mas empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos, o que os torna projetos coletivos por agregarem pessoas em torno de ideias, crenças e valores que se pretende difundir através da palavra escrita. E é daí que surge a importância de se identificar cuidadosamente o grupo responsável pela linha editorial e inquerir sobre suas ligações cotidianas com diferentes poderes e interesses financeiros além, é claro, de interesses políticos.

Reinaldo Lindolfo Lohn (2013, p. 75) afirma que a grande imprensa empresarial, na condição de cronista e elaboradora dos registros políticos de então, contribuiu para a

definição de marcos temporais do processo de redemocratização, além de sublinhar interlocutores e analistas do processo, por meio de um agenciamento narrativo junto à chamada oposição liberal consentida e, mesmo, aos governadores que, embora sob um regime autoritário, buscaram legitimidade social. Aquele foi ainda um largo período no qual a sociedade brasileira assistiu a transformação em várias dimensões, com a urbanização e a afluência de camadas médias portadoras de estilos de vida pautados em bens de consumo modernos.

Rodrigo de Carvalho (2012, p. 28) aponta que, em 1989, o então presidente José Sarney encerrava seu mandato com muitas críticas provindas da opinião pública. Sarney iniciou o seu governo em um momento de transição democrática cheia de percalços, resultado de uma aliança política pela qual parte dos principais colaboradores do regime ditatorial continuavam a dirigir o país. Sua gestão seguiu um modelo de desenvolvimento econômico que dava sinais de esgotamento. Além destes aspectos destacados por Rodrigo de Carvalho, Camila Kowalski e Nina Santos (2012, p. 3) apontam que os fracassos dos diversos planos monetários colocados em prática durante o governo Sarney (Cruzado I e II, Bresser e Verão), que não conseguiram estabilizar a economia do país foram responsáveis também por desgastar o governo e

o campo político. Contudo, entre as muitas críticas negativas e questionamentos que podem ser feitos contra o mandato de Sarney, podem-se destacar como positivos a convocação da Assembleia Constituinte de 1988 e a construção das bases para as eleições diretas em 1989.

Já no ano de 1984 uma tentativa de estabelecer eleições diretas havia sido feita através da chamada Emenda Dante de Oliveira. Segundo Renato Lemos, em verbete publicado no DHBB (2009), numa sessão da Câmara de 25 de abril de 1984, o então deputado federal, Fernando Collor, apoiou a emenda que propunha o restabelecimento de eleições diretas para a presidência da República já em novembro daquele ano, na sucessão do presidente João Figueiredo (1979-1985). Como já evidenciado, a emenda não teve votos suficientes para ser aprovada – tendo faltado um total de 22 –, e o novo presidente da República foi ainda mais uma vez escolhido de forma indireta pelo Colégio Eleitoral no dia 15 de janeiro de 1985. Nessa ocasião, Fernando Collor votou no candidato do regime militar, Paulo Maluf, derrotado por Tancredo Neves e seu vice, José Sarney.

Durante o ano de 1985, já na gestão de José Sarney, foi votada e aprovada a lei proposta pelo Executivo que restituiu a eleição direta para presidente da República. O pleito deveria ocorrer no ano de 1988, no mesmo momento em que

aconteceriam as disputas municipais, porém, uma manobra política estendeu por mais um ano o mandato do então presidente, empurrando a eleição para o ano seguinte. A mudança, considerada “casuística” possibilitou organizar melhor o processo eleitoral de 1989. Tal adiamento fez com que o pleito não coincidisse com outras disputas eleitorais e pudesse ser realizado sem a influência das candidaturas para os governos estaduais e para o parlamento. Além disso, a prorrogação do prazo também possibilitou a ampliação de candidaturas que estavam se movimentando por fora e a formação de novos partidos, como o Partido da Reconstrução Nacional (PRN). Estes foram alguns aspectos determinantes para a entrada do então governador do estado do Alagoas, Fernando Collor, na disputa presidencial (CARVALHO, 2012, p. 31).

Fernando Affonso Collor de Mello nasceu no Rio de Janeiro, à época Distrito Federal, em 12 de agosto de 1949. Filho de Arnon de Mello e Leda Collor de Mello, estudou em alguns dos mais tradicionais colégios cariocas, tais como: Padre Antônio Vieira, São Vicente de Paula e São José, entre os anos de 1962 e 1966. Em 1967, mudou-se para Brasília, ingressando no Centro Integrado de Ensino Médio (CIEM), escola pública de aplicação da Universidade de Brasília (UNB), como nos aponta Renato Lemos (2009). Em seguida,

matriculou-se na União Pioneira de Integração Social (UPIS), onde se formou em ciências econômicas. Estagiou ainda no *Jornal do Brasil*, no Rio de Janeiro, e trabalhou como corretor de títulos da Univest em Brasília. Em 1972, transferiu-se para Maceió, onde assumiu a direção da *Gazeta de Alagoas*, jornal de propriedade de seu pai. Em 1973, tornou-se superintendente da Organização Arnon de Mello, grupo empresarial da família constituído pelo *Gazeta de Alagoas*, a TV Gazeta, três emissoras de rádio e uma gráfica. Fernando Collor, por influência de Claudio Francisco Viera – advogado da TV Gazeta – elegeu-se também presidente do Centro Sportivo Alagoano (CSA), tradicional clube de futebol daquele estado.

Segundo Renato Lemos (2009), em um acordo realizado entre Arnon de Mello e o ex-governador alagoano Divaldo Suruagy, ambos da Aliança Renovadora Nacional (Arena)[23], Fernando Collor foi nomeado prefeito de Maceió no ano de 1979. Ainda segundo o autor, uma de suas primeiras medidas administrativas foi a concessão de um aumento salarial de 168% aos funcionários do município, que estavam sem pagamento havia três meses. Além disso, após promover a reurbanização da orla marítima de Maceió e construir um conjunto habitacional, contratou a produção de um álbum

---

[23] Partido que dava sustentação ao regime militar implantado em 1964.

fotográfico sobre a cidade buscando promovê-la em viagem pelo Brasil na companhia de grupos folclóricos alagoanos. Candidatou-se, em 1982, a deputado federal por Alagoas pelo PDS e foi apoiado financeiramente pelos usineiros do estado. Os recursos desta campanha foram administrados pelo empresário Paulo César Farias, conhecido como PC – personagem que terá um papel importante na queda de Fernando Collor da presidência da República no ano de 1992.

Por ora, nos concentremos apenas na disputa eleitoral de 1989. Segundo Camila Kowalski e Nina Santos (2012, p. 3) a eleição presidencial de 1989 trouxe consigo três grandes marcos. 1) Foi a primeira eleição direta realizada após a ditadura e a primeira para presidente em 29 anos; 2) A população brasileira que anteriormente a 1964 era de maioria rural, agora se encontrava em maior parte concentrada nas cidades – o que fez com que a desigualdade social no meio urbano aumentasse; 3) A presença da forte comunicação – especialmente com relação aos meios eletrônicos – era bem maior do que nas eleições realizadas até então, o que fez com que essa se diferenciasse nos quesitos "imagem e *marketing* político".

> Na época [1989], mais de 64% das residências (quase 35 milhões) do Brasil tinham pelo menos um desses aparelhos. Ou seja, 94% da

> população brasileira estava potencialmente atingida pelas emissoras. No ano da eleição presidencial, uma pesquisa com amostragem nacional mostrou que 86% dos entrevistados tomavam conhecimento dos acontecimentos políticos através da TV. A comunicação tornara-se elemento constitutivo da sociabilidade (KOWASLKI & SANTOS, 2012, p. 4)

Rodrigo de Carvalho (2012, p. 53) aponta que na eleição de 1989 não houve preparação das estruturas de campanha, sendo Fernando Collor uma exceção nesse quesito. Dois anos antes do início do pleito já havia contratado um instituto de pesquisa e trabalhava o marketing eleitoral. Nas palavras do autor, os demais candidatos parecem ter organizado suas campanhas de forma militante, espontânea e um tanto improvisada. Todavia, a televisão não foi o único meio encontrado pelo candidato para se promover. Ao que tudo indica Fernando Collor já havia iniciado um processo de construção de uma imagem política anos antes do pleito eleitoral. Além disso, Fernando Collor já havia aparecido em uma matéria transmitida pelo Globo Repórter, em 2 de abril de 1987, bem como em matérias da revista *Veja* nos anos de 1987 e 1988. Ainda segundo o autor (2012, p. 36), foi nesse contexto de 1987 que surgiu o termo “marajá”.

No início de 1989, apesar da grande expectativa para as eleições daquele ano, o cenário de disputa sucessória era

indefinido. Alguns dos partidos não conseguiam chegar a um consenso interno sobre quem seriam seus candidatos nas eleições daquele ano, fato que fez com que partidos que já estivessem organizados pudessem tomar a dianteira na corrida eleitoral. Segundo Renato Lemos (2009), as duas maiores legendas daquele período – PMDB e PFL — ainda discutiam os nomes que lançariam para a campanha presidencial. Apenas os candidatos de dois partidos expressivos estavam em campanha aberta: Leonel Brizola, do Partido Democrático Trabalhista (PDT), e Luís Inácio da Silva, o Lula, do PT. A posição de liderança que ocupavam nas pesquisas de intenção de voto sugeria que as forças de esquerda tinham boas perspectivas de vitória. No final do mês de março, a revista *IstoÉ*/*Senhor* chamava a atenção para o espectro "*Brizula*"[24]. No período entre os dias 18 e 27 de março de 1989, o IBOPE realizado no período pré-campanha apontava Brizola como o candidato com o maior número de intenções de votos, com 19%. Em segundo lugar vinha Lula, com 16%, seguido de Collor com 9% e Mário Covas e Paulo Maluf, ambos com 6% (CARVALHO, 2012, p. 39).

É possível identificar dois momentos em que Fernando Collor aparece na revista *Veja* antes da corrida eleitoral ter

---

[24] O modo como era denominada a possibilidade de vitória de um dos candidatos do PDT ou PT, ligados à ideologias de esquerda.

início e que são importantes para a análise mesmo estando fora do recorte temporal da pesquisa. O primeiro deles, no ano de 1987, ocorre no momento em que Fernando Collor ocupava o cargo de governador de Alagoas e colocava em prática uma empreitada contra os "marajás" – termo pejorativo surgido naquele contexto para descrever a prática do acúmulo de vencimentos aos salários de funcionários públicos. Já o segundo momento é no ano de 1988, quando Fernando Collor aparece como matéria de capa de *Veja*, a qual destacou sua vontade em disputar as eleições do ano seguinte.

1.2.1 Collor em *Veja* antes das eleições (1987-1988)

Na edição de nº 1020, de 23 março de 1988, *Veja* define um marajá não como um funcionário público que ganha bem, mas um funcionário que ganha em demasia através de processos fraudulentos de acumulação de extras ao salário básico (*Veja*, 23/03/1988, p. 42). Contudo, a aparição do termo e da figura de Fernando Collor é anterior a essa matéria, tendo ocorrido um ano antes. Retrocedendo um ano no tempo, para o ano de 1987, o então governador de Alagoas foi evidenciado em um dos *boxes* (ou quadro destaque) da matéria intitulada *Ação em família – Sob a desculpa da competência, parentes dos novos governadores ganham cargos na administração*,

publicada em 15 de abril daquele ano, edição nº 971, seção Justiça. Como se pode perceber pelo título da matéria, o tema abordado é a contratação de parentes para cargos públicos, mas Fernando Collor não figurou como personagem principal da matéria nem mesmo entre os candidatos apontados como envolvidos com a prática.

Ao que tudo indica a matéria acompanhou o Globo Repórter que foi ao ar treze dias antes e, assim como o programa da TV Globo, citou o nome de governadores de diversos estados adeptos do nepotismo em suas gestões. No texto, a revista destacou ser uma prática que ocorre no país todo, mas mais comum nos estados do norte e nordeste. Contudo, na contramão dos estados dessas duas regiões citadas como exemplo, tais como: Rio Grande do Norte, Piauí, Paraíba, Pernambuco; havia um estado que foi destacado por ser diferente. Esse estado era Alagoas, administrado à época por Fernando Collor. "[...] Embora a maioria dos governadores esteja às voltas com a Justiça para conter o apetite dos funcionários 'marajás' (veja o quadro), poucos deles resistem à tentação de recrutar auxiliares nas fileiras da família". (*Veja*, 15/04/1987, p. 94)

O quadro no qual o trecho acima se refere faz parte de um dos *boxes* onde está ilustrada uma foto de Fernando Collor sentado em uma poltrona. Naquele espaço, Fernando Collor é

elogiado como um exemplo de governador que busca combater os “privilégios” recebidos pelos funcionários públicos – que, segundo a revista, só ocorriam devido às leis inconstitucionais que lhes garantiam tais “privilégios”.

> Uma praga que assola o país – Os chamados marajás de Alagoas, uma casta de aproximadamente 1000 funcionários públicos beneficiados por salários astronômicos num Estado pobre, sempre alegaram que a lei era a proteção de seu privilégio. Ao assumir o governo alagoano, há um mês, o jornalista e empresário Fernando Collor de Mello, 37 anos, declarou guerra aos marajás e usou para combatê-los a mesma arma do adversário, com sucesso. (*Veja*, 15/04/1987, p. 95)

A mesma arma do adversário a qual a matéria se refere foi uma ação que Fernando Collor levou ao Supremo Tribunal Federal alegando inconstitucionalidade no acúmulo de vencimentos dos funcionários do estado. Segundo Renato Lemos (2009), o STF concedeu liminar sustando o pagamento dessas vantagens até o julgamento do mérito. Contudo, os atingidos conseguiram que o mesmo STF considerasse constitucionais as vantagens em questão. Fernando Collor então se recusou a pagar tais vencimentos alegando falta de recursos, o que resultou em uma ameaça de intervenção federal em Alagoas a pedido do Tribunal de Justiça do Estado, o que,

no entanto, não chegou a se concretizar. Porém, o episódio foi o suficiente para colocar a opinião pública ao seu favor.

Fernando Collor ter aparecido em um quadro destaque não foi uma mera coincidência. Nilton Hernandes (2008, p. 151) aponta que *Veja* investe na diagramação dos chamados *boxes* para organizar informações e chamar a atenção dos leitores para a matéria. Desta forma, a figura de Fernando Collor acaba se destacando dentro de uma matéria escrita sob a justificativa de denúncia de governadores que praticavam o nepotismo, porém, possivelmente com a intenção de não somente demonstrar o trabalho realizado pelo então governador do estado de Alagoas, mas de apresentar Fernando Collor como um político diferente, alguém compromissado com os interesses públicos e que deveria ser o exemplo a ser seguido pelos demais gestores do país.

Luis Felipe Miguel (2011, p. 1) afirma que: “ao invés de narrarem as origens, os discursos políticos muitas vezes narram o futuro”. Nesse momento, Fernando Collor iniciava a construção de sua personalidade política buscando encontrar respaldo na mídia nacional. Ainda segundo Luis Felipe Miguel (2011, p. 2) existe uma perspectiva de mito como uma “ideia falsa” geralmente associada ao marketing e à publicidade comercial, que possui a mistificação como princípio e instiga o público alvo ao seu consumo.

> A instigação ao consumo ostentatório, o fetiche da inovação tecnológica [...] a exaltação de certos padrões de juventude e beleza: em torno destes núcleos, o discurso publicitário constrói seus “mitos”. E os constrói de forma científica, integrando aportes da psicologia, da sociologia e da semiótica, além das técnicas mais avançadas de pesquisa de opinião. (MIGUEL, 2011, p. 2)

Sobre a eficácia desse tipo de mistificação na política:

> Assim, desde o momento em que se equipara o mito contemporâneo à mistificação, as mensagens publicitárias ganham a posição de produtoras de mitos por excelência. Os elementos míticos identificáveis no discurso político seriam, de acordo com essa perspectiva, vinculados à moldura publicitária desse discurso. Ao mesmo tempo, porém, a propaganda comercial possui relevância política nada desprezível. O habitante do mundo contemporâneo é bombardeado por ela sem cessar: não há outro discurso tão onipresente. Ela desempenha, portanto, um papel fundamental na moldagem de uma mentalidade coletiva. (MIGUEL, 2011, p.2)

O que nos faz levantar a seguinte questão: Por que e como os discursos do jovem, protetor dos descamisados, caçador de marajás ganharam sentido a ponto de elegê-lo em 1989? Uma das prováveis respostas para a questão seria que, Fernando Collor, conseguiu ganhar a opinião pública com um

discurso moralizante, anti-corrupção, demonstrando ser capaz de realizar qualquer feito para evitar que injustiças fossem cometidas contra os cidadãos mais necessitados. Tal hipótese parece ficar evidente no momento em que se negou a pagar os funcionários públicos que venceram a ação no STF contra o governo de Alagoas, algo que, poderia ter gerado, inclusive, problemas ao governador e ao Governo Federal. Além disso, Fernando Collor foi identificado em seu *marketing* como um político que não fazia política, como um representante dos descamisados, por mais que defendesse uma plataforma liberal da qual grande parte da imprensa nacional simpatizava.

Retornando à matéria publicada, Fernando Collor é apresentado como o governador de Alagoas, um "jornalista e empresário", jovem – com apenas 37 anos – sem que ocorra qualquer referência ao passado político oligárquico da família do mesmo. Evidentemente, *Veja* faz um claro ataque ao funcionalismo público, possivelmente motivada não apenas pela pertinência da questão – afinal, gastos em demasia do estado com excesso de vencimentos são um tema importante de ser abordado pela imprensa –, mas também movida por interesses, sobretudo interesses de cunho (neo)liberal de defesa da redução do Estado. É importante destacar que o tema não deixa de ser abordado, e aparece outras vezes no semanário nos anos seguintes. Camila Kowaslki e Nina Santos (2010, p.10)

afirmam que o discurso neoliberal surge no país como uma crítica ao estado corrupto e ineficiente, diferente de outros países em que o neoliberalismo atacava o Estado de bem-estar social. Contudo, outras questões relacionadas ao neoliberalismo podem ser percebidas nas matérias nos anos seguintes, caracterizando alguns dos motivos de um suposto apoio da revista ao candidato naquele contexto.

Roland Barthes (2001, p.163) afirma que o mito é uma fala despolitizada. Desta forma, na perspectiva do autor podemos afirmar que um dos mitos do neoliberalismo brasileiro é o mito do fim da corrupção através da diminuição do Estado, da liberalização da economia e da diminuição das práticas burocráticas.

> É possível completar agora a definição semiológica do mito na sociedade burguesa: *o mito é uma fala despolitizada*. Naturalmente, é necessário entender: *política* no sentido profundo, como conjunto das relações humanas na sua estrutura real, social, no seu poder de construção do mundo; é sobretudo necessário conferir um valor ativo ao sufixo des: ele representa aqui um movimento operatório, atualiza incessantemente uma deserção. [...] O mito não nega as coisas; a sua função é, pelo contrário, falar delas; simplesmente purifica-as, inocenta-as, fundamenta-as em natureza e em eternidade, dá-lhes uma clareza, não de explicá-la, pouco falta para que a ache normal, *decorrente da natureza das coisas*: fico tranquilo. Passando da história à natureza, o

> mito faz uma economia: abole a complexidade dos atos humanos, confere-lhes a simplicidade das essências, suprime toda e qualquer dialética, qualquer elevação para lá do visível imediato, organiza um mundo sem contradições, porque sem profundeza, um mundo plano que se ostenta em sua evidência, cria uma clareza feliz: as coisas parecem significar sozinhas, por elas próprias. (BARTHES, 2001, p. 163)

Já no segundo momento em que apareceu em *Veja*, já no ano de 1988, Fernando Collor ocupou pela primeira vez a capa da revista na edição de nº 1020. Intitulada *O caçador de marajás*, a revista chegou às bancas e aos lares dos assinantes em todo o país no dia 23 de março de 1988 estampando uma foto emblemática de Fernando Collor em frente a um enorme quadro em que a figura do primeiro presidente brasileiro, o também alagoano marechal Deodoro da Fonseca, era retratada. Na matéria intitulada *A guerra ao turbante – No seu papel de caçador de marajás, o alagoano Fernando Collor de Mello torna-se um dos governadores mais populares do Brasil*, novamente a revista aponta Fernando Collor como um exemplo entre os governadores dos estados devido sua empreitada contra os gastos excessivos com o funcionalismo público (*Veja*, 23/03/1988, p. 38).

Porém, desta vez, havia uma surpresa. A biografia política de Fernando Collor é citada fazendo referência direta e

objetiva ao seu passado oligárquico, como pode ser evidenciado no seguinte trecho:

> COMO DEODORO – Não deixa de ser intrigante, no entanto, a combinação de vaidade, ambição e autoconfiança demonstrada pelo governador alagoano ao ser confrontado com uma perspectiva de ampliação de sua biografia política. Filho do senador alagoano Arnon de Mello, falecido em 1983, descendente de um cruzamento de oligarquias, uma nordestina, do lado do pai, outra gaúcha, por parte da mãe, filha do jornalista e político Lindolfo Collor, **o governador de Alagoas poderia mirar-se no exemplo dos familiares**, mas prefere um modelo mais forte. Na última quarta-feira, diante de um quadro do marechal Deodoro da Fonseca pendurado numa sala do palácio do governo, Collor de Mello saboreava uma comparação entre o militar do retrato e ele próprio. "Deodoro foi o primeiro presidente da República e era alagoano. "Eu também serei presidente, como ele", afirmou o governador. Esqueceu-se de que, para fazer trajetória igual, entrando para a galeria dos presidentes brasileiros como Deodoro, teria de passar pela academia, vestir farda e dar um golpe. (*Veja*, 23/03/1988, p. 40. Grifo meu)

Sobre seu passado político pertencente a uma oligarquia alagoana, Renato Lemos (2009) aponta que Arnon de Mello, pai de Fernando Collor, ocupou o cargo de governador do estado do Alagoas entre os anos de 1951 e 1956 e foi senador pelo mesmo estado entre os anos de 1963 e 1981. Seu avô, Lindolfo Collor, foi deputado federal pelo Rio Grande do Sul

entre os anos de 1923 e 1926 e também entre 1927 e 1930, sendo, inclusive, um dos principais líderes da Revolução de 1930. Posteriormente, após o governo provisório de Getúlio Vargas, organizou o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, do qual foi titular até o ano de 1932, quando se afastou de Vargas e participou da Revolução Constitucionalista de São Paulo. Além de Fernando Collor pertencer a uma família que já detinha certa tradição na política, também pode-se somar a ela a força simbólica de uma união da elite industrial do Sul com a oligarquia política do Nordeste através de seu casamento com Celi Elizabeth Júlia (Lilibeth) Monteiro de Carvalho, filha de Joaquim Monteiro de Carvalho, controlador do grupo empresarial Monteiro Aranha (LEMOS, 2009).

Entretanto, é possível perceber certa preocupação da revista ao destacar essa questão no momento em que aponta que Fernando Collor poderia buscar no exemplo do passado político de sua família a inspiração que necessitaria para aspirar cargos políticos maiores, preferindo mirar em outro modelo, o de Deodoro, como exemplo. Sobre isso, Rodrigo de Carvalho (2012, p. 56) aponta que Fernando Collor também teve tal preocupação em sua campanha, buscando transmitir a ideia do que seria “um político sem compromissos com a política”. Novamente, pode-se relacionar tal questão com a

forma como Roland Barthes (2001) define o mito como uma linguagem despolitizada. “A função do mito é evacuar o real: literalmente, o mito é um escoamento incessante, uma hemorragia, ou, se se prefere, uma evaporação; em suma, uma ausência sensível (BARTHES, 2001, p. 163). A partir dessa ausência de ligação entre Fernando Collor e a oligarquia à qual pertencia, foi possível vincular sua imagem política ao “novo”, ao que o país supostamente necessitaria para combater as tradições políticas já consolidadas em nossa cultura política.

Nesse momento, Fernando Collor já demonstrava por meio da frase “Eu também serei presidente, assim como ele” (*Veja*, 23/03/1988, p. 40), suas intenções de disputar as eleições no ano seguinte, o que vai ao encontro da tese de que Fernando Collor já investia em sua imagem política muito antes da disputa eleitoral de 1989. Além disso, a revista destacou a mudança de caráter de Fernando Collor que passou de um *playboy* para um administrador exemplar preocupado com os anseios da população.

> Esse senhor [Fernando Collor], herdeiro de boa fortuna e mimado pelo ambiente aconchegante de uma família endinheirada, tinha tudo para avançar pela vida como um desses eternos garotões de praia e de vida noturna. Em vez disso, acabou combatendo marajás, desafiando a aristocracia dos usineiros alagoanos e prometendo passar a limpo a tradição de

> violência em seu Estado. Mal empossado, mandou apurar mais de 200 homicídios [...] os usineiros de quem ele pretendia cobrar uma montanha de impostos atrasados não estão em dia com os cofres estaduais até hoje e os marajás, até eles, poderão ser socorridos pela mão federal se houver de fato a intervenção cogitada (*Veja*, 23/03/1988, p. 41)

Um fato interessante de ser destacado também é o de que *Veja* descreve um trágico episódio em que se envolveram Arnon de Mello, à época senador, e Sylvestre Péricles, um desafeto político seu. Segundo *Veja*, Péricles realizava discursos ameaçadores contra Arnon de Mello no Senado. No dia em que Arnon de Mello foi eleito senador, Péricles jurou matá-lo dentro do plenário no dia em que realizasse seu discurso. Em resumo, ambos foram armados para a sessão do dia 3 de dezembro de 1963. Enquanto discursava, diante da aproximação de Péricles, Arnon de Mello sacou o revólver e disparou dois tiros, alvejando o senador José Kairala, que morreu no local. O episódio foi citado para comparar o incidente à disputa envolvendo Fernando Collor e os funcionários públicos numa tentativa de afirmar que uma possível determinação do STF contrária a Fernando Collor deveria ser de qualquer forma respeitada pelo governador, do mesmo modo que o filho de Kairala – que se encontrava no plenário no dia do incidente – havia respeitado a pena imposta

pela Justiça ao assassino de seu pai. Para *Veja*, apesar de o filho de Kairala ter todo o direito de achar que a Justiça poderia ser mais severa com o envolvido na morte de seu pai, ele compreendeu que a determinação dela era soberana à seus sentimentos. Desta mesma forma, Fernando Collor deveria acatar a decisão do Supremo, pois caso fizesse o contrário, perderia não só o apoio da população, mas também a razão na disputa jurídica (*Veja*, 23/03/1988, p. 44). O episódio envolvendo o assassinato do senador Kairala não foi citado pela revista nenhuma vez durante o ano eleitoral de 1989, o que pode levantar o questionamento de um esquecimento proposital sobre o assunto que poderia de alguma forma prejudicar sua campanha. Roland Barthes (2001, p. 171) afirma que quando o mito fala sobre um objeto despoja-o de toda a História. "Nele, a história evapora-se, transforma-se numa empregada ideal" (BARTHES, 2001, p. 171). Para o autor, a figura do mito elimina fatores embaraçosos e omite a história. Desta forma, a omissão de determinados assuntos durante as eleições de 1989, mas que antes foram tratados pela revista – mesmo que de uma forma delicada e cuidadosa – podem ser vistos como uma tentativa de consolidação de uma imagem mistificada da figura de Fernando Collor que, na perspectiva de Barthes é construída através da omissão de um passado e um futuro planejado.

Outra questão que acompanhou a imagem de Fernando Collor ao longo das eleições de 1989 também pode ser evidenciada já nesse momento. A forma atlética e jovial do então governador de alagoas apresentado como vaidoso e praticante de esportes é descrita na revista da seguinte forma:

> De porte atlético, ex-campeão de caratê, sempre foi muito cuidadoso com os ternos e as camisas – de punhos duplos, fechados por abotoaduras –, o governador ainda conserva os cabelos cheios, como na sua juventude de rapaz criado ao sol, sem preocupações políticas na Zona Sul do Rio de Janeiro e em Brasília. "Ele era meio paspalhão", recorda-se o colunista Ibrahim Sued, do jornal O Globo. Foi namorador, meteu-se em brigas de rua, casou-se em grande estilo com uma Monteiro de Carvalho, no Rio de Janeiro – Lilibete, que lhe deu dois filhos –, e hoje está casado com uma estudante universitária, Rosane, de 22 anos. Ela circula por Maceió numa Caravan cuja placa leva as letras FC – F de Fernando e C de Collor – e acompanha o marido em algumas viagens. Numa delas, estiveram com o papa João Paulo II, um pouco constrangidos pela situação de divorciado de Collor de Mello. (*Veja*, 23/03/1988, p. 40)

Segundo Rodrigo de Carvalho (2012, p. 37), nessa época Fernando Collor já havia conseguido construir a imagem de um político jovem, cheio de força e coragem para enfrentar a política tradicional, vinculado à luta contra o arcaico e o ineficiente. A matéria também apresenta trechos de políticos

que se posicionam contra Fernando Collor, porém, acaba desqualificando os posicionamentos com comentários tendenciosos, como nos seguintes trechos destacados: "'Ele é um Jânio Quadros sem caspa', ataca com virulência o advogado e jornalista Mendonça Neto, ex-deputado federal pelo PMDB que serviu o governo Collor como secretário de Planejamento **antes de brigarem"**, (*Veja*, 23/03/1988, p. 41. Grifo meu). E também na declaração de Divaldo Suruagy, ex-governador alagoano sucedido por Collor: "'Collor é a maior farsa montada no Brasil, não passa de um fruto da mídia eletrônica', diz Suruagy, **um político que perdeu quase todo o seu espaço em Alagoas com o aparecimento da estrela rival"**. (*Veja*, 23/03/1988, p. 41. Grifo meu).

Desta forma, a revista acaba deixando a entender que as críticas a Fernando Collor provinham apenas de adversários políticos e realizadas com objetivos pessoais, possivelmente motivados por algum sentimento de inveja contra sua crescente ascensão em âmbito nacional. A própria revista aponta uma pesquisa realizada pelo *Vox populi* demonstrando a popularidade de Fernando Collor naquele momento.

> Ao fim 2157 entrevistados, a Vox Populi podia avisar aos interessados que, numa lista de políticos brasileiros mais admirados no sul do Brasil, sucedem-se pela ordem o ex-governador Leonel Brizola (11,9% das preferências), Collor

> de Mello (4,1%), Luis Inácio Lula da Silva, Alvaro Dias e Orestes Quércia (4,1%) [...] (*Veja*, 23/03/1988, p. 40)

Após o resultado final das eleições em 1989, o periódico também apontou que, um ano antes do pleito, Fernando Collor já era um político bastante popular em outros estados. Na edição de 1110, de 24 de dezembro de 1989, *Veja* afirma que:

> Desde 1987, o Instituto Vox Populi, dirigido por Coimbra, faz pesquisas para Collor. Naquele ano, um levantamento coordenado pelo cientista político já revelava que o então governador de Alagoas era o mais popular entre os eleitores da região metropolitana de Belo Horizonte. (*Veja*, 24/12/1989, p. 91)

Cabe destacar também que, pela fala de Suruagy, as acusações de que Fernando Collor era um produto midiático já provém de antes do período eleitoral de 1989. É importante deixar evidente que, nesse momento, é difícil afirmar que *Veja* tinha a intenção de apoiar Fernando Collor em uma hipotética candidatura às eleições do ano seguinte. O que se pode afirmar a partir desse momento é certa exaltação moral tanto do discurso político quanto das ações de Fernando Collor por conta de sua luta contra os gastos excessivos do Estado com o

funcionalismo público, algo que vai ao encontro da visão econômica e política que *Veja* defende em suas páginas.

1.2.2 O momento pré-campanha

Na eleição de 1989 não havia uma clara identificação entre o que era pré-campanha e o que era a campanha eleitoral propriamente dita. A lei que regulamentou o pleito não determinava o início da campanha, somente estipulava como prazo limite de 15 de julho para a realização das convenções partidárias (CARVAHO, 2012, p. 51). A legislação também determinava o dia 17 de agosto como última data para registros de candidaturas junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Portanto, essa parte englobará a análise entre os meses de janeiro e julho de 1989, quando se iniciaram as convenções partidárias.

Em 1989, ano das eleições, a primeira menção realizada a Fernando Collor em uma matéria foi no dia 1 de fevereiro, edição de nº 1065. A matéria intitulada *Bilhete Azul – A receita dos políticos que conseguem demitir*, novamente apresentava a questão do problema dos vencimentos no salário dos servidores públicos. Publicada na seção Brasil (Funcionalismo), não é a matéria principal daquela edição, mas a figura de Fernando Collor novamente é citada como exemplar. O texto apresenta

uma crítica ao então presidente Sarney por estar enfrentando dificuldades em demitir 60 mil funcionários públicos da administração federal, alegando que, diferente de alguns governadores que estavam tendo sucesso nessa empreitada, o que faltava na gestão Sarney era, na verdade, vontade para resolver o problema. A matéria cita os exemplos de alguns políticos que tiveram sucesso nos cortes do funcionalismo e destaca que o maior "despedidor"[25] do país era o governador de Alagoas, Fernando Collor de Mello, que "há dois anos inaugurou no país a guerra aos marajás" (*Veja*, 01/02/1989, p. 20).

Contudo, é no mês de março de 1989 que Fernando Collor começa realmente a ser um personagem importante na disputa eleitoral e a ganhar visibilidade maior. A edição nº 1069, daquele mesmo mês intitulada *A reação ao abuso – Fantasmas e parentes protegidos começam a indignar o país*, novamente apresenta a temática do funcionalismo público, pela primeira vez como matéria principal, publicada na seção Brasil, na página 19. Fernando Collor aparece em um dos quadros destaque da matéria, intitulado *A força das demissões*. Nele, a revista afirma que Fernando Collor é o governador mais popular do nordeste. Ainda na definição da revista, *Veja* aponta

---

[25] Neologismo utilizado pela revista.

que desde o início de sua gestão, Fernando Collor teve sensibilidade para atacar o "ponto certo", a guerra aos "marajás" (*Veja*, 01/03/1989, p. 24). Ao encontro da ideia de Luis Felipe Miguel (2011, p. 3) que afirma que o discurso projeta a imagem da sociedade que advirá. Desta forma, é possível afirmar que ao insistir na imagem de Fernando Collor como o caçador de marajás, *Veja* pretendia, através da repetição, naturalizar a questão para seus leitores, criando uma expectativa anticorrupção vinculada à imagem de Fernando Collor.

Monica Piccolo Almeida (2013, p. 5) afirma que o peso decisivo ao crescimento de Fernando Collor nas pesquisas de intenção de voto ocorreu devido aos programas político-partidários veiculados no primeiro semestre de 1989. Beneficiados pela legislação eleitoral, pequenos partidos tinham o direito de exibição, em horário nobre, de programas eleitorais com uma hora de duração.

> Collor, portanto, ocupou inteiramente o espaço televisivo de três pequenos partidos: o Partido da Juventude (que acabou se transformando no PRN) em 30/03; o Partido Trabalhista Renovador (PTR) em 27/04 e o Partido Social Cristão (PSC), em 18/05. A partir de então, assumiu a liderança das intenções de voto em 43% [...] Como pode ser claramente observado, o crescimento das intenções de voto do então candidato Fernando Collor foi extremamente

> significativo entre março e junho (ALMEIDA, 2013, p.6)

Camila Kowalski e Nina Santos (2012, p. 5) afirmam que rapidamente Fernando Collor conseguiu consolidar a imagem do homem que seria capaz de trazer estabilidade ao país, tendo como aliado os meios de comunicação, que faziam questão de omitir seu passado e construir um culto à personalidade mais forte que na época de Tancredo Neves. Segundo as autoras, isso aconteceu por dois motivos centrais: 1) a preferência por candidatos de direita em detrimento das candidaturas de esquerda de Lula (PT) e Leonel Brizola (PDT), comprometidos com questões sociais; 2) o investimento de Fernando Collor em *marketing* político.

Até então Fernando Collor era considerado tanto pela mídia quanto por seus adversários políticos como "fogo de palha", um fenômeno passageiro. A subida de Fernando Collor nas intenções de voto a partir do mês de março pode ser encarada como um dos motivos de um apoio de parte da imprensa, incluindo *Veja*, a Fernando Collor que passava a ser a única alternativa com chances reais de vencer os candidatos ligados à esquerda, Leonel Brizola e Lula que, junto com Fernando Collor, tinham a preferência dos eleitores brasileiros. Fernando Collor ainda aparece sem muito destaque na edição de 19 de abril, novamente sendo referenciada a questão do

funcionalismo público – que nesse momento era o assunto preferido abordado por *Veja* para criticar os gastos do Estado e vincular à imagem de Fernando Collor.

> "O grande trunfo apresentado por Collor até agora está relacionado com um fato concreto. Como governador, Collor conseguiu transmitir não só para Alagoas mas sobretudo para o resto do país a imagem de inimigo número 1 de uma praga que o Brasil aprendeu a odiar: o funcionário público ocioso na hora de trabalhar e voraz na hora de receber o salário" (*Veja*, 19/04/1989, p. 37)

Se até o momento a revista focava em Fernando Collor como o político que combatia os altos custos do funcionalismo público, sempre sendo apontado como exemplo de administrador, a partir de maio, novos elementos passam a estar presentes nas matérias e a fazer parte da cobertura da revista. *Veja* acaba então por rememorar o perfil traçado de Fernando Collor um ano antes, dedicando novamente uma matéria de capa a ele e destacando novamente o distanciamento de Fernando Collor com a classe política que sempre esteve no poder. Na edição de 17 de maio de 1989, nº 1079, *Collor – Quem é, o que quer e por que está agitando a sucessão*, o candidato estampa pela primeira vez naquele ano de eleições uma capa do semanário. A revista apresenta, por meio da opinião de um cientista político, a falta de crença na política

vigente e afirma que Fernando Collor seria o homem que melhor representaria os anseios da população contra essa tradição até então instaurada. “A ascensão de Collor de Mello repete um ciclo de contestação à classe política e às estruturas partidárias’, afirma o cientista político Bolivar Lamounier, do Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo” (*Veja*, 17/05/1989, p. 39) e também no seguinte trecho:

> Como nenhum outro de seus adversários, ele conseguiu encarnar, na fase atual da campanha, aquela imagem do candidato que é contra tudo aquilo que mais irrita o eleitor. Inaugurou sua gestão como o grande adversário dos marajás, que ganham salários milionários arrancados do bolso do contribuinte — em seguida, voltou suas baterias contra as gorduras do funcionalismo público. (*Veja*, 17/05/1989, p. 35)

Contudo, também destaca que Fernando Collor faz parte sim de uma família que já possui tradição na política e apresenta também acusações realizadas por seus adversários políticos, tanto no que diz respeito às denúncias de corrupção no momento em que era prefeito de Maceió, quanto de uma denúncia de que o candidato já havia feito o uso de cocaína, apresentando logo em sequência uma frase de Fernando Collor negando o incidente. “Dono de uma personalidade tensa, Fernando Collor de Mello enfrentará, nos próximos dias, uma

bateria de armadilhas construídas por seus adversários — uma delas é a de que já teria feito uso de drogas, inclusive cocaína. 'Nunca fiz isso', assegura." (*Veja*, 17/05/1989, p. 40)

Entre as denúncias de corrupção de seus adversários, é citado um manifesto publicado pelo PDT em diversos jornais do país "[...] quando os cofres do PDT publicaram um anúncio nos grandes jornais do país, assinado por um grupo de cinqüenta entidades de Maceió que arrolavam um pacote de denúncias contra Collor de Mello" (*Veja*, 17/05/1989, p. 35-36). Sobre tais denúncias, um quadro destaque com uma série de problemas envolvendo as administrações de Fernando Collor ilustra a matéria. As denúncias contidas no quadro foram levantadas pelo jornalista Gilvandro Filho, chefe da sucursal de *Veja* no Recife, com os seguintes itens: 1) elevação de vencimentos dos chamados "marajás" em 40% durante o mandato de Fernando Collor no governo de Alagoas; 2) aquisição irregular de veículos; 3) acordo com usineiros; 4) verbas secretas; 5) contratações ilegais. (*Veja*, 17/05/1989, p. 35-37). Não é realizado qualquer comentário por parte do periódico sobre os incidentes levantados – o que contrasta com as matérias de denúncia ocorridas no ano de 1992 –, porém, chama a atenção que ao lado de outro quadro destaque a revista cita os principais pontos de uma entrevista realizada com Fernando Collor sobre os seguintes assuntos: vontade de

Fernando Collor em acabar com o Serviço Nacional de Informações (SNI); o fim das “mordomias” na política nacional “No meu governo, ministro vai pagar sua própria casa com o salário que receber. E também vai dirigir seu próprio carro” (*Veja*, 17/05/1989, p.37); Multinacionais “Vejo com bons olhos a vinda de empresas japonesas ao país. Posso abrir o mercado de automóveis para elas” (*Veja*, 17/05/1989, p.37) dentre outros. Desta forma, *Veja* mais uma vez destaca questões que podem ser englobadas dentro de uma ótica (neo)liberal ao candidato das quais defende em editoriais e matérias, talvez buscando demonstrar que mesmo que as possíveis denúncias fossem reais, algo bom poderia sair dali.

As denúncias realizadas contra Fernando Collor na edição citada anteriormente através das frases destacadas de seus adversários políticos, bem como no quadro destaque foram rebatidas por Fernando Collor em uma carta publicada na seção *Cartas* da edição do dia 31 do mesmo mês, edição nº 1081, mesma edição que a revista destacou em matéria o primeiro lugar no IBOPE conquistado por Fernando Collor e as adesões realizadas à sua campanha por algumas alas do PMDB e do Partido da Frente Liberal (PFL).

> Cumprimentando a equipe de VEJA, cumpre-me esclarecer alguns pontos listados na reportagem "O astro da largada" (17 de maio).

A reportagem menciona como denúncia o fato de ter sido sancionada a lei estadual que reajustou os vencimentos do pessoal das áreas jurídica e judicial do Estado. Reajustados em 40% há um ano, esses vencimentos obedecem ao limite máximo, hoje de 1 300 cruzados novos. Jamais foi realizada a aquisição ilegal de veículos citada na revista. Os automóveis foram adquiridos diretamente dos fabricantes, o que garante o menor preço do mercado, porque ignora os intermediários e dispensa a concorrência, conforme prevê a lei. O chamado "acordo com os usineiros" foi firmado à luz de decisão judicial e tendo em vista os interesses do Estado, que corria o risco de reembolsar, à vista, cerca de 60 milhões de dólares arrecadados ilegalmente, segundo decisão do Supremo Tribunal Federal, em governos anteriores. Tal acordo, feito na Justiça local, possibilitará ao Estado realizar essa devolução em dez anos, algo tão necessário quanto lícito, tendo sido aprovado por unanimidade pelo Tribunal de Contas do Estado. Há no governo de Alagoas, como de resto em qualquer gabinete executivo do país, verba utilizada para despesas gerais não contempladas nas demais rubricas. Durante o período do meu governo, como o próprio Tribunal de Contas pode atestar, não há um só centavo dessa verba que tenha sido gasto sem o correspondente comprovante. Por fim, nem de longe foram "6 000 as pessoas ilegalmente contratadas" logo depois que deixei o cargo de prefeito de Maceió, em 1982. Essa rota acusação já não estimula sequer os mais irascíveis opositores das mudanças em Alagoas, vez que já foi convenientemente esclarecida junto à opinião pública do meu Estado e à imprensa em geral, a quem exibi as provas documentais que inclusive apontam os verdadeiros responsáveis. *Fernando Collor de Mello, Brasília, DF.* (*Veja*, 31/05/1989, p. 17)

É importante destacar que, durante o levantamento das fontes para a pesquisa, em vários momentos foi constatado que *Veja* publicava nessa seção as respostas de políticos e pessoas que de alguma forma se sentiram atingidas por alguma matéria. Entretanto, nos momentos em que *Veja* ainda assim discordava de tais posicionamentos uma nota era publicada logo abaixo do texto informando que "*Veja* mantém sua posição". Tal nota não é redigida embaixo da carta de Fernando Collor, mas é difícil dizer por quais motivos isso não ocorre.

Em junho, surge a primeira matéria em que são destacados os traços físicos e a postura atlética do candidato Fernando Collor através de imagens fotográficas. Na matéria intitulada *Braçadas Tranquilas – Fernando Collor mantém a dianteira nas pesquisas e embarca para contatos na Europa* a revista apresenta uma imagem de Fernando Collor praticando natação (*Veja*, 21/06/1989, p. 38). Pela primeira vez a revista destaca uma adesão maior de diferentes setores à candidatura provindas dos empresários, militares, de políticos assim como da comunidade judaica e católica.

> Em campanha que vai bem, tudo dá certo. O candidato Fernando Collor de Mello, do PRN, fala mal dos políticos, dos empresários, dos militares — e continua recebendo apoio dos políticos, dos empresários e dos militares. Seus

> adversários montam equipes para realizar o levantamento de dossiês secretos a respeito de sua administração em Alagoas — mas seus números nas pesquisas eleitorais não param de subir, como se Collor tivesse uma candidatura vacinada contra as críticas de seus oponentes (*Veja*, 21/06/1989, p. 38)

Sobre a forma física de Fernando Collor, *Veja* destaca as seguintes questões:

> BOA FORMA — Aos 39 anos, Collor é um candidato em boa forma física e muito cuidadoso com sua saúde. Dorme no máximo quatro horas por dia — mas abastece seu organismo, diariamente, com três colheradas de pó de guaraná. Todas as manhãs, Collor corre 2 000 metros pelas avenidas do Lago Sul, numa das áreas mais valorizadas da capital federal, e faz exercícios por quinze minutos num aparelho. Collor encontra tempo ainda para vinte minutos diários de natação. "Quero ver os outros candidatos aguentarem esse pique", desafia. Além das preocupações com seu organismo, Collor não descuida de seu visual. Para a campanha, reservou dez ternos — todos em cores sóbrias —, geralmente azuis com listras finas, dois pares de sapatos de couro e não se separa do relógio Piaget, de ouro, que usa no pulso esquerdo ao lado de uma fita de Nosso Senhor do Bonfim, que ganhou de um correligionário baiano. (*Veja*, 21/06/1989, p. 39)

No trecho destacado é possível perceber que a revista aponta as seguintes características do então candidato: 1) a idade jovial, visto que, caso Fernando Collor fosse eleito seria

o presidente brasileiro mais novo a assumir o posto de presidente da República; 2) as poucas horas de sono, o que o caracterizaria como um político que trabalha muito e leva a sério seus compromissos; 3) a prática de exercícios físicos; 4) a vaidade misturada às crenças supersticiosas e sua fé.

> Sobre si próprio, Collor se define assim: "Sou um reformista cristão e minha ideologia é de centro esquerda", declarou ele, na última quarta-feira, durante uma entrevista a 49 correspondentes internacionais realizada no Rio de Janeiro. "Sou católico, apostólico, romano, freqüento a missa e rezo todas as noites", diz ele. Para sustentar o que diz, Collor faz questão de manter em seu gabinete, em Brasília, uma imagem da Virgem Maria que ganhou de presente de um padre nordestino. (*Veja*, 21/06/1989, p. 39)

Sobre esse posicionamento de centro-esquerda, Rodrigo de Carvalho (2012) destaca que apesar do distanciamento que Fernando Collor buscava demonstrar ter da esquerda “radical”, representada por partidos como PT, PDT, PSB, PC do B, por exemplo, o *marketing* da campanha de Fernando Collor buscou associar sua imagem a de um político social-democrata (centro-esquerda), e não a de um neoliberal. Possivelmente tal posição foi reforçada para desconstruir a imagem de um político ligado às elites e construir a ideia do candidato dos “descamisados” dos “pés descalços”, como Fernando Collor gostava de se

referir aos eleitores de classes mais populares. Desta forma, a própria revista sugere que Fernando Collor não seria esse candidato apoiado somente por setores de elite no momento em que destacava também a fala de pessoas das mais diversas classes sociais e idades que o apoiavam, como pode ser evidenciado no seguinte trecho (*Veja*, 21/06/1989, p. 40-41);

> Ademir Batista Gomes trabalha há treze anos como funcionário das penitenciárias do Distrito Federal e recebe 1100 cruzados novos por mês. Aos 32 anos, ele nunca votou e pouco se interessa por política. Pela primeira vez, no entanto, Gomes está trabalhando para um candidato – Fernando Collor de Mello "Quero sangue novo para meu país, que está uma pouca-vergonha", diz ele. (*Veja*, 21/06/1989, p. 40)

Sendo assim, caberia aqui o seguinte questionamento: Por que a figura de um salvador da pátria seduziu e seduz corações e mentes, sobretudo dentro do campo político? Pois bem. Essa tentativa de associação de Fernando Collor às classes populares pode ser encarada na perspectiva de Pierre Bourdieu (2008, p. 104) como uma "estratégia de condescendência". Bourdieu afirma que a estratégia de condescendência é uma transgressão simbólica do limite que permite "ter concomitantemente os lucros da conformidade e os da transgressão em relação à definição" explicando que este

seria “o caso do aristocrata que bate nas costas do cavalariço e do qual se dirá “Ele é simples”, querendo-se dizer com isso, tratando-se de um aristocrata, que é um homem superior cuja essência não comportaria em princípio tal conduta” (BOURDIEU, 2008, p. 104).

Na mesma perspectiva, Luis Felipe Miguel (2011, p. 06) afirma que o salvador, muitas vezes, surge na forma de um líder individual, não de uma classe social (operária) ou provindo de uma corporação (militar). O “salvador” é em muitos casos utilizados por movimentos políticos de diferentes orientações, em distintos momentos históricos. O mito do salvador tem como objetivo não instaurar, mas conduzir o grupo ou a nação para uma nova era de paz e prosperidade, ao futuro glorioso que de antemão lhe estava reservado. Ainda segundo o autor, o mito político é uma poderosa força motriz para a ação política, tendo como característica básica sua recusa à razão. Ele se opõe, portanto, à visão da política como feita de opções racionalmente motivadas, frutos da interação de cidadãos conscientes de seus próprios interesses com políticos que expõem com nitidez seus programas de ação – a visão “ideal” do funcionamento da democracia. Contudo, chama a atenção que:

> Pode ficar a impressão, portanto, de que é mito toda irrupção do irracional na vida política. Isto não é verdade. [...] O mito é uma manifestação intensa do irracional na vida política, mas não seu local exclusivo, pois aspectos de irracionalidade permeiam todas as atividades políticas – e a vida social em geral. (MIGUEL, 2011, p. 6)

Ainda segundo o autor, um exemplo de mito salvador recente da história do Brasil é o próprio Fernando Collor. Sobre o ex-presidente, Luis Felipe Miguel aponta que:

> Ele fez uma campanha eleitoral de acentuado caráter messiânico, diante de um país ainda traumatizado com a morte de outro esperado redentor (Tancredo Neves), assustado com uma crise econômica gigantesca, alimentada pela incompetência do governo central, e frustrado com uma transição democrática tímida e incapaz de atacar a dívida social. Collor também é exemplo do político "salvador" que não apelou para nenhuma visão escatológica. A mensagem mais palpável de seu "Brasil Novo" era a resolução dos problemas nacionais prementes, graças à coragem, determinação e clarividência do líder. (MIGUEL, 2011, p. 6)

Roland Barthes (2001), em sua reflexão acerca dos mitos, afirma que o ponto de partida de seu raciocínio ocorreu devido a um sentimento de impaciência frente o "natural" com que a imprensa, a arte, e o senso comum, mascaravam continuamente uma realidade que, pelo fato de ser aquela que vivemos, não deixava de ser perfeitamente histórica: em suma

“sofria por ver a todo momento confundidas, nos relatos da atualidade, Natureza e História. Barthes queria recuperar na exposição decorativa do-que-é-óbvio, o abuso ideológico que, em sua opinião, nele se dissimulava. (BARTHES, 2001, p. 7). Para Roland Barthes, a noção de mito pareceu desde logo designar estas falsas evidências naturais com que os assuntos eram tratados. Desta forma, o autor buscou desenvolver uma linguagem metódica sobre o mito contemporâneo.

Sobre o mito:

> Seria portanto totalmente ilusório pretender fazer uma discriminação substancial entre os objetos míticos: já que o mito é uma fala, tudo pode constituir um mito, desde que seja suscetível de ser julgado por um discurso. O mito não se define pelo objeto da sua mensagem, mas pela maneira como a profere. (BARTHES, 2001, p. 131)

E ainda:

> Esta fala é uma mensagem. Pode, portanto, não ser oral; pode ser formada por escritas ou por representações: o discurso escrito, assim como a fotografia, o cinema, a reportagem, o esporte, os espetáculos a publicidade, tudo isto pode servir de suporte à fala mítica. O mito não pode definir-se nem pelo seu objeto, nem pela sua matéria, pois qualquer matéria pode ser arbitrariamente dotada de significação. [...] Não há dúvida que na ordem da percepção, a imagem escrita, por exemplo, não solicita o

> mesmo tipo de consciência; e a própria imagem propõe diversos modos de leitura: um esquema é muito mais aberto à significação do que um desenho, uma imitação mais do que um original, uma caricatura mais do que um retrato. (BARTHES, 2001, p. 132)

Roland Barthes (2001, p. 137) aponta que o semiólogo deve tratar do mesmo modo a escrita e a imagem: “o que ele delas retém é que ambas são signos, ambas chegam ao limiar do mito dotadas da mesma função significante; tanto uma como a outra constituem uma linguagem objeto”. (BARTHES, 2001, p. 137). Desta forma, podemos afirmar que, em *Veja*, o mito Fernando Collor é construído através de uma perspectiva de repetição de qualidades amplamente destacadas por seu *marketing* político pessoal e reproduzidas pelo semanário, que focava em sua imagem atlética, trabalhadora, do novo na política, caçador de marajás e, buscava através destas questões, associar Fernando Collor a um determinado tipo de futuro supostamente aguardado por todos os brasileiros. Um futuro sem corrupção, em que todas as liberdades democráticas eram respeitadas, o Brasil da Nova República.

Desta forma tal estratégia garantiria a Fernando Collor, nas palavras de Maria Piccolo Almeida (2013), a conquista dos eleitores não somente da classe média, mas

também das classes baixas que tinham pouca ou nenhuma identificação com o candidato.

> A partir da identificação da crise moral como a raiz de todos os males nacionais, a imagem de "caçador de marajás", de defensor dos "descamisados", de portador de um projeto que viabilizaria o processo de refundação da identidade nacional e de reconstrução moral, econômica, política e social do país, principalmente através da implementação da agenda neoliberal, Collor conquista eleitores nas mais diversas classes sociais. Em outras palavras, o processo de construção de sua imagem plasmou a ideia de que o projeto de reconstrução nacional estaria para além dos conflitos entre classes sociais. (ALMEIDA, 2013, p. 9)

Roland Barthes (2001, p.168) aponta que o mito, localiza-se na direita mais do que na esquerda sendo essencial à primeira. Bem alimentado, expansivo, falador, inventa-se continuamente. O mito na direita, segundo o autor, apodera-se de tudo: justiças, morais, estéticas, diplomacias, artes domésticas, literatura, espetáculos etc. A sua expansão tem a exata medida da omissão do nome "burguês".

> A burguesia pretende conservar o ser sem o parecer: é, portanto, a própria negatividade, que solicita infinitamente o mito. O oprimido não é coisa nenhuma, possui apenas uma fala, a de sua emancipação, o opressor é tudo, a sua fala é rica, multiforme, maleável, dispõe de todos os

> graus possíveis de dignidade: tem a posse exclusiva da metalinguagem. (BARTHES, 2001, p. 168)

Sobre a retórica dos mitos burgueses brevemente descrita anteriormente, o autor afirma que:

> Não sendo possível, ainda, estabelecer as formas dialetais do mito burguês, pode-se pelo menos, esboçar as suas formas retóricas. Deve entender-se aqui por retórica um conjunto de figuras fixas, estabelecidas, insistentes, nas quais vêm encaixar-se as formas variadas do significante mítico. Tais figuras são transparentes, isto é, não perturbam a plasticidade do significante; mas já estão suficientemente conceptualizadas para se poderem adaptar a uma representação histórica do mundo (assim como a retórica clássica pode designar uma representação de tipo aristotélico). É através de sua retórica que os mitos burgueses traçam a perspectiva geral dessa *pseudo-physys* que define o sonho do mundo burguês contemporâneo. Eis aqui as figuras principais. (BARTHES, 2001, p. 170)

Ainda segundo Maria Piccolo Almeida (2013, p. 9) no período entre 01 e 07 de junho, o IBOPE realizou uma pesquisa que indicava a intenção de 43% dos eleitores brasileiros de eleger como presidente o ex-governador de Alagoas. Este foi o maior índice alcançado por Fernando Collor durante toda a campanha eleitoral do primeiro turno.

1.2.3 Collor durante a disputa eleitoral de 1989

Como dito anteriormente, o mês de julho foi escolhido como o prazo limite para as convenções partidárias. Durante aquele mês, *Veja* abordou uma viagem à Europa onde Fernando Collor se encontrou com o papa João Paulo II e outras personalidades políticas. Além de descrever audiências em que Fernando Collor participou, a matéria também faz uma pequena provocação ao principal adversário político de Fernando Collor até o momento naquelas eleições, o candidato Leonel Brizola, que havia conseguido um encontro com o presidente francês, Mitterrand.

> Em Roma [Fernando Collor], conseguiu uma audiência de meia hora com o papa João Paulo II. É óbvio que nem Mitterrand nem o papa irão votar na eleição de 15 de novembro, mas é evidente que o número de brasileiros que conhecem João Paulo II é bem maior do que o dos que sabem quem vem a ser o presidente francês. (*Veja*, 05/07/1989, p. 36)

Como evidenciado outras vezes, *Veja* realiza uma comparação entre ações de Fernando Collor e do então presidente Sarney, destacando mais uma vez as qualidades do candidato frente ao então presidente. É importante lembrar que, desde antes das eleições, uma das principais estratégias de

Fernando Collor para ganhar os eleitores era justamente o ataque a Sarney. Desta forma, é possível considerar que tais ataques provindos da revista tivessem, de alguma forma, a intenção de reforçar o discurso de Fernando Collor contra o governo federal.

> O fato, contudo, é que Collor conseguiu rechear sua agenda de candidato com um pacote de autoridades que o presidente José Sarney jamais conseguiu reunir em qualquer uma de suas excursões internacionais. "Volto fortalecido", afirma Collor. Na Europa, as 25 audiências de Collor tiveram momentos de glória, como a conversa com o rei Juan Carlos, da Espanha, que fala português [...]. No célebre encontro com o papa, o candidato do PRN esboçou um comentário sobre a Polônia e ensaiou uma alfinetada na facção esquerdista do clero brasileiro — mas Sua Santidade mudou de assunto fazendo comentários sobre o grande quadro de mazelas sociais do Brasil e do Terceiro Mundo. (*Veja*, 12/07/1989, p. 41)

Além de destacar a quantidade de audiências conseguidas por Fernando Collor, a revista aponta como o principal momento da viagem o encontro com a então primeira ministra inglesa Margareth Thatcher. Pertencente ao partido conservador inglês, Thatcher era a principal porta-voz do neoliberalismo desde 1979, quando venceu as eleições no parlamento inglês. É importante evidenciar que a matéria chama a atenção tanto para Fernando Collor quanto para a fatia

“mais ilustre” de seu eleitorado. O encontro com a primeira ministra era o ponto alto da viagem. Obviamente, a “fatia mais ilustre” de seu eleitorado eram justamente os empresários e pessoas pertencentes as classes média e alta brasileira, público alvo do semanário.

> Tanto para Collor como para a fatia mais ilustre de seu eleitorado, o encontro de 35 minutos com a primeira-ministra Margaret Thatcher, da Inglaterra, a madrinha mundial do liberalismo, foi o momento alto da viagem. "Eu havia sido prevenido para encontrar uma mulher rude, mas deparei com uma pessoa gentil e muito inteligente", diz o candidato. Apesar disso, Collor pôde sentir, em pessoa, por que Margaret Thatcher ganhou o apelido de “Dama de Ferro". Ele tentou explicar sua proposta para a dívida externa, que prevê formas imaginosas para aplicar o calote em alguns credores, mas acabou ouvindo uma resposta de aço. "Quem deve tem que pagar", disparou a primeira-ministra inglesa. (*Veja*, 12/07/1989, p. 41)

Além disso, a fala da primeira ministra, afirmando que “quem deve, tem que pagar” pode ter sido destacada como uma forma de evidenciar para os leitores que um possível calote na dívida externa realizada pelo governo brasileiro não seria visto com bons olhos pelos principais líderes dos outros países. Em diversos momentos da campanha, *Veja* destacou a vontade do candidato Luís Inácio Lula da Silva em aplicar um calote na dívida externa brasileira, algo que não era bem recebido pelos

setores da grande mídia e pelo empresariado brasileiro, que viam no calote um risco para os investimentos e a livre iniciativa no país.

Talvez por conta de uma fase "estagnada" nas intenções de voto de Fernando Collor naquele mês, *Veja* dedicou o mês de agosto a fazer várias matérias sobre o candidato. Além disso, agosto também pode ser destacado como um mês em que, em diversos momentos, ocorreram ataques da revista a Leonel Brizola – que até aquele momento era o candidato que mais ameaçava Fernando Collor por ter uma carreira política bastante consolidada. Na edição nº 1092, de 16 de agosto, *O veneno da violência,* a revista estampou em sua capa uma imagem de militantes brizolistas atacando um comício do PRN em Niterói. Interessante observar que, no mês seguinte, a matéria apenas cita em suas páginas (sem dar destaque de capa) um incidente parecido em que seguranças de Fernando Collor – adjetivados pela revista como Leões-de-chácara – agrediram jornalistas em um comício (*Veja*, 06/09/1989, p. 40-41). Diferente do caso envolvendo militantes do PDT, essa matéria não foi uma matéria de capa, o que talvez possa sugerir certo favorecimento ao candidato do PRN em relação aos candidatos de esquerda e uma preocupação com o crescimento da esquerda naquele momento da campanha, evidenciado mais

abertamente no mês de outubro quando a disputa eleitoral se encaminhava para a disputa do primeiro turno.

Setembro, não apresenta muito conteúdo sobre o candidato, contudo uma matéria aponta a "última chance" dos concorrentes de vencerem Fernando Collor. Essa também foi a edição que publicou o caso acima envolvendo militantes de Fernando Collor contra jornalistas, algo que parece ter gerado certa indignação de uma parcela de leitores por conta de um suposto jornalismo tendencioso pró Fernando Collor praticado pelo semanário. No mês seguinte, outubro, *Veja* parece se preocupar com as mensagens enviadas por vários leitores na seção *Cartas* que a acusaram de favorecer Fernando Collor em detrimento de outros candidatos. *Veja* também aborda o crescimento da esquerda naquele momento da campanha, *A esquerda sobe* (*Veja*, 18/10/1989, p. 44) e também se defende novamente de acusações de favorecimento na edição de 04 de outubro "Toda vez que VEJA publica uma capa com algum candidato surge muitas vezes a desconfiança, ou a acusação, de que a revista está apoiando o presidenciável. Se assim fosse, a revista já teria brizolado, collorido, lulado, afifado e, nesta semana, estaria malufando" (*Veja*, 04/10/1989, p. 43).

Em novembro, *Veja* se dedicou a fazer editoriais defendendo as políticas liberais colocadas em prática em países como Argentina e Espanha. Em editorial denominado *Na*

Espanha, surto de modernidade a revista afirma que "[...] depois de passar décadas marcando passo, a Espanha iniciou uma marcha acelerada de renovação que hoje a coloca numa condição invejável" (*Veja*, 01/11/1989, p. 31). Tal condição invejável significava um desvencilhamento com a ditadura franquista e a eleição de um governo socialista que "ao mesmo tempo dizimava dogmas empoeirados do nacionalismo de sabor esquerdista". Além disso, *Veja* defendia que o surto de crescimento no país estava relacionado com o investimento exterior que:

> [...] criaram empregos, fizeram com que os salários subissem e deram oportunidade a que milhões de pessoas melhorassem de vida. A prosperidade econômica serviu, ainda, para que o cinema, a literatura e o teatro espanhóis rejuvenescessem e para que cidades como Madri e Barcelona adquirissem um aspecto de festa permanente. (*Veja*, 31/11/1989, p. 31)

Na edição seguinte, o discurso é o mesmo, mas desta vez destacando os êxitos conquistados pela Argentina que, com a eleição de Carlos Menem, seguia rumo ao crescimento. Os bons resultados econômicos conseguidos graças a um receituário oposto ao que Menem havia prometido em sua campanha eram as marcas desse novo governo segundo a revista. Tais receituários pelo quais o candidato resolveu se

desvencilhar eram justamente os defendidos pelos partidos de esquerda nas eleições de 1989: aumento de salários, moratória da dívida e restrições ao capital estrangeiro.

> Instalado na Presidência, Menem adotou um receituário oposto ao que defendeu nos palanques. Arrochou os salários, buscou entender-se com os banqueiros internacionais e abriu a Argentina aos investimentos estrangeiros. Com essas medidas ortodoxas, o presidente argentino conseguiu fazer com que a inflação descesse à taxa de 7% no mês de outubro e garantiu um mínimo de tranqüilidade para que a economia, emperrada havia meses, voltasse a funcionar. (*Veja*, 15/11/1989, p. 31)

Nas palavras de Velasquez e Kushnir (2012), um apoio mais direto a Fernando Collor se evidencia nesse momento. Na edição de número 1105, publicada no dia das eleições do primeiro turno, em 15 de novembro, *Veja* destacava que o candidato que menos recebeu aprovação de seus leitores na seção *Cartas* havia sido Leonel Brizola – que naquele momento ainda tinha grandes chances de conquistar o número de votos necessário para disputar o segundo turno contra Fernando Collor ou até mesmo contra Lula.

> A campanha presidencial acirrou os ânimos dos partidários e eleitores dos principais candidatos. Esse estado de espírito se refletiu na seção de Cartas de VEJA, para onde foram enviadas 689 cartas contendo comentários sobre as

> reportagens feitas pela revista com os presidenciáveis. Em números absolutos, Collor de Mello foi o campeão de audiência, com 398 cartas. Maluf ficou em último lugar, com apenas 21 cartas, mas foi proporcionalmente o campeão em apoios recebidos. De seu minguado punhado de cartas, pelo menos 42,8% continham derramados elogios ao candidato. Brizola foi quem menos apoio recebeu, ficando com apenas 12,1% da boa vontade dos 74 leitores que escreveram para falar do candidato. Não coincidentemente, Brizola foi o campeão da reprovação: 47,2% das suas cartas eram portadoras de críticas à sua candidatura. O menos reprovado foi Lula. Apenas 10% das suas cartas lhe eram desfavoráveis. (*Veja*, 15/11/1989, p. 16)

1.2.4 As últimas edições antes do segundo turno e o apoio mais direto do semanário ao candidato

Definidos os dois candidatos que disputariam o segundo turno das eleições no dia 17 de dezembro de 1989, a cobertura da revista passou a focar no perfil de ambos a partir da segunda metade do mês de novembro e se alongando nas primeiras edições de dezembro antes da disputa do pleito no dia 17. Nesse período, editoriais defendendo o liberalismo e matérias destacando depoimentos de pessoas das chamadas classe C e D brasileiras que apoiavam o candidato Fernando Collor apareceram novamente. Houve ataques de Fernando Collor ao presidente José Sarney, sobretudo por uma desconfiança de que

Sarney havia se mobilizado para lançar o empresário e apresentador de televisão Senor Abravanel, mais conhecido como Silvio Santos, do Sistema Brasileiro de Televisão (SBT) – à época principal concorrente da Rede Globo – para disputar a campanha eleitoral para presidente também marcaram presença. Trechos em matérias sobre Fernando Collor apontavam como os assessores do candidato se mobilizaram para colher informações que comprovassem que Silvio Santos era o principal nome por trás do SBT. Segundo explicação de *Veja*, para que a candidatura de Silvio Santos fosse legalmente aceita o mesmo deveria ter se afastado de suas funções frente à empresa televisiva antes do mês de maio daquele ano (*Veja*, 15/11/1989, p. 52).

Além de destacar a briga de Fernando Collor com o então presidente da República, a revista insistiu em reafirmar que a campanha de Fernando Collor foi construída sozinha e que, eventuais apoios de setores da imprensa – No caso da Rede Globo de televisão, já que a revista dizia se isentar de apoiar qualquer candidato –, eram apenas uma questão que se somava ao candidato, mas não um fator fundamental e determinante para o crescimento do mesmo nas pesquisas de intenção de voto ao longo do ano (*Veja*, 22/11/1989, p. 48). Contudo, em uma matéria de 13 de dezembro de 1989 publicada na edição 1109 intitulada *A batalha final para mudar*

o Brasil – O que pode ocorrer no país com Lula ou com Collor, a revista apresenta um quadro destaque em forma de árvore de natal em que aponta os principais apoiadores de Fernando Collor na campanha. Aparecem no quadro destaque o empresário e dono da TV Globo, Roberto Marinho, os políticos Antônio Carlos Magalhães, Paulo Maluf e o presidente da CGT, Antônio Magri.

Na edição de 29 de novembro é realizada uma entrevista com os dois candidatos classificados para o segundo turno. Na entrevista concedida por Fernando Collor, novamente questões envolvendo a moralização da política brasileira são destacadas, dessa vez no discurso do próprio candidato que afirma que em seu mandato a primeira medida tomada por ele seria "mandar para a cadeia um bocado de corruptos, começar a tratar rapidamente os índices inflacionários e detonar um programa social que ajuste a distribuição de renda do país e que melhore a qualidade de vida da imensa maioria" (*Veja*, 29/11/1989, p. 4). Lembrando que, apesar de ser considerado pelos empresários e por setores da grande imprensa como porta voz do neoliberalismo no país naquele momento, Fernando Collor investiu em sua campanha em um discurso social-democrata – ou centro-esquerda (*Veja*, 29/11/1989, p. 4).

Na entrevista, *Veja* realiza perguntas aos candidatos buscando evidenciar como agiriam caso fossem eleitos; quais suas posições em relação ao parlamentarismo; qual seria a relação que cada um dos candidatos teria com a entrada de capital externo e de multinacionais no país; como ambos encaravam as mudanças nos países socialistas naquele contexto de fim da bipolaridade mundial; a opinião sobre governos socialistas instalados na América Latina (destaca como exemplos Cuba e Nicarágua); o suposto apoio da Rede Globo à candidatura de Fernando Collor e a prioridade de cada um dos candidatos no governo.

Sobre o modelo econômico que Fernando Collor adotaria em seu mandato, o candidato afirmou que:

> O modelo econômico que eu mais admiro não é o de nenhum desses países, mas, sim, o do Brasil de março do ano que vem, quando eu assumir a Presidência da República. Meu país ideal seria uma mistura de Argentina, Inglaterra e Espanha. A Espanha fez a transição sem ruptura. A Inglaterra privatizou e diminuiu o Estado. A Argentina voltou a confiar no governo. (*Veja*, 29/11/1989, p. 10)

Desta forma, *Veja* encerrou a cobertura sobre as eleições com a vitória de Fernando Collor de Mello sobre Lula na edição de 24 de dezembro de 1989, *Collor: vitória em um país dividido*. Nessa edição a revista se concentrou em traçar os

principais problemas que seriam encontrados pela administração de Fernando Collor e seus ministros. Se durante as eleições de 1989 a imagem de Fernando Collor ficou marcada nas páginas da revista por conta do destaque em relação às questões como o porte físico, a jovialidade, a defesa de uma política moralizante que levasse em consideração os anseios da população; a partir de 1990, outra imagem de Fernando Collor passa a ser transmitida pela revista. Como destacado anteriormente, diversos trabalhos historiográficos apontam que Fernando Collor foi apoiado por setores da imprensa durante as eleições de 1989 – incluindo *Veja* – e, os motivos desse apoio podem ser identificados nesse momento como uma busca de garantir que propostas políticas mais próximas ao que *Veja* sustentava em seus editoriais e matérias fossem colocadas em prática. Além das questões políticas, a questão financeira também contava para a tomada de decisão do semanário.

Para Francisco Fonseca (2011, p. 41) é fato que a mídia entendida como o complexo de meios de comunicação que envolve mensagem e recepção, por formas diversas, cuja manipulação dos elementos simbólicos é seu elemento central se constitui em uma forma de poder que, nas sociedades “de massa”, possui papéis extremamente significativos, tais como:

> Influir na formação das agendas públicas e governamentais; intermediar relações sociais entre grupos distintos (Capelato, 1988); influenciar a opinião de inúmeras pessoas sobre temas específicos; participar das contendas políticas, em sentido lato (defesa ou veto de uma causa, por exemplo) e estrito (apoio a governos, partidos ou candidatos); e atuar como "aparelhos ideológicos" capazes de organizar interesses. Quanto a esses, em determinadas circunstâncias atuam à guisa de "partidos políticos" ou "intelectuais coletivos orgânicos" de grupos específicos (Coutinho, 1994). (FONSECA, 2011, p. 41)

Além disso, Fonseca (2011, p. 42) destaca que os órgãos da mídia – emissoras de TV, rádios, jornais, revistas, portais – atuantes na esfera pública são em larga medida empresas privadas que, como tal, objetivam o lucro e agem segundo a lógica de interesses privados do grupo que representam. Seu papel mercantil é, contudo, distinto das empresas de outros segmentos empresariais, pois sua mercadoria, a notícia, está sujeita a variáveis mais complexas e sutis do que as existentes nos mercados de bens e serviços comuns. Isso porque a atuação implica um equilíbrio instável que pretende: "formar opinião; receber influências de seus consumidores e sobretudo de toda a gama de anunciantes; relacionar-se com o Estado (renegociação de dívidas tributárias e previdenciárias, isenções, empréstimos, além de questões

regulatórias, entre outras); e auferir lucro" (FONSECA, 2011, p. 46).

É posicionamento quase que unânime na historiografia que Fernando Collor foi apoiado por setores da imprensa durante as eleições de 1989, incluindo *Veja*, e os motivos desse apoio podem ser destacados nesse momento como uma busca de garantir que seus interesses e privilégios fosse mantidos com a eleição de um candidato comprometido com posições equivalentes às da revista.

CAPÍTULO 2 - O DILEMA COLLOR: ENTRE SUSTENTAR OU ROMPER COM A IMAGEM INVENTADA

2.1 AS EXPECTATIVAS POLÍTICAS PARA O ANO DE 1990 COM UM NOVO PRESIDENTE

Como não poderia deixar de ser diferente, a vitória de Fernando Collor de Mello no segundo turno das eleições foi o assunto principal da revista *Veja* na edição seguinte ao término do pleito. A edição 1110, *Collor: vitória em um país dividido,* publicada no dia 24 de dezembro daquele ano, estampa em sua capa uma fotografia de Fernando Collor com as mãos para cima comemorando – como quem comemora a conquista de um campeonato por seu time do coração – o fim de sua jornada iniciada dois anos antes, quando ainda governava o estado de Alagoas. Em editorial publicado naquela edição, *Veja* afirma que a revista retardou sua circulação para realizar uma cobertura completa da eleição. Ainda segundo o editorial, são 38 páginas em que a revista aborda o tema a partir de reportagens a respeito dos últimos dias da campanha, do dia da eleição, da apuração dos votos, apresenta o perfil do novo presidente, de seus principais auxiliares, da primeira dama, além de abordar o "espinhudo abacaxi" – para utilizar as

mesmas palavras escritas no editorial –, que o futuro presidente teria de encarar após sua posse no ano seguinte.

> As 38 páginas dedicadas à eleição presidencial nesta edição encerram a cobertura mais extensa e intensa realizada por VEJA em seus 21 anos de vida. Ao longo de dez meses, num trabalho que envolveu praticamente toda a redação na feitura de centenas de reportagens, a revista dedicou nada menos que 404 páginas ao assunto. Desde o começo do ano, foram publicadas dezessete reportagens de capa sobre a disputa eleitoral. Até a semana passada, os repórteres fotográficos da revista tiraram cerca de 100 000 fotografias de candidatos e participantes da campanha ou de momentos da disputa dos votos entre os candidatos. (*Veja*, 24/12/1989, p. 61)

O "abacaxi espinhudo" citado no editorial aparece como um quadro destaque estilizado no formato da fruta e desenhado na matéria da página 68 intitulada: *O dia seguinte – Os eleitores votaram para ter um Brasil diferente desse que está aí, mas os problemas do país não têm solução a curto prazo.* O quadro lista em seu interior os seguintes problemas que Fernando Collor enfrentaria: a inflação, o déficit público, a reforma do Estado, a educação, a saúde e a habitação.

Sobre a inflação, a matéria destaca que esse é o pior problema do país, pois seus efeitos colaterais se espalham por todos os pontos do tecido social, deixando claro que esse deve

ser o primeiro problema a ser combatido pelo novo governo. Já o déficit público é encarado pela revista como um problema muito difícil de ser solucionado por Fernando Collor devido à incapacidade da gestão Sarney de controlar suas despesas públicas. A reforma do Estado é apresentada apontando que o país possui um serviço público ineficiente, que iria gastar entre 60% e 80% de sua receita disponível com ela em 1990. Cita também que no país existem 181 estatais e que a falta de saneamento tornou esse fardo (as empresas públicas), algo que impede o desenvolvimento do Brasil (*Veja*, 24/12/1989, p. 68).

No texto da matéria ao qual o quadro está vinculado, a revista sugere que haverá um período de trégua entre a população brasileira e o novo presidente e que, durante esse período, o governo deve aproveitar para mostrar a que veio no intuito de conquistar a confiança do povo. A revista transmite através do texto alguma confiança em Fernando Collor e até o isenta de certa responsabilidade por possíveis contratempos devido a situação precária na qual o país se encontrava.

> O Brasil não está condenado pela eternidade à situação de país fracassado. Mas suas dificuldades, neste momento em que Collor se transforma no primeiro presidente eleito pelo voto popular em 29 anos, são de tal magnitude que elas não podem ser solucionadas por um ato de vontade do presidente ou de quem quer que seja. Também não existe rol dos grandes

> problemas brasileiros, rigorosamente, nenhum que possa ser resolvido a curto prazo, tanto no campo econômico quanto no social. (*Veja*, 24/12/1989, p. 69)

O periódico também acaba por defender a tese de que, graças a pouca confiança do empresariado em relação ao governo e ao Brasil, poucos investimentos são realizados no país, fazendo com que os mesmos optem por investimentos que gerem apenas o lucro individual, mas que não fazem o país avançar como deveria. Não somente o desenvolvimento do Estado, mas a própria salvação da situação política estaria nas mãos do empresariado privado.

> Diante de um cenário assim, o empresariado continuará com suas reservas engavetadas no over ou no dólar, em vez de usá-las em investimentos produtivos, enquanto o governo permanecerá sob o espremedor que lhe suga as energias financeiras, pagando juros ferozes para obter empréstimos com que cobre seu rombo de caixa. (*Veja*, 24/12/1989, p. 69)

É importante destacar que, sempre que se fazia a defesa de Fernando Collor ou comentários que transmitissem confiança no novo presidente, a revista defendia questões voltadas ao livre mercado, a abertura econômica e a privatização de empresas que ocorreria no país a partir do momento em que Fernando Collor assumisse a Presidência da

República formalmente. Portanto, transmitir uma imagem impecável de Fernando Collor era, naquele momento, uma forma também de demarcar as diferenças entre o novo e o arcaico na política brasileira, mesmo que isso significasse a manutenção de privilégios das elites.

Roger Chartier (1990, p. 17) afirma que as representações – nesse caso a imagem de Fernando Collor – são entendidas como classificações e divisões que organizam a apreensão do mundo social como categorias de percepção do que é real. As representações são variáveis segundo as disposições dos grupos ou classes sociais e sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam – nesse caso a editora Abril e a revista *Veja*. As representações, portanto, de nenhuma forma se caracterizam como discursos neutros e produzem estratégias e práticas tendentes a impor uma autoridade, uma deferência, e mesmo a legitimar determinadas escolhas. Portanto, atrelar a imagem de Fernando Collor impecável às questões de âmbito econômico e político que a editora Abril e *Veja* defendiam era uma estratégia que até então se mostrava eficaz no que diz respeito à propagandear questões políticas e econômicas de cunho (neo)liberal.

Até aquele momento, os ministros que fariam parte dos ministérios do governo de Fernando Collor ainda não haviam sido escolhidos e o presidente eleito evitava falar no assunto ou

indicar os nomes de seus favoritos. Durante um bom tempo se fez mistério sobre essa questão, porém, Zélia Cardoso de Mello já surgia como uma figura com grandes chances de assumir o ministério da economia por ter assessorado Fernando Collor durante a campanha presidencial e por ter carreira acadêmica consolidada na área econômica. Na matéria, uma frase da futura ministra da economia é destacada. No trecho em questão, Zélia Cardoso afirmava que todo o trabalho realizado durante a campanha presidencial até o momento não era nada comparado a tudo que seria enfrentado pela nova equipe a integrar a situação a partir do ano seguinte (*Veja*, 24/12/1989, p. 69).

Apesar da matéria num todo ter um tom bastante pessimista em relação à situação em que o país se encontrava, no último parágrafo apresenta certa esperança para os leitores, todavia, chamava também a atenção destes para que tivessem a paciência e o bom senso nas exigências a serem realizadas ao governo federal a partir do momento da posse. Também apontou que nada havia se modificado nas cidades em que o PT havia vencido as eleições municipais, algo que pode ser entendido como uma crítica a Lula, buscando afirmar que caso o mesmo tivesse sido eleito isso não representaria as mudanças adequadas e necessárias pelas quais o país deveria passar.

> Nos últimos dez anos, os brasileiros escorregaram de uma frustração a outra indefinidamente. O país patinou numa linha de estagnação, o governo Figueiredo revelou-se uma tristeza, a ideia das diretas morreu no Congresso, o presidente Tancredo Neves morreu no Instituto do Coração, o vice levou o Plano Cruzado ao fracasso, a Constituinte não fez qualquer milagre e os prefeitos do PT ficaram mais ou menos à altura de seus antecessores nas cidades que lhes foram confiadas. **Agora, vive-se outra vez um momento de enorme expectativa e o sujeito das esperanças atende pelo nome de Fernando Collor de Mello**. O novo presidente é incapaz de satisfazer as esperanças de seus eleitores, que não são realistas, mas pode ter alguma sorte se conseguir criar um ambiente favorável às soluções. Para isso, está condenado a ter logo uma boa margem de acerto, pois se vacilar no princípio o fracasso total é quase inevitável. No mais, deve rezar para que o Brasil ganhe a Copa do Mundo de junho, isso sempre dá um fôlego extra ao humor do país e aumentará suas chances de empurrar a hora da verdade para o segundo semestre (*Veja*, 24/12/1989, p. 72. Grifo meu)

A Copa do Mundo não foi conquistada pela seleção brasileira, foi vencida pela Alemanha Ocidental. Se serviu de consolo à época para *Veja* e para o governo, tal conquista pode ser encarada como uma metáfora de mais uma vitória hegemônica de um país capitalista naquele contexto. De qualquer forma, nem mesmo se a seleção de 1990 comandada por Sebastião Lazaroni levantasse a taça do mundial no dia 8 de julho o novo presidente tomaria fôlego extra para o segundo

semestre do mandato, afinal, nem em 1958, 1962 ou 1970 o país havia tido um presidente que baixou um confisco de bens sobre as cadernetas de poupança e as contas correntes da população.

2.1.1 Os meses que antecederam a posse

As edições publicadas no mês de janeiro de 1990 se referem principalmente a viagens realizadas com dois objetivos distintos por Fernando Collor a diversos países, incluindo Estados Unidos, França, Inglaterra e Itália entre os principais. As primeiras viagens de Fernando Collor ocorreram a partir do dia 30 de dezembro de 1989 e foram realizadas, segundo o presidente e a própria revista, com o intuito de usufruir de um descanso após o fim do embate eleitoral daquele ano. Já no segundo momento, as viagens realizadas foram com o intuito de visitar líderes e empresários de diversos países para tratativas sobre as possibilidades de investimento no Brasil com o novo governo eleito. Além das viagens que foram o tema central nesse momento pré-posse, outros assuntos que mexiam com a curiosidade da revista e da população brasileira também foram abordados nesse momento, tais como: a escolha dos ministros que assumiriam as pastas durante o governo de Fernando Collor e também as ações e medidas que Fernando

Collor deveria colocar em prática a partir do dia 16 de março, dia seguinte à cerimônia de sua posse em Brasília.

A edição nº 1112, *A montagem do choque collorido,* apresenta uma matéria publicada na seção Brasil em que a revista aborda o encontro de economistas, empresários e sociólogos para discutir o futuro da economia brasileira. Segundo *Veja*, todos eram unânimes em concordar que a economia brasileira deveria passar por uma espécie de choque e não mais por pacotes que resolveriam a questão de forma provisória. O próprio título da matéria já indica tal intenção *O disparo do choque* – C*om o aquecimento das discussões sobre os planos do governo Collor, o país se convence de que será inevitável jogar duro na economia* (*Veja*, 10/01/1990, p. 20).

Ao contrário do mês de novembro de 1989 em que a revista citou o caso da Argentina como exemplar, o país vizinho agora era visto com desconfiança pelo semanário devido a um calote em sua dívida interna colocado em prática pelo então presidente Carlos Menem. Fernando Collor, que havia desembarcado em Roma uma semana antes da publicação da edição foi entrevistado pela revista e questionado sobre a situação argentina e os motivos de sua viagem para a Europa naquele momento. Apesar da viagem ter sido realizada com fins de descanso, Fernando Collor ainda se dizia atento aos problemas enfrentados no Brasil justificando dessa maneira

o encontro que teve com seus assessores, Daniel Dantas e Zélia Cardoso de Mello, em Roma, Itália. *Veja* realizou uma pequena entrevista com Fernando Collor que respondeu algumas das principais dúvidas do semanário em relação às medidas que seriam tomadas no âmbito econômico e político e em relação a escolha de ministros.

> VEJA — O que o senhor discutiu nos encontros que teve em Roma com Zélia Cardoso de Mello e Daniel Dantas?
> COLLOR — Discutimos e detalhamos os nossos planos de governo em função dos últimos acontecimentos. Falamos de nosso programa econômico, tiramos dúvidas. É isso o que posso adiantar" (*Veja*, 10/01/1990, p. 23).

Algumas das perguntas dirigidas a Fernando Collor tinham como intenção saber se existia a possibilidade do Brasil fazer o mesmo que a Argentina em relação ao calote de dívidas – algo que a revista se posicionava contrária no período das eleições de 1989 por ser um tema defendido pelo PT –, atitude prontamente rechaçada pelo quase empoçado presidente.

> VEJA — O governo argentino deu um calote na dívida interna. O que o senhor está achando disso?
> COLLOR — O que acaba de acontecer na Argentina confirma a nossa tese. Como as medidas não foram tomadas na sua totalidade, o programa adotado ficou sem uma perna, sem uma sustentação. Agora estão tentando

> consertar de todas as maneiras com medidas muito duras, fortes demais. É o que ocorre nessa questão da dívida interna.
> VEJA — O senhor não teme ser levado a um ponto semelhante ao que o presidente Menem teve de chegar, em que também precise aplicar um calote?
> COLLOR — Nossa política terá regras de jogo definidas, que serão seguidas rigorosamente. Como eu disse, não haverá medidas isoladas nem as chamadas de emergência. Não passa pela nossa cabeça agir de uma maneira diferente. (*Veja*, 10/01/1990, p. 22- 23)

Em resumo, *Veja* depositava, à época, bastante confiança em Fernando Collor e transmitia ao leitor a opinião da revista sobre o que se poderia esperar do candidato eleito, mesmo que seja possível perceber certa pressão em relação à indefinição na escolha dos ministros até aquele momento. Para ocupar o cargo, alguns nomes mencionados eram os de Zélia Cardoso de Mello, assessora de Fernando Collor durante as eleições de 1989, Mário Henrique Simonsen, ex-ministro da Fazenda e Affonso Celso Pastore, ex-presidente do Banco Central durante o período Figueiredo.

> O que se espera do presidente eleito Collor de Mello é que ele enfrente o desafio de uma maneira definitiva, sem medidas de efeito apenas aparente, como fizeram os presidentes Alfonsín e Menem, na Argentina, e como repetiu Sarney, no Brasil. Daquela fase agradável das vagas promessas de campanha, Collor passou ao estágio que já exige um pouco

> mais de definição em seus planos, sem no entanto submetê-los à prova dos fatos. Na semana passada, em sua passagem pela Itália, Collor podia ainda manter aquele perfil de homem que resolve qualquer problema, tão comum em políticos que ainda estão para assumir um cargo. "Logo no dia 16 de março, depois de assumir, estaremos tomando uma série de medidas que visam a combater de forma dura e vigorosa a inflação, que é hoje o grande fantasma a atormentar o cotidiano difícil do povo brasileiro", discursou. Como fará isso ainda é uma coisa vaga, mesmo porque não definiu sequer publicamente o nome de seu ministro econômico. (*Veja*, 10/01/1990, p. 25)

Na edição seguinte, *Veja* além de publicar uma matéria dedicada a traçar o perfil biográfico de Zélia Cardoso de Melo – uma das favoritas para ocupar a pasta da economia no ministério de Fernando Collor – a revista também acabou por destacar o fim da viagem de Fernando Collor à Europa e o início dos preparativos para que o mesmo assumisse seu cargo no poder Executivo. A pequena matéria intitulada *Mãos à obra – Encerrada a viagem à Europa, o presidente Fernando Collor aperta o passo no trabalho de transição* (*Veja*, 17/01/1990, p.34) apresenta um quadro destaque intitulado *Um giro milionário – Collor faz viagem inoportuna* (*Veja*, 17/01/1990, p.35). Apesar do título transmitir a impressão de uma desaprovação em relação a viagem realizada por Fernando

Collor, o quadro destaque traça uma defesa da empreitada do presidente.

> O que parecia ser uma merecida viagem de descanso para o presidente eleito, Fernando Collor de Mello, depois de onze meses de campanha, acabou se transformando num roteiro turístico milionário. Collor passou treze dias no exterior circulando num jatinho fretado, percorreu cerca de 40 000 quilômetros – mais que em toda a campanha eleitoral no segundo turno –, hospedou-se nos melhores hotéis da Europa e frequentou restaurantes caros. (*Veja*, 17/01/1990, p. 35)

Em um primeiro momento o quadro destaque induz o leitor a ver com maus olhos a viagem por estar enfatizando os altos valores gastos na mesma, citando, inclusive, diárias em hotéis beirando o custo de 13 mil cruzados novos[26]. Porém, o que o quadro destaque revelou, na verdade, foi um reforço à imagem de Fernando Collor como um homem bem preparado para o cargo por dominar mais de uma língua, por ser acostumado com uma rotina de exercícios físicos da qual não abandonava nem mesmo durante um período de descanso – algo evidenciado também ao longo da campanha de 1989 – e, principalmente, por não ter utilizado dinheiro público em sua

[26] Esse valor atualmente corresponde a um poder de compra de R$ 5.190,06.

jornada internacional mesmo tendo viajado como presidente eleito e diplomata pelo TSE.

> Na última etapa de seu passeio, na semana passada, Collor visitou a cidade de Montbazon, distante 150 quilômetros de Paris, e hospedou-se no Chateu D'Artigny, um castelo medieval. Sempre vestido de forma impecável, Collor exercitou seus conhecimentos de francês, que fala fluentemente, e não dispensou a ginástica que está acostumado a praticar em Brasília. Na quinta-feira às 8 horas da manhã, o presidente eleito correu trinta minutos nos jardins do castelo. Calcula-se que os treze dias da viagem tenham custado mais de 350 000 dólares ao todo – ou seja, pouco mais de 4,5 milhões de cruzados novos[27], na hipótese de que todas as despesas calculadas tenham de ser efetivamente pagas, o que nem sempre ocorre nas viagens desse tipo. O problema básico da viagem de Collor não reside no total gasto – pois não utilizou um tostão dos cofres públicos. **A dificuldade encontra-se na oportunidade. Como cidadão privado, qualquer pessoa tem o direito de fazer o que bem entende com sua conta bancária – e ninguém tem nada a ver com isso. Ocorre que Collor viajou como presidente eleito e diplomata pelo TSE – o que significa que, além de sua própria pessoa, tem uma imagem pública para cuidar. Ao longo de sua excursão, Collor foi examinado como se estivesse num microscópio, onde cada centavo foi exposto ao eleitorado do país**. Na sexta-feira, Fernando Collor retornou ao Brasil – mas sua estada no país será por pouco tempo. Esta semana, ele

[27] O valor corresponde a um total de um poder de compra de R$ 1.799.673,41

> viaja novamente para a Europa, Estados Unidos e União Soviética. (*Veja*, 17/01/1990, p. 35)

Desta forma, é possível constatar que tenha ocorrido uma preocupação da revista em demonstrar ao leitor mais uma vez que Fernando Collor se diferenciava dos políticos tradicionais que estariam ligados a uma tradição brasileira de corrupção na política e que, no lugar de Fernando Collor, se utilizariam do cargo de novo presidente da república para usufruir de viagens internacionais financiadas com o dinheiro do contribuinte. Para *Veja*, Fernando Collor até aqui não era mais do mesmo, e sim uma ruptura com esse tipo prática.

Além dessa "virtude", *Veja* também buscou evidenciar nesse período outras tantas qualidades de Fernando Collor através de suas matérias. Na edição de número 1114, *A volta da alegria de comer*, a revista abordou as escolhas de Fernando Collor para ocupar alguns dos cargos ministeriais durante sua gestão. É possível perceber que a revista buscou mostrar que apesar de Fernando Collor ser um homem disposto a ouvir opiniões, é também um homem convicto de suas ideias e que a última palavra para qualquer situação em sua gestão seria a dele.

> Disposto a promover uma pesada cirurgia na máquina administrativa do governo, com a qual planeja extinguir uma dezena de ministérios de

> uma só penada, a primeira safra de nomeações de Fernando Collor resolveu um terço do problema — são quatro escolhidos, para um total de doze vagas disponíveis. Falta resolver quem será o ocupante do ministério mais nervoso de seu governo, o da Economia. Falta, também, nomear quem será o ministro da Infra-estrutura, pasta que irá aglutinar, numa casa única, os atuais ministérios dos Transportes, das Minas e Energia e das Comunicações, onde residem as empresas estatais e seus déficits gigantescos. Desde a semana passada, contudo, sabe-se que seu governo já tem um rosto e um estilo. O rosto é o dele mesmo, Collor. E o estilo é o de um presidente que gosta de mandar (*Veja*, 24/01/1990, p. 26-27)

Para *Veja*, até mesmo em uma área delicada, como a área militar, quem mandaria e escolheria os ministros seria Fernando Collor – algo que deve ser encarado com muita relevância naquele contexto em que a ditadura militar brasileira havia terminado há apenas seis anos e que um civil escolher os ministros militares sem aceitar a opinião dos mesmos era visto como algo extremamente positivo e até desafiador pela sociedade.

> De início, Collor procurou demonstrar autoridade numa área que sempre foi sensível — a escolha dos ministros militares. Nas últimas semanas, o presidente eleito ouviu a opinião dos ministros militares do governo Sarney sobre os nomes de seus possíveis sucessores, em encontros reservados, e até fez o gesto bem-educado de anotar suas sugestões — mas telefonou na semana passada apenas para

> avisá-los de sua escolha como um fato consumado. "Escolhi aqueles ministros que não tinham o passado ligado aos órgãos de repressão ou à comunidade de informações", explica ele. "Quem atuou nessa área no passado fez uma opção política que não serve ao nosso governo", acrescenta (*Veja*, 24/01/1990, p. 27)

Além disso, a revista também destacou que nem todas as promessas de campanha de Fernando Collor poderiam ser cumpridas ao assumir a presidência, mas que isso não era necessariamente um problema visto que Fernando Collor, desde antes de assumir o cargo, já estava demonstrando ser o nome certo para ocupar o poder Executivo, o que fazia dele um exemplo a ser seguido.

> É verdade que o presidente eleito também deu sinais na semana passada de que vai dar alguns passos atrás em relação a algumas promessas de campanha mais delicadas. Ele já abandonou, por exemplo, a idéia de extinguir o Serviço Nacional de Informações, o SNI. Também abandonou, pelo menos por enquanto, a idéia de criar o Ministério da Defesa — um organismo que encamparia o Exército, a Aeronáutica e a Marinha. **Igualmente é verdade, contudo, que a cada dia que passa o futuro governo Collor deixa de ser uma incógnita — e assume contornos bem mais nítidos. É assim que os governos começam — e o de Collor começou bem**. (*Veja*, 24/01/1990, p. 29. Grifo meu)

Para encerrar o mês, a edição de número 1115, *O estilo Collor*, de 31 de janeiro de 1990, aborda já em sua capa duas frases bem marcantes de Fernando Collor ditas em entrevista para aquela edição: "Sou intutelável. É possível que algumas pessoas não tenham levado essa minha afirmação ao pé da letra e tenham tentado me tutelar. Pois fracassaram.", e também: "Há um sentimento de que a geração mais moça não tem capacidade para dirigir o Brasil. Vamos mostrar que tem" (*Veja*, 31/01/1990, p.01). Já no sumário da revista a descrição da matéria de capa daquela semana chama a atenção:

> Num giro por nove países, Collor apresenta o perfil do novo governo. Ao embarcar na semana passada para uma viagem de vinte dias ao exterior, o presidente eleito Fernando Collor de Mello inaugurou o estilo do novo governo. Viajou num avião de carreira, **numa comitiva de apenas oito pessoas, teve uma recepção calorosa nos Estados Unidos e leva uma agenda recheada de nomes de peso**. (*Veja*, 31/01/1990, p. 29. Grifo do meu)

Na matéria intitulada *Perfil de presidente. Collor inicia uma viagem de vinte dias ao exterior, encontra-se com líderes políticos de peso e apresenta seu estilo na Presidência* (*Veja*, 31/01/1990, p. 30) a revista evidencia novamente que Fernando Collor havia adotado um novo estilo de comitiva ao embarcar em um avião de carreira e não no Boeing oficial e que, ao

contrário do ex-presidente Sarney, poucos políticos o acompanharam na comitiva, o que pode ser encarado como mais uma tentativa da revista de demonstrar que Fernando Collor seria mesmo uma mudança no que diz respeito aos gastos públicos e na forma como os políticos brasileiros abusam de seu poder para usufruírem de privilégios concedidos pelo Estado para benefício próprio como, por exemplo, a realização de viagens sem fortes motivações políticas.

> No momento em que o presidente eleito Fernando Collor acomodou-se numa das poltronas da primeira classe do vôo 866 da Varig que o levaria até Nova York, na noite da última quarta-feira, **inaugurava-se um novo estilo político no país. Nos últimos anos, os brasileiros foram compulsoriamente habituados a suportar governantes especializados em viajar de graça na companhia de dezenas, às vezes até centenas, de amigos. Novidade: a comitiva de Collor é formada por oito pessoas, incluindo ele próprio e a mulher, Rosane**. Para viajar, Collor tomou um avião de carreira em vez do patético Boeing oficial que não cessa de encantar o presidente José Sarney, conformou-se com o horário regular do vôo e veio de Brasília até São Paulo para embarcar nele, sem perturbar a rotina dos demais passageiros. **Enfim, não foram poucas as autoridades nacionais que se acostumaram a forrar sua agenda no exterior com audiências com chefes de Estado de segunda linha, com os quais não tinham nenhum assunto de maior relevância a tratar. Em sua viagem de vinte dias, ao longo dos quais visitará nove países,**

> **Fernando Collor irá encontrar-se com o primeiro escalão da política internacional**. Com uma programação bem feita e uma organização bem-sucedida, o périplo internacional de Fernando Collor teve um início marcante. Na sexta-feira pela manhã, ele entrou num gabinete da Casa Branca para um encontro com o presidente dos Estados Unidos, George Bush. À noite, Collor voltaria ao mesmo endereço, mas para uma atividade fora de sua agenda — **um jantar, em estilo bufê, para trinta convidados reunidos na ala residencial da Casa Branca, honraria que, em qualquer parte do mundo, está reservada aos visitantes bem-sucedidos e que têm coisas interessantes para dizer a seus anfitriões**. Entre os presentes à recepção, encontrava-se o secretário do Tesouro Nicholas Brady, um dos principais auxiliares de George Bush para assuntos relativos à dívida externa dos países em desenvolvimento, autor de uma proposta de negociação entre credores e devedores que leva seu nome, o chamado Plano Brady (*Veja*, 31/01/1990, p. 30. Grifo meu)

Desta forma, a revista prosseguiu destacando os êxitos de Fernando Collor em suas viagens internacionais na edição seguinte. Na primeira edição do mês de fevereiro de 1990, o editorial evidenciou a dificuldade que um repórter e um jornalista da revista *Veja* tiveram em acompanhar o ritmo acelerado de Fernando Collor pelos nove países que a comitiva viajou.

> Não é nada fácil seguir o ritmo de Fernando Collor de Mello. Eduardo Oinegue, chefe da

> sucursal de Brasília da revista, e Antônio Milena, fotógrafo baseado em São Paulo, escalados por VEJA para acompanhar a viagem do presidente eleito por nove países, já haviam percorrido até a manhã de sábado passado quase 30 000 quilômetros em quarenta horas de vôo, tomado mais de cinqüenta táxis e ônibus, escutado cinco idiomas diferentes, trocado a noite pelo dia duas vezes, com a mudança dos fusos horários, e amargado os rigores do inverno russo (*Veja*, 07/02/1990, p. 27)

A matéria *Ippon diplomático – Collor encontra-se com Gorbachev, movimenta-se com desenvoltura e conquista a simpatia de empresários e banqueiros no exterior* (*Veja*, 07/02/1990, p. 30) abordou as negociações realizadas por Fernando Collor com empresários japoneses e a forma como o presidente foi bem recebido por todos os lugares que passou, sendo agraciado com privilégios somente concedidos a influentes líderes de Estado. O título da matéria é uma referência a um golpe de arte marcial existente tanto do judô quanto no caratê – este último praticado por Fernando Collor em sua juventude. A palavra foi utilizada por Fernando Collor em um encontro com empresários japoneses como uma metáfora da forma como iria vencer o problema da inflação no Brasil. O *ippon* é um golpe certeiro em que o oponente derruba o adversário de costas, o que garante a vitória imediata ao lutador responsável por aplicar o golpe. Além de destacar essa relação de Fernando Collor com o esporte – mais uma vez

reforçando a imagem transmitida do mesmo durante as eleições de 1989, a revista se preocupou, novamente, em demonstrar que apesar de todo o trabalho que estava sendo realizado por Fernando Collor durante a viagem, a prática de esportes continuava fazendo parte do seu dia a dia, mesmo tendo uma rotina extremamente exaustiva, como já havia sido evidenciado em outra edição citada aqui anteriormente.

> Em suas visitas aos Estados Unidos, Japão, União Soviética e Alemanha Ocidental, as quatro primeiras das nove etapas de seu giro de vinte dias, Collor não abandonou hábitos como o de praticar esportes — **correu de madrugada em Moscou, andou de bicicleta na sexta-feira pela manhã em Bonn e até mesmo treinou caratê em Tóquio na segunda-feira. Ao mesmo tempo, cumpriu uma agenda carregada na qual conseguiu praticamente tudo o que queria — e talvez um pouco mais**. Ao longo da semana, o presidente eleito colecionou uma série de sinais por parte de seus anfitriões de que sua conversa é de grande interesse e de que a viagem ao exterior foi um começo com o pé direito tanto do ponto de vista de quem olha de fora quanto de dentro do país. (*Veja*, 07/02/1990, p. 30. Grifo meu)

Sobre os privilégios concedidos aos líderes de Estado.

> Na quarta-feira, ele encontrou-se numa sala de reuniões do Kremlin, em Moscou, com o presidente soviético, Mikhail Gorbachev, com quem conversou cordialmente por cerca de

> oitenta minutos — quase trinta minutos a mais do que o previsto na agenda —, **e foi brindado com privilégios raros no país. Na noite do mesmo dia, assistiu ao balé Giselle no Teatro Bolshoi, ao lado da mulher, Rosane, no camarote do próprio diretor do teatro — oferta concedida apenas a convidados muito importantes, entre os quais o próprio Gorbachev**. (*Veja*, 07/02/1990, p. 30. Grifo meu)

E ainda:

> Na quinta-feira, já na Alemanha, ele teve seu encontro com o primeiro-ministro Helmut Kohl adiado para o dia seguinte para que os dois pudessem almoçar juntos, numa conversa que durou duas horas. Também na quinta-feira, o embaixador Marcos Coimbra, futuro chefe de gabinete do novo governo e um dos acompanhantes de Collor na viagem, **recebeu um telefonema da primeira-ministra Margaret Thatcher para ampliar o horário da agenda no encontro entre os dois, marcado para a quinta-feira desta semana.** (*Veja*, 07/02/1989, p. 30. Grifo meu)

A ênfase para tais assuntos possivelmente pode ser encarada como uma tentativa da revista de demonstrar que, com a eleição de Fernando Collor, o Brasil passava a ser encarado com outros olhos pelas grandes potências econômicas e bélicas mundiais e que o lugar do país na política externa poderia sofrer mudanças positivas, fazendo com que as opiniões do país fossem levadas mais a sério pelas grandes

nações. Ao enfatizar o encontro de Fernando Collor com o empresariado japonês e com Mikhail Gorbatchov – presidente responsável pela abertura econômica da URSS ao capital estrangeiro, *Veja* reforçava a ideia de que esse deveria ser o caminho trilhado pelo Brasil naquele contexto de neoliberalização mundial em que os diversos países estavam abrindo suas economias ao capital externo e adotando políticas de austeridade ditadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI).

Além disso, as comparações de Fernando Collor com o ainda presidente Sarney eram realizadas pela revista, sempre colocando o primeiro como superior ao segundo em todos os aspectos, agora não mais com o mesmo intuito da época das eleições, que era o de fortalecer Fernando Collor diante dos eleitores e possivelmente para fazer coro aos ataques realizados pelo mesmo contra o então atual presidente, mas como uma forma de demonstrar confiança e dar respaldo a Fernando Collor frente aos leitores para o momento inicial de sua posse.

> PRIMEIRO ESCALÃO - **Apesar de não ter trazido do Japão nenhuma promessa de dinheiro, pode-se dizer que Collor conseguiu fazer em apenas dois dias muito mais do que fez o governo brasileiro nos últimos dez anos, pelo simples fato de exibir disposição de integrar o país à economia mundial e dar uma demonstração de dinamismo e**

> **determinação**. "É evidente que antes de tomar posse um presidente eleito não sai para uma viagem internacional e volta dela com uma pilha de contratos assinados", diz Collor." Minha viagem tem como objetivo maior apresentar uma chave para abrir portas e elas foram abertas até agora", acrescenta. **A abertura definitiva, sinal de mudança insofismável, seria permitir que empresas japonesas montassem fábricas no Brasil**. Nos últimos anos, os brasileiros acostumaram-se a ver um presidente que gostava de posar como estadista latino-americano, pregava uma integração maior com países vizinhos como a Argentina, cuja economia está ainda mais esfrangalhada que a do Brasil, e cuja agenda no exterior costumava ser carregada por uma gorda comitiva e compromissos decorativos. **A grande novidade da viagem de Collor é que ele tem se encontrado com personagens de primeiro escalão no cenário mundial e tenta uma aproximação com os países industrializados numa de andar para a frente** (*Veja*, 07/02/1990, p. 32. Grifo meu)

Outro ponto abordado pela revista e que merece estudos mais aprofundados são as críticas de *Veja* à aproximação do Brasil com os países latino americanos naquele contexto. Além de ser possível evidenciar na opinião da revista que a melhor opção para o Brasil era o comércio com as nações do chamado primeiro mundo em detrimento dos países em desenvolvimento da América Latina, *Veja* também destacou naquela edição uma frase de Fernando Collor que pode ser encarada como um dos indicativos de que o novo governo seguiria o caminho indicado

pela revista ao assumir a presidência: “Estou muito contente por mostrar ao mundo a nova face do Brasil, que não pode ser a de **cucaracha**, disse Collor a Eduardo Oinegue, de VEJA” (*Veja*, 07/02/1989, p. 31. Grifo meu). A palavra *cucaracha* significa barata em espanhol e o termo além de ter certo cunho preconceituoso, é utilizado na frase pelo candidato como uma forma pejorativa de se referir aos países de língua hispânica, talvez até buscando descartar políticas econômicas e de comércio com os países vizinhos, indicando que a tendência a ser seguida pelo seu governo seria mesmo a da neoliberalização da economia brasileira[28] dando preferência a acordos com países do chamado, à época, primeiro mundo.

2.2 A IMAGEM DE FERNANDO COLLOR EM *VEJA* APÓS O CONFISCO

Fernando Affonso Collor de Mello assumiu a Presidência da República no dia 15 de março de 1990 sob a promessa de uma relação estável e respeitosa com os poderes Legislativo e Judiciário, comprometendo-se a reforçar a democracia e a ser fiel ao programa político e econômico com o qual foi eleito. A posse de Fernando Collor foi realizada

[28] Apesar da declaração, Collor assinou o acordo do Mercosul no ano de 1991.

diante de um Congresso Nacional em fim de mandato, com eleições para os poderes executivos e legislativos estaduais marcadas para o mesmo ano. Segundo Rodrigo de Carvalho (2012), Fernando Collor pronunciou seu discurso de posse ao Congresso Nacional com os objetivos de seu governo e traçando linhas gerais de combate à inflação – encarada como seu principal desafio. Além disso, também enfatizou a luta pela modernização do Estado por via da desburocratização e da privatização, desregulamentação e diminuição do papel da máquina pública na sociedade. Em seu discurso, Fernando Collor também discorreu sobre o desafio de realizar a Eco-92[29], no Rio de Janeiro, fez a defesa do liberalismo, ressaltou o fim da experiência socialista no mundo e citou seu compromisso em combater as desigualdades sociais apostando na força da iniciativa privada. "Fez um discurso embasado no pensamento neoliberal e inaugurou uma nova ordem política no Brasil" (CARVALHO, 2012, p. 71-72).

> O discurso de Collor é uma referência fundamental para compreender todo o seu pensamento. Enganam-se os analistas políticos que o consideram apenas um outsider. O

[29] Foi uma conferência realizada no Rio de Janeiro organizada pela Conferência das Nações Unidas cujo principal objetivo era debater questões voltadas ao meio ambiente, desenvolvimento sustentável e elaboração de projetos com caráter ambiental.

> presidente eleito era, acima de tudo, a incorporação possível dos anseios das classes dominantes brasileiras, mesmo aquelas que não o viam com legitimidade, à pauta da modernidade e dos novos ventos ideológicos liberais que seguiam no período pós-mundo bipolar. Também encarnava o personagem "protetor dos pobres" aos olhos da parcela da sociedade mais humilde, que buscava na simbologia de um homem forte de gesto e palavra a capacidade de dar rumo ao país e ajudar os que necessitavam. Collor passou essa mensagem ao povo e às classes dominantes (CARVALHO, 2012, p. 75-76)

Segundo Brasilio Sallum Jr (2015, p. 89), no dia seguinte à sua posse, pela manhã, o presidente lançou diante do ministério e para o público que o ouvia e/ou o assistia via televisão, o Plano Brasil Novo, denominado pela imprensa como Plano Collor. O novo presidente não deu muitos detalhes naquele momento, tarefa esta que ficou a cargo da já empossada Ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello e, do presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, que se esforçaram, sem muito sucesso, para explicá-lo à imprensa e aos telespectadores que assistiam tudo pela televisão surpresos com as duras medidas adotadas pelo governo. Tratava-se de um plano abrangente, composto de quase duas dezenas de medidas provisórias, decretos e portarias e tinha cunho bastante intervencionista. Ainda segundo o autor (SALLUM, 2015, p. 90), o núcleo do Plano era a reforma monetária, contida na

Medida Provisória (MP) de número 168. Para estabilizar a moeda, o governo suprimiu o poder da compra do Cruzado Novo e o transferiu para uma nova moeda, o Cruzeiro, ao mesmo tempo em que se apropriou de 80% dos ativos financeiros e da moeda em circulação e os depositou no Banco Central, prometendo devolvê-los em um período de 18 meses, com correção monetária e juros de 6% ao ano em 12 parcelas mensais iguais.

Desta forma, com um plano tão duro quanto esse estabelecido pelo governo, o assunto principal da edição de *Veja* publicado na semana seguinte não foi necessariamente a cerimônia de posse presidencial, como possivelmente teria sido em uma situação comum, mas sim o confisco de bens realizado pelo governo. *O dinheiro sumiu*, edição de 21 de março de 1990 apresentou em sua capa, pela primeira vez, a imagem de Fernando Collor oficialmente como presidente do país. Na imagem, Fernando Collor aparecia arrumando a faixa presidencial em seu peito com o título da edição todo em letra maiúscula acima de sua cabeça e com a seguinte frase mais abaixo: "Collor toma posse, baixa um confisco geral e deixa o país em estado de choque" (*Veja*, 21/03/1990, p. 1).

O que se poderia esperar então do posicionamento da revista frente a tal medida tomada pelo presidente? O editorial daquela semana intitulado: *Plano, confisco e resultado*

apresenta algumas críticas ao novo presidente, porém, acrescenta que tais medidas radicais, caso dessem certo, justificariam os meios utilizados pelo governo para conter a inflação, mesmo que isso tenha significado mexer na poupança dos brasileiros – algo que na opinião da revista era uma medida extremamente complicada de ser aceita por se tratar de um investimento privado e pessoal.

> Poucos dias antes da posse de Fernando Collor de Mello, dizia-se e repetia-se que o país estava não à beira, mas em plena situação de colapso econômico. O caos provocado pela explosão inflacionária, pelas remarcações alucinadas de preços e pela destruição da moeda, avaliava-se em todos os cantos, só poderia ser atacado com medidas duras. Com sacrifícios. Com um plano que mexesse com hábitos econômicos há muito estabelecidos. As medidas vieram na sexta-feira passada. Foram duras, exigem sacrifícios e colocaram de pernas para o ar velhas tradições da economia brasileira. Collor fez o que se esperava, fez o que praticamente todos pediam — e mesmo assim provocou um susto enorme nas mesmas pessoas que reclamavam medidas radicais. Algumas das medidas provisórias enviadas pelo presidente ao Congresso não são apenas radicais. São, isto sim, extremamente violentas. O confisco começou no over, passou pelas cadernetas de poupança e terminou nas contas correntes. Quando se abatem sobre indivíduos, as medidas são injustas. Elas penalizam gente que suou muito para ter uma poupança. Gente que colocou dinheiro no over como uma autodefesa legítima contra a corrosão inflacionária. Gente que não tinha nada a ver com especulação financeira. Gente

> que dava como certo que a conta corrente era propriedade privada, e como tal inviolável à intervenção do governo. No plano social, no entanto, essas medidas específicas atingem em cheio aqueles que Collor escolheu como seus alvos durante e depois da campanha: as elites. Elas não mexem com a vida daqueles que estão fora do over, da poupança e até das contas bancárias — a maioria dos brasileiros. Não há garantia alguma de que, por atingir quem tem alguma poupança, o plano de Collor venha a dar certo. Se o plano der certo, conseguindo estabilizar a moeda e fazendo a economia crescer novamente a médio prazo, o sacrifício terá valido a pena. As perdas serão desculpadas e esquecidas, desde que deem origem a uma melhoria sensível nas condições de vida dos brasileiros e de progresso do país. Se der errado, não produzindo resultados palpáveis, o plano de Collor terá efeito de uma bomba que, em vez de ser arremessada sobre os inimigos, terá estourado no próprio país, vitimando a todos. (*Veja*, 21/03/1990, p. 55)

Mesmo com uma atitude inédita de confisco sobre bens da população, não é ainda nesse momento que ocorreu uma reviravolta no modo como a revista transmite a imagem de Fernando Collor para o leitor. Contudo, podemos notar que tais medidas não foram vistas necessariamente com bons olhos pela revista *Veja* – mesmo que em vários momentos ela, e o restante da imprensa, tenham procurado atenuar a situação. Um título bastante catastrófico apresentava a matéria na seção Brasil: *O presidente dispara sua bomba – Empossado, Collor baixa o*

mais ambicioso e drástico plano econômico para vencer a inflação (*Veja*, 21/03/1990, p. 58)

> **Ao atacar a poupança, Collor jogou uma sombra nos destinos de um tipo de investimento em que todos confiavam. Mais que isso, quebrou uma promessa explícita de sua própria campanha e fez exatamente aquilo que, segundo ele, seu adversário no segundo turno da sucessão presidencial, Luís Inácio Lula da Silva, cogitava secretamente fazer caso fosse vitorioso**. Ao confiscar o dinheiro da conta corrente, Collor intervém de forma inédita na propriedade privada — e deixa as pessoas pensando que nada está realmente a salvo do governo, a menos que fique fisicamente fora de seu alcance. Há, no entanto, uma outra questão nesse país dos + 50 000 cruzados novos e dos - 50 000 cruzados novos — é que, pela primeira vez, a parcela maior do sacrifício, ao menos em sua fase inicial, não foi parar no bolso dos que estão no andar de baixo (*Veja*, 21/03/1990, p. 59. Grifo meu)

Mesmo com uma medida dessas tomada pelo governo, a revista buscou passar a impressão de que o plano, diferente de todos os outros, não traria consequências apenas para parte da população e deixando de lado as grandes empresas, mas que, dessa vez, justamente por englobar os grandes empresários, isso poderia ser mais um sinal da diferença no modo como as coisas seriam encaradas no país dali para frente e que, talvez, o plano desse certo por não tratar com diferença

as elites e o campo político tradicional do restante da população.

> Pela primeira vez, assim, acionou-se um programa econômico sem a aprovação prévia daqueles que a equipe de Collor considera "os mesmos de sempre"— e o efeito mais visível disso é que a bomba detonou de forma a não deixar nenhum ativo financeiro ao abrigo de seu alcance, salvo os valores que haviam sido transformados em papel-moeda e guardados num cofre ou, então, trocados por dólares. Mais uma vez, assim, constatou-se que Collor vem fazendo exatamente aquilo que dizia que iria fazer — e isso volta a reforçar a suspeita de que o "verdadeiro Fernando Collor", cujo desmascaramento seus opositores vêm anunciando e sucessivamente adiando há mais de um ano, talvez seja mesmo o Collor que está aí. O novo presidente, algum tempo atrás, previu que seu governo iria "deixar a direita indignada e a esquerda perplexa". Nada correspondia com mais fidelidade à essa previsão do que o terremoto econômico da semana passada. (*Veja*, 21/03/1990, p. 59)

Sobre a iniciativa intervencionista protagonizada por Fernando Collor, Rodrigo de Carvalho (2012, p. 76) aponta que o primeiro ato presidencial foi a edição de 22 medidas provisórias discorrendo, principalmente, sobre as iniciativas econômicas do novo governo. Segundo o autor, a de maior impacto foi a MP 168, que tratava da instituição do cruzeiro como nova moeda brasileira e da liquidez dos ativos financeiros. O governo, em uma decisão inédita, fixou Cr$ 50

mil[30] o limite máximo de movimentação bancária para cada brasileiro, confiscando todo o valor restante. A medida tinha como objetivo estancar a inflação recorrendo à lógica da contenção de liquidez, dada a elevada quantidade de moeda em circulação. Porém, a iniciativa que para alguns economistas teria a capacidade de conter o consumo e, sobretudo, a especulação financeira, levou o Brasil ao colapso. Além do confisco da poupança, o governo Collor adotou a recorrente providência do congelamento de preços e salários, o que levou momentaneamente a uma queda da inflação, maquiada por medidas restritivas que não se sustentariam futuramente (CARVALHO, 2012, p. 76-77).

Brasilio Sallum Jr (2015, p. 93) aponta que as medidas entregues pessoalmente ao Congresso e não através dos canais usuais foram "uma reafirmação brutal do Estado em relação à sociedade e, especialmente, em relação à esfera econômica". Desta forma, o novo governo inverteu a situação anterior de passividade e progressivo descrédito em relação à sua capacidade de comando e mostrou que estava se impondo politicamente frente à situação, o que ajudou a manter a popularidade de Fernando Collor.

---

[30] Hoje um valor em poder de compra de R$ 6.733,23 de acordo com os índices de março de 1990 e julho de 2015.

> A inversão foi mesmo dramática, pois ressaltou em Collor a dimensão de herói salvador que encarnava para boa parte das massas populares e desorganizou temporariamente as forças políticas que podiam a ele se opor. No dia seguinte ao lançamento do Plano, a *Folha de S. Paulo* fez pesquisa em dez capitais de estado e constatou que 58% dos entrevistados avaliaram que as medidas eram boas para o país e 60% acreditavam que a inflação ia baixar (SALLUM, 2015, p. 93)

Brasilio Sallum Jr (2015), citando um termo utilizado por Bolivar Lamounier define o período entre a posse de Fernando Collor e o mês de junho de 1990 como o "período da ditadura romana", o que explica, de certo modo, a complacência de parte do poder legislativo com os atos levados adiante por Fernando Collor através das MPs.

> Desse modo, nas semanas posteriores ao lançamento do Plano Collor o poder presidencial chegou ao zênite, configurando-se uma situação política parecida [...] à ditadura romana. Situação em que a emergência hiperinflacionária, a ampla aprovação social ao plano de estabilização e a existência do instrumento da medida provisória produziram um *afrouxamento* das "balizas constitucionais" para a ação governamental e reduziram a oposição parlamentar às iniciativas do governo. Naquele período, o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal tornaram-se *reféns* do *Poder Executivo* em função dos altos custos previstos decorrentes da não aprovação do plano de estabilização, o custo de desencadear a hiperinflação e, possivelmente, colocar em

> risco a democracia recém-instituída (SALLUM, 2015, p. 98. Grifo do autor)

Segundo David Maciel (2011, p. 98), mesmo com a presença de medidas e determinadas políticas de cunho neoliberal nos governos Figueiredo (1979-1985) e Sarney (1985-1990), considera-se que a implantação do projeto neoliberal no Brasil, como elemento condutor da ação governamental em todas as suas esferas se iniciou no governo de Fernando Collor. Ainda segundo o autor (MACIEL, 2011, p. 99) o período que abrange da posse de Fernando Collor, em março de 1990 ao seu afastamento da presidência da República, em setembro de 1992, é caracterizado pelo acirramento progressivo da crise de hegemonia burguesa iniciada em 1987 com o colapso do Plano Cruzado e o início do processo constituinte. Suas origens remontam à crise conjuntural que envolveu os dois últimos governos da Ditadura Militar e se prorrogou para os dois primeiros anos do governo da Nova República, evoluindo para uma crise de hegemonia em suas fases finais.

> Desde o governo Sarney vigorava uma *situação cesarista*, baseada na capacidade do governo em aglutinar em torno de si um campo político conservador, porém incapaz de dirigir o bloco no poder no sentido *do que fazer*, ou seja, no sentido da definição de um projeto histórico

> que superasse a crise de hegemonia reunificando as frações burguesas, mas suficientemente articulado para definir *o que não fazer*, ou seja, impedir que a substituição da institucionalidade autoritária por uma institucionalidade democrática abolisse plenamente os elementos autocrático-burgueses do Estado brasileiro, possibilitando a ascensão política das classes subalternas e a construção de um movimento contra-hegemônico (MACIEL, 2011, p. 106. Grifos do autor)

David Maciel (2011, p. 106-107) também aponta que, no governo Collor, a permanência da tutela militar indicou a perenidade das condições dessa viabilização cesarista indicada por Brasilio Sallum Jr, porém em uma situação distinta da do governo Sarney. Citando Oliveira (1992), Cruz (1997) e Antunes (2004), Maciel aponta que tais autores atribuem ao governo Collor uma pretensão cesarista/bonapartista, mais próxima do "delírio" e da "aventura" do que propriamente da criação de um sistema político com essas características. Ainda segundo o autor, o comportamento imperial de Fernando Collor perante as forças políticas institucionalizadas (partidos políticos e sindicatos) e os outros poderes da República, a apelação imediata e midiática às massas populares desorganizadas e a "pretensão da unanimidade" conferida ao discurso modernizador sugerem a presença de características definidoras desse cesarismo e bonapartismo. Contudo, "Faltou-lhe a capacidade de direção política do bloco no poder,

conferindo-lhe unidade política, e de mobilização popular sustentável e permanente". (MACIEL, 2011, p. 106-107).

Portanto, apesar de um apoio popular relativamente alto durante os primeiros meses de seu governo, Fernando Collor não conseguiu manter esse apoio por todo o seu governo, o que fez com que, no momento em que perdeu o status messiânico, perdeu também força para se sustentar no cargo.

> [...] a incapacidade de ir além do "momento messiânico" – estabelecido na sua irrupção na cena política como candidato e posteriormente como presidente eleito com a apresentação do Plano Collor I – impôs um limite estrutural à viabilização do cesarismo político, mantendo apenas a situação cesarista, mesmo que em condições precárias. Isto porque, apesar de anunciar uma ruptura política social com o Estado desenvolvimentista e com a aliança político-social desenvolvimentista, ambos em crise, não houve o estabelecimento de uma coalizão política ampla o suficiente para sustentar o governo e a aplicação continuada e progressiva do programa neoliberal. Paralelamente, o apoio militar, que poderia viabilizar esta sustentação, com óbvios rebatimentos no Congresso e na esfera de representação política, não se configurou pelo descontentamento das Forças Armadas com os cortes orçamentários e o arrocho salarial imposto aos militares. Deste modo, com Collor a situação cesarista não evoluiu para o cesarismo propriamente dito, mantendo-se precariamente e de forma errática. Esta debilidade política estrutural foi decisiva para sua queda, suscitando a retomada do projeto

> neoliberal em novas bases políticas. (MACIEL, 2011, p. 107).

Nesse contexto de cesarismo, diferente do que os autores citados acima afirmam, no mês de abril, *Veja* abordou na seção Brasil uma matéria destinada a demonstrar o modo como o Congresso nacional havia recebido bem as medidas do plano e a relação harmônica como tudo estava sendo negociado pelos parlamentares "Na semana passada, contudo, o Congresso já havia emitido vários sinais de que captara a mensagem de Collor – com um resultado bastante positivo" (*Veja*, 11/04/1990, p. 22), e também "Antes de a votação começar para valer, havia a impressão de que o governo e o Congresso preparavam-se para um conflito sangrento [...] o que se viu na semana passada foi o contrário – parlamentares e governo negociando em clima civilizado" (*Veja*, 11/04/1990, p. 23).

No entanto, na página seguinte, a revista apresentou uma matéria de duas páginas com uma denúncia contra Fernando Collor. *E se o Tuma aparecer? Collor faz o passeio mais inconveniente de sua gestão numa moto Ninja que veio de contrabando* (*Veja*, 11/04/1990, p. 26-27). O título fazia uma referência a Romeu Tuma, delegado da Polícia Federal que foi empossado por Collor para ser o responsável pela Receita Federal. A brincadeira do título levantava a questão de qual

seria a ação de Tuma caso flagrasse Fernando Collor pilotando em alta velocidade um item que, segundo a revista, era proibido pela Receita Federal de ser importado para o país na época. Além de destacar na matéria um passeio em alta velocidade realizado por Fernando Collor – o que lhe garantiria uma multa por excesso de velocidade, *Veja* novamente retomou o assunto da viagem realizada pelo presidente entre o final de 1989 e os primeiros meses de 1990, destacando desta vez que os brasileiros não viram com bons olhos a empreitada, e alertando que o modo marqueteiro como Fernando Collor transmitia sua imagem poderia se virar contra ele, posicionamento bem diferente do modo como o assunto havia sido abordado durante o mês de janeiro e fevereiro daquele ano antes do confisco ser baixado.

> Em sua vida extra-oficial, o presidente Fernando Collor de Mello já teve uma porção de más idéias desde que foi eleito. Pouco depois de sua vitória em 17 de dezembro, Collor embarcou num jatinho particular de doze lugares, para uma temporada relâmpago nas Ilhas Seychelles, um paraíso fiscal e turístico no Oceano Índico. Há duas semanas, Collor visitou a Amazônia trajado com uma fantasia de Falcon, o boneco fardado recomendado para meninos de 12 anos de idade que gostam de brincar de soldado. No domingo dia 1º de abril, ao sentar-se no banco de uma motocicleta Kawasaki Ninja 1000 cilindradas para dar uma volta por Brasília, o presidente fez o passeio mais infeliz de seu governo. Num país com

> uma notória tradição de ilegalidades e impunidades alfandegárias, o contrabando já foi encarnado por símbolos muito diversos [...] Nos dias de hoje, o símbolo nacional do contrabando é justamente a moto Kawasaki Ninja 1000. [...] seu preço pode chegar a 1,26 milhão de cruzeiros[31] (*Veja*, 11/04/1990, p. 25).

Ao final da matéria, a revista tece sua opinião sobre o episódio.

> Entre as dificuldades do presidente Fernando Collor, o episódio foi encarado como mais uma aventura em suas exibições de atleta e esportista. "A moto Ninja não é um símbolo de contrabando, mas de esportividade", afirma o porta-voz da Presidência da República, Cláudio Humberto Rosa e Silva. "Será que esse caso afeta a economia do país?", pergunta o deputado Cleto Falcão na esperança de fazer uma ironia. **Mas é certo, também, que o passeio de motocicleta só atrapalha os planos de um presidente empenhado em convencer o país de que se vive no Brasil Novo – onde se cobram sacrifícios imensos da população para se vencer a inflação e se anuncia uma atitude austera e moralizadora por parte das autoridades** (*Veja*, 11/04/1990, p. 27. Grifo meu)

A denúncia sobre o ocorrido não significou ainda uma mudança de posicionamento do semanário em relação a Fernando Collor visto que, algumas edições posteriores a esta,

---

[31] Equivalente a um poder de compra atual de R$94.733,66. Os índices utilizados para o cálculo foram do mês de abril de 1990 e julho de 2015.

ainda apresentam algumas defesas em relação a Fernando Collor. Porém, o que pode ser evidenciado em termos de críticas nos meses que se seguiram são as críticas econômicas, principalmente voltadas a Zélia Cardoso de Mello. Sobre as críticas a ministra, *Veja* publicou matérias referentes a um romance mantido em segredo entre Zélia Cardoso de Mello e o ministro da justiça Bernardo Cabral, que na época era casado. O relacionamento entre ambos foi transformado em escândalo pela revista. Cabral acabou perdendo o emprego e Zélia continuou sendo pressionada pelo semanário, como é possível perceber nas edições nº 1152, *O romance que derrubou Cabral* publicada em 17 de outubro de 1990 e *Zélia, o inferno da ministra* de 14 de novembro de 1990.

Essa ambiguidade no modo como os assuntos relacionados a Fernando Collor e seu governo durante o ano de 1990 pode ser melhor evidenciado na edição que apresenta um panorama sobre os cem dias de Fernando Collor na presidência da República, publicada no mês de junho. Junho é um mês considerado chave para entender a relação de Fernando Collor com o Poder Legislativo, visto que, a partir do final do mês de maio, Fernando Collor começou a sofrer suas primeiras derrotas no Congresso Nacional e maiores pressões dos congressistas devido a manifestações sindicais que cobravam

posicionamentos mais consistes da oposição e de representantes ligados aos movimentos sociais e sindicais.

2.2.1 Os cem dias de Collor no poder

No dia 22 de junho, Fernando Collor completou cem dias frente à presidência da República. Dois dias antes, a edição intitulada *Funcionalismo público – uma tragédia brasileira* foi realizado um balanço da gestão do então presidente até aquele momento. O balanço não foi o principal assunto da semana que, como o título de capa evidenciou focou na questão do funcionalismo público. Contudo é importante observar que tal matéria destacando os cem dias de governo foi publicada logo após a matéria de capa sobre a demissão de 68 mil funcionários públicos e das dificuldades que os brasileiros estavam vivendo devido à instabilidade econômica no Brasil.

A matéria sobre os cem dias de Fernando Collor iniciou afirmando que é uma tradição política de vários países realizar no centésimo dia um balanço sobre as medidas tomadas pelo presidente ao longo do mandato para que se tenha um parâmetro de avaliação para melhor analisar se o governo está indo bem ou mal. Na publicação, alguns ex-presidentes brasileiros são citados para demonstrar algumas das principais ações realizadas por eles dentro desse período de tempo a fim

de comparação. Os ex-presidentes que o periódico citou em seu texto são: Emilio Garrastazu Médici, que havia liberado a imprensa da censura prévia no centésimo dia, João Figueiredo cuja anistia negociada durante esse período foi encaminhada ao congresso no centésimo quinto dia de seu mandato e José Sarney que, segundo a revista, não fez nada digno nesse período de tempo em sua gestão (*Veja*, 20/06/1990, p. 36).

O texto iniciou em tom irônico falando das ações realizadas pelo governo naqueles cem dias:

> O centésimo dia de Collor, que vence nesta sexta-feira dia 22, **deixa marcas impressionantes**. Nesse período, no qual teve apenas 61 dias úteis para trabalhar, o presidente assinou 44 medidas provisórias, 118 decretos, 165 mensagens, extinguiu onze ministérios, matou uma moeda, criou uma nova em seu lugar, fez um inédito avanço na propriedade privada, sequestrando a maioria dos ativos financeiros do país, e mexeu na mais sólida instituição da economia brasileira, a caderneta de poupança (*Veja*, 20/06/1990, p. 36. Grifo meu).

O trecho anteriormente destacado parece ser carregado de certa ironia, pois dificilmente uma revista que se identifica e se posiciona como liberal defenderia a intervenção do Estado em uma propriedade privada, até porque, o posicionamento liberal econômico prega o mínimo de intervenção estatal e, tais medidas, representaram justamente uma das maiores

intervenções estatais já realizadas nesse quesito, ferindo um direito pessoal e a liberdade individual dos cidadãos brasileiros, privando-os de escolher como melhor utilizar seu dinheiro – isso se utilizarmos argumentos apenas de cunho liberal para realizar tal crítica. Além disso, como visto anteriormente, *Veja* desde o confisco havia traçado críticas a esse tipo de atitude do governo federal. Todavia, alguns dos trechos seguintes da matéria parecem apresentar uma visão positiva de Fernando Collor ao comparar as diversas ações tomadas ao longo desses cem dias de governo com as ações tomadas por Getúlio Vargas no mesmo período de tempo.

> "Em toda a História do país, somente o Getúlio Vargas de 1930 executou um programa tão amplo de reformas no início de seu mandato e atuou em tantas frentes", afirma o cientista político Bolivar Lamounier [...] "E mesmo assim pode-se dizer que Collor agiu mais depressa." Getúlio, que chegou ao Palácio do Catete à frente de uma rebelião militar, a Revolução de 30, em seus primeiros meses de gestão criou o Ministério do Trabalho, negociou a dívida externa e mudou a legislação eleitoral. Collor abriu um leque de assuntos ainda maior que o de Getúlio. Somente em seu primeiro dia de governo, chegou a usar a caneta 31 vezes ao desembrulhar o pacote econômico antiinflação. (*Veja*, 20/06/1990. p. 36)

Além disso, a matéria destacou também a popularidade de Fernando Collor frente à população brasileira naquele

período, algo que, talvez, possa ser um dos indicativos para compreender certa ambiguidade no modo como os assuntos referentes ao governo eram tratados desde o dia do confisco até o mês vigente.

> Collor chega ao seu centésimo dia como um presidente indiscutivelmente popular, com um prestígio ainda maior do que o que tinha no momento em que foi eleito. Em 17 de dezembro, ele obteve 53% dos votos válidos – hoje, tem 67% de confiança, de acordo com uma pesquisa do Ibope. (*Veja*, 20/07/1990, p. 37)

Jean Jacques Becker (2003) chama a atenção para o modo como os acontecimentos agem sobre a opinião pública e a maneira como esta influi sobre o acontecimento. Referenciando Wilhelm Bauer, o autor afirma que é possível perceber dois tipos de opinião pública, a estática – que se refere aos antigos costumes e tradições; e a "dinâmica" que é o modo como a opinião pública se comporta frente a um acontecimento. No caso em questão, podemos dizer que tanto o momento em que houve apoio da população a Fernando Collor, como o momento em que houve rejeição por parte da população ao governo foram momentos em que a opinião foi "dinâmica" e que se modificou de acordo com o contexto e a sucessão dos acontecimentos e também de acordo com a

influência da mídia sobre ela. Para Maria Helena Capelato (2015) as opiniões de jornais e revistas tendem a uma tentativa de influenciar a opinião pública.

> Quando os jornais se transformam em empresas, passaram a produzir uma mercadoria específica: a "mercadoria política". Essa dupla identidade (comercial e política) acabou permitindo que a "grande imprensa", instituição pública, continuasse interferindo na vida política em nome da "opinião pública" e, na condição de instituição privada, atuasse como empresa comercial geradora de lucro. Essa dupla inserção permitiu que os donos de jornais justificassem suas opiniões e intervenções políticas como representativas da "opinião pública". (CAPELATO, 2015, p. 122)

É importante deixar evidente que, a mudança na forma como a mídia passou a abordar Fernando Collor posteriormente também foi influenciada pela opinião pública, até porque, seria muito difícil sustentar a imagem de Fernando Collor até onde o campo midiático bem entendesse, como se a população fosse ignorar os problemas e dificuldades de seu cotidiano sem estabelecer qualquer relação crítica entre a crise vivida pelo Brasil e uma representação ainda positiva sobre o presidente. Portanto, as matérias sobre Fernando Collor podem ser percebidas através de uma noção de condicionamento, não tanto quanto manipulação, pois não se tratavam necessariamente de matérias inventadas, mas sim de eventos

ocorridos onde a revista acrescentava suas opiniões e julgamentos que, em muitos casos, eram também as interpretações do seu público alvo:

> Existe ainda uma diferença entre "manipulação" e "condicionamento". Pode-se definir a manipulação como a tentativa de provocar de maneira artificial uma reação da opinião pública, divulgando uma notícia falsa, organizando um atentado [...] De modo geral, uma manipulação só tem chance de ser bem-sucedida quando acompanha as tendências profundas da opinião pública (BECKER, 2006, p. 192)

Sobre a popularidade de Fernando Collor no período que antecede o mês de junho, Rodrigo de Carvalho (2012, p. 78) afirma que, surpreendentemente, tanto o confisco da poupança como outras medidas de ajuste drástico na administração e na condução da política econômica tiveram amplo apoio político e social. Os meios de comunicação ofereceram bastante respaldo a elas com os principais veículos da mídia impressa, TV e rádios noticiando, opinando e se manifestando de forma favorável ao governo. Além do campo midiático, o campo político também se mostrou favorável às medidas durante algum tempo. Além do PRN, o presidente contou com o apoio do PDS, PFL, PTB, PL, entre outros (CARVALHO, 2012, p. 78). Ainda segundo Carvalho, os

partidos considerados de centro com grandes bancadas como o PMDB e o PSDB travaram intensos debates sobre as iniciativas governamentais, mas trataram de apoiá-las. Parte da esquerda brasileira, perplexa e – nas palavras do autor – desencontrada, considerava extraordinária a iniciativa de Fernando Collor, avaliando que o confisco se voltava contra a especulação financeira e rompia com a "ciranda"[32] de ganhos fáceis dos financistas, sobretudo dos bancos e grandes agentes do mercado. O PDT de Brizola julgava as medidas necessárias. Já o PT se manifestava com cautela, considerando que dentre os principais elementos do plano econômico, principalmente o combate à especulação financeira, era um plano que fazia sentido e, por isso, suas bases estavam corretas ressalvando apenas que as restrições da poupança precisariam ser mais bem observadas e preferindo aguardar os desdobramentos das medidas antes de realizar maiores críticas. A principal oposição, a princípio, às medidas do governo veio da CUT e do PC do B (CARVALHO, 2012, p. 79).

Em junho de 1990, a revista e o restante da grande imprensa não realizavam ainda fortes críticas a Fernando Collor. Brasilio Sallum Jr (2015, p. 102) aponta que, no dia 31 de maio ocorreu na Câmara dos Deputados a derrubada da MP

---

[32] Adjetivo utilizado pelo autor

185. Por 153 votos a 130, a votação é considerada pelo autor o momento que marcou o fim da situação da “ditadura romana” que moldava as relações entre os poderes do Estado. A MP derrubada permitia que o presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST) suspendesse por 150 dias o efeito das decisões dos Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs). Segundo Renato Lemos (2009), a popularidade de Fernando Collor havia caído 50% em relação ao período eleitoral. Além disso, as relações do presidente com os parlamentares se tornaram conflituosas devido ao preenchimento de cargos federais e de atitudes consideradas arrogantes por alguns ministros. Ainda segundo o autor, no mês de junho, Fernando Collor buscou retomar sua ofensiva política e utilizou para a isso a rede nacional de televisão e rádio, assumindo que as dificuldades enfrentadas pelo país naquele momento se deviam as “medidas duras” que ele precisaria tomar para que o Brasil pudesse libertar-se da mentalidade e da estrutura do século XIX que ainda carregava e pular direto para o século XXI, que estava chegando. Nesse mesmo mês, Fernando Collor tentou se aproximar de políticos da oposição, sendo que a principal investida do presidente ocorreu naquele mesmo mês, junho, ao receber políticos do PSDB no Palácio do Planalto. Os líderes no Senado e na Câmara, respectivamente Fernando Henrique Cardoso e Euclides Scalco.

A derrota do governo nesse momento, segundo Sallum Jr (2015), demonstrava que o acordo entre o Executivo e a base parlamentar que havia se comprometido com Fernando Collor em um esforço para estabilizar a moeda, ajustar as finanças públicas e liberalizar a economia havia chegado ao seu momento final. Após a aprovação do Plano Collor, as lideranças parlamentares da base considerada governista se ausentaram do Plenário e, verificada a existência de quórum para votação, o governo foi derrotado "as justificativas para a derrota foram basicamente o não atendimento de demandas ou a arrogância das autoridades até para recebê-las. Em suma, a urgência política e econômica e a afinidade com o programa de governo já não eram suficientes para manter uma base parlamentar confiável e numerosa de apoio" (SALLUM JR, 2015, p. 102).

Segundo Brasilio Sallum Jr (2015, p. 105) no mês de junho, mesmo mês em que se completaram os cem dias de Fernando Collor à frente do Executivo, o poder Legislativo tomou iniciativa de afirmação de seu poder próprio por conta de pressão dos trabalhadores organizados e também de interesses de políticos devido às disputas eleitorais de 1990 que se aproximavam, já que em outubro haveria eleições para as Assembleias Legislativas, para o Congresso Nacional e para os governos estaduais.

> A vitória sobre o governo na votação da MP 185 e a sua confirmação pelo Judiciário, a mudança da direção dos reajustes de preços – que começaram a subir depois do descenso inicial – e a proximidade das eleições acentuaram a *percepção por parte das organizações sindicais de que surgiam novas oportunidades políticas* para a mobilização grevista e para aumentar a pressão sobre os parlamentares em favor de seus interesses. A pressão sindical e o entusiasmo pela vitória parlamentar e pela decisão do STF favorável ao Legislativo impulsionaram as lideranças do PMDB, PSDB, PDT, PT, PCdoB, PCB, PSB e PL a deixar a posição defensiva diante do governo. Na verdade, logo depois da aprovação do Plano Collor a liderança do PMDB já vinha tomando iniciativas para restringir legalmente o poder Executivo de editar medidas provisórias. [...] Ato continuo, as lideranças do PMDB, PSDB, e PT definiram sua tramitação como prioritária, o que constituía promessa de batalha pelo poder Legislativo no interior do Estado (SALLUM, 2015, p. 105 – 106. Grifo do autor)

Desta forma, é possível que o tom ambíguo dessa edição dos cem dias de Fernando Collor na presidência já esteja mais afinado com a então atual situação do governo federal que já estava sofrendo críticas tanto por parte da população como por parte de parlamentares que viam na aproximação das eleições uma maneira de barganhar melhor com o poder Executivo suas reivindicações, visto que o Legislativo sofria pressões dos movimentos sindicais para que

adotassem postura mais crítica em relação às ações do Executivo contrárias aos interesses dos sindicatos e dos trabalhadores que não concordavam com as políticas com restrição ao aumento dos salários como método de contenção inflacionária, com o congelamento do salário mínimo a lei de reajuste de salários, como nos aponta Carvalho (2012, p. 80). Sendo assim, ao contrário do trecho destacado anteriormente da matéria em que *Veja* parece dar certa ênfase na quantidade de ações positivas proferidas por Fernando Collor até então, o final da matéria parece identificar algumas questões problemáticas do governo, principalmente em relação ao âmbito econômico, além de evidenciar as desavenças entre o poder Legislativo e o Executivo.

> Para os políticos, o que mais chama a atenção sobre o presidente, contudo, é sua extraordinária capacidade de se meter em conflitos, desafios e confusões. A equipe de Collor já enviou matéria ao Congresso por engano, prendeu gerentes de supermercados com medidas provisórias inconstitucionais e chegou a adotar novas regras e voltar atrás logo depois em sete diferentes assuntos – somente no caso do FGTS, o governo mudou as regras seis vezes no espaço de 55 dias. Outro dado é que Collor montou uma equipe que não pode ser considerada uma orquestra de ministros, em que cada um responde por um setor, e sim uma equipe de governo do próprio presidente – na qual ele prefere atuar como solista. A ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, por

> exemplo, ao tratar de preços e salários, primeiro anunciou que seriam prefixados pelo governo. Mais tarde empunhou a bandeira da livre negociação. Por fim, na semana passada, iniciava a discussão de uma lei que garantiria reajustes de salários. O ministro da Justiça, Bernardo Cabral é outro caso. Há quatro medidas provisórias que foram adotadas pelo governo sem a sua prévia aprovação, segundo ele próprio garante, duas delas foram publicadas no Diário Oficial com a sua assinatura (*Veja*, 20/06/1990, p. 37)

Além disso, *Veja* chamou a atenção para o modo como Fernando Collor buscava manter a imagem construída durante a campanha de 1989. Como presidente, Fernando Collor aparecia na mídia realizando diversas façanhas que iam desde assumir a postura de um consumidor comum que pesquisava preços em um supermercado, passando por um esportista radical e até, incorporando um militar e praticando treinamentos junto às Forças Armadas. As várias faces de Fernando Collor aqui citadas foram assuntos da última edição do mês de abril, nº 1127 e primeira edição do mês de maio nº 1128, cuja opinião de *Veja* acerca dos eventos pode ser resumida através desse parágrafo da matéria publicada na edição 1135 de 20 de junho de 1990.

> Para a maior parte dos eleitores, o que mais chama a atenção em Collor é seu estilo cinematográfico de administrar o país. **Aparentemente convencido de que**

> **mercadologia e imagem são instrumentos vitais de governo, Collor já apareceu em movimentos tão variados como nas suas exibições de Jet-ski, moto e ultraleve nos fins de semana, pilotando um carrinho de supermercado para pesquisar os preços, como qualquer dona de casa, ou mesmo a bordo de um caça supersônico ou de um submarino – isso sem contar o jogging quase permanente ou os minutos de treino com a Seleção Brasileira de Futebol**, no qual não abriu mão nem mesmo de marcar um gol, de pênalti. **Desde que tomou posse, Collor já praticou publicamente doze diferentes esportes, viajou mais de 50 000 quilômetros e vestiu nove uniformes – de trajes camuflados do Exército ao de fiscal da Secretaria do Meio Ambiente**. Sucessor de um presidente que administrava o país de maneira pesarosa, **Collor, com essa movimentação toda da a impressão de ser um presidente dinâmico, que tem pressa de produzir resultados imediatos.** Ao mesmo tempo, **ele pode estar provocando problemas para o seu governo**. Se conseguir os tais resultados, excelente – talvez entre para a História como o gatilho mais rápido que ocupou a presidência. **Caso contrário, sua exuberância, que hoje tanto agrada ao eleitorado, pode produzir uma grande impaciência no país e se transformar em contrapropaganda**. (*Veja*, 20/06/1990, p. 37. Grifo meu)

Segundo Roger Chartier (2002, p. 23) mais do que o conceito de mentalidade, a representação permite articular três modalidades da relação com o mundo social: em primeiro lugar, o trabalho da classificação e de delimitação que produz as configurações intelectuais múltiplas, através das quais a

realidade é contraditoriamente construída por diferentes grupos; seguidamente, as práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar o mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição; por fim, as formas institucionalizadas e objetivadas graças às quais os representantes (instâncias coletivas ou pessoas singulares) marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade.

Ainda segundo o autor (CHARTIER, 2002, p. 23) a problemática do mundo como representação, moldado através das séries de discursos que o apreendem e o estruturam, conduz obrigatoriamente a uma reflexão sobre o modo como uma figuração desse tipo pode ser apropriada pelos leitores dos textos (ou das imagens) que dão a ver e a pensar o real [...] o interesse manifestado pelo processo por intermédio do qual é historicamente produzido um sentido e diferencialmente constituída uma significação.

Desta forma, se por um lado o discurso de Fernando Collor como uma figura ativa, que unia em si múltiplas personalidades que instigavam o imaginário da população a creditá-lo como uma pessoa capaz de resolver os diversos problemas da população brasileira e do país, possivelmente alimentando a ideia de que, por praticar diferentes atividades tanto físicas quanto intelectuais o presidente poderia mais

facilmente se adaptar ao cargo e encontrar as soluções necessárias para salvar o Brasil da situação calamitosa que se encontrava; por outro, as múltiplas imagens de Fernando Collor em algum momento poderiam se virar contra ele, denunciando um falso Fernando Collor, ou um Fernando Collor que não possuía necessariamente sequer uma personalidade em meio à miscelânea de formas e imagens distintas que os veículos de imprensa continuavam dando destaque e no qual seu *marketing* pessoal insistia em apresentar. A própria revista *Veja* de alguma forma já levantava a hipótese de que em algum momento o imaginário sobre o presidente se modificaria ao afirmar, como destacado na citação anterior: "**Caso contrário, sua exuberância, que hoje tanto agrada ao eleitorado, pode produzir uma grande impaciência no país e se transformar em contrapropaganda**. (*Veja*, 20/06/1990, p. 37. Grifo meu)".

Sobre as ações de *marketing* realizadas por Fernando Collor já no momento em que exercia o cargo de presidente da República, Rodrigo de Carvalho (2012, p. 89) afirma que, nesse período, o governo tinha amplo apoio dos meios de comunicação. Em nome da "modernização" do país, TVs, rádios, jornais e revistas aplaudiam o programa econômico, os compromissos da abertura econômica, o combate à inflação, mesmo tendo em vista o "remédio amargo" que estava sendo

ministrado para alcançar os objetivos propostos pelo governo. Além disso, a cada ação protagonizada por Fernando Collor, havia uma ampla cobertura midiática para apresentá-la à população.

Contudo, é possível identificar em *Veja* críticas às diversas ações de Fernando Collor durante aquele momento, mesmo que, de maneira geral, Fernando Collor ainda tivesse parte da opinião pública e midiática a seu favor, inclusive da revista. Um dos motivos para tais críticas do semanário ao novo presidente talvez possa ser relacionada com a opinião dos empresários sobre o governo. Rodrigo de Carvalho (2012, p. 80) afirma que, entre eles, o clima era de apreensão e confusão, já que parte das empresas também tiveram suas movimentações financeiras congeladas e foram impossibilitadas de cumprirem seus compromissos de pagamento, de levarem adiante seus projetos de investimento e, até mesmo, de administrarem seus patrimônios. Todos os setores da economia foram atingidos pelas medidas de congelamento de capitais e preços, mas as pequenas e médias empresas foram as mais prejudicadas. Ainda segundo o autor, nos primeiros meses do plano houve uma imensa onda de concordatas, falências e, consequentemente, demissões e recessão econômica.

Alguns dos motivos que talvez expliquem o investimento de *Veja* em sustentar uma imagem positiva de

Fernando Collor, mesmo com críticas ou prognósticos negativos ao presidente em algumas edições talvez possam ser explicadas a partir das seguintes hipóteses: 1) os índices de popularidade de Fernando Collor ainda eram bastante altos, o que poderia significar rejeição da revista por parte de seus leitores caso assumisse uma postura contrária ao novo presidente logo no momento da posse e durante o período da "ditadura romana" que durou entre março e junho; 2) o fato da revista ter apoiado sua candidatura, no ano anterior, devido os altos índices de intenção de voto que dois dos candidatos de esquerda estavam obtendo antes e durante as eleições, algo que talvez, tenha pesado na opção de manter a imagem evidenciada ao longo de todo o ano de 1989, já que, de alguma forma, Fernando Collor havia "livrado" o país de algo pior (na visão da revista); 3) devido ao apoio mais direto a Fernando Collor durante o segundo turno das eleições de 1989 que ainda estaria fresco na cabeça dos leitores e da opinião pública e que poderia levantar questionamentos quanto a credibilidade da revista por seus próprios leitores/consumidores; 4) por ter associado a imagem de Fernando Collor ao (neo)liberalismo que estava em ascensão no mundo naquele contexto através da defesa de diminuição do Estado, liberalização do mercado e privatização de empresas estatais, algo defendido pela revista em seus editoriais e que poderia levantar questionamentos sobre a

eficácia de tais medidas em caso de críticas ao governo; 5) por Fernando Collor ter sido o único candidato de direita com reais chances de vitória frente aos candidatos de esquerda já que outras candidaturas não emplacaram e, por conta disso, talvez a revista tivesse certo receio de que ao adotar uma posição mais dura em relação ao governo corroboraria com argumentos de que a vitória da esquerda teria sido melhor para o país naquele contexto, algo que poderia, em outubro de 1990, significar um aumento da esquerda dentro do Congresso Nacional após as eleições parlamentares daquele ano.

Já as críticas do semanário destinadas ao presidente naquele momento talvez possam ser explicadas através dos seguintes motivos: 1) devido a Fernando Collor ter adotado uma medida de forte intervenção do Estado na economia brasileira em alguns dos pontos de seu governo já que a tendência ao assumir era que realizasse justamente o contrário; 2) Fernando Collor ter realizado o confisco do *over*, cadernetas de poupanças e conta correntes dos brasileiros, itens considerados como propriedade privada de quem os detinha e, portanto, intocáveis pelo Estado dentro do posicionamento liberal; 3) devido ao fato de Fernando Collor ter sido apoiado em 1989 por parte da elite brasileira e pelo campo midiático na falta de uma opção melhor identificada com ideias de direita, e não por acreditar que Fernando Collor representaria realmente

as mudanças necessárias defendidas pela revista em seus editoriais desde a reafirmação de seus princípios liberais publicado e assinado por Vitor Civita em 1978, tais como: a crença em um capitalismo democrático, a livre iniciativa, a defesa da entrada de capital estrangeiro no país e a crítica ao trato das questões sociais quando feitas de uma forma "demagógica" ou "emocional" (VELASQUEZ, KUSNHIR, 2012).

Desta forma, a partir do mês de junho de 1990, a balança começa a pender para o lado contrário a Fernando Collor. A revista ainda continua realizando reportagens mais ou menos no mesmo tom das realizadas entre março e junho, contudo, mudanças na percepção da população, de políticos de oposição e dos empresários sobre o governo passaram a ser cada vez mais evidentes, como pode ser evidenciado através da conjuntura traçada por Brasilio Sallum Jr em *O impeachment de Fernando Collor: sociologia de uma crise* (2015). Para Maria Helena Capelato (2015, p. 130) no que se refere ao estudo da atuação da "grande imprensa" no campo da política, deve-se considerar as concepções ideológicas de seus proprietários e dos jornalistas responsáveis pela parte redacional do periódico, além dos interesses políticos e econômicos aos quais estão vinculados. Todos esses elementos são imprescindíveis para uma leitura ampla e profunda do

jornal – no caso deste trabalho da revista. Contudo, a análise realizada também deve atentar igualmente para o amplo e profundo contexto histórico referente ao recorte temporal, a partir do qual se podem compreender as ideias expostas no periódico.

Segundo Brasilio Sallum Jr (2015, p. 107-108), no dia 10 de julho de 1990 o projeto de lei salarial que indexava os rendimentos, particularmente dos que ganhavam salários mais baixos foi aprovado pelo Congresso Nacional. Fernando Collor vetou o projeto, porém, o veto teria que ser confirmado ou derrubado pelo Congresso posteriormente. Entre a proposta realizada pelo Executivo e pelo Parlamento, para os trabalhadores, as propostas salariais que lhes pareceram mais vantajosas foram as do Parlamento. Nesse momento, segundo Sallum Jr (2015, p. 108) a inflação já estava em ritmo ascendente e a popularidade de Fernando Collor se esvaía cada vez mais. No mês seguinte, em agosto, o Executivo conseguiu conter o movimento sindical e a oposição parlamentar. O Tribunal Superior do Trabalho veio a considerar abusivas as greves da Companhia Siderúrgica Nacional e dos eletricitários, que voltaram ao trabalho com reajustes definidos pelo TST. No dia 22 de agosto a oposição parlamentar não conseguiu, por muito pouco, derrubar o veto de Fernando Collor ao seu projeto de reindexação dos salários. Na Câmara dos Deputados

o veto foi derrubado, mas o governo conseguiu garantir e assegurá-lo através do Senado, por uma diferença de apenas quatro votos. Em 17 de setembro de 1990, Fernando Collor vetou integralmente, o projeto aprovado que regulamentava os artigos constitucionais que definiam a assistência social como política de Estado, impedindo em nome da contenção de gastos que se materializasse a ampliação da cidadania inscrita na Constituição de 1988 (SALLUM, 2015, p. 109-110).

Contudo, a vitória do poder Executivo frente ao Congresso, não veio sem consequências para o governo federal.

> Superada, temporariamente, pelo menos, a batalha travada entre o governo e a oposição de esquerda e de centro, cabe sublinhar as dificuldades da vitória conseguida pelo Executivo. Mesmo usando, no seu limite extremo, os recursos da legislação de urgência favorável ao Executivo, o governo teve que ceder bastante para chegar à vitória. Ele cedeu, de um lado, no que diz respeito à indexação dos salários, anátema do plano de estabilização. Não teve como deixar de protegê-los. De outro, cedeu ao diferenciar assalariados e em aumentar gastos públicos – já que concedeu abonos para os assalariados de baixa renda, para os servidores aposentados e pensionistas. Cedeu, pois, em dois pontos-chave para o seu programa de estabilização, a eliminação de toda a indexação salarial e a restrição dos gastos públicos, esta última considerada chave para a produção de um superávit nas contas públicas em 1990. (SALLUM, 2015, p. 110)

O autor ainda afirma que:

> No âmbito do Congresso, as dificuldades do Executivo decorriam também da opção do governo Collor de não constituir uma coalizão partidária majoritária para governar. Com efeito, o Poder Executivo era, até então, composto por escolha unilateral do presidente, quer dizer, não decorria de negociações com os partidos para compartilharem cargos relevantes no Executivo tendo em vista constituir maioria orgânica no Congresso [...] É claro que o governo tentava constituir uma maioria favorável, mas como isso era feito a cada votação, a insegurança no processo decisórios era grande; nas medidas muito controversas, quando crescia a oposição, o governo tinha dificuldades para assegurar os votos, inclusive em função das ausências dos parlamentares "situacionistas", muitas vezes sinalizando resistência em função do não atendimento de demandas pelas autoridades do Executivo. (SALLUM, 2015, p. 110-111. Grifo do autor)

No final do mês de setembro, o Plano Collor deu sinais bastante claros de que havia conseguido afastar o perigo extremo da hiperinflação, mas não acertou no ponto principal do problema. O índice nacional de preços ao consumidor (INPC), que foi de 12,2% em agosto, saltou para 14,3% em setembro. Outro sinal de fracasso da equipe econômica e do presidente veio de fora do país. Tanto o governo estadunidense quanto o FMI reagiram muito negativamente às propostas de

negociação da dívida efetuadas pelo Brasil. Embora na esfera do Congresso o governo não encontrasse muita oposição, aumentou a inquietação empresarial com a possibilidade de um novo choque heterodoxo. Nesse contexto, o governo até então ensaiou uma tentativa de "entendimento nacional" com organizações empresariais e sindicais. Enquanto corriam as tratativas de "pacto social" transcorreram as eleições para o Legislativo e os governos estaduais. Ao final o governo amargou com alguns resultados ruins nas disputas para governador, mas a mudança principal no âmbito parlamentar o favoreceu, embora muito pouco. Em suma, o governo teria pela frente a partir de fevereiro de 1991, um Congresso parecido com o que vinha enfrentando em 1990, mas em que poderia matematicamente constituir maioria absoluta na Câmara apenas com os partidos "de direita". Apesar das pequenas mudanças globais entre as posições – salvo certo esvaziamento dos partidos de centro na Câmara –, há que se sublinhar que uma nova legislatura dava aos parlamentares, após as eleições, muito mais segurança política com quatro anos de mandato para negociarem suas demandas o que significou que o Executivo teria, provavelmente, a partir de fevereiro, uma dificuldade muito maior para obter maioria de votos no Congresso Nacional (SALLUM, 2015, p. 114).

No mês de outubro os índices de inflação passaram a ficar cada vez mais altos. Naquele mês a inflação foi de 14,2% (o mesmo nível de setembro). Em novembro atingiu 16,9% e em dezembro 19,2%. Nesse período, a equipe econômica tentava transferir a culpa da inflação para os empresários, argumentando também que os gastos de estados e municípios eram resultado da guerra no Oriente Médio e devido a uma quebra de safra. Além das fortes críticas realizadas por Zélia Cardoso de Mello ao empresariado, o Ministério da Economia editou em dezembro a Portaria 852/1990 solicitando informações bastante detalhadas sobre os negócios de aproximadamente 700 das maiores empresas nacionais, exigindo mais de 750 tipos de informações que chegavam a solicitar, inclusive, nome, endereço e telefone de cada sócio da empresa. A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), em um primeiro momento, chegou a recomendar que as empresas se recusassem a responder, mas voltou atrás posteriormente na decisão (SALLUM, 2015, p. 116). Além desses motivos citados aqui, Brasilio Sallum Jr também destaca outras questões que levaram o empresariado a se afastar cada vez mais do governo vigente.

> O distanciamento do empresariado em relação ao governo não decorreu apenas do modo agressivo com que era tratado ou do temor de

> que o fracasso do Plano Collor levasse a um novo choque heterodoxo; resultou também da recessão pronunciada indicada por quedas de 4,6% no PIB e de 9,5% na indústria de transformação, acompanhadas de elevação do desemprego. Não foi somente o empresariado que tomou a distância do governo. A oposição sindical também cresceu, pois as questões salariais, a inflação e a recessão tocavam muito mais aos trabalhadores que aos empresários. [...] Também no plano mais difuso, da opinião pública, o prestígio do governo declinou consideravelmente. Embora houvesse no noticiário reportagens sobre casos de corrupção, eles não eram explosivos e não afetavam decisivamente a imagem governamental. (SALLUM, 2015, p. 117)

Ainda segundo o autor (2015, p. 117) Uma pesquisa divulgada pelo IBOPE em 18 de dezembro de 1990 demonstrava que o prestígio de Fernando Collor de Mello declinava cada vez mais. Apenas 30% da população considerava seu governo bom ou ótimo e 24% o considerava ruim ou péssimo. Na mesma pesquisa, 35% dos consultados acreditavam que sua política econômica estava no caminho errado, mais do que os 25% que consideravam que as medidas tomadas estavam corretas.

> Dessa maneira, os recursos com que o governo contava na luta parlamentar escassearam: reduziu-se o prestígio popular do governante e de sua equipe econômica, continuou a restrição de recursos financeiros para manter fiéis os “aliados”; manteve-se a relação frouxa, não

> orgânica, com os partidos onde o governo buscava apoio parlamentar e, de outra parte, a situação econômico-social e as pressões sindicais impulsionavam a coesão dos partidos de esquerda e de centro-esquerda que opunham ao governo. Isso tudo ajudou a mudar a direção em que se inclinava, até então, a balança de poder entre governo e oposição no Congresso. Esta balança, ao longo do primeiro ano do governo Collor, tinha pendido de forma acentuada em favor do Executivo. Com efeito, neste período entre 15 de março a 31 de dezembro de 1990, foram editadas e reeditadas 143 medidas provisórias (149 MPs até 31/1/1991), quase sem rejeições. O governo conseguiu este resultado, como já sublinhei, negociando caso a caso, o voto com os parlamentares de centro e de direita em troca de recursos materiais do Executivo para as respectivas clientelas, do prestígio que a vinculação com o governo emprestava aos parlamentares e/ou em função da afinidade político-ideológica entre governo e seus apoiadores [...] De toda maneira, a possibilidade de reeditar medidas provisórias não votadas dava e deu ao governo Collor uma enorme vantagem sobre a oposição partidária e, mesmo, sobre os parlamentares recalcitrantes à vontade governamental. A possibilidade de o governo substituir medidas provisórias ainda não votadas reduzia muito as chances de sucesso de qualquer coalizão contrária aos interesses governamentais. (SALLUM, 2015, p. 117-118)

Desta forma, pode-se dizer que houve certa tolerância do empresariado e da grande mídia a Fernando Collor até o início do ano de 1991, ano em que o governo foi obrigado a reconhecer o fracasso do Plano Collor e colocar em prática o

Plano Collor II, que logo ao ser anunciado foi recebido de forma negativa pela revista *Veja*. Portanto, se em 1989 as ações de autopromoção de Fernando Collor eram vistas como um exemplo a ser seguido por outros políticos e como um indicativo de que tais características o faziam um sujeito trabalhador e que levava seus compromissos a sério; a partir de 1990 tais ações de autopromoção, bem como a busca incessante de Fernando Collor por uma imagem impecável na mídia começaram a ser encaradas por *Veja* como algo desnecessário e que poderia vir a prejudicar o presidente frente aos brasileiros. Já no ano de 1991, tais ações de autopromoção passaram a ser questionados do ponto de visto do bom gosto e ético, por vezes ironizadas pelo semanário e apelidadas como obras da Central Collor de Produções – em alusão à Central Globo de Produções e ao chamado padrão Globo de qualidade, comparação bastante significativa de ser destacada visto que a Rede Globo de televisão, à época, foi acusada de favorecer Fernando Collor em diversos momentos da campanha eleitoral de 1989, tendo *Veja* citado Roberto Marinho como um dos apoiadores de Fernando Collor em uma de suas edições à época (*Veja*, 06/12/1989, p. 49).

É importante destacar também que, é quase impossível desvincular a imagem política de Fernando Collor nesse momento com suas medidas econômicas, visto que, as críticas

à sua imagem iniciam justamente através de sua incapacidade em colocar o país no caminho liberal idealizado pela revista.

2.3 A CENTRAL COLLOR DE PRODUÇÕES E O INÍCIO DO DESPRESTÍGIO DE FERNANDO COLLOR EM *VEJA*

Na primeira edição do ano de 1991, *Veja* apresentou um editorial questionando a política econômica do governo. "Está ficando cada vez mais difícil decifrar os desígnios do governo" (*Veja*, 02/01/1991, p. 17). O editorial argumentou que Fernando Collor assumiu a Presidência com um programa de abertura econômica brasileira de privatização e diminuição da presença do Estado na vida do país, contudo "Desde a posse, o governo deu passos no sentido de concretizar esse programa. Mas foram passos tímidos e, o que é pior, trôpegos e ziguezagueantes".

> Se agisse num jogo de futebol como vem fazendo na economia, o Planalto estaria cobrando faltas por um time, marcando gols pelo outro, cobrando escanteio e querendo cabecear em seguida, atuando como bandeirinha, goleiro e gandula – tudo ao mesmo tempo. A arquibancada está pasma. (*Veja*, 02/01/1991, p. 17)

Não fica claro na metáfora do texto que utiliza o futebol para explicar a política econômica se a arquibancada à qual *Veja* se refere era formada pelo povo brasileiro, pelos empresários ou pelos editores da revista – talvez estivesse composta com um pouco de cada um deles, mas o que fica evidente a partir do editorial é que a revista já inicia 1991 criticando a política econômica do governo, que posteriormente sofreu fortes alterações naquele mesmo mês com o lançamento do Plano Collor II em 31 de janeiro de 1991.

Segundo Dionísio Dias Carneiro (DHBB) o Plano Collor II foi a resposta dada pelo governo à situação de encurralamento a que foi levado a partir do quarto trimestre de 1990. A expectativa da inflação era crescente e o Banco Central (BC) não conseguia vender títulos prefixados sem sinalizar juros nominais em elevação. Nesse momento, o BC assumiu as perdas, monetarizou os títulos para sociabilizar o prejuízo pedindo uma espécie de trégua ao setor financeiro. O autor ainda afirma que:

> O governo conseguiu a trégua proposta com o Plano Collor II nas primeiras cinco semanas: baixou rapidamente a taxa de juros e ainda assim conseguiu vender títulos públicos; paralisou a taxa de câmbio e mesmo assim não interrompeu as exportações; financiou (via expansão monetária vigorosa em fevereiro) a absorção de parte da dívida infinanciável dos

> estados, podendo, então, apelar para as "necessidades adicionais de moeda causadas pela menor taxa de inflação esperada"; interrompeu a queda do nível de atividade pela via do congelamento e dos aumentos salariais; desindexou a economia, ainda que temporariamente, tumultuando de vez as regras contratuais. Porém, trouxe para si o apoio interessado dos setores industriais, de olho em dois ou três meses de maiores vendas e, assim, alguma chance de recuperação dos lucros a curto prazo. E, finalmente, sem que tenha havido qualquer melhora de perspectivas quanto à recuperação da poupança pública que sustentasse a recuperação do investimento, anunciou um relançamento da economia, como base para um grande entendimento nacional. (CARNEIRO, 2014, p. 7)

Entretanto, no mês de janeiro, o que mais chamou a atenção foi a matéria de capa da edição 1164, *O governo se diverte*. A imagem da capa mostra o presidente Fernando Collor em um iate, o *Brisa II*, com uma legenda indicando que a embarcação era de propriedade do empresário Alcides Diniz, ex-sócio do grupo empresarial Pão de Açúcar e que a revista definiu da seguinte forma:

> Collor foi hóspede do empresário Alcides Diniz, 49 anos, conhecido pelo apelido de "Cidão". Irmão de Abílio Diniz, presidente do grupo Pão de Açúcar, empresa com a qual rompeu depois de uma briga familiar em 1988, saindo do negócio com estimados 120 milhões no bolso. **Cidão tem uma sólida reputação nos meios empresariais de São Paulo. A**

> **reputação de nunca ter colocado um empreendimento de pé, de brigar em clubes hípicos, de exibir um bronzeado impecável em qualquer época do ano e de ter uma fortuna que o capacita a passar 24 horas do dia fazendo apenas aquilo de que gosta**. (*Veja*, 02/01/1991, p. 22-23. Grifo meu)

Além de ironizar Alcides Diniz apresentando-o como um empresário de má reputação dentro do campo empresarial, ao longo da matéria, *Veja* estampou diversas fotografias da comitiva de Fernando Collor, mostrando o presidente dirigindo uma lancha, fotografias de Zélia Cardoso de Mello e Ibrahim Eris tomando sol nas areias da praia de Angra dos Reis e imagens do presidente praticando diversos esportes como: tênis, moto aquática e polo a cavalo – este último definido pela revista como um esporte praticado apenas por indivíduos pertencentes a mais alta elite "o pólo é o esporte das elites das elites até entre lordes ingleses. A única pessoa de projeção que joga polo é o príncipe Charles, da Inglaterra" (*Veja*, 09/01/1991, p. 23). A matéria intitulada *Reveillón bombástico* (*Veja*, 02/01/1991, p. 20-26), descreveu como foi o fim de ano do presidente junto de sua comitiva na ilha de Angra dos Reis, no Rio de Janeiro. Em termos gerais, o texto parece ironizar as ações de *marketing* de Fernando Collor que não cessavam nem durante o período de férias do presidente, bem como a suposta amizade entre Fernando Collor e um empresário tido no campo

empresarial como um mau exemplo de empreendedor. Alcides Diniz, segundo *Veja*, se enquadraria no perfil de empresário típico que Fernando Collor e a ministra Zélia Cardoso de Mello tanto haviam criticado no ano anterior e atribuído, inclusive, culpa pela crise devido a incapacidade destes de investirem no país. Ao longo da matéria, *Veja* questiona os motivos da aproximação de Fernando Collor e Alcides Diniz, bem como de outros políticos da comitiva de Fernando Collor que tiveram contato e foram hospedados em Angra dos Reis por empresários durante os dias de recesso. Em um trecho, *Veja* afirma que Alcides Diniz já possuía ligações com Fernando Collor desde as eleições presidenciais em 1989, dando a entender, sem dizer diretamente, que a reaproximação de ambos seria uma forma do empresário cobrar favores de campanha devido às doações ao então candidato em 1989.

> Em junho de 1989, um emissário de Collor saiu atrás de Cidão com um pedido para reforçar o caixa da campanha do então aspirante a presidente da República. Mesmo conhecendo Collor superficialmente, Cidão atendeu ao pedido. Mais tarde, quando o aspirante virou titular, Cidão foi atrás de Collor. Eles se encontraram em diversas ocasiões durante a viagem presidencial a Portugal e também numa festa de aniversário de Leopoldo Collor de Mello, irmão do presidente, em Brasília. Na fazenda Capuava e no *Brisa II*, os dois tiveram uma convivência mais prolongada, estrelando a coreografia do presidente em busca de um

> amigo e de um amigo em busca de um presidente. Descobriu-se no réveillon que o novo amigo de Collor é chamado Cidão, tem um tremendo iate, uma fazenda estupenda, uma grana federal, gosta de esportes e não é muito dado a pegar no batente. Qual será a próxima camiseta a ser usada por Collor? A com o dito popular "Amigos, amigos, negócios à parte?" Ou a com o versículo bíblico: Diz-me com quem andas e te direi quem és?" (*Veja*, 09/01/1991, p. 27)

Fica evidente nesse último trecho, principalmente nas duas frases destacadas entre aspas ao final da citação que *Veja* questiona se a aproximação entre ambos seria apenas uma amizade ou se Fernando Collor não seria exatamente o exemplo de político que havia sido mostrado pela mídia – inclusive pelo próprio semanário. "Diga-me com quem andas que te direi quem és", o ditado popular é nesse momento utilizado para levantar dúvidas no leitor sobre os contatos e relações cultivadas por Fernando Collor, além de que, se levado em conta o teor da matéria, sugeria o seguinte questionamento: o governo realmente está trabalhando contra os empresários que querem lucrar sem investir e aos quais julga como responsáveis pela crise? É importante lembrar que Fernando Collor era apresentado em colunas sociais durante sua juventude tendo um comportamento muito próximo ao que *Veja* afirmou sobre Alcides Diniz – os casos de briga relatados, o comportamento de *playboy* entre outros, como demonstrado

no primeiro capítulo. Podemos nos questionar se, nesse último parágrafo, *Veja* de alguma forma, mesmo que indireta, levantava a dúvida do quanto Fernando Collor realmente havia deixado esse passado para trás e realmente havia começado a encarar a postura do político correto e trabalhador que havia vendido ao eleitorado durante as eleições de 1989.

Já no caso de Zélia Cardoso de Mello, a revista também ironizou a aproximação da ministra com o empresariado já que a mesma havia tecido fortes críticas a eles durante o ano anterior.

> A ministra teve um descanso prolongado. Chegou em Angra logo depois do Natal e só reassume seu gabinete, em Brasília, na manhã desta segunda-feira – vários dias depois que boa parte da elite que fez companhia a ela e a Collor em Angra já retornara ao batente para tocar seus negócios. Mas, enfim, a ministra precisava descansar depois de um ano tenso: inflação renitente, romance com Bernardo Cabral, estresse em novembro e choques com as elites o tempo inteiro. O tempo inteiro, não. Em Angra, Zélia não hostilizou empresários. (*Veja*, 09/01/1991, p. 25)

O trecho em questão destacado é muito emblemático para compreender a forma como a revista avaliava o modo como a ministra estava conduzindo seu Ministério naquele momento e a opinião de *Veja* sobre a política econômica de Fernando Collor e Zélia Cardoso até então. Além de ironizá-la

sugerindo que a mesma teve um descanso mais prolongado que o restante dos empresários – dando a entender que trabalhava menos do que aqueles que ela tanto criticava –, o semanário ainda citou alguns problemas enfrentados pela ministra ao longo de 1990 sem citar em nenhum momento alguma possível decisão positiva de Zélia Cardoso no Ministério e misturando, inclusive, até mesmo questões da sua vida pessoal à sua vida profissional. Por último, *Veja* ironiza também a relação de Zélia Cardoso nesse momento de lazer com os empresários que ela tanto havia criticado durante o ano anterior certamente como uma forma de sugerir ao leitor que, Zélia Cardoso, era uma pessoa hipócrita e que suas ações não correspondiam às suas falas, ou seja, mais uma maneira de atacar a política econômica do governo sem fazer isso de forma direta.

A questão da hipocrisia entre a relação de governo e empresariado também aparece na matéria através do destaque da opinião de políticos de oposição a Fernando Collor logo no início do texto, não ficando exclusivas apenas à ministra.

> Enquanto o Ano Novo de 1989 foi marcado pelo naufrágio do *Bateu Mouche IV*, que provocou mortes, lágrimas e indignação, o da semana passada está carimbado com o nome de *Brisa II*. Tristeza, lágrimas e morte do *Bateau* foram substituídas por prazeres, risos e regabofe dos convivas a bordo do *Brisa II*, o iate de propriedade de Alcides Diniz. Em

> comum, nos casos do *Bateau Mouche IV* e *do Brisa II*, só a indignação. **"Fiquei estarrecido com tamanha ostentação", diz o governador eleito do Rio Grande do Sul, Alceu Collares. "Diante de tanta miséria e do descontrole da economia, esses festejos chegam a ser uma agressão." O governador Álvaro Dias, do Paraná, acha que do ponto de vista ético não houve nada de errado no réveillon de Collor, pois nada do que se fez envolveu gastos do Erário. Mas ele considera que "as imagens mostradas pela TV e pelos jornais devem ter afrontado os descamisados, que tiveram um fim de ano muito mais difícil". O deputado petista Luiz Gushiken tem uma pergunta a fazer: "Se o presidente e Zélia vivem dizendo que a elite brasileira é cínica e egoísta, gananciosa e o empresariado está sabotando o Plano Collor, por que eles aceitaram as benesses de representantes dessa gente para comemorar o réveillon?"** (*Veja*, 09/01/1991, p. 21-22. Grifo meu)

Em *A mídia*, Jean Nöel Jeanneney (2003, p. 221) afirma que devido às coberturas políticas nos rádios, na televisão – e nos semanários, possivelmente – questões como a indumentária, o gestual, a expressão e o vocabulário modificaram a eloquência do discurso político. Apesar do conteúdo das revistas ser escolhido pelos editores de forma consciente escapando um pouco do que Jeanneney destaca da influência casuística e inconsciente que o público pode ter de alguma imagem ou som provindo do rádio e da televisão; a revista destacar a habilidade eloquente, a jovialidade, bem como o bom gosto ao se vestir e boa aparência de um candidato

são formas de transmitir e garantir que o público tenha contato com uma imagem supostamente mais apresentável e responsável dele em detrimento de outros políticos em um determinado momento – como foi nas eleições de 1989 e durante um período de seu governo. Por outro lado, destacar momentos em que se demonstram questões contraditórias do governo em clima de festa, mesmo com toda a crise política vivida pelo país naquele momento, como destacada na fala de políticos de oposição, e ilustrar a matéria com imagens de Fernando Collor e sua comitiva em férias era, naquele momento, uma forma de transmitir uma opinião crítica contrária ao presidente. Desta forma, assim como em uma edição televisiva, as imagens publicadas na revista não ocorrem ao acaso, mas são escolhas realizadas pelos responsáveis pela edição da revista e possuem uma razão para estarem ali. E essa razão era justamente a de tecer críticas negativas a figura de Fernando Collor e de sua comitiva.

Ainda no mês de janeiro, mais críticas às medidas econômicas são realizadas em um editorial da revista que afirma: "A taxa de juros está na estratosfera, ainda assim os preços seguem subindo e a inflação encontra-se na casa dos 20% ao mês. Ou seja, a política recessiva do governo não produz os resultados esperados, ao menos até agora". (*Veja*, 16/01/1991, p. 17). Contudo, apesar de mais uma vez

evidenciar o problema da crise no Brasil, a matéria principal da seção foca na figura de Fernando Collor, desta vez, citando uma matéria publicada pelo jornal inglês *Sunday Times* que afirmava que Fernando Collor havia feito o uso de cocaína em sua juventude e insinuava que o presidente havia escapado por muito pouco de ser condenado no caso de estupro e assassinato da menina Ana Lídia, de sete anos, em Brasília, no ano de 1973 (*Veja*, 16/01/1991, p. 22). A matéria resultou, segundo *Veja*, em um processo do governo contra o periódico inglês. Já o texto escrito por *Veja* tem um tom bastante cauteloso ao repercutir a notícia, questionando as fontes citadas pelo periódico, mas sem deixar de tecer opiniões sobre Fernando Collor.

> Truques Antigos – Em três parágrafos John Ryle lança insinuações injuriosas contra Collor – mas não se dá ao trabalho de informar de onde elas vêm nem como as obteve. Para retratar o que chama de "voz do povo brasileiro", publica três depoimentos – o de "um motorista de táxi", de "um barman" e de "um garçom". A pessoa descrita como "um motorista de táxi", por exemplo, define Collor como "um ladrão". Esse truque do mau jornalismo é tão antigo como os táxis, os bares e os garçons. Escreve-se o que se quer dizer e se atribui a "um motorista de táxi" que ninguém sabe onde mora e onde trabalha – nem mesmo se existe. (*Veja*, 16/01/1991, p. 22)

No final da matéria, a revista tece sua opinião destacando que mesmo que esse se caracterizasse um caso falso de denúncia contra Fernando Collor, era também um indicativo de que a opinião internacional que antes era favorável aos rumos que a política brasileira seguia, passava agora, a perceber o país novamente como um lugar exótico. A culpa pelo retorno a essa noção da mídia internacional foi atribuída às excentricidades de Fernando Collor e suas tentativas de autopromoção ao longo de seu mandato.

> No início do governo, a imprensa internacional também se interessava pelo presidente, mas o tratava de outra maneira. Impressionadas com a coragem de seu plano econômico, a Time e a Newsweek lhe dedicaram reportagens de capa em suas edições latino-americanas [...] De uns tempos pra cá essa situação mudou [...] Paulatinamente, a imprensa do Primeiro Mundo começou a prestar mais atenção ao comportamento feérico do presidente e de seus ministros do que na obra do governo. **O exibicionismo esportivo de Collor, o romance do ministro casado com sua colega solteira, as camisetas do presidente – toda essa parafernália da Central Collor de Produções está ganhando espaço na imprensa internacional, que passa a tratar o presidente brasileiro como um tipo exótico**. Depois de estar associado à tortura e à queima de florestas, o Brasil novamente tem problemas de "imagem" no exterior. Nada disto, é certo, explica as injúrias desferidas por Ryle contra Collor na Sunday Times. "A reportagem da revista inglesa não é positiva para o país, mas reflete o estado de desagregação do governo e

> de seu presidente", afirma o senador Mário Covas, do PSDB. "Já era de se imaginar que o presidente iria tropeçar aqui e ali, como acabou acontecendo." O presidente pode até ter tropeçado, mas foi Ryle quem, maldosamente, passou a perna. (*Veja*, 16/01/1991 p. 22. Grifo meu)

Curiosamente, em 1992, *Veja* promoveu diversos ataques a Fernando Collor através das denúncias de seu irmão, Pedro Collor, devido a um impasse na família do presidente sobre quem deveria administrar os negócios da TV Gazeta em Alagoas. Nas edições em que as denúncias de Pedro Collor foram publicadas, *Veja* também destacou o envolvimento de Fernando Collor com o uso de cocaína através do depoimento de seu irmão. É certo que o depoimento do irmão de Fernando Collor possui muito mais credibilidade que o suposto motorista de táxi, o barman e o garçom citados pelo *Sunday Times*, contudo, *Veja* em nenhum momento da matéria de 1991 adverte que tais histórias sobre Fernando Collor já corriam desde antes da publicação inglesa fazer a denúncia, tendo sido inclusive citados – com frase de Fernando Collor negando, pela própria revista *Veja* em outros momentos, como evidenciado anteriormente. *Veja* apesar de optar por publicar a matéria nesse momento em que já tecia críticas a Fernando Collor, opta por manter tom cauteloso, possivelmente para não criar atritos maiores com o governo, já que, no início de seu mandato,

segundo Rodrigo de Carvalho (2012, p. 89), mais precisamente no dia 24 de março, fiscais da Receita Federal apoiados por agentes da Polícia Federal invadiram o jornal *Folha de S. Paulo* com denúncias de que a empresa havia cometido crime de evasão fiscal por, supostamente, cobrar ainda em cruzados novos suas faturas de anúncios publicitários – acusação falsa segundo Carvalho. Na ação descrita pelo autor como truculenta, os representantes do poder público reviraram documentos e apreenderam equipamentos. Ainda segundo Carvalho, tal ação foi realizada apenas na *Folha de S. Paulo*, causando a impressão de retaliação política e pressão sobre o periódico que desde a eleição havia assumido uma postura mais crítica ao presidente. Embora a *Folha* apoiasse as medidas de abertura econômica propostas por Fernando Collor, a empresa fazia parte de "uma parcela das classes dominantes desconfiadas de Collor e seu extrato político", nas palavras de Carvalho.

No final de janeiro o governo Collor anunciou o Plano Collor II, assunto nas edições de fevereiro de 1991. Duas matérias tecendo críticas tanto ao Plano Collor quanto ao Plano Collor II foram publicadas por *Veja* naquela ocasião. A edição *Deu errado começa tudo outra vez*, nº 1168, de 06 de fevereiro de 1991 apresenta duas matérias abordando a questão econômica no Brasil naquele momento. A matéria *Collor*

dispara um segundo tiro no tigre – A primeira bala deixou o bicho solto e acabou acertando o pé de um governo que, dez meses depois, começa tudo de novo, publicada na página 26, afirma que:

> A política econômica do governo Collor chegou ao fim na semana passada sem choro nem vela. **Chegou ao fim sem que o presidente e sua equipe econômica reconhecessem o lastimável fiasco do Plano Collor.** Um plano econômico antiinflacionário que depois de dez meses de experimentação resulta em 20% de inflação é um plano que fracassou, ao menos pela lógica dos mortais comuns – sobretudo quando se considera que tal plano, para ser colocado em prática, **jogou uma bomba nuclear na economia**. De um golpe, o Plano Collor confiscou 65% dos ativos financeiros existentes no país em março passado. Mandou para o espaço o respeito à propriedade privada ao bloquear contratos, renegou dívidas e passou por cima da Constituição. Rompeu solenes promessas de campanha feitas pelo próprio presidente da República. Exigiu dezenas de medidas provisórias e centenas de circulares, resoluções portarias, todas disciplinadamente engolidas pelo Congresso e aturadas pela população. Impôs uma recessão que reduziu o PIB em 4% em 1990, empobreceu o país e tirou o emprego de um número estimado em 2,5 milhões de pessoas. Aos descamisados coube a parte mais amarga dos resultados do Plano Collor (*Veja*, 06/02/1991, p. 26)

Novamente as ações de marketing de Collor são apresentadas por *Veja* de forma irônica.

> Baixada a poeira, e descontadas as exibições esportivas e os desfiles de camisetas, restou uma constatação simples e lamentável. Os prejuízos causado pelo plano de extermínio foram imediatos, reais e irreversíveis. Já a inflação continuou igualzinha ao que foi durante a maior parte do governo Sarney. (*Veja*, 06/02/1991, p. 26)

A liberalização da economia, ou a falta dela, novamente são colocadas como pontos que o governo se comprometeu realizar e falhou, o que pode ser considerado como um indicativo de que a revista já buscava desassociar a figura de Fernando Collor da liberalização da economia, prática defendida por *Veja* desde o momento em que a imprensa voltou novamente a respirar os ares antes sufocados pela censura: "A liberalização geral da economia, pedra de toque do 'capitalismo moderno' que deveria estar conduzindo o Brasil ao Primeiro Mundo, nunca apareceu. Em seu lugar o que se vê são espasmos e uma crescente neurastenia regulatória que a tudo pretende controlar". (*Veja*, 06/02/1991, p. 26)

O semanário chegou a comparar a política econômica de Fernando Collor com a de Sarney, algo que, levando em consideração o histórico da revista com o antigo presidente isso significava uma crítica bastante incisiva a Collor. Ao longo do trabalho muitas vezes foram evidenciadas críticas de *Veja* ao

governo Sarney, muitas delas realizadas, inclusive, buscando legitimar os ataques de Fernando Collor ao governo anterior, outras tantas simplesmente para mostrar o quanto a política econômica de Fernando Collor se mostrava um caminho diferente da de Sarney; porém, desta vez a crítica realizada foi claramente para atacar Fernando Collor e classificá-lo como um presidente pior que aquele que ele tanto havia criticado durante as eleições de 1989 e que a revista nunca fez questão nenhuma de esconder sua insatisfação e realizando, inclusive, coro as afirmações de Fernando Collor.

> O governo Collor recomeçou na semana passada. Recomeçou mal. O presidente fez com que sua escudeira assumisse sozinha o desastre, deixando para trás a máxima "o ministro da Economia sou eu". Como o famoso ippon de Collor foi solenemente ignorado na semana passada tirou o quimono e partiu para a briga de rua mesmo, na base do pontapé do bofetão e da rasteira. Quem achava que o governo Sarney era confuso em matéria de política econômica talvez não tenha visto nada ainda. (*Veja*, 06/02/1991, p. 27)

É possível afirmar que no mês de fevereiro de 1991, as matérias publicadas em *Veja* se dedicam a tecer críticas à economia brasileira. Matérias como *Collor dispara um segundo tiro no tigre* (*Veja*, 06/02/1991, p. 26), *O último tiro de Zélia* (*Veja*, 06/02/1991, p. 28), *Guia de sobrevivência*

(*Veja*, 06/02/1991, p. 36); *Um país cada vez mais descamisado* (*Veja*, 27/02/1991). Também ocorreram algumas denúncias de corrupção, sem muito destaque, como a matéria *A corrente da seca* (*Veja*, 27/02/1991, p. 24) que abordou em apenas uma página uma denúncia realizada por Ciro Gomes, sucessor de Tasso Jeireissati no governo do Ceará, em que o político acusou a empresa Sansuy do Nordeste de intermediar verbas para as prefeituras no Ministério da Ação Social.

Em fevereiro, outro assunto algumas vezes abordado de maneiras distintas entre 1987 e 1991 pela revista retorna. Na edição nº 1169 de 13 de fevereiro, *Veja* dá destaque à questão das oligarquias no estado do Alagoas (*Veja*, 13/02/1991, p. 24-25). Diferentemente das outras vezes em que o semanário havia abordado o tema, tanto no ano de 1988 como ao longo das eleições de 1989, a matéria desta vez traçou uma verdadeira árvore genealógica do surgimento das oligarquias no estado, atribuindo a Arnon de Mello, pai de Fernando Collor, o maior poder naquela região. Além de dar destaque a família Collor de Mello, também citou Rosane Malta Collor, então primeira dama naquele momento, como pertencente a uma dessas famílias que compõe a oligarquia daquele estado, os Malta. Cabe destacar também que logo no início da reportagem, a revista traçou uma comparação entre a mudança de rumos que os investimentos federais haviam tido do governo Sarney para

o governo Collor. Se antes a maior parte dos investimentos tinham como destino o estado do Maranhão, agora Alagoas passava a ser o maior recebedor (*Veja*, 13/02/1991, p. 24). Além de destacar esse grande investimento em Alagoas, *Veja* também apontou que a Legião Brasileira de Assistência, LBA, entidade que Rosane Collor presidia havia distribuído 320.000 cestas de alimentos em Alagoas durante as eleições para o governo do estado, algo que, segundo a revista, foi um dos motivos da vitória de Geraldo Bulhões (PSC) sobre Renan Calheiros (PRN) (*Veja*, 13/02/1991, p. 25).

2.3.1 Um ano de Fernando Collor na presidência e a troca na direção da redação

Em 15 de março completou-se um ano de Fernando Collor na presidência da República e a revista *Veja* optou por realizar um novo balanço sobre esse período. Na edição 1173, *Tensão na selva sem lei*, a matéria *As ilusões perdidas – Como a crise brasileira era muito maior que seus planos, Collor completa um ano de governo com poucos resultados e pouca popularidade* apresenta, em termos gerais, teceu bastantes críticas ao governo, indicando que entre o que se esperava que Fernando Collor fizesse e o que havia sido feito não era o suficiente, e pior, em alguns casos ainda havia ocorrido um

retrocesso, como no caso do poder de compra do salário mínimo dos brasileiros (*Veja*, 13/03/1991, p.21). *Veja* destacou na matéria que a popularidade de Collor estava caindo cada vez mais e muito por conta da ineficácia das medidas e planos do governo federal para colocar o país novamente no centro do alvo dos investimentos internacionais.

> Alvo Empresarial – Uma pesquisa de opinião realizada pela MSC com exclusividade para VEJA mostra que a avaliação do primeiro dos cinco anos de governo do presidente é negativa. A pesquisa foi feita em doze capitais, entre os dias 26 de fevereiro e 2 de março, com 2581 entrevistas domiciliares [...] A pesquisa, que também afere as expectativas da população quanto a doze governadores, mostra que 57,7% da população das capitais não está gostando do governo, 47% acham que a sua situação econômica piorou desde a posse de Collor, 60% consideram que o presidente não está cumprindo suas promessas de campanha e 70,7% pensam que ele não está ajudando os mais carentes. Se as eleições do ano passado se repetissem hoje, 11,6% votariam em Collor, 23% em Lula e nada menos que 65,4% votariam em branco ou nulo. (*Veja*, 13/03/1991, p. 20-21)

Na matéria, um quadro destaque contendo um balanço geral do governo é publicado pela revista apontando em quais áreas Fernando Collor falhou em melhorar e em quais áreas houve, inclusive, retrocesso:

Balanço de um ano – O que prometeu: Inflação de 10% ao mês nos 100 primeiros dias de governo. – Como está hoje: Collor tomou posse com uma taxa de 84% ao mês e baixou-a para 3%. A inflação subiu mês a mês ao longo do ano, chegou a 20% em janeiro e o governo fez um novo choque. A de março está projetada para 8% ou 9%. – O que prometeu: Triplicar o salário mínimo até o final do mandato – Como está hoje: Pegou o salário equivalente a 98 dólares. Se essa triplicação fosse constante, o salário deveria estar hoje em 122 dólares. Caiu para 72 dólares em fevereiro, quase metade da meta. O Congresso aumentou o mínimo para 76 dólares em março. – O que prometeu: Demissão ou afastamento de 360 000 funcionários [públicos] – Como está hoje: Das 214 empresas do governo, dezessete foram extintas ou estão em processo de extinção. Apenas uma foi privatizada, a pequena Cobrap, que faz projetos siderúrgicos. Há outras vinte em processo de privatização. O governo promete para abril a venda de quatro delas. – O que prometeu: Derrotar a inflação sem desemprego. – Como está hoje: Segundo o IBGE, a taxa média de desemprego foi de, 3% da população economicamente ativa. Pior, só na recessão do início da década de 80. O desemprego atingiu 5,2% em janeiro último. Naquele mês, calcula-se que havia cerca de 1 milhão de pessoas procurando emprego com carteira assinada nas seis maiores capitais do país, 70% a mais que em janeiro de 1990. – O que prometeu: Vender as mansões em Brasília e os carros oficiais. – Como está hoje: Dos 4 800 carros de representação no governo, foram vendidos 4 700. Havia 32 aviões, sendo dois jatinhos. Cinco aviões e os dois jatos foram vendidos. Os demais devem ir a leilão em breve. Das 37 mansões em Brasília, foram vendidas 35. Os

> apartamentos funcionais eram 20 000, e 9 000 estão sendo vendidos. O governo já arrecadou 12 bilhões de cruzeiros[33] com as liquidações. – O que prometeu: Zerar o déficit até 1990. – Como está hoje: Em 1990, o governo conseguiu um superávit de 0,5%. Em compensação, não está pagando boa parte dos seus fornecedores e credores internos. (*Veja*, 13/03/1991, p. 21)

Após um mês de abril não muito relevante em questões de matérias sobre Fernando Collor, *Veja* publicou em maio a edição *O suicídio das Elites* (*Veja*, 08/05/1991) que não trata de nenhum assunto de âmbito político, mas sobre a escolha da classe média em cursar faculdades descritas pela revista como sem qualidade. A revista não apresentou nada de muito interessante em relação a Fernando Collor, mas está sendo citada aqui pois marca um momento em que ocorre a mudança na direção de redação. José Roberto Guzzo deixou a diretoria de redação para dar lugar a Mário Sérgio Conti, mudança esta que foi destacada no editorial *Troca de guarda na direção de Veja* (*Veja*, 08/05/1991, p. 17).

> Guzzo troca a direção de VEJA por um merecido descanso. Pretende passar alguns meses viajando, "por terra e por mar" antes de assumir outro cargo importante no Grupo Abril. Seu sucessor, Mario Sergio Conti, 36 anos, veio para VEJA como repórter em 1983. A revista

---

[33] Esse valor tem um poder de compra atual de R$ 189.171.432,08 segundo os índices IPC de março de 1991 e julho de 2015.

> cujo comando Mario Sergio assume é hoje a publicação de maior circulação do Brasil e a quinta maior revista semanal de informação do mundo. É também uma publicação cujo compromisso com a verdade, com a ética, com o desenvolvimento do país e com os seus leitores, deve muito à inteligência, integridade, persistência e coragem dos jornalistas que – como José Roberto Guzzo – se dedicam à missão de bem informar e à árdua tarefa de cuidar da qualidade no dia-a-dia. (*Veja*, 08/05/1991, p. 17)

Até o momento, foi possível constatar que ocorreu uma mudança na postura do semanário no ano de 1991, com a revista questionando as ações de promoção de Fernando Collor, classificando-as como negativas e buscando desassociar a imagem do presidente com a questão da liberalização do mercado, utilizando como argumento principal os intervencionismos realizados pelo presidente na economia brasileira. A edição seguinte destacou a saída de Zélia Cardoso de Melo do ministério da economia e a nova fase de *Veja* sob uma nova direção. Cabe então uma análise de como as questões referentes à imagem de Fernando Collor passaram a ser abordadas a partir do momento em que Mário Sérgio Conti assumiu o semanário naquele ano. Esse momento é identificado por Daniela Villalta (1999) como o momento em que a revista passou a adotar o jornalismo denuncista pautado

em dossiês de acusação – algo bastante evidente nas matérias de denúncia sobre Fernando Collor no ano de 1992.

> O padrão de jornalismo que se estabelece com a saída de Gaspari e Guzzo, é pautado pela supressão dos chamados filtros técnicos, que auto-regulam a prática jornalística, evitando a distorção ou a manipulação dos fatos e das informações. A partir dos anos 90, o jornalismo denuncista, com matérias acusatórias e agressivas entram em cena. Os acusados não são ouvidos, os dossiês assumem o lugar das fontes e o critério passa a ser o da desqualificação e do ataque. Se junta a inexperiência de jovens jornalistas às posturas relapsas e questionáveis, do ponto de vista da ética, dos antigos diretores de redação, que ascendem aos cargos de comando imprimindo seus estilos às páginas da revista. (VILLALTA, 1999, p. 156)

Em entrevista concedida à autora, Eurípedes Alcântara – atual diretor de redação da revista *Veja* afirma que a revista tem mais uma tradição do que um método de fazer jornalismo e que por conta disso é muitas vezes incompreendida pelo restante do campo midiático (1999, p. 156). Daniela Villalta (1999, p. 157) rebate tal argumento afirmando que essa suposta incompreensão não se restringe às escolas de jornalismo, aparecendo também nas redes sociais e em parte da população. Na época que Villalta escreveu seu estudo a rede social mais utilizada no Brasil era o *Orkut*, e a autora cita que em diversos

espaços daquele *site* – as chamadas comunidades – se dedicavam a questionar os métodos de *Veja* e o gosto de seus leitores por optarem pela leitura de tal semanário. Contudo, atualmente as redes sociais mais utilizadas no Brasil são *Facebook* e *Twitter*, e em ambas, é possível notar principalmente através do compartilhamento de imagens – chamadas de *memes* – críticas ao semanário questionando as opções editoriais de Abril.

Segundo Villalta, a editora se utiliza da revista para transmitir ideias bastante particulares dos temas políticos e sociais brasileiros.

> [...] ainda se valem dela [*Veja*] para agendar seus temas de discussão para a semana e balizar suas opiniões a respeito dos acontecimentos políticos, econômicos e culturais do país e do mundo. Sua receita editorial resulta num misto de contrapropaganda dos temas que não lhes são favoráveis, termômetro para medir a opinião pública de uma classe média com tendências conservadoras, jornalismo de baixa qualidade e estratégias de marketing. Entre uma coisa e outra, os Civita reafirmam suas posturas empresariais, reavivam suas posições políticas e, através do discurso da revista, desacreditam as vozes dissonantes sem perder a convicção que os guia desde sempre: a crença de que o Brasil grande das classes médias consumidoras vê melhor o mundo e a si próprio pelos olhos da revista, que se tornou *indispensável* e, atualmente, ao completar seus 40 anos, se sente capaz de construir *o Brasil que queremos ser*. (VILLALTA, 1999, p. 157)

Desta forma, a revista teria abandonado um dos filtros considerados de suma importância pelos leitores e por profissionais da imprensa no que diz respeito ao fazer jornalístico, a chamada “objetividade”. Flávia Biroli e Luis Felipe Miguel (2012) discutem o valor da objetividade na construção do discurso e na orientação das práticas jornalísticas. Para os autores, o valor da “objetividade” confere legitimidade ao jornalismo, diferenciando-o de outros discursos e práticas sociais. Para o público leitor, o registro competente da verdade pelos jornalistas depende da capacidade de tomar contato com a realidade sem vieses ideológicos. Idealmente o jornalismo vocalizaria uma verdade autônoma em relação aos conflitos sociais. “A imparcialidade não é, portanto, a equidistância entre os lados, mas a capacidade de se apresentar como ocupando a posição do universal. A neutralidade não é a ausência de valores, mas a naturalização de um padrão de valores que se transmuta de julgamento em fato” (BIROLI & MIGUEL, 2002, p. 26). O grau de adesão a esse conjunto de ideais determina a respeitabilidade dos órgãos e dos profissionais de imprensa, interna ao campo, e a credibilidade de suas informações, externa a ele.

Contudo, os autores destacam o caso da revista *Veja* da seguinte forma:

> Diante da importância atribuída à objetividade, é questionável como práticas jornalísticas que, aparentemente, se afastam dela de forma tão marcada permanecem influentes e respeitadas. No Brasil, o caso que mais chama a atenção é o de Veja [...] Circulando desde 1968, hoje com tiragem superior a um milhão de exemplares, é uma das publicações mais influentes do país. A elite política está atenta a ela, que é indicada como uma das três revistas preferidas de 70% dos deputados federais, muito acima de suas concorrentes. (FSB COMUNICAÇÕES *apud* BIROLI & MIGUEL, p. 26).

E ainda: "As classes médias, de onde brotam os chamados 'formadores de opinião', têm em *Veja* uma de suas fontes mais importantes de informação. A passagem por sua redação é vista como uma experiência que valoriza o currículo profissional" (BIROLI & MIGUEL, 2012, p. 26).

Segundo Dionísio Dias Carneiro (DHBB) os meses de março e abril de 1991 foram bastante difíceis do ponto de vista fiscal. A queda na arrecadação por conta da recessão e do adiamento do recolhimento do imposto de renda era agravado, nesse período, pelo incentivo à postergação do pagamento de impostos, causado pela desindexação. A recuperação da arrecadação só viria com defasagem, quando a economia já estivesse reindexada. Em resumo, sem câmbio defasado em relação à inflação, acabava nesse momento a trégua proposta pelo governo. Ainda segundo o autor a durabilidade desta

trégua era uma questão crucial para o governo e não poderia ser sustentada com a inflação fora de controle. Desta forma, ficou insustentável manter Zélia Cardoso de Mello no ministério e foi realizada a substituição da ministra por uma equipe que trouxesse novamente ao governo a confiança do mercado financeiro internacional e que sinalizasse a disposição efetiva para uma mudança de rumos na estratégia de estabilização.

2.3.2 A República de Alagoas

A capa de *Veja* da edição nº 1189, *A República de Alagoas*, publicada em 03 de julho de 1991, apresentou uma pintura do Marechal Deodoro da Fonseca com seu rosto substituído pelo de Fernando Collor e, ao fundo, algumas das pessoas do círculo pessoal e profissional que cercavam o presidente no seu dia a dia. A imagem da capa é uma releitura do quadro pintado por Henrique Bernardelli, de 1892, referente à proclamação da República. Desta vez não foi Fernando Collor que evocou a figura do Marechal Deodoro da Fonseca como forma de associar sua imagem à do primeiro presidente brasileiro, mas sim a revista *Veja* com o intuito de abordar sobre os investimentos realizados pelo Governo Federal no estado de Alagoas.

Naquela edição, *Veja* afirma que: "O Brasil já teve a República do café-com-leite, a Nova República de sotaque maranhense e volta e meia é chamado lá fora de Banana's Republic. Agora foi proclamada a República de Alagoas" (*Veja*, 03/07/1991, p. 16). Na matéria intitulada *A República que invadiu o Brasil*, a revista questionou os muitos investimentos realizados naquele estado desde que Fernando Collor assumiu a Presidência da República, bem como o número de alagoanos que passaram a fazer parte da vida política do Palácio do Planalto – algo até então incomum, visto que Alagoas é o segundo menor estado do país. Questões como tráfico de influência e relações oligárquicas também são levantadas pela revista nesse momento, demonstrando que Fernando Collor dedicava atenção maior ao estado de Alagoas do que aos demais estados brasileiros, tal como fazia José Sarney com o Maranhão – tendo sido esse último por vezes criticado pela revista durante seu governo pelos mesmos motivos.

> Onde há dinheiro para construir seis hospitais de uma vez? Em Alagoas. Para onde o Planalto mandará 200 milhões de dólares para um único projeto de irrigação? Para a região do Inhapi, Canapi e Mata Grande, no sertão alagoano. Qual a maior obra do Ministério da Ação Social da alagoana Margarida Procópio? É a urbanização da favela do Brejal, em Maceió,

> capital das Alagoas. Qual a obra mais cara do governo do presidente Fernando Collor? É a usina Xingó, estimada em 2,5 bilhões de dólares, que fica na fronteira do Alagoas com o Sergipe. (*Veja*, 03/07/1991, p. 16)

A República de Alagoas parece ter sido um termo cunhado para criticar o modo como a política de influências e distribuição de cargos para conhecidos, amigos e políticos influentes provindos de Alagoas estava ocorrendo naquele momento no governo Fernando Collor, questões essas que o presidente prometeu combater e que *Veja* diversas vezes destacou como uma das características principais do candidato durante as eleições de 1989 e nos momentos pré-posse em 1990, quando se referia a Fernando Collor como não sendo mais do mesmo na política brasileira, mas sim um fator novo. Questões relacionadas à República das Alagoas aparecem durante os meses seguintes ao mês de julho de 1991, principalmente no mês de setembro em que a corrupção no governo é abordada durante três edições do semanário devido ao escândalo de desvio de dinheiro na Legião Brasileira de Assistência (LBA), que à época era presidida pela primeira dama, Rosane Malta Collor, e um possível esgotamento da força de Fernando Collor devido ao insucesso em colocar ponto final nos problemas da economia brasileira. *Veja* também destacou a ausência de aliados dentro do Congresso

Nacional, algo que posteriormente acabou se tornando um problema para Fernando Collor que ignorou (ou subestimou) a importância das coalizões na política brasileira.

Sobre o escândalo na LBA, a revista afirmou que:

> FUGA DO PAÍS – Rosane, por fim, pode ter chorado também devido aos seus atos administrativos à frente da LBA. Esse ponto é o que mais interessa ao país, já que a Legião Brasileira de Assistência, com seus 9400 funcionários e um orçamento anual de 1 bilhão de dólares, é um órgão do governo federal. Um órgão que sob a gestão de Rosane, promoveu uma série escandalosa de favorecimentos a empresas fantasmas, aplicação de verbas federais que desapareceram logo que chegaram a Alagoas, e propiciou um jorro de dinheiro nas mãos de parentes da presidente da LBA – os Malta. (*Veja*, 04/09/1991, p. 29)

E também que:

> Pois eis que a Legião confundiu carentes com parentes. Verbas milionárias da LBA não foram usadas para ajudar os carentes do Brasil, de Alagoas ou de Canapi. Eles foram parar nas mãos de membros da família Malta. Os Malta de Rosane Malta. Os Malta, uma antiga e decadente oligarquia que, como cracas, está incrustrada na máquina do empreguismo alagoano. A folha de pagamento de julho de Alagoas registra que 54 integrantes do clã Malta são funcionários públicos e muitos deles estão em situação irregular. Já a família Collor de Mello tem 21 membros empregados em Alagoas [...] O escândalo da LBA, portanto,

> atinge o coração do governo. À medida que expõe as entranhas de uma malversação monstruosa. O escândalo corre para as questões políticas e públicas do Palácio do Planalto, e não para os problemas familiares e privados da Casa da Dinda (*Veja*, 04/09/1991, p. 30)

O escândalo da LBA resultou naquele momento em uma crise conjugal entre Fernando Collor de Mello e Rosane Malta Collor. Durante pouco mais de um mês, Fernando Collor retirou a aliança de casamento de seu dedo e, por vezes, como a revista *Veja* destacou, tratou mal a primeira dama em público – possivelmente como uma tentativa de demonstrar repúdio à corrupção identificada na LBA, que seria algo inaceitável, independente de se tratar de sua esposa. Segundo o semanário, Fernando Collor fez pressão para que Rosane deixasse a presidência da entidade e foi acatado em setembro daquele ano, momento em que ocorreu uma reconciliação de ambos em um evento promovido no Palácio do Planalto (*Veja*, 11/09/1991, p. 20).

Segundo Rodrigo de Carvalho (2012, p. 104) a crise na LBA ocorreu entre fevereiro e julho de 1991 quando vieram à tona denúncias de desvio de recursos da entidade que tinha atuação direta na política de assistência social do governo federal. Rosane Collor, presidente da entidade, controlava diversos contratos de aquisição de cestas básicas que foram

adquiridas por fornecedores sem a abertura de licitação ou mediante concorrências irregulares por empresas de Alagoas. O episódio, como mostrado nas fontes destacadas aqui, teve contornos dramáticos, chegando a causar um alvoroço palaciano resultando em uma separação provisória entre o presidente e a primeira dama. Em março de 1991, *A Folha de S. Paulo* publicou uma reportagem acusando a LBA de comprar 22 mil cestas básicas com contratos abertos sem licitação, como já havia denunciado outra compra da entidade nos mesmos moldes em fevereiro daquele ano. Ainda segundo o autor, Rosane Collor também foi acusada de pagar com dinheiro público (proveniente do orçamento da LBA) uma festa de aniversário para sua amiga e secretária particular, Eunícia Guimarães, no Palácio da Alvorada. O custo desta festa teria sido de Cr$ 5,3 milhões[34] (CARVALHO, 2012, p.105). Em agosto, um mês antes das matérias aqui destacadas, a primeira dama foi apontada pelos jornais como beneficiária do esquema.

Ainda no mês de setembro, na edição *Collor esgotado: isolado e sem credibilidade o presidente sai em busca de apoio*, de 11 de setembro de 1991, além do semanário classificar como "brega"[35] o modo como a reconciliação entre Fernando Collor e a primeira dama ocorreu, e também como

---

[34] O valor possui um poder de compra atual de R$ 83,550, 72.
[35] Termo utilizado pelo semanário.

"digna da novela Carrossel[36]" (*Veja*, 04/09/1991, p. 28), o semanário também destacou que o escândalo abalaria a imagem política de Fernando Collor.

> Ilusão imaginar que a lama da LBA não atinge o presidente. Zélia Cardoso de Mello, por exemplo, foi convidada a integrar o governo de Collor graças à sua capacidade técnica e sua identidade política com o presidente. Já Rosane assumiu a presidência executiva da LBA unicamente por ser casada com o presidente. Collor mandou Zélia embora quando duvidou de sua capacidade técnica ou considerou que sua lealdade política estava abalada. A presidente da LBA foi fritada por Collor, mas ele continua casado com ela. É simplesmente impossível que Collor não soubesse o que Rosane fazia na Legião. E o que a LBA fazia, os documentos da própria administração federal dizem, não era honesto. (*Veja*, 11/09/1991, p. 20)

No mês de setembro, se analisarmos apenas a capa de três edições consecutivas veremos as seguintes situações. A edição de 04 de setembro de 1991, *Escândalo na LBA* evidenciou que uma alta quantia de dinheiro público foi desviada e/ou utilizada pela família Malta no estado de Alagoas, bem como também ocorreram favorecimentos de licitações e serviços pagos e não realizados pelas empresas

---

[36] Novela mexicana destinada ao público infantil transmitida pelo canal de televisão aberto SBT durante a década de 1990.

contratadas pela família; já a edição seguinte, de 11 de setembro, abordou a tentativa de Fernando Collor em estabelecer uma aliança política com o PSDB através da mediação de Tasso Jereissati, destacando que a corrupção no governo brasileiro era o grande mal que atrapalhava as tentativas de entendimento e alianças políticas entre Fernando Collor e demais congressistas, fato este que gerava, segundo a revista, uma "ingovernabilidade", esta que seria a grande responsável pelo desmoronamento do governo Collor ao longo de seu mandato; já a edição de 18 de setembro faz coro à edição da semana anterior e destacou que o diálogo entre Fernando Collor e o Congresso poderia ser um novo início para Fernando Collor na presidência (*Veja*, 18/09/1991, p. 24).

Segundo Rodrigo de Carvalho (2012, p. 85) o PSDB foi cortejado por Fernando Collor em todos os momentos de sua gestão. O partido se dividia entre apoiar o presidente ou fazer-lhe oposição. Duas figuras se opunham na disputa do partido naquele período, sendo elas: Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso – ambos senadores de São Paulo. Nesse embate, Covas se saiu vitorioso, levando o partido para a oposição e decretando uma das derrotas do governo que podem ter sido cruciais para o *impeachment* do presidente no ano seguinte, o que pode ser creditada até certo ponto ao fato não ter

conseguido obter êxito ao tentar atrair para o seu governo os partidos considerados de centro.

Retornando às matérias, as três edições do mês de setembro são importantes de serem destacadas pois, apesar dos assuntos abordados serem bastante prejudiciais à imagem de Fernando Collor e por *Veja* não poupar críticas à primeira dama e nem mesmo ao presidente pelo modo como agia em público em relação à sua esposa, o tom das críticas parece ser brando e nem de longe possuem o texto pesado das edições que viriam a ser publicadas no ano seguinte, 1992, com as diversas denúncias de corrupção reveladas por Pedro Collor de Mello, irmão do presidente, ao semanário. Sobre tais denúncias, uma delas foi a divulgação do imposto de renda do empresário PC Farias que, em 1991, já era apontado pelo semanário como um dos grandes beneficiados da chamada República de Alagoas e identificado como o principal entrave para o entendimento de Fernando Collor com os políticos do PSDB.

> PC Farias é o símbolo maior da turma da República de Alagoas. Em Maceió, sua mulher, a museóloga Elma Farias, administra uma reforma do Teatro Deodoro, numa obra financiada pelo Banco do Brasil com um orçamento de 144 milhões de cruzeiros. No governo de Alagoas, um de seus irmãos, Cláudio Farias, ocupa o posto de secretário de Saneamento e Obras, cabendo-lhe a tarefa de lidar com os empreiteiros. Outro irmão, Luiz

> Romero, tem o cargo de secretário-geral do Ministério da Saúde de Alceni Guerra. Um terceiro irmão, Augusto Farias, é deputado federal. PC ingressou na política como tesoureiro de Paulo Maluf no Nordeste, e ali ficou amigo do mesmo Lafaiete Coutinho que convocou para auxiliar na caravana de Collor, depois instalou na presidência da Caixa Econômica e agora no Banco do Brasil. Recentemente os irmãos Farias adquiriram um jornal, a Tribuna de Alagoas. Em Brasília, aguardam a concessão de dez emissoras de rádio e de um canal de TV. PC Farias é dono de um Learjet pintado de preto, o *Morcego Negro* e com ele se desloca pelo país, viaja ao exterior e aterrissa nos aeroportos brasileiros cercado de regalias (*Veja*, 03/07/1991, p. 21).

Também na edição de 11 de setembro, a revista destacou a dificuldade de Fernando Collor de se aproximar do PSDB devido a sua amizade com PC Farias[37]. Na matéria *Todo mundo entendeu: os políticos e o próprio Collor já entendem que se tudo continuar do jeito que está o governo vai parar no fundo do poço* a revista afirma que:

---

[37] Rodrigo de Carvalho (2012, p.103) aponta que em outubro de 1990, o presidente da Petrobras, Luiz Octávio da Motta Veiga, pediu demissão da empresa e denunciou na revista IstoÉ as pressões que sofreu de Paulo César Farias para realizar um empréstimo US$ 40 milhões da empresa estatal à Vasp de Canhedo. A denúncia também envolveu Marcos Coimbra, secretário-geral da Presidência da República. Ainda segundo o autor, Paulo César Farias tinha trânsito em todas as esferas de poder do governo Federal e se articulava diretamente com secretarias, ministérios e estatais. Seu papel era o de coordenador financeiro dos esquemas políticos e pessoais de Collor. Dessa forma, possivelmente por conta dessa denúncia ainda de 1990, o PSDB optou por não virar situação do governo Collor enquanto a figura de PC. Farias ainda estivesse em cena.

> Em outro momento da conversa, o ex-governador tucano [Tasso Jereissati] insistiu e voltou a falar em "hegemonia pelo alto nível, eficiência e moralidadade". Depois, foi um pouco menos elíptico, lembrando a Collor que as denúncias sobre figuras do primeiro escalão do governo corroem sua base de apoio e devoram sua credibilidade com uma voracidade tão avassaladora quanto a inflação. Por trás desses substantivos aparentemente pomposos, o que Fernando Henrique e Tasso queriam que Collor entendesse era o seguinte: é preciso acabar com a roubalheira, com a corrupção. "Moralidade", na frase de Tasso, significava que o presidente teria de dar um jeito em Paulo César Farias, o PC, empresário, tesoureiro e amigo de Collor que se dedica a fazer bons negócios pelo Brasil afora e se tornou o símbolo da República de Alagoas – a sombra de irregularidades que pousou em cima de uma fatia da máquina do governo, principalmente da LBA. (*Veja*, 11/09/1991, p. 23)

Desta forma, é importante questionar por quais motivos, mesmo com diversas denúncias de corrupção apresentadas por *Veja* naquele momento – inclusive destacando uma suposta participação de Rosane Malta Collor no desvio de verbas destinadas a LBA –, tais críticas não acabaram gerando uma sequência de matérias investigativas sobre o assunto buscando saber se o presidente sabia ou não sobre o esquema e mantendo um tom bastante brando, diferente do que ocorreu no ano seguinte nas matérias pautadas nos dossiês de denúncia.

Algumas hipóteses foram levantadas por mim sobre os motivos dessas críticas não serem tão densas naquele momento, sendo elas: o anúncio da devolução em setembro de 1991 do dinheiro confiscado[38] no início do mandato de Fernando Collor, como nos aponta a matéria publicada na edição 1194: *Abrem-se os cofres – o governo faz mais do que prometeu ao anunciar a devolução dos cruzados novos e os bancos disputam com o comércio o dinheiro liberado* (*Veja*,

---

[38] Em entrevista ao endereço eletrônico do Senado Federal, em 2010, Fernando Collor de Mello afirmou sobre o confisco e a devolução dos valores que: "Hoje, quando se fala no Plano Brasil Novo, fala-se no bloqueio, fala-se em confisco, esquecendo-se de todo o conjunto do plano, e de que o dinheiro foi devolvido 18 meses depois, em 18 parcelas, com juros de 6%, acima do que pagava a poupança. Ao contrário de outros empréstimos compulsórios, como o das viagens ao exterior, no governo Geisel, e o da gasolina, nos anos 80, de que ninguém nunca mais teve notícia, não recebeu o dinheiro de volta e nem sabe quanto perdeu". MELLO, Fernando Collor de. Vinte anos depois do Plano Collor, ex-presidente pede desculpas à população pelo bloqueio de dinheiro. Agência Senado, Brasília, mar. 2010. Entrevista concedida a Cezar Motta e Adriano Faria. Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2010/03/24/vinte-anos-depois-do-plano-collor-ex-presidente-pede-desculpas-a-populacao-pelo-bloqueio-do-dinheiro>. Acesso em: 12/07/2016. Contudo, uma matéria publicada no ano de 2013, pela BBC Brasil, afirma que muitas famílias ainda viviam o drama de não terem conseguido o ressarcimento com a inflação corrigida, ou que o valor corrigido não correspondeu ao valor de compra que a moeda detinha no período do confisco. A matéria também afirma que os Planos Bresser (1987), Verão (1989), Plano Collor II (1990) ainda são alvo de disputas judiciais. Matéria disponível no endereço eletrônico da BBC Brasil: Após 23 anos do Plano Collor, 'trauma de confisco'sobrevive. BBC Brasil, mar. 2013. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/03/130315_brasil_poupancas_confisco_pai>. Acesso em: 12/07/2016.

07/08/1991, p. 80-81) e em uma coluna de Élio Gáspari da mesma edição que disserta sobre o erro da desconfiança dos brasileiros e de diversos jornalistas na palavra do presidente (*Veja*, 07/08/1991, p. 84).

> Desde que o governo confiscou a poupança nacional, contaram-se nos dedos aqueles que acreditavam na possibilidade de ver seu dinheiro de volta. Os jornalistas bem informados – assim como os mal informados – garantiam que os cruzados novos não voltariam, e, se voltassem, viriam roubados (o signatário inclui-se nessa lista). Pois bem: o governo pagou, pagou antes do prazo, pagou com correção monetária superior à da caderneta de poupança. O presidente Fernando Collor honrou sua palavra, e aqueles que apostavam no contrário disseram, escreveram e previram tolices. (*Veja*, 07/08/1991, p. 84)

Além da suposta devolução dos cruzados novos, podemos destacar também os seguintes itens: 1) em setembro daquele ano se iniciaram as privatizações das empresas estatais, medida em relação à qual *Veja* sempre se posicionou favorável; 2) a proposta para ser entrada em vigor do chamado "emendão" colocado em prática por Fernando Collor que alteraria diversos trechos da Constituição de 1988 que, segundo a revista, impediam uma maior liberalização do mercado econômico do país. *Veja* se posicionava favorável às mudanças, como pode ser visto no editorial da edição nº 1198.

> Não há no Brasil de hoje ideia mais surrada de que é preciso mudar vários artigos da Constituição. Igualmente, não há idéia mais correta. Só diminuindo o Estado, tornando-o mais eficaz, e acabando com os privilégios corporativos o país poderá deslanchar no rumo do progresso. A Constituição de 1988 dificulta, e muito, essa largada. Mas é bom notar que a mudança da Carta não é panaceia para todos os males. (*Veja*, 04/09/1991, p. 27)

E por último, e talvez um dos itens mais relevantes: 3) o investimento em propaganda do governo federal na revista buscando divulgar as privatizações das estatais como algo positivo ao público brasileiro[39]. Sobre tais propagandas, em comum, todas elas apresentavam a figura de um elefante. Em alguns momentos somente alguns membros desse elefante poderiam ser vistos, em outros, o elefante aparecia de corpo inteiro, servindo como uma metáfora para representar o Estado brasileiro – um Estado grande, pesado, lento, que naquele momento mais trazia problemas do que apresentava soluções

---

[39] As propagandas publicadas no semanário podem ser encontradas nas seguintes edições – que coincidem com o período em que as denúncias da LBA vieram à tona: *Revolução: o povo caça os comunistas*, nº 1197 (*Veja*, 28/08/1991, p. 106-107); *Collor Esgotado* (*Veja*, 11/09/1991, p. 104-105); *Corrupção*, edição 1200 (*Veja*, 18/09/1991, p. 12-13); *O planeta resiste*, 1203 (*Veja*, 09/10/1991, p. 36); *O julgamento de Colombo*, nº 1204 (*Veja*, 16/10/1991, p. 34-35); *O livro escandaloso de Zélia*, nº 1205, (*Veja*, 23/10/1991, p. 96-97); *O estilo Marcílio e seus efeitos*, 1212 (*Veja*, 11/12/1991, p. 12) e *O fim do império*, edição 1213 (*Veja*, 18/12/1991, p. 64).

para a economia e o progresso do país. Em algumas dessas propagandas, como a publicada na edição *O julgamento de Colombo*, nº 1204, o elefante aparecia apostando corrida com um cavalo, dando a entender que o processo de privatização fosse acelerar o país, trazendo-lhe a dianteira antes impossível devido ao peso e tamanho descomunal do elefante, que ficava para trás no embate direto contra um animal menor, mais leve, que representava um Estado com uma economia mais liberal. Desta forma, para acelerar a economia do país, era preciso mudar, diminuir o "animal", transformá-lo em outra figura, em outro Brasil. É importante destacar também que as propagandas não falavam em "privatizar", mas sim em "desestatizar" e em uma delas, *O planeta resiste*, nº1203, um texto explicava o que era a desestatização para os leitores.

> Desestatizar é transferir para a iniciativa privada setores que não fazem parte das obrigações essenciais do Estado para com você, cidadão. Como saúde, educação, saneamento, habitação, segurança e justiça. Por muito tempo a presença do Estado na economia foi necessária para criar condições à nossa industrialização. Ele promoveu o crescimento, criou empresas e indústrias só que sua presença ficou grande demais e as conseqüências agora são dramáticas. Um Estado pesado incomoda muita gente[40]. (*Veja*, 09/10/1991, p. 36).

---

[40] O trecho destacado parece conter uma ambiguidade. Ao contrário do que mostra outra propaganda, publicada na edição nº 1205, *O livro escandaloso*

Não posso afirmar categoricamente por quais motivos a palavra desestatização era utilizada pelo governo em tais propagandas, contudo, Rodrigo de Carvalho (2012, p. 113) afirma que as privatizações seguiram um calendário de ações que tiveram início com a reestruturação do Plano Nacional de Desestatização herdado do governo Sarney. Portanto, o termo utilizado já era anterior ao período Collor. Talvez o termo "desestatização" tenha um peso mais leve que "privatização" e por isso a escolha do mesmo em detrimento do outro nas propagandas oficias do governo federal.

Sobre a aceitação do neoliberalismo e seus preceitos como fundamentais naqueles tempos, Francisco Fonseca (2011, p. 48) aponta o neoliberalismo da Nova República como um exemplo de pensamento único divulgado pela imprensa sob a pretensa da "liberdade de expressão". Segundo o autor, pode ser percebido através da história a existência de verdadeiras máquinas de produção de consenso e atuação uníssona e

---

de Zélia, o trecho citado dá a entender que saúde, educação e os demais itens não são de responsabilidade do Estado. Contudo, na edição 1205 a propaganda afirma que "Transferindo para a iniciativa privada setores que não fazem parte das suas obrigações essenciais, o Estado pode se dedicar mais às prioridades básicas do cidadão. Como saúde, educação, saneamento, habitação, segurança e justiça" (*Veja*, 23/10/1991, p.-96-97). Outra propaganda publicada que vai ao encontro da ideia de que um Estado menor poderia se concentrar melhor nessas obrigações é a edição *O estilo Marcílio e seus efeitos*, 1212 (*Veja*, 11/12/1991, p. 12).

“supressora” de vozes discordantes. Como exemplo citado pelo autor, observa-se que as proposições neoliberais (que denomina de ultraliberais, dada a radicalidade tanto das proposições, como da forma de operar desta corrente), tais como a privatização, a diminuição do Estado, a flexibilização do mercado de trabalho, o individualismo, dentre outras, construíram, a partir dos anos de 1980, o chamado “pensamento único”, que foram aceitas e propagadas pela mídia brasileira.

Tal ideia de pensamento único fica evidente no modo como *Veja* divulgou a tentativa de privatização da Usiminas naquele contexto. Na primeira edição do mês de outubro de 1991, a revista publicou uma matéria sobre a tentativa de privatização da estatal Usiminas, que terminou em conflito entre manifestantes e empresários, no Rio de Janeiro. Segunda a revista, o conflito teria tido não só o aval de Brizola, como também havia sido organizado pelo próprio. Na foto da capa, ao contrário das propagandas patrocinadas pelo governo no semanário, a revista não se referiu ao processo com a palavra “desestatização”, mas sim “privatização” mesmo, como pode ser confirmado através do título: *Privatização: estreia com cuspidas e pontapés* (*Veja*, 02/10/1991, p. 1). A matéria se dedicou a criticar a postura do governo do Rio de Janeiro que não forneceu segurança suficiente para evitar possíveis

tumultos durante o leilão da estatal citada, ocorrido na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. Segundo a revista (*Veja*, 02/10/1991, p. 18) manifestantes contrários à venda da estatal, a CUT e pessoas ligadas ao MR-8 e ao PC do B, hostilizaram investidores que chegavam ao local sob uma chuva de cusparadas e gritos de protesto. Na ocasião, a revista apresentou a opinião do então deputado federal César Maia (PMDB) que acusou seu ex-companheiro de PDT e governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, de ser a grande mente por trás de tudo aquilo. O deputado também argumentou que a Polícia Militar não fez nada para intervir na violência ocorrida naquela tarde e que a mesma foi complacente com as cenas lamentáveis ocorridas naquele dia.

Na edição seguinte, de 09 de outubro de 1991, a revista abordou mais uma vez na seção Brasil os problemas ocorridos no leilão do Rio, mas o que importa realmente evidenciar nesta edição são duas matérias menores, a primeira publicada em apenas uma página do semanário e a segunda em duas. A primeira delas é referente ainda à crise no casamento de Fernando Collor de Mello que, segundo o subtítulo da matéria já havia passado e que, Fernando Collor, afirmava que sua esposa não sabia dos escândalos ocorridos na LBA durante o período em que esteve na presidência da entidade. “Na parte mais substancial da entrevista, o presidente inocentou Rosane

das roubalheiras na Legião Brasileira de Assistência, LBA. ‘O que houve foi absolutamente fora do conhecimento da primeira-dama’, disse Collor, na sua sintaxe tortuosa.” (*Veja*, 09/10/1991, p. 31)

Sobre a culpabilidade ou não da então primeira dama, a revista pareceu demonstrar que pensava o contrário da opinião do presidente. *Veja* teceu o seguinte comentário sobre a declaração:

> É uma declaração espantosa. Rosane despachou 11 milhões de dólares para empresas fantasmas de seus parentes no interior de Alagoas, e Collor diz que ela não sabia disso. Na semana passada, o único ameaçado de prisão por falcatruas na Legião continuava a ser o lambari Herculino de Alcântara Carvalho, ex-superintendente da LBA em São Paulo, embora os tubarões desse mar de lama atendam pelo sobrenome Malta de Rosane. (*Veja*, 09/10/1991/ p. 31)

Segundo o semanário a reconciliação de Fernando Collor e Rosane Collor ocorreu apenas por conta de pesquisas de opinião realizadas à época que indicavam que a população era contrária ao término do relacionamento do presidente, e não devido à renúncia da primeira dama da presidência da LBA. Fernando Collor estaria então, segundo a revista, mais uma vez preocupado sobre como a sua imagem estaria sendo afetada frente à opinião pública caso ocorresse um divórcio em pleno

mandato presidencial e não necessariamente com seu casamento.

> Fiel ao costume da campanha eleitoral, o presidente procurou ouvir sua melhor conselheira nos momentos dramáticos – as pesquisas de opinião. E descobriu que os brasileiros não aprovariam sua separação e que seus eleitores, especialmente as mulheres, ficariam no lado da primeira-dama no caso de um divórcio. Com os homens, sua imagem também ficaria prejudicada. Há quinze dias, convencido pelo tarô dos números, o presidente decidiu encenar a reconciliação, e achou que era preciso admitir a existência da crise [...] Mas ainda há duas questões: ele continua sem aliança e os Malta continuam com as verbas da LBA que deveriam ter sido usadas para ajudar os alagoanos pobres. (*Veja*, 09/10/1991, p. 31)

Além desta pequena matéria a revista apresentou também, naquela ocasião, que conversas "infundadas" sobre um possível *impeachment* de Fernando Collor começaram a ocorrer no Planalto e na imprensa brasileira.

2.3.3 Uma despropositada conversa sobre *impeachment*

A matéria intitulada *Saída pela loucura - uma despropositada conversa de impeachment turva o ambiente*, assinada pelo jornalista Roberto Pompeu de Toledo e publicada nas páginas 32 e 33 da edição nº 1203 de 09 de outubro de

1991, apresentou diversos pontos bastante curiosos sobre uma possibilidade de abertura do processo de impedimento do presidente. Naquele momento, quem levantava a voz sobre a questão do *impeachment* era um membro do PT, o deputado Aloizio Mercadante, oposição ao então governo federal.

> **Uma loucura** de primavera insinuou-se nos últimos dias na cena política brasileira. A loucura que atende pelo palavrão diabólico, tenebroso, atroz, maldito e letal de impeachment. IMPEACHMENT! Em inglês, impedimento. **Em bom português, uma maneira que alguns consideram elegante de empacotar o titular de um cargo público – no caso, o presidente da República –, pisar em seu pescoço, arrancar-lhe as vísceras, decretar-lhe a morte civil, esquartejar seus membros e condená-lo ao opóbrio eterno**. A princípio o palavrão abjeto mal era sussurrado, entre quatro paredes. Aos poucos, tornou-se mais audível. E acabou por galgar a sacralidade das manifestações públicas, por artes como a do deputado Aloizio Mercadante (PT-SP), que no jornal *Folha de S. Paulo*, defendeu o impeachment do presidente Fernando Collor. (*Veja*, 09/10/1991, p. 32. Grifo meu)

À época, o jornalista Roberto Pompeu de Toledo, recorreu a especialistas no assunto buscando demonstrar que apesar dos problemas vividos no país ao longo do governo de Fernando Collor, o *impeachment* não era uma saída democrática para questão, evocando exemplos do passado político brasileiro tanto do período democrático anterior ao

golpe de 1964, quanto do momento do golpe militar sofrido por João Goulart, em 1964, para demonstrar que o julgamento do presidente nas circunstâncias atuais não era uma boa saída democrática.

> "MASSA IGNORANTE" – "É um disparate", reage o historiador e cientista político Luiz Felipe de Alencastro, diante da conversa sobre impeachment. "É como em 1964. Todo mundo acha que vai levar vantagem, mas no fim todo mundo perde." O senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP) acrescenta: "Está se confundindo crise de governo com crime contra o estado". Levantar a possibilidade de impeachment faz mal ao país por diversos motivos – um deles, o de que dá vergonha. Representa a regressão histórica a um tempo em que o golpismo era parte integrante da política brasileira. "Esses homens não podem tomar posse, não devem tomar posse e não tomarão posse", dizia o caviloso Carlos Lacerda, durante a loucura do verão de 1955, entre a eleição e a posse da dupla Juscelino Kubitschek - João Goulart. Era assim a república à sombra da Constituição de 1946. (Veja, 09/10/1991, p. 32)

Ao que tudo indica o argumento utilizado por governistas daquele período foi o de que o *impeachment* era uma tentativa de se dar um golpe através de uma medida legal prevista na Constituição. Até aquele momento, em 1991, as denúncias envolvendo Fernando Collor e PC Farias ainda não haviam sido divulgadas e, portanto, não existia nenhum crime

de responsabilidade ou delito para que fosse possível a abertura de um processo contra o presidente. O jornalista alega que, naquelas condições a abertura de um processo de *impeachment* se trataria de um golpe.

> Sobretudo, **avocar o impeachment é golpismo quando a situação que se tem diante dos olhos não configura com clareza um delito**. "O uso meramente político do impeachment sempre levanta a suspeita de que se está recorrendo a ele porque não se dispõe do golpe de Estado", afirma o historiador e jurista Raimundo Faoro. Lamouniere insiste em que para existir impeachment é preciso haver um crime específico, provado, irretoquível". "Cadê o crime?", pergunta Fernando Henrique Cardoso. Alencastro especifica: "O que há é a suspeita de atos talvez anticonstitucionais, mas sem o devido embasamento". A respeito do assunto, a melhor peça produzida nestes dias foi um artigo do professor de Filosofia José Artur Giannotti, ainda na *Folha de S. Paulo*. "Não tenho dúvida de que a corrupção brasileira tenha chegado a níveis intoleráveis", escreveu Giannotti. "Temo, porém, que o combate a esse vício atinja os mesmos níveis". (*Veja*, 09/101991, p. 33. Grifo meu)

É importante salientar que o jornalista recorreu à autoridades no campo da História, Filosofia e da Ciência Política para fundamentar seus argumentos sobre um suposto caráter golpista realizado por meio de uma medida legal prevista na Constituição brasileira, não tendo entrevistado – ou pelo menos não destacado – nenhuma autoridade do campo

jurídico para avaliar tal questão naquele momento. A eficácia e a relevância do *impeachment* também foi questionada pelo jornalista, ao citar que a prática já caiu em desuso na política inglesa e que o recurso foi evocado raras vezes ao longo da história dos EUA, argumentando que, o *impeachment*, não deveria ser utilizado de qualquer forma por simples divergências políticas.

> O impeachment é um bicho tão feio que tem cumprido papel semelhante ao do monstro do lago Loch Ness. Serve para assustar, mas, no mundo moderno, ainda está para aprovar sua existência real. Ele foi muito útil nos primórdios, na Inglaterra, onde nasceu como instrumento de combate a ministros atrabiliádos[41]. A partir de 1805, no entanto, caiu em desuso, suplantado, no regime parlamentarista já maduro, pela moção de desconfiança – uma figura por meio da qual os gabinetes caem sem o trauma das inquisições e do anátema. Essa é uma das confusões que se têm feito no Brasil. **Fala-se no impeachment como se fosse um instrumento inocente como a moção de desconfiança no parlamentarismo**. Não é. Tanto que nos Estados Unidos, país que herdou da Inglaterra, aperfeiçoou e adaptou ao presidencialismo, só foi invocado contra dois presidentes, em mais de dois séculos, e, em ambos os casos, acabou por não se efetivar. Da primeira vez, em 1868, o réu era o presidente Andrew Johnson, sucessor de Abraham Lincoln. O Senado dos Representantes inocentou-o por entender que

[41] Neologismo criado pelo semanário.

> não havia delito concreto. Da segunda, foi disparado contra Richard Nixon, em 1974. Nixon acabou renunciando quando o processo, ainda em nível de comissão, faltava ser examinado pelo plenário da Câmara e, depois julgado pelo Senado. (*Veja*, 09/10/1991, p. 33. Grifo meu)

Alguns prognósticos sobre uma possível abertura de processo contra o então presidente também foram traçados pelo jornalista que argumentou que caso o *impeachment* ocorresse isso acabaria por gerar uma crise maior do que a que o país vivia naqueles dias.

> Suponha-se, uma vez mais, que no plano jurídico e formal tudo possa ser superado. Qual o quadro político que daí resultou? Impossível que não seja o de um país dilacerado, numa situação que faria a atual parecer a da Suíça. O mal uso de um espantalho denso como o impeachment, equivale à pena de morte da política, no momento lambe os pés da prefeita Luiza Erundina, de São Paulo. Em outro sinal de feição demencial que pode assumir o processo político brasileiro, Erundina, uma prefeita que os próprios adversários reconhecem como honesta está sendo ameaçada por um Tribunal de Contas e uma bancada de vereadores sobre os quais paira uma nuvem de suspeitas. (*Veja*, 09/10/1991, p. 33)

O jornalista também apontou as divergências ocorridas entre os partidos de direita sobre a possibilidade de abertura do

processo, indicando que Itamar Franco (PMDB), poderia estar interessado na queda de Fernando Collor.

> Isso só torna mais incompreensível que um deputado como Mercadante, companheiro de partido de Erundina, disponha-se a usar do mesmo trabuco contra Collor. A bem da verdade não é só da esquerda, porém, que se espalha a insidiosa conversa de impeachment. A direita também namora com ela, por meio de alguns de seus notáveis no Congresso. E, no meio, um vice-presidente destrambelhado como Itamar Franco, na prática, oferece seus préstimos aos golpistas, ao desfiar contra o governo ao qual pertence uma bateria de desafios. (*Veja*, 09/10/1991, p. 33)

Por fim, a matéria teceu comentários posicionando-se acerca do episódio do governo de então.

> Poucos, na verdade, têm dúvidas de que o governo está tonto, desde o fracasso de seu plano econômico, e de que o presidente atravessa um inferno zodiacal em que a fachada anticorrupção atolou nas cestas básicas encomendadas pela LBA em Canapi e o antigo marketing do charme virou função brega. Mas a saída, para voltar ao artigo de Gianotti, tem de passar pela política, não pela "desestruturação da política". O país já perdeu muito, ultimamente – do crescimento econômico à esperança. Não há um ganho imenso, o da democracia reconquistada, revista e ampliada. Vai-se querer perder também isso? Não se creia que um processo de impeachment possa ser contido aos limites da pessoa do presidente, sem desacreditar as instituições. Seria para, a

> democracia, a solução de um samurai sem sua nobreza. O haraquiri. (*Veja*, 09/10/1991, p. 33)

Cabe lembrar, como já destacado, que *Veja* possui um modo de fazer jornalismo que evoca o chamado sujeito *Veja* (SILVA, 2005, p. 91) em que editoriais e matérias falam em nome de uma perspectiva única formando um discurso uníssono no todo da revista. Portanto, o posicionamento do jornalista pode ser encarado também como um posicionamento do semanário acerca do assunto. Desta forma, pode-se afirmar que em fins do ano de 1991, mesmo com matérias publicadas indicando práticas de corrupção no governo, tais como: a crise na LBA (*Veja*, 04/09/1991, p. 28); crise na concorrência para compra de fardamento do exército *Fardas milionárias: o caso da concorrência fraudada com os uniformes do Exército* (*Veja*, 30/10/1991, p.18); matérias destacando a chamada República de Alagoas (*Veja*, 03/07/1991, p. 16) entre outras, a posição da revista reprovava alguns métodos utilizados por Fernando Collor em sua gestão, mas não defendia ainda a possibilidade de cassação de seu mandato. A corrupção no governo de um modo geral só foi realmente servir como argumento contra Fernando Collor quando houve uma denúncia de envolvimento direto do presidente à prática, e por uma figura que poderia ser considerada de relevância por se tratar de ser o irmão do presidente. Antes disso, *Veja* se posicionava contra Fernando

Collor de forma sutil muitas vezes evidenciando que as atividades pessoais exercidas por Fernando Collor no seu dia a dia eram de gosto duvidoso, e que se tornaram uma contra-propaganda na medida que os planos econômicos colocados em prática pelo caçador de marajás fracassaram.

CAPÍTULO 3 - O ANO GLORIOSO EM QUE NOS LIVRAMOS *DELLE*

3.1 O CASO DE PLÁGIO NOS ARTIGOS DE COLLOR DE MELLO E O ÚLTIMO VOTO DE CONFIANÇA DO SEMANÁRIO

Se no ano de 1989 a sociedade se mobilizou para a escolha do primeiro presidente por voto direto desde o ano de 1961, o ano de 1992 ficou marcado por mobilizações que tiveram outro motivo como catalisador. Naquele ano ocorreu a primeira deposição de forma constitucional e democrática de um Presidente da República eleito por voto direto no Brasil, com direito a uma grande parcela de manifestantes indo às ruas protestar contra a permanência do representante do poder Executivo no cargo. Em 1989, talvez poucos pudessem imaginar que a tão aguardada posse presidencial, realizada em 1990, acabasse se transformando, em 1992, em uma vontade quase que unânime da população pela deposição de Fernando Collor, com a participação e apoio dos mesmos setores que o haviam apontado como solução para os problemas econômicos e políticos do país. Ao que tudo indica, a ruptura definitiva de *Veja* com Fernando Collor ocorreu justamente naquele mês, quando quatro edições foram dedicadas a cobrir diferentes

escândalos: *Ruim com ele, pior sem ele* (*Veja*, 06/05/1992, p. 1); *A máfia dos portos* (*Veja*, 13/05/1992, p.01); *O imposto de renda de PC Farias de 1987 a 1989* (*Veja*, 20/05/1992, p. 1)*; Pedro Collor Conta Tudo* (*Veja*, 27/05/1992, p. 1).

Entretanto, até o mês de maio, o que se viu em *Veja* foi uma cobertura que oscilou entre dar mais um voto de confiança ao presidente ou não. Em janeiro de 1992, acompanhando uma matéria da *Folha de S. Paulo*, o semanário publicou o caso de plágio de artigos escritos pelo sociólogo e diplomata, José Guilherme Merquior, e creditados pelo Planalto somente a Fernando Collor. Segundo a revista *Veja*, na edição intitulada *Trapalhadas no Planalto – o caso do plágio nos artigos de Collor*, uma série de oito textos cujo assunto abordado seria uma proposta de social-liberalismo foram publicados no jornal *Folha de S. Paulo, Jornal do Brasil* e outros quatro diários do país sem que fossem devidamente creditados a Merquior, falecido no ano anterior (*Veja*, 15/01/1992, p. 18).

Sobre a relação entre José Guilherme Merquior e Fernando Collor, Rodrigo de Carvalho (2012, p. 85), afirma que um dos reveses do presidente no início de seu mandato foi o de não conseguir trazer para o seu núcleo político, quadros experientes que poderiam contribuir para dar outro rumo ao governo. Chamado para ocupar o Ministério da Cultura, o diplomata José Guilherme Merquior recusou o convite na

ocasião. Ainda segundo o autor, Merquior, com quem Fernando Collor tinha muita afinidade, foi um dos principais responsáveis pela elaboração do discurso de posse do presidente em 1990. Mesmo tendo rejeitado o convite para a pasta, o sociólogo e diplomata exercia forte influência ideológica sobre o presidente, que o admirava por suas ideias e posicionamentos (CARVALHO, 2012, p. 86-87).

Diante da recusa a sua oferta, Fernando Collor propôs a Merquior, que vivia na França, a criação de um programa para um novo partido que pudesse agregar as forças emergentes da vitória eleitoral de 1989. O PRN, formado para abrigar a candidatura de Fernando Collor, era insuficiente para construir um ideário não apenas voltado à disputa eleitoral, mas à constituição de um novo campo político no país. O novo partido se chamaria Partido Social Liberal (PSL) e teria a característica fundamental de mesclar as preocupações sociais e um projeto de crescimento nacional impulsionado pela iniciativa privada, tendo o Estado como instrumento de equilíbrio baseado nas leis e não mais como interventor ou regulador dos processos produtivos e financeiros do país.

> O plano de construção de um novo partido foi adiado diante das eleições municipais de 1990, e em janeiro de 1991 José Guilherme Merquior veio a falecer, causando uma terrível perda para o presidente. Um dos erros de Collor foi não ter

> levado adiante a formação do partido num momento em que ainda detinha força política capaz de aglutinar em torno de seu projeto diversos grupos e personalidades dispersas na sociedade. (CARVALHO, 2012, p. 87)

Segundo a revista *Veja*, numa apuração realizada pelo jornal *Folha de S. Paulo*, os artigos do sociólogo e diplomata assinados por Fernando Collor teriam sido escritos e previamente utilizados justamente no manifesto de fundação de "uma sigla chinfrim"[42], o PSL, que havia sido criada e não detinha um único representante no Congresso (*Veja*, 15/01/1992, p.18). Na ocasião, *Veja* se posicionou de forma cautelosa em relação ao caso, apesar de destacar que houve sim plágio. O semanário foi brando nas críticas, como é possível observar no editorial e em um trecho retirado da matéria de capa.

> Uma boa discussão perdida
> É uma pena. **O país poderia estar agora discutindo de maneira elevada** a proposta do social-liberalismo **apresentada pelo presidente Fernando Collor** numa série de artigos publicados em jornais. Em vez disso, o que se falava na semana passada é que eles foram copiados de textos do falecido diplomata José Guilherme Merquior. Flagrou-se uma estarrecedora **semelhança** entre o trabalho de Merquior e o que apareceu com a assinatura de

[42] Termo utilizado pelo semanário.

> Collor. Atraída para um assunto inesperado, a opinião pública debruçou-se durante vários dias sobre a questão da cola presidencial. Poderia gastar o tempo com uma boa discussão a respeito das ideias políticas **do** presidente. **É uma pena.** (*Veja*, 15//01/1992, p. 17. Grifo meu)

Em suma, o editorial chamou a atenção para a possibilidade de se estar desperdiçando uma chance de discutir um novo rumo político para o país e, ainda, destacou que houve "semelhanças" do artigo de Merquior com o "do" presidente, contudo, os artigos não eram apenas semelhantes e sim foram redigidos quase que em sua íntegra. Já a matéria *Com a palavra alheia – o caso de plágio de ideias, parágrafos e frases de Merquior transforma o debate em torno do entendimento político numa grande trapalhada do governo,* segue a linha do editorial e, apesar de afirmar que foi sim um caso de plágio, não tece grandes críticas ao presidente por conta do ocorrido. O fato é apontado como grave, contudo, minimizado no momento em que se levantou o questionamento sobre um possível erro de avaliação dos assessores e do presidente que, graças à impunidade no país, talvez não tenham imaginado que o ocorrido causaria tanta polêmica. Ou mesmo, como definido no subtítulo, havia sido apenas uma "grande trapalhada do governo".

> É rotineiro que presidentes tenham redatores para seus discursos. É errado que, na condição de produtores de doutrina e literatura, assinem artigos em jornais reivindicando, pelo silêncio, uma autoria que não é real. Em colegiais, o recurso da cola é corriqueiro. Num presidente, é grave. O sentimento que se experimenta com uma coisa assim é de desalento, não de irritação. **O mundo continua o mesmo depois de um escorregão como esse, mas alguma coisa está diferente na figura de quem escorregou**. É possível que o presidente da República e seus assessores não tenham avaliado corretamente o que estavam fazendo ao apresentar como de Collor trechos inteiros escritos pelo embaixador Merchior. **Mas há algumas mudanças que não sugerem boa intenção**. Trocam-se "vastos" por "amplos" ou "êxito" por "sucesso", mas todo o resto do parágrafo permanece igual. Talvez a síndrome de impunidade que existe no país deixe as pessoas menos preocupadas com o que irão pensar os outros. (*Veja*, 15/01/1992, p. 17. Grifo meu)

No entanto, mesmo com algo que poderia ser interpretado como um crime, e o destaque que havia alguma coisa de diferente em Fernando Collor – não deixando claro ao que se referia, talvez algo relativo à questão de sua idoneidade – a revista pareceu ter dado mais um voto de confiança ao presidente e veio a publicar uma entrevista exclusiva com o mesmo na edição, *Collor Fala*, no dia 25 de março de 1992. A entrevista recebeu o título entre aspas "Este governo é bom" – fruto de uma frase proferida por Fernando Collor ao longo da

entrevista. Publicada nas famosas páginas amarelas do semanário a conversa com o presidente teve diversas perguntas destinadas a ele que tratavam dos mais diversos assuntos, tais como: o modo como o presidente avaliava seu mandato até então; os escândalos políticos ocorridos em seu governo – como o caso da LBA e o das fardas do exército divulgados no ano anterior; a relação do presidente com algumas figuras questionáveis que fizeram parte de seu mandato, tais como o ex-ministro Antônio Rogério Magri[43] e o empresário PC Farias; bem como o relacionamento amoroso entre Bernardo Cabral e Zélia Cardoso de Mello que culminou no afastamento do primeiro do cargo de ministro (*Veja*, 25/03/1992, p. 06-11). A entrevista, naquele momento, pareceu ter sido realizada como uma forma de dar uma oportunidade para que Fernando Collor pudesse se explicar sobre tais assuntos e ponderar sobre os principais acertos de seu governo, dando uma resposta às críticas pelas quais passava naquele momento e também a

---

[43] Magri foi acusado de receber, enquanto exercia a atividade de ministro, o salário da empresa em que trabalhava antes de aceitar o cargo. Magri também foi acusado de utilizar um veículo oficial do governo para resolver assuntos pessoais. Além disso, o então ministro ficou conhecido também por desvios de recursos públicos no valor de US$ 30 mil para um esquema de corrupção no Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) (CARVALHO. 2015, p.109). Uma matéria sobre o assunto foi publicado pela própria revista *Veja* na edição de 22 de janeiro de 1991.

opinião pública que cada vez mais via com maus olhos o seu governo.

Apenas quatro edições publicadas antes da entrevista realizada por Fernando Collor, a revista afirmou através de seu editorial a importância de dar mais um voto de confiança ao presidente e citou como motivo para isso as trocas nos ministérios realizadas recentemente por Fernando Collor e também por conta de uma possível queda na inflação que poderia vir a ocorrer em breve, buscando, talvez, dar uma esperança para seus leitores sobre os rumos políticos que o governo federal seguiria naquele ano de 1992.

> Inflação e voto de confiança
> **O mais sensato é dar um outro crédito de confiança ao governo e à sua política econômica**. Não um crédito indefinido, mas baseado no entendimento de que o presidente Fernando **Collor parece finalmente ter caído na realidade de que é impossível governar sozinho**, ou com uma equipe ruim. As mudanças no ministério apontaram no sentido da melhoria do nível de seus auxiliares. No entendimento de que para governar é preciso ter apoio no Congresso – e Collor também mudou o ministério tendo esse critério em mente. Tanto que no Congresso que começa a trabalhar nesta semana está mais claro do que antes identificar quem é situação e quem é oposição. As mudanças para melhor no governo (e a nova safra agrícola, que deverá pressionar os preços para baixo) podem ajudar na queda da inflação. É melhor apostar nessa hipótese que investir na inflação (*Veja*, 19/02/1992, p. 19. Grifo meu)

De certa forma, a revista ainda mantinha alguma esperança em Fernando Collor, talvez até por cultivar alguma esperança de que o governo poderia ganhar algum fôlego nesse seu segundo ano de mandato tanto por conta da troca dos responsáveis pelos ministérios, quanto por uma suposta mudança de comportamento de Fernando Collor que talvez estivesse abandonando o seu posicionamento cesarista e começado a perceber que a política nacional é feita dentro de uma perspectiva de alianças e coalizões. Entretanto, o voto de confiança ao presidente não durou muito tempo, apenas dois meses para ser mais preciso. Diferente do que havia feito no início de 1992, *Veja* acabou mudando sua postura e partindo para uma ofensiva voraz contra Fernando Collor, tendo como principal aliado no *front* ninguém menos que o irmão do presidente.

3.2 *VEJA*, O CASO PC FARIAS E AS DENÚNCIAS DE PEDRO COLLOR DE MELLO

Se até então, como apontado em uma matéria publicada no final do ano anterior, a possibilidade de *impeachment* era remota e fruto de devaneios da oposição, em maio de 1992 ela passou a ser vista como uma real possibilidade pelas

instituições e por parte da população. Rodrigo de Carvalho (2012, p. 115-116) afirma que a disputa entre Pedro Collor e Paulo César Farias pelo controle político dos meios de comunicação no estado de Alagoas, chegou a um ponto insustentável, com ataques virulentos de parte a parte. O plano de PC Farias, apoiado por Fernando Collor, de montar uma estrutura de comunicação própria contrariava os interesses do restante da família Collor de Mello que viam no Grupo Arnon de Mello um instrumento importante para garantir a manutenção de sua hegemonia frente à sociedade alagoana. Ainda segundo o autor, um exemplo do descompasso nessa disputa foi uma ofensiva de PC Farias para conquistar a concessão de doze rádios no interior de Alagoas, enquanto as Organizações Arnon de Mello viram negados os pedidos de concessão de duas rádios. Toda essa questão de distribuição midiática foi definida pela Secretaria Nacional de Comunicação, órgão do Governo Federal e favoreceu o empresário e amigo do presidente, e não o seu próprio irmão.

Pedro Collor resolveu então agir de forma mais agressiva e mobilizou um veículo nacional para realizar suas denúncias contra o empresário alagoano. A revista *Veja* passou a ser uma correia de transmissão dos ataques de Pedro Collor a PC Farias. Tal preferência de Pedro Collor por *Veja* pode ser explicado, segundo o autor, através de duas hipóteses, sendo

elas: 1) devido ao eficiente trabalho dos jornalistas da revista que enxergaram na crise material jornalístico potencial para ser levado adiante e angariar ainda mais leitores; 2) Pedro Collor, ao se aproximar de *Veja*, procurou um veículo nacional confiável e útil a ele, que estivesse fora do embate direto contra Fernando Collor – condição que excluía a *Folha de S. Paulo*; que não tivesse perfil tradicionalmente conservador, caso de *O Estado de S. Paulo*; e que não fosse adesista ou pragmático, caso de *O Globo* e *Jornal do Brasil*. (CARVALHO, 2012, p. 116).

Com a publicação contrária ao empresário alagoano o sinal de alerta no Planalto acendeu. *Veja* publicou no dia 19 de fevereiro de 1992 uma matéria afirmando que Pedro Collor possuía um dossiê contendo as movimentações financeiras ilegais de Paulo Cesar Farias. A reportagem era uma clara sinalização a Fernando Collor e levou o Procurador-Geral da República, Aristides Junqueira, a tomar as primeiras iniciativas de investigação sobre as acusações divulgadas pelo semanário. No início de maio, nova matéria da *Veja* deflagrou a ofensiva final de "vida ou morte" de Pedro Collor contra PC Farias. A revista divulgou na reportagem *Os tentáculos de PC*, de 13 de maio de 1992, as movimentações financeiras extraordinárias, por intermédio de empresas de fachada e laranjas, para operar no mercado internacional – todas elas supostamente a serviço

do articulador político de Collor. O próximo passo da revista foi conseguir, a partir da investigação de jornalistas e talvez de uma ajuda de Pedro Collor, quebrar o sigilo fiscal de PC Farias, expondo sua declaração de imposto de renda que era incompatível com seus bens reais e padrão de vida. As publicações do semanário causaram uma reação na família Collor de Mello, que destituiu Pedro Collor da presidência das Organizações Arnon de Mello. Um golpe duro para Pedro Collor, articulado por Fernando Collor e respaldado pela família, que acirrou ainda mais o conflito entre os irmãos e escancarou aquilo que já se sabia: a relação direta entre PC Farias e o Presidente da República (CARVALHO, 2012, p. 117-118).

Rodrigo de Carvalho (2012, p.110) aponta que remetendo ao erro cometido na eleição para o governo do Alagoas, quando Fernando Collor deixou que o conflito entre aliados produzisse desgastes e fissuras em seu núcleo político, Fernando Collor também permitiu e até incentivou que seu braço financeiro, PC Farias, investisse na formação de um complexo de comunicações envolvendo um jornal de circulação regional, TV e rádios. Ainda segundo o autor, a iniciativa de PC Farias contrariou profundamente a família Collor, que já estava dividida quanto à herança das Organizações Arnon de Mello, tradicional conjunto de

empresas de mídia dirigido pelo irmão mais novo do presidente. A reação de Pedro Collor foi explosiva. O lançamento da *Tribuna de Alagoas*, articulado por PC Farias, em concorrência à *Gazeta de Alagoas*, significou uma ruptura sem volta nesse núcleo empresarial e familiar.

> O caçula e presidente das Organizações Arnon de Mello declarou guerra a PC Farias e ameaçou denunciar suas operações ilegais e sua influência no governo. Somam-se a esse enredo, digno de um drama de Nelson Rodrigues, outros assuntos mal explicados entre os irmãos, como um suposto assédio de Fernando Collor a Tereza, esposa de Pedro Collor, e as disputas de poder na família e nos negócios. Pedro Collor foi ao encontro do irmão Presidente, relatou os interesses de PC Farias e exigiu o fim de tais articulações em Alagoas, ameaçando delatar os esquemas do tesoureiro. Fernando Collor ignorou o conflito e não interveio para resolver o problema. Estava dada a condição final para a derrocada do governo. (CARVALHO, 2012, p. 110-111)

Brasílio Sallum Jr (2015, p. 195) afirma que as acusações de Pedro Collor eram perigosas para o governo. Embora as atividades de PC Farias não fossem desconhecidas e já tivessem sido noticiadas anteriormente, as matérias agora publicadas tinham dois agravantes para o presidente: ter a chancela do próprio irmão caçula e conter a ameaça implícita de envolver o próprio presidente. Na reportagem publicada

contra PC Farias, Pedro Collor não fazia acusações diretas a Fernando Collor, mas ficava a um passo disso. De todo modo, a matéria da revista trouxe à tona de novo o tema da corrupção, remetendo-a em direção ao centro da cena política, e o fazia menos de um mês depois de encerrada a reforma ministerial que teve como um de seus objetivos básicos afastar suspeitas desse tipo de crime do primeiro escalão do governo.

Sérgio Henrique Hudson de Abranches (1988, p. 10) aponta que a dinâmica macropolítica brasileira tem se caracterizado, historicamente, pela coexistência, nem sempre pacífica, de elementos institucionais que, em conjunto, produzem certos efeitos recorrentes e, não raro, desestabilizadores. Constituem o que se poderia classificar, com acerto, as bases de nossa tradição republicana: o presidencialismo, o federalismo, o bicameralismo, o multipartidarismo e a representação proporcional. Ainda segundo o autor, tais características compõem uma ordem política que guarda certas singularidades importantes no que diz respeito à instabilidade institucional de longo prazo, sobretudo quando analisadas à luz das transformações sociais pelas quais passou o país nas últimas quatro décadas, do grau de heterogeneidade estrutural de nossa sociedade e da decorrente propensão ao conflito.

> No presidencialismo, a instabilidade da coalizão pode atingir diretamente a presidência. É menor o grau de liberdade de recomposição de forças, através da reforma do gabinete, sem que se ameace as bases de sustentação da coalizão governante. No Congresso, a polarização tende a transformar "coalizões de veto", elevando perigosamente a probabilidade de paralisia decisória e consequente ruptura da ordem política. [...] Na medida em que este seja o único ponto para o qual convergem todas as divergências, a presidência sofrerá danosa e desgastante sobrecarga e tenderá a tornar-se o epicentro de todas as crises (ABRANCHES, 1988, p. 30)

Ao encontro dessa ideia, citando Juan Linz, Guilherme Casarões e Brasílio Sallum Jr (2011, p. 170) afirmam sobre o presidencialismo brasileiro que apesar de certa estabilidade que o sistema concede ao processo político e que assegure a renovação de quadros dirigentes – em função do mandato fixo de chefe de Estado e o governo – ele acaba por criar uma descontinuidade no processo político que pode produzir oscilações bruscas de orientação política entre os governos. Além disso, há uma disputa latente entre poderes nesse tipo de sistema. Não somente o parlamento reclama legitimidade para si, mas também o chefe do Executivo, que conta com amplos poderes constitucionais para comandar o governo e o Estado.

> As constituições presidencialistas criam um executivo estável e forte, com legitimidade

> plebiscitária o bastante para colocar-se no caminho de interesses particularistas que povoam a legislatura, mas buscam, ao mesmo tempo, conter eventuais excessos personalistas e plebiscitários dos quais o presidente é sempre suspeito. Ao se tomar a política democrática como um jogo de soma zero, o conflito é regra, a oposição é implacável, e exacerbam-se as tensões e a polarização entre os atores políticos relevantes (LINZ apud CASARÕES & SALLUM JR, 2011, p. 171)

Desta forma, com os escândalos de corrupção emergindo na grande imprensa, a situação de Fernando Collor no Executivo começou a ficar cada vez mais delicada, visto que, devido ao seu posicionamento cesarista frente ao Congresso, uma base aliada um tanto quanto volátil e, a incapacidade de trazer blocos mais ligados ao centro para o seu governo começaram a pender para o lado contrário da balança e uma imagem cada vez mais negativa do presidente passou a ser reforçada pela mídia e apresentada à população, da mesma forma que ocorreu durante sua campanha presidencial, só que agora de forma negativa. Cabe lembrarmos aqui as tentativas de Fernando Collor em manter sua autonomia no Executivo e o início de seu desprestígio frente às instituições e à população. Sobre esse assunto Guilherme Casarões e Brasílio Sallum Jr (2011) apontam que:

> Afastado o risco da hiperinflação e aprovadas as medidas propostas pelo governo, o Congresso saiu da condição de refém, o Judiciário ganhou mais liberdade para avaliar a constitucionalidade das iniciativas governamentais e a capacidade de condução da Presidência passou a depender do poder que a Constituição lhe conferia, do prestígio popular que potenciava o exercício de sua autoridade legal e de seu estilo de exercer o poder. Passada a fase da "ditadura romana", fica implícito, começam a se manifestar os riscos à governabilidade. Com efeito, o fracasso na luta contra a inflação, a recessão prolongada, uma série de escândalos de corrupção envolvendo membros do governo e o estilo pessoal de Collor de exercer o poder produziram uma redução drástica do prestígio do presidente junto à população (CASARÕES; SALLUM JR, 2011, p. 175-176)

Se em momentos de crise as críticas da população, em geral, recaem quase sempre diretamente ao líder do Executivo, no caso de Fernando Collor, as denúncias fizeram um sobrepeso em cima do presidente para além da insatisfação popular devido à hiperinflação e demais problemas brasileiros que já haviam colocado em xeque a popularidade do presidente e, diante de tais denúncias, os partidos resolveram tomar alguma providência. Segundo Brasílio Sallum Jr (2015, p. 196) o governo, seus aliados costumeiros no Congresso e, de forma hesitante e muito comedida os partidos de centro como o PMDB e PSDB, e partidos como o PDT e o PPS, propuseram que investigações sobre as acusações fossem feitas pelos

órgãos responsáveis do governo – Secretaria da Polícia Federal, Secretaria da Receita Federal e Ministério Público. Governadores estaduais e boa parte dos meios de comunicação de massa, naquele primeiro momento, manifestaram-se também contra a convocação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

Os motivos para posicionamentos contrários à instauração da comissão eram, segundo o autor, abafar acusações submetendo-se às exigências de prova de órgãos administrativos e jurídicos não interessados em envolver o presidente no assunto. Outros tencionavam evitar que a aprovação de uma CPI pudesse criar uma "catapulta"[44] que provocaria uma crise política que pusesse em risco o regime democrático, constitucionalizado há menos de quatro anos (SALLUM JR, 2015, p. 196). Outro incidente ocorrido que aumentou as preocupações em relação a uma possível crise institucional foram uma série de saques a supermercados no Rio de Janeiro iniciados em abril e que ocorreram até princípios do mês de maio[45].

---

[44] Termo utilizado pelo autor.

[45] Segundo Brasilio Sallum Jr (2015, p. 197) tais eventos inquietaram fortemente as autoridades de segurança pública – que os atribuíam oficialmente não à inflação e à recessão, mas à ação de quadrilhas existentes nas favelas. De qualquer modo, os saques foram preocupantes o bastante para provocar até uma reunião do ministro do Exército, Carlo Tinoco, com o governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola. Para algumas lideranças

Sobre um possível envolvimento de Fernando Collor com a corrupção divulgada pelo semanário e um aparente risco às instituições através de uma intervenção militar, Brasilio Sallum Jr (2015) aponta que:

> Não era sem razão, pois, que houvesse temor entre parlamentares de que um questionamento mais acentuado da autoridade presidencial oferecesse perigo para as instituições. O líder do PDT no senado, Maurício Corrêa, manifestava claramente esta inquietação. Referindo-se às suspeitas de envolvimento do presidente [com os casos de corrupção] alertou que "não seria bom para o país se as apurações sobre as denúncias de corrupção contra o empresário PC Farias constarem o envolvimento do presidente Fernando Collor de Mello. "Poderia haver uma desestabilização das instituições e eu não quero outro golpe de 1964" (SALLUM JR, 2015, p. 198)

Divergindo um pouco dessa moderação dos partidos anteriormente citados, o PT e os demais partidos de esquerda

---

dos partidos de centro e de centro-esquerda, o perigo maior era que a continuidade dos saques suscitasse uma ação repressiva mais forte, com eventual protagonismo das forças armadas. Outro fator que acentuava as preocupações institucionais de várias lideranças de centro e de centro-esquerda era crescente insatisfação manifestada pelos militares quanto à remuneração. [...] Os militares passaram a exigir abertamente isonomia com os demais poderes do Estado – e chegaram a fazê-lo em publicação de sua principal força, o *Noticiário do Exército* –, negociando com os demais poderes do Estado uma maneira de consegui-lo por meio de representação própria, distinta do Poder Executivo. Isso já indicava um protagonismo militar maior que o usual durante o governo Collor.

propugnaram pela constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar não só os negócios escusos de PC Farias, mas também a participação de Fernando Collor em tais denúncias. No dia 19 de maio, o PT apresentou ao Colégio de Líderes da Câmara dos Deputados o requerimento de criação de CPI, assinado pelo deputado José Dirceu e pelo senador Eduardo Suplicy (SALLUM JR, 2015, p. 198). Já os partidos de centro, PMDB e PSDB, ao invés de alinharem-se à esquerda, mantiveram posição cautelosa em relação aos acontecimentos. Embora lideranças do PT expressassem compreensão em relação à cautela dos demais, o partido decidiu dois dias depois, 21 de maio – após publicação da matéria de *Veja* sobre o imposto de renda de PC Farias – iniciar de imediato, com outras agremiações de esquerda, PSB, PST e PC do B o requerimento (SALLUM JR, 2015, p. 199). Naquele momento o conjunto dos parlamentares de esquerda não totalizava o número necessário para constituir uma CPI – 1/3 dos deputados e 1/3 dos senadores – mas, procedendo deste modo, o PT assumia a vanguarda de um movimento parlamentar que poderia vir a ser vitorioso. Embora a publicação da reportagem com parte do dossiê de Pedro Collor tivesse gerado certa perturbação na situação política do momento, colocando o presidente Fernando Collor na defensiva, ela não foi suficiente para tirar do governo o

controle do processo político. Suas perdas ainda pareciam ser recuperáveis (SALLUM JR, 2015, p. 200).

Contudo, na semana seguinte, uma nova matéria de forte repercussão viria a abalar ainda mais as já fragilizadas estruturas do governo de Fernando Collor. Muza Clara Chaves Velasquez e Beatris Kusnhir (2012) afirmam que o impacto maior dessa série se deu com a veiculação, na edição de 27 de maio, de uma entrevista na qual o irmão do presidente denunciou um esquema de favorecimento de empresários e de corrupção de funcionários públicos comandada por PC Farias, levantando a possibilidade de conivência do presidente. Segundo as autoras, na semana em que a entrevista estava para ser publicada, assessores da Presidência tentaram bloquear a publicação através de telefonemas realizados a Mário Sérgio Conti, diretor de redação do periódico à época, e Roberto Civita, então diretor do grupo Abril, que não se intimidaram e levaram as denúncias adiante.

3.2.1 Pedro Collor Conta Tudo

No sumário da edição publicada em 27 de maio de 1992, *Veja* apresentou a seus leitores a tão repercutida entrevista concedida por Pedro Collor de Mello ao semanário informando que além da exclusiva concedida pessoalmente

pelo o irmão do presidente, uma fita de vídeo contendo um depoimento do mesmo também seria tema de abordagem das matérias daquela edição.

> Pedro Collor dispara nova carga contra PC Farias
> Numa entrevista com exclusividade a VEJA e em uma fita de vídeo, Pedro Collor, irmão do presidente da República, relata em detalhes tudo o que sabe sobre o empresário Paulo César Farias, o PC, e suas relações com o Palácio do Planalto. Pedro Collor teme pela sua integridade física, mas acha que tem uma missão a cumprir, denunciando o tesoureiro da campanha presidencial de Fernando Collor, a quem chama de chantagista, traficante de influência e ladrão (*Veja*, 27/05/1992, 04).

Sob o título *Chegou ao Planalto – Os ataques de Pedro Collor a PC Farias atingem em cheio o presidente e abrem uma crise política*, *Veja* comparou a briga entre os irmãos Collor com o caso de dois personagens bíblicos, os irmãos Abel e Caim. Entretanto, para *Veja*, ficava difícil ainda, naquele momento, identificar quem era quem nessa história, visto que, ambos poderiam ser acusados de traição e, até então, não se sabia se as denúncias sobre Fernando Collor realmente se confirmariam (*Veja*, 27/05/1992, p. 16). Para além da relação bíblica traçada no caso, o semanário também estabeleceu uma comparação política e ideológica da situação. O semanário comparou a atitude da família de Pedro Collor,

que o acusava de ter problemas mentais buscando deslegitimar as denúncias realizadas e se colocando ao lado de Fernando Collor, com ações de governos soviéticos em relação aos seus opositores: “A iniciativa da maioria dos Collor de Mello parece coisa de soviético, da época em que os comunistas internavam dissidentes na Sibéria com a alegação que tinham problemas psiquiátricos” (*Veja*, 27/05/1992, p. 16). As comparações voltadas aos antigos regimes soviéticos e à esquerda, em geral, são até certo ponto constantes no semanário quando se tratam de tentar desestabilizar a figura de alguma personalidade, mesmo que a comparação em muitos casos fosse, de certo modo, anacrônica e que não fizesse nenhum sentido, como pode ser evidenciado no caso destacado que mais parece uma provocação gratuita. Portanto, um semanário liberal caracterizar a família Collor, que estava contra Pedro Collor e a favor do presidente como “soviéticos” é um indicativo de que *Veja* estaria se posicionando, mesmo que não confirmadas as denúncias ainda, ao lado de Pedro Collor e contra o presidente.

Entre as principais frases de Pedro Collor destacadas pelo semanário é possível ler as seguintes acusações: “O Fernando é incapaz de sentar numa mesa e dizer assim: eu preciso de grana para minha campanha, me ajude. Ele pode estar nu e sem sapato que não pede ajuda. O PC toma e deixa você nu. A diferença é essa”. (*Veja*, 27/05/1992, p. 19) e “Eu

não acho, eu afirmo categoricamente que o PC é o testa-de-ferro do Fernando. É a pessoa que faz os negócios de acordo com ele. Não sei a finalidade, mas deve ser para sustentar campanhas ou para manter o *status quo*" (*Veja*, 27/05/1992, p. 21). Já na matéria seguinte, intitulada *Uma limpeza geral*, escrita a partir do depoimento de Pedro Collor contido em uma fita de vídeo VHS entregue à *Veja*, a frase que se destacou em meio a todas as outras sobre o presidente é justamente a que o acusa de ter sido consumidor de cocaína. "Fernando era consumidor contumaz de cocaína e me induziu a cheirar" (*Veja*, 27/05/1992, p. 25). As escolhas do que destacar nas matérias não aparece de forma ocasional, são escolhas dos jornalistas e dos editores. Portanto, vincular o presidente a uma denúncia antiga do uso de cocaína – que nunca teve comprovação ou respaldo de uma figura mais próxima como agora tinha – em um semanário lido por uma classe média que pode ser considerada conservadora no que diz respeito ao consumo de drogas é algo que pode ser encarado com bastante relevância em termos de ataque a uma imagem política consolidada e, talvez ser ainda mais desmoralizadora para Fernando Collor que estabelecer uma ligação direta entre ele e um empresário corrupto. Além disso, a matéria destacou através de um longo e pormenorizado relato sobre a relação de Paulo César Farias com o presidente Fernando Collor uma

sociedade cuja divisão dos dividendos dos acordos entre os interesses da iniciativa privada e as ações do governo federal ocorriam na proporção de 30% e 70% respectivamente (CARVALHO, 2012, p. 118).

Se até então a situação parecia ser contornável para o governo, a ligação direta entre Fernando Collor e os escândalos realizadas por seu irmão agora o colocavam em uma posição complicada. Brasilio Sallum Jr (2015, p. 201) aponta que o impacto dessa entrevista sobre o mundo político foi extraordinário. As denúncias de Pedro Collor contribuíram decisivamente para mudar a tendência dominante no Congresso em relação ao caso PC Farias. As acusações desencadearam, elas mesmas, pelo menos parte da instabilidade política que o governo, seu apoio no Congresso e lideranças parlamentares de centro tentavam evitar postergando ou bloqueando a criação da CPI. A entrevista publicada transferiu o foco da disputa política das ações do governo – de suas políticas, projetos etc – para a qualificação moral que o presidente tinha para exercer o cargo. Já na terça-feira, dia 26 de maio, o PSDB, o PMDB e o PDT aderiram ao requerimento apresentado pelo PT. Este reposicionamento político foi chave, pois os partidos de esquerda não tinham condições de criar, sozinhos, uma CPI contra o até aqui denominado caçador de marajás.

Segundo Rodrigo Fonseca (2011, p. 43) a "política informacional" compõe o quadro de que as sociedades contemporâneas são fundamentalmente midiáticas, isto é, suas relações sociais e de poder são intermediadas pelas diversas modalidades da mídia. O jogo político (partidário e parlamentar) teria de se adequar às regras definidas pela mídia, em que o espetáculo e o entretenimento se fundem com as notícias. Assim, o espaço "público" seria, em larga medida, agendado pelo sistema midiático, que daria a ele os contornos do que seria ou não legítimo e do que deveria ou não ser prioritário.

> Esse diagnóstico confere à mídia, sempre capitaneada pela televisão, grande credibilidade para agendar temas centrais aos governos, o que implica *proposições e vetos*, assim como o enquadramento dos conflitos num cipoal de referências dadas por ela, mídia. O Estado deve então necessariamente levar em conta as mensagens emitidas: a visão sobre a vida política, pelo cidadão comum, por meio da moral é uma dessas expressões (FONSECA, 2011, p. 46).

Desta forma, a maior adesão dos partidos de centro ocorreu justamente após denúncias mais graves levadas a cabo pela imprensa nacional, o que sugere que *Veja* tenha tido um papel fundamental nessa questão. Foram então traçados pelos partidos que encabeçavam o movimento dentro do Congresso

os objetivos que dariam rumo a CPI. Em relação às novas denúncias, Brasilio Sallum Jr (2015) aponta que, em primeiro lugar, a comissão não colocava mais em questão o desempenho de Fernando Collor na Presidência, mas se ele dispunha, ou não, dos requisitos morais implícitos daquela investidura. A crença fundada de que Fernando Collor agiu em desacordo com a ética esperada de um chefe de governo e de Estado poderia conduzir ao seu *impeachment* (SALLUM JR, 2015, p. 201). Em segundo lugar, ainda que a CPI não conseguisse produzir material suficiente que levasse ao impedimento do presidente, a mera investigação do governo por um órgão do Legislativo – e não do Executivo – já era fator que diminuía sua autoridade diante dos demais poderes e do conjunto dos cidadãos, especialmente por Fernando Collor entendê-la de forma desmesurada (SALLUM JR, 2015, p. 202). Em terceiro lugar, a criação da CPI – além de colocar em xeque, o Poder Executivo – instituía uma trincheira de onde podiam partir, com cobertura quase garantida dos meios de comunicação, acusações e cobranças da oposição em relação ao governo, o que poderia fragilizá-lo (SALLUM JR, 2015, p. 202). E por último, a possibilidade ainda que remota de *impeachment* tornava o presidente da República dependente de sua base parlamentar para sua própria manutenção no cargo.

> O que estaria em jogo para o governo, de agora em diante, não seria mais um ou outro projeto de lei, sua maior ou menor viabilidade no âmbito do Legislativo. Tratava-se agora do presidente Fernando Collor, encontrar ou gerar no Parlamento um conjunto de defensores em número suficiente para assegurá-lo em seu posto. A tarefa poderia não ser fácil, apesar das relações anteriores de Collor com o Congresso terem melhorado desde a reforma ministerial de fins de março e começo de abril (SALLUM JR, 2015, p. 202).

Entretanto, Fernando Collor ainda possuía algum apoio tanto no campo político quanto no campo midiático. Um de seus apoiadores, naquele momento, e por incrível que pareça, era o governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, que manifestava seu posicionamento em favor de Fernando Collor na expectativa de investimentos federais nos projetos do estado e/ou pelo temor de contribuir para uma crise política que pudesse por em xeque as instituições democráticas, como ocorreu no governo de João Goulart em 1964, quando setores da mídia e da população apoiaram a deposição do presidente resultante de um Golpe militar (SALLUM JR, 2015, p. 204). Cabe lembrar também que, João Goulart era cunhado de Leonel Brizola, e o líder do PDT pode ter se solidarizado de alguma forma em um primeiro momento com Fernando Collor devido ao episódio ocorrido com seu cunhado em 1964. Além

desse apoio político, outros setores também não haviam abandonado ainda o presidente.

> O presidente contava também com o apoio do grande empresariado e das organizações empresariais que, em nome da continuidade do programa liberalizante, e por temor da instabilidade política, não desejavam a CPI e temiam o radicalismo político da esquerda. A seu pedido, as principais organizações empresariais, as federações de indústria de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul divulgaram, já no dia 27 de maio, um documento em que manifestavam solidariedade ao presidente da República em relação às denúncias de Pedro Collor e apoiavam a decisão de Collor pedir a apuração dos fatos (SALLUM JR, 2015, p. 210)

Com isso em vista, os presidentes do PMDB, do PT e do PSDB, decidiram constituir, já no dia 27 de maio, uma "frente partidária de oposição" cujo objetivo explícito não era o *impeachment* do presidente, mas a "atuação conjunta na CPI e em outras questões relevantes" de modo a ocupar o eventual "vazio de poder" deixado pelo presidente da República (SALLUM JR, 2015, p.211). Velasquez e Kushnir (2012) apontam que nos meses seguintes à publicação das denúncias sobre Fernando Collor, pressões diretas de ministros de Fernando Collor e uma investigação contra os Civita e as empresas do Grupo Abril no Banco do Brasil foram formas que

o governo buscou de intimidar os empresários e editores da revista devido aos problemas que tais reportagens estavam lhes causando. O artigo publicado no DHBB pelas autoras não cita a fonte que foi retirada a informação de tal investigação em cima dos Civita e do Grupo Abril, contudo, tudo indica que foi da edição de 15 de julho de 1992, intitulada *O pistoleiro do Planalto*.

3.2.2 O pistoleiro do planalto

Segundo o semanário, Roberto Civita estaria sendo investigado pelo presidente do Banco do Brasil, que, em entrevista a jornalistas do semanário, deu a entender que tinha sob sua mira o contrato de um apartamento no nome do empresário declarado com valores muito abaixo dos preços de mercado. *Veja* afirmou na matéria que o "comando de caça" aos "inimigos do rei"[46] havia começado a agir desde o mês de junho depois da publicação de uma entrevista de Luiz Octavio da Motta Veiga, em que este afirmou que um ex-diretor da Petrobrás disse a Marcelo Auler, editor-assistente da revista no Rio, que um grupo de auditores havia vasculhado os arquivos da empresa estatal (*Veja*, 15/07/1992, p. 15). Segundo esse ex-

[46] Termos utilizados pelo semanário

diretor, sob as ordens de Lafaiete Coutinho – presidente do Banco do Brasil e que, segundo a revista, seria o "pistoleiro" do Planalto – os auditores procuravam operações que pudessem comprometer o depoimento de Motta Veiga à CPI.

> À VEJA, os ecos dos passos pesados de Lafaiete chegaram logo na tarde de segunda-feira, na forma de telefonemas anônimos e de amigos. Todos informavam que Lafaiete Coutinho estava promovendo uma devassa nos empreendimentos e nas contas particulares do presidente da Abril e de seu irmão, Richard Civita. Falava-se também que o presidente da Caixa Econômica Federal estaria participando da devassa. "São histórias da carochinha", rebate Álvaro Mendonça. "Não há devassa." Mas havia algo no ar, sim. O contencioso de Lafa [Lafaiete Coutinho] com VEJA começou uma semanas antes, na quarta-feira 1º de julho. Naquela tarde, chegou à redação a informação de que a secretária de Collor, Ana Acioli, estaria hospedada num sítio de amigos nos arredores de São Paulo. Levantou-se a hipótese de que poderia ser uma chácara de Lafaiete Coutinho. [...] (*Veja*, 15/07/1992, p. 16)

Após uma apuração realizada pelos jornalistas do semanário sobre tal informação ter constatado que a secretária de Fernando Collor não estava na chácara, a revista teria então cessado a apuração do caso. Contudo, no início da noite de quinta-feira daquela semana, Eduardo Oinegue e Leonel Rocha, da sucursal da revista em Brasília, foram ao gabinete de Lafaiete Coutinho para realizar uma entrevista com o diretor do

banco. Os repórteres queriam informações a respeito de empréstimos realizados pelo Banco do Brasil e da notícia de que Coutinho estaria "devassando"[47] políticos e empresários. "Não estou fazendo levantamento algum", começou Lafaiete. "Da mesma forma que vocês recebem informações, o Banco do Brasil também recebe. Por exemplo, vou lhes dar um presente" (*Veja*, 17/07/1992, p. 17). O "presente" se tratava justamente do contrato de apartamento de Roberto Civita.

> Lafa [Lafaiete Coutinho] passou então aos jornalistas uma escritura de um apartamento de Roberto Civita em São Paulo. Fez uma série de cálculos, inclusive com a cotação do dólar no dia da compra do imóvel, e concluiu que o apartamento tinha um valor na escritura abaixo do valor de mercado. "O que essa escritura tem a ver com o Banco do Brasil?", perguntou Eduardo Oinegue. [...] Os jornalistas indagaram se, além de Roberto Civita, ele estava investigando também a vida particular de outras pessoas. "Quero apenas saber como se comportam as vestais deste país", respondeu o presidente do BB. Lafaiete sustentou que a escritura do apartamento de Civita lhe havia sido enviada por "um amigo, de graça", e informou aos repórteres a marca e a cor do carro do presidente da Abril. Oinegue lhe perguntou se estava investigando a vida alheia por conta própria ou por orientação do presidente Collor. "Por minha conta, o presidente não tem nada a ver com isso" (*Veja*, 15/07/1992, p. 15)

---

[47] Termo utilizado pelo semanário.

É possível que o ocorrido tenha gerado um ímpeto ainda maior do grupo Abril em investigar questões de corrupção relacionadas ao governo Collor, visto que, criava-se ali um conflito de interesses entre o governo e a editora. Chama a atenção inclusive o modo como *Veja* se referiu a Lafaiete Coutinho, a si própria e a Fernando Collor. O primeiro como o "comando de caça", que possivelmente estaria a serviço do "rei" – possivelmente ironizando a personalidade cesarista de Fernando Collor –, e contra seus "inimigos", ou seja, o grupo Abril, deixando evidente que não mais abordaria de forma positiva Fernando Collor em seu semanário. Em 29 de julho de 1992, na edição *O círculo se fecha*, *Veja* afirmou que a CPI instaurada havia ligado Fernando Collor ao dinheiro de PC Farias. Segundo o semanário, os 40.000 cheques fornecidos pelo Banco Central e as 3.300 páginas do inquérito da Polícia Federal entregues à CPI, guardados no cofre do Congresso, mostravam a ligação econômica de Fernando Collor com o empresário. Os documentos provavam que despesas de Rosane Collor foram pagas com cheques de PC Farias e que já havia sido documentado que o próprio presidente possuía um carro comprado com o cheque de um laranja (*Veja*, 29/07/1992, p. 18).

Velasquez e Kushnir (2012) apontam que *Veja* acompanhou a conjuntura política ao longo dos meses que se seguiram dando destaque às mobilizações de rua dos estudantes que exigiam a elucidação completa do caso e consequentes punições, e aos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instalada no Congresso Nacional para apurar as denúncias de corrupção. A CPI acabaria por comprovar o envolvimento do presidente no esquema através de denúncias de empregados de empresários e políticos envolvidos e do rastreamento das contas bancárias dos principais acusados. As autoras ainda afirmam que mesmo tendo iniciado o processo com suas reportagens, *Veja* manteve reservas em relação ao desfecho ao longo das publicações. Na edição de 1º de julho, a capa *No que vai dar a crise* conjecturava a respeito do futuro político de Fernando Collor e, numa lista de múltipla escolha, apostava que o presidente permaneceria no poder, porém enfraquecido.

Assim, para *Veja*, mesmo que Fernando Collor permanecesse no poder sua imagem estaria fortemente abalada. O Fernando Collor que em anos anteriores se colocava como o "macho alfa" da política brasileira, como pode ser percebido em frases de gosto duvidoso estampadas em camisetas de sua campanha de 1989 que diziam que o "presidente tem que ser macho", como apontou *Veja* em uma de suas matérias (*Veja*,

17/03/1989, p. 17) e também que, “tinha aquilo roxo” como proferido em uma visita de Fernando Collor à cidade de Juazeiro do Norte e cuja declaração virou piada no Brasil, como apontado pelo semanário (*Veja*, 17/12/1991, p. 12); agora estava em uma posição vulnerável e acuado frente a um Congresso que havia invertido a situação do início do mandato de 1990 em que se viu obrigado a aprovar diversas medidas para evitar uma crise política mais grave. Fernando Collor também estava acuado frente ao campo midiático.

3.3 O PROCESSO DE AFASTAMENTO DE FERNANDO COLLOR

David Maciel (2011, p. 104) afirma que as denúncias contra o esquema de corrupção montado por assessores do presidente, com a sua anuência e para benefício pessoal, precipitaram o processo de crise política que culminou no *impeachment* no mês de dezembro. Enquanto Fernando Collor entregava seu ministério para o PFL para obter apoio político, acirrando ainda mais o perfil conservador e fisiológico do governo, surgia um amplo movimento político pela derrubada do presidente. Apoiado por diversas forças sociais e por partidos políticos, o “Fora Collor” se notabilizou por reeditar uma campanha política policlassista e de perfil nacional, como

nas “Diretas Já” de 1984. Em agosto, duas revistas foram publicadas abordando as manifestações daquele mês como tema principal e dando destaque aos jovens que encabeçavam o movimento.

Intituladas *Anjos Rebeldes*, edição 1248, de 19 de agosto de 1992 e *O Brasil renuncia a Collor – a voz do povo chega ao Congresso*, de 26 de agosto de 1992, as edições focaram em cobrir as manifestações realizadas majoritariamente por estudantes secundaristas que tomaram as ruas do país clamando pelo *impeachment* de Fernando Collor e o início das movimentações no Congresso pelos votos favoráveis e contrários ao *impeachment*. Outro ponto a ser destacado é que a capa da edição 1248 fez uma referência ao nome da minissérie da rede Globo *Anos Rebeldes*, ambientada durante o período da ditadura civil-militar, cujos protagonistas principais eram jovens militantes de esquerda que lutavam contra o regime de exceção.

Segundo Roberto Abdala Junior (2012, p. 95) é possível afirmar através de testemunhos da época do *impeachment* de Fernando Collor que se estabeleceram relações entre as manifestações públicas que precederam o processo e a minissérie, idealizada ainda no mês de abril daquele ano. Ainda segundo o autor, a revista *Veja*, por exemplo, afirmou numa de suas reportagens sobre as manifestações que, nos 50 mil

panfletos e 20 mil cartazes distribuídos pela União Brasileira de Estudantes Secundaristas convocando a população para manifestação de São Paulo era possível ler “Anos Rebeldes, próximo capítulo: Fora Collor, Impeachment Já”. Já a revista *IstoÉ* afirmou à época que: “A panfletagem eletrônica, patrocinada involuntariamente pela Rede Globo de Televisão com a minissérie Anos Rebeldes, ajudou a engrossar as manifestações” (ABDALA JR, 2012, p. 95).

Ainda segundo o autor:

> Nessa perspectiva, pode-se considerar que o processo iniciado com as acusações de corrupção ao governo Collor de Mello, alimentado pela cultura histórica sobre a ditadura, reconfigurado por meio da exibição de Anos Rebeldes, culminou por mobilizar, principalmente, aqueles segmentos da população mais capazes de retomarem o passado coletivo sem o peso de sua herança – uma vez que este se articula à identidade: os estudantes, que, sendo mais livres para atuarem na esfera pública, agiram de forma mais incisiva, talvez até assumindo a liderança do movimento de manifestações públicas pró-impeachment. (ABDALA JR, 2012, p. 110)

Também segundo o autor, apesar de se tratar de um período diferente da história brasileira, a minissérie foi de alguma forma apropriada pelo movimento da época que conseguiu estabelecer relações entre o que estava ocorrendo

naquele contexto com o que era mostrado pela dramaturgia acerca dos chamados anos de chumbo.

> Assim, tornava-se plausível argumentar que um segmento do "grande público" – no caso, os estudantes –, ao revisitar este passado traumático da sociedade brasileira por meio da teleficção, pudesse atribuir à história novos significados, tomando-a – a história e não a obra – como inspiração/referência para suas ações no presente. A partir dessa premissa, restaria demonstrar que Anos Rebeldes poderia ser considerada uma narrativa que retomava e organizava aquele passado, mas guardava, necessariamente, coerência com as memórias e os conhecimentos que o público detinha sobre ele. (ABDALA JR, 2012, p. 96)

Sobre o movimento Fora Collor, Rodrigo de Carvalho (2012, p. 172) aponta que há uma tentativa de explicar as mobilizações a partir da combinação de duas leituras: como uma ação exclusiva das massas, de caráter espontâneo, identificando nele um purismo sem comando ou direção de partidos ou entidades, ao mesmo tempo que reduz o sentimento popular ao aspecto moral. Essa interpretação, segundo o autor, pretende despolitizar o debate iminentemente político e "desideologizar"[48] a luta daquele momento. Para o autor, os estudantes tinham pautas definidas, que eram contrárias às da grande imprensa nacional que, apesar de ver Fernando Collor

[48] Neologismo utilizado pelo autor.

já como um desastre político, ainda defendiam a manutenção de questões de cunho liberal adotadas pelo candidato ao contrário dos estudantes.

> A posição do líder estudantil [Lindbergh Farias] e da entidade era diversa da do jornal [*Folha de S. Paulo*], Lindbergh Farias defendia conceitos de esquerda e propunha uma saída diferente do programa implementado por Collor. Daí se percebe a disputa sobre a interpretação do movimento. A Folha de S. Paulo, assim como todos os principais veículos de comunicação, defendeu a manutenção do programa neoliberal aplicado por Collor, que ela mesma denominou "modernizadora" [...] A *Folha de S. Paulo* e outros veículos de comunicação precisaram se diferenciar ideologicamente das entidades estudantis e oferecer outras versões para a condução das manifestações, por três motivos fundamentais. O primeiro deles é que a *Folha* e outros veículos, unitariamente, defendia posição distinta da UNE e Ubes. Os jornais, como porta-vozes das classes dominantes, ou de parte delas, defendiam a retomada do programa econômico neoliberal e os estudantes eram frontalmente contrários ao neoliberalismo. O segundo motivo é que o movimento estudantil polarizava lideranças e correntes políticas de esquerda, as quais os jornais também combatiam. E o terceiro é a visão que os jornais têm da sua capacidade de formar opinião em luta direta com o movimento estudantil, os partidos e o Parlamento – para alguns meios de comunicação, o resultado do movimento cívico que levou ao afastamento do presidente Collor se deveu, na prática, à ação dos jornais e revistas e dos jornalistas, em uma interpretação do exercício do poder desses meios (CARVALHO, 2012, p. 174)

Ao encontro da tese de Carvalho, David Maciel (2011, p. 104) afirma que sob a liderança das forças políticas e sociais que apoiaram a candidatura de Lula em 1989, a campanha apresentou um perfil anti-neoliberal em alguns aspectos, porém, dentro do movimento, prevaleceram as bandeiras da probidade administrativa, da anticorrupção e da "ética na política" como conteúdo ideológico fundamental. Mesmo os setores da mídia que apoiaram a candidatura em 1989, como a Rede Globo e a *Veja*, agora se integravam à campanha reforçando a separação entre a defesa do *impeachment* e o questionamento da agenda neoliberal, o que, de alguma forma, é um indicativo também dos motivos para que *Veja* buscasse romper cada vez mais com a figura de Fernando Collor, mas sem deixar de lado as questões econômicas e políticas que defendia.

3.3.1 O marajá da Dinda

O mês de setembro de 1992 foi decisivo sobre o futuro de Fernando Collor. Durante esse período a revista se dedicou a realizar a cobertura sobre os novos acontecimentos que surgiam durante a semana acerca do processo, cobrindo questões que iam desde as movimentações nas ruas, passando

por novos escândalos envolvendo o presidente como: os gastos nos jardins de sua residência, ameaças verbais ao Congresso provenientes de Fernando Collor e supostas tentativas de compra de voto para definir seu futuro até chegar, finalmente, ao seu afastamento da presidência. As edições publicadas naquele mês foram: *A guerra do impeachment*, de 02 de setembro de 1992; *O jardim do marajá da Dinda*, 09 de setembro; *Golpe baixo*, 16 de setembro; *Cafajestadas na fase final*, 23 de setembro; *Caiu!* e *Chegou a hora*, ambas publicadas em 30 de setembro. Entre todas essas citadas uma delas se destacou um pouco mais acerca da imagem que Fernando Collor expressava para *Veja* naquele contexto de iminente queda do presidente.

Na edição *O jardim do marajá da Dinda*, uma matéria de dez páginas publicada na principal seção do semanário, a seção Brasil, mostrou pela primeira vez na imprensa a extensão dos jardins da casa da Dinda, residência de Fernando Collor em Brasília. Na matéria foram divulgados os gastos realizados nele e a informação de que sua obra teve início ainda durante a campanha presidencial realizada no ano de 1989 tendo sido concluída em junho de 1991, segundo informou José Roberto Nehring, paisagista responsável pela obra em depoimento à CPI cuja fala foi reproduzida pela revista (*Veja*, 09/09/1992, p. 16). Na matéria é estabelecida uma comparação entre o então

“marajá da Dinda”, Fernando Collor, e o imperador Nabucondonosor – responsável pela construção de uma das sete maravilhas do mundo antigo, os jardins suspensos da Babilônia.

Francisco de Fonseca (2011, p. 45) aponta que, ao falarmos da mídia, estamos falando de um sistema com diversas modalidades que se integram. Citando Castells, o autor afirma que a televisão, os jornais e o rádio funcionam como um sistema integrado, em que jornais relatam o evento e elaboram uma análise, a televisão o digere e divulga ao grande público, e o rádio oferece a oportunidade de participação dos cidadãos, além de abrir espaço para debates político-partidários direcionados sobre as questões levantadas pela televisão. Embora não ajam necessariamente de forma uníssona em termos ideológicos e *modus operandi* é similar na medida em que provém de um *sistema orgânico* em que as notícias associam-se ao espetáculo, ao entretenimento, à lógica mercantil da audiência (no caso das TVs e rádio) e das vendas, notadamente de publicidade, no caso dos periódicos. Ainda segundo o autor (FONSECA, 2011, p. 46-47), o aspecto central diz respeito ao fato de que a notícia como mercadoria possui uma especificidade ausente nos outros tipos de mercadoria, pois sua veiculação pode causar danos a pessoas, instituições, grupos sociais e às sociedades, na medida em que possui (a

notícia) o poder de, no limite: fabricar e distorcer imagens e versões a respeito de acontecimentos e fenômenos, simultaneamente à sua função de informar.

Desta forma, *Veja* vai mais além na tentativa de desconstrução da imagem de Fernando Collor do que simplesmente o adjetivar de alguma forma negativa apresentando agora algo concreto para causar indignação em seus leitores. Contudo, as adjetivações negativas também se fazem presentes. Além de relacionar os jardins de ambos os governantes, o semanário enfatizou que Nabucondonosor havia passado seus últimos dias de vida acometido pela loucura, dando a entender que o mesmo teria terminado seus dias de imperador na mais absoluta decadência, numa possível dica aos leitores do que estaria reservado para Fernando Collor dependendo do resultado da votação que ocorreria no dia 29 de setembro. Além disso, outra relação estabelecida pelo semanário é a de que, atualmente, na região da antiga Babilônia, situava-se o Iraque, nação à época das publicações liderada por uma das figuras mais controversas daquele período, o ditador Saddam Hussein.

O imperador comeu grama
Mandatário com fixação por jardins é coisa anterior ao cristianismo. O mais célebre edificador de **delírios** botânicos foi o imperador Nabucondonosor, que no século VI antes de

> Cristo ergueu os Jardins Suspensos da Babilônia, às margens do Rio Eufrates, no que **hoje é o sul do Iraque**. **Nabucondonosor, sintomaticamente, acabou ensandecido, comendo grama.** [...] **os jardins fascinariam outro líder da região 25 séculos depois. O belicoso Saddam Hussein** planejou reconstruir mais uma réplica do antigo palácio da Babilônia e chegou a iniciar as obras antes de seu confronto com os aliados ocidentais. [...] **Abertos para poucos, os jardins da Casa da Dinda guardam relação mais intensa com a Babilônia do que com Typhoon Lagoon** [parque da Disney]. Não é uma boa notícia para o dono da casa. **Saddam Hussein figura entre os mais odiados cidadãos do planeta. E Nabucondonosor, segundo a narrativa bíblica, teve um fim infame. Louco, morreu comendo grama, com os pelos crescidos como penas e as unhas enormes como garras de um pássaro**. (*Veja*, 09/09/1992, p. 20-21)

Obviamente a relação estabelecida por *Veja* entre Nabucondonosor, Fernando Collor e Saddam Hussein não ocorreu somente devido à fixação dos três por exuberantes jardins. Talvez seja possível estabelecer um paralelo entre a loucura final de Nabucondonsor em seu império com o posicionamento da revista acerca de Fernando Collor em algumas edições em que classificou o modo como o presidente se comportou em alguns discursos como atos de loucura, ou o definiu como chefe de lunáticos, como ocorreu na última edição do ano publicada em 30 de dezembro de 1992. Da mesma forma, as explosões de humor do presidente, destacadas

pelo semanário em alguns momentos, como na edição *Cafajestadas na Fase Final* (*Veja*, 23/09/1992, p. 16), em que a revista acusou Fernando Collor de realizar ataques a jornalistas e parlamentares, possam ser interpretadas na perspectiva do semanário como uma violência desproporcional para a posição de líder político na condição em que Fernando Collor se encontrava, algo que seria esperado de uma figura como Saddam Hussein, um ditador, e não de um presidente de um país democrático.

Francisco Fonseca (2011, p. 47) afirma que a notícia é, de fato, uma mercadoria. É um tipo de bem especial e, como tal, necessita ser tratada de forma igualmente especial, tendo em vista as inúmeras consequências que pode acarretar e que assume cada vez mais dimensões planetárias, dada a mundialização dos meios de comunicação.

> Como ilustração da repercussão social, entre outras modalidades –, basta observarmos as elevações e quedas das bolsas de valores e das moedas em função de especulações muitas vezes iniciadas e/ou estimuladas pela mídia. Mais ainda, a exposição da vida privada de personagens públicos vem, crescentemente, ocasionando danos morais à imagem dos mesmos, levando até a interrupção de carreiras e ao estigma social: é por isso que a figura dos "paparazzi" é emblemática tanto da invasão da privacidade como do advento de uma sociedade – nesse sentido global – ávida pelo espetáculo, em diversos âmbitos, notadamente do político,

> como vimos: daí a notícia e entretenimento se juntarem, tais como as empresas dessas áreas. Ocorre assim, uma combinação, muitas vezes propositada, entre “fato” e versão, o “real” e o imaginário, “acontecimento” e ficção, em prejuízo de algo e/ou alguém (indivíduo ou coletivo). (FONSECA, 2011, p. 47)

Desta forma, noticiar as questões acerca dos jardins da Casa da Dinda, bem como estabelecer relações entre Fernando Collor e figuras políticas controversas, garantiria ao semanário mais uma forma de atingir em cheio Fernando Collor, personagem que buscou desconstruir ao longo do ano de 1992 após os casos de corrupção denunciados pelo próprio semanário e, uma forma de conseguir isso seria justamente evidenciando questões extremamente controversas sobre o presidente, com o intuito de mostrar o completo oposto do que havia aparecido sobre Fernando Collor desde 1987 na imprensa nacional. Fernando Collor não era mais o caçador de marajás. Fernando Collor passava agora a ser um marajá e, para que fosse possível fazer com que seus leitores comprassem tal ideia, era preciso mostrar algo concreto, palpável, que serviria de caráter simbólico para a desconstrução de tal imagem, culminando na demonstração dos jardins da residência do presidente.

Além do trecho anterior que se encontra em um quadro destaque, *Veja* levantou em meio à matéria o questionamento

de quantos anos seriam necessários caso Fernando Collor recebesse apenas o salário de presidente para que tal obra pudesse ser construída de forma legal em sua residência, deixando claro que o investimento realizado na casa do presidente era sim fruto da corrupção provinda de negócios ilegais envolvendo Fernando Collor e o seu ex-tesoureiro de campanha.

> Nas fronteiras de um país com uma paisagem social de miséria e fome, o presidente ergueu uma paisagem privada de insulto aos brasileiros. As fotos dessa bofetada botânica, publicadas com exclusividade por VEJA, mostram a exuberância floral do marajá da Dinda. Sem o auxílio do amigo PC Farias e suas traficâncias, o presidente levaria 95 anos trabalhando, sem desembolsar um vintém de seu ordenado no Planalto, para enterrar 2,5 milhões de dólares no seu jardim de delícias. Equivale a dizer que, além de evitar o impeachment, precisaria reeleger-se por dezenove vezes consecutivas, ocupando a Presidência até o ano de 2087, quando abandonaria o Planalto, aos 138 anos de idade. (*Veja*, 09/09/1992, p. 15)

Na matéria, o semanário recordou também um dos assuntos explorados amplamente na campanha de 1989, os chamados “pés-descalços” e “descamisados”, grupo pelo qual Fernando Collor havia prometido lutar de forma árdua na tentativa de afastar a sua imagem da de um político

exclusivamente de direita que governaria somente para as elites, na tentativa de se aproximar de tais camadas populares ao afirmar que faria uma política de cunho social-democrata. Contudo, para o semanário: “Até as 100 carpas japonesas de seu lago vivem melhor que muitos descamisados” (*Veja*, 09/09/1992, p. 18-20). Outro incidente que havia prejudicado não somente aos “pés-descalços”, mas também a classe média e os brasileiros num todo, o confisco da poupança em 16 de março de 1990, também foi relembrado em meio a matéria. Desta forma, enviava a mensagem para o seu leitor de que o brasileiro trabalhador sofrera naqueles tempos com a intervenção do presidente na propriedade privada, enquanto o mesmo usufruía de dinheiro conseguido de forma ilegal que lhe conferia o privilégio de viver como um “marajá da Dinda” em meio aos jardins de proporções bíblicas.

> Enquanto os brasileiros viviam sufocados pelo confisco da poupança, o marajá Fernando Affonso Collor de Mello começava a erguer sua Disneylândia particular. “Depois do impeachment de Collor e do confisco de seus bens, a Casa da Dinda deveria ser transformada num museu da corrupção, aberto à visitação pública”, sugere o deputado José Thomaz Nonô, do PMDB de Alagoas.” (*Veja*, 09/09/1992, p. 25).

Para *Veja*, Fernando Collor agora era um marajá, corrupto, que se divertia à custa do povo em sua Disneylândia particular, uma figura digna de ser comparada a um personagem bíblico que agonizou seus últimos dias brincando com a loucura e também com uma das figuras contemporâneas mais odiadas pelo mundo ocidental e pelos países democráticos. Como se não bastasse isso, Fernando Collor também foi retratado como um "cafajeste" devido às tentativas questionáveis do ponto de vista jurídico em permanecer no cargo.

3.3.2 Cafajestadas na fase final

O título na capa da revista foi ilustrado com uma ampulheta com a face de Fernando Collor estampada nas areias que se esgotavam delimitando o tempo do presidente. A edição apontou as ações de Fernando Collor em sua defesa no julgamento desta forma mesmo descrita no título, como uma "cafajestada". Na principal matéria daquela edição: *A carta da histeria: com o discurso mais chulo e ofensivo da história dos presidentes brasileiros, Collor tenta jogar a crise na fogueira do confronto,* de 23 de setembro de 1992, o título e o subtítulo ditam o tom sobre os momentos finais do presidente

“cafajeste” antes de seu afastamento da presidência da República ainda naquele mês.

> Depois de já ter tentado uma trapaça, com a farsa do empréstimo no Uruguai, para tentar safar-se da situação que o aflige, e de ter **apostado o povo, como um jogador desesperado**, no episódio em que convocou as pessoas a sair de verde e amarelo em sua defesa, para não falar do recurso a táticas mais usuais, como comprar deputados, o presidente Fernando Collor na semana passada investiu na histeria. “Não passará”, gritava ele, transtornado, num memorável jantar na quarta-feira, em Brasília. “Não passará” [...] Foi o fecho de um inacreditável discurso em que **a mais alta autoridade brasileira**, o **primeiro magistrado**, como se costuma dizer em certas ocasiões, **o chefe do Estado**, o **homem com direito a representar o país no exterior** e a usar no peito a faixa transversal com os símbolos da nação, **disparou palavrões como um cafajeste** e distribuiu insultos a uma seleta de adversários. “Ele estava apoplético”, comenta um ministro de Estado. No fim veio o tal grito de “não passará” repetido, no Brasil e em outros lugares, ao longo dos anos, como se fosse um grito de vitória e bom augúrio, quando na verdade aquilo que Ibarruri não queria que passasse, o fascismo do general Francisco Franco, passou. (*Veja*, 23/09/1992, p. 16)

Fernando Collor vivia, na perspectiva da revista, dias dramáticos naquele final de setembro. Em um jantar realizado em Brasília, juntaram-se ao presidente parlamentares favoráveis à sua permanência no cargo. Contudo, o apoio

provindo de outros políticos foi pouco comemorado pelo presidente visto que, no dia seguinte ao encontro, Leda Collor, sua mãe, teve uma grave crise cardíaca e foi hospitalizada (*Veja*, 23/09/1992, p. 16). Nas palavras da revista, fechava-se sobre toda essa história um clima de apocalipse, em que, a questão do poder estar sendo ocupado pelo suspeito de chefiar uma das "mais audazes quadrilhas que o país já conheceu" (*Veja*, 23/09/1992, p. 17), somava-se a ações "descabeladas"[49], como o discurso e o "inesperado lance de um personagem que cai gravemente enfermo no último ato, como costuma ocorrer nas tragédias dos teatros" (*Veja*, 23/09/1992, p. 17). Ainda segundo o semanário, de forma deliberada, ao partir para o discurso mais agressivo de um presidente brasileiro desde que o general João Figueiredo havia pedido ao povo que lhe esquecessem, e o mais carregado de xingamentos e palavrões desde a fundação da República, o que Fernando Collor queria naquele momento era, sobretudo, "radicalizar"[50].

Em um quadro destaque *Veja* selecionou algumas das frases proferidas naquele discurso por Fernando Collor. Aqui, estão destacadas algumas delas:

Palavras do presidente

---

[49] Termo utilizado pelo semanário.
[50] Termo utilizado pelo semanário.

> Sobre Ulysses [Guimarães]: "O remédio deve estar modificando seu comportamento. Doutor Ulysses está esclerosado, senil, decrépito, vetusto, fica pregando a insubordinação do Congresso contra a Lei e o Supremo. É um bonifrate dos interesses econômicos de São Paulo".
> Sobre Ibsen [Pinheiro]: "Vou mostrar que esses ladrões, canalhas se beneficiaram do governo. Vou mostrar os pedidos (de verbas) feitos pelo Ibsen. Ele é um canalha, golpista, b... mole".
> Sobre deputados do PMDB: "São uns c..., uns b...".
> Sobre a imprensa: "Vou desmascarar esses caluniadores. Imprensa de m... Vão engolir pela boca e por outros lugares o que disseram de mim. Imprensa marrom, imprensa de m..., canalha". (*Veja*, 23/09/1992, p. 27)

Se Fernando Collor atacava seus adversários políticos adjetivando-os como golpistas, como no caso de Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), presidente da Câmara à época, *Veja* apontava que a possibilidade de um golpe poderia vir de outro lado. Para além da radicalização na forma de palavrões, a revista também frisou a possibilidade da saída de Fernando Collor por meio das Forças Armadas. Sobre tal possibilidade, a revista destaca na matéria uma frase de Miro Teixeira (PDT-RJ) em que este afirmou que: "A relutância do presidente em apresentar uma defesa convincente, a luta desesperada pelas questões formais do impeachment e o pronunciamento do jantar de quarta-feira me levam a crer que ele está querendo uma convulsão social e

uma indesejável intervenção das Forças Armadas" (*Veja*, 23/09/1992, p. 17).

Sobre uma possível intervenção militar naquele momento, o semanário comentou que Fernando Collor, no fim das contas, não acharia a possibilidade ruim, visto que, assim poderia ter um álibi para se safar do processo de *impeachment*.

> ATO ILEGAL – Não se trata de querer um golpe a favor, mas contra, por paradoxal que pareça. No desespero, reza essa teoria, Collor estaria achando melhor ser deposto pela força do que pela via legal do impeachment. Pelo menos sairia de vítima, com direito a exílio e, quem sabe, dado o desfecho do trauma e ruptura, até com a interrupção dos efeitos dos processos que devem ser abertos contra ele. Beno Shodolski, presidente do Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial, de São Paulo, escreveu um artigo para desenvolver tese semelhante. Para ele, Collor deseja criar um tal clima de ingovernabilidade, radicalização e confronto que tornaria sedutora a hipótese da solução de seu caso pela força. "Ocorrendo tal hipótese", escreveu Shodolski, "o presidente tornar-se-á vítima de um ato ilegal, ainda que fundado nos anseios transparentes, cristalinos e quase unânimes da nação". (*Veja*, 23/09/1992, p. 17-18)

Desta forma, pode-se dizer que *Veja* buscava demonstrar que Fernando Collor seria capaz de tudo, desde "apostar o povo como um jogador" até mesmo forçar uma situação de golpe em um país que recém respirava os ares da

democracia. A tese de uma possibilidade de golpe naquele momento não parece ser infundada, contudo, algumas questões pesaram mais fortemente para que as forças armadas não tomassem tal atitude mesmo que o ministério de Fernando Collor estivesse recheado de figuras e políticos conservadores que tiveram alguma relação com o regime ditatorial no Brasil. Sobre a possibilidade real das Forças Armadas entrarem em ação naquele momento, David Maciel (2011, p. 106) afirma que:

> Apesar da postura francamente ofensiva em relação à institucionalidade democrática recém criada, manifesta na postura autoritária do presidente em relação aos direitos trabalhistas, ao funcionalismo público e ao próprio Congresso, o governo não logrou salvar-se recorrendo a um golpe preventivo ou apoio militar. O máximo que conseguiu foi entregar o ministério para as forças políticas que apoiaram a Ditadura Militar, principalmente o PFL e o PDS, em troca de apoio ao fisiologismo do Congresso. Collor não era Sarney. Os militares mantiveram-se passivos diante do desenrolar da crise não por qualquer compromisso com o rito democrático previsto constitucionalmente, mas porque a perspectiva de desmonte do aparato estatal, particularmente no tocante ao arrocho salarial, ao sucateamento dos equipamentos e instalações militares e ao enxugamento de gastos, também atingia os seus [das Forças Armadas] interesses específicos. Apesar de prometer o combate à tutela militar e o desmonte do aparato repressivo e de informações, Collor não passou da bravata e de medidas de *marketing* político, como a pretensa

> extinção do SNI (na verdade foi transformado em Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), com a manutenção da maior parte de seus agentes) e o enterro simbólico do programa nuclear brasileiro com a desativação do poço de testes nucleares da Serra do Cachimbo, no Pará (Zaverucha, 2000). Sua fraqueza política não lhe permitiu ir além disto. No entanto, seu neoliberalismo extremado determinou que os militares se tornassem indiferentes ao seu destino político. Em outubro de 1992 o Senado abria investigações e Collor era afastado da presidência para não mais voltar. Seu pedido de renúncia, em dezembro, de 1992, não o poupou do impeachment e da perda de direitos políticos (MACIEL, 2011, p. 106).

Segundo Velasquez e Kushnir (2012), quando a CPI encerrou seus trabalhos, incriminando Fernando Collor em setembro e indicando a necessidade do processo de *impeachment*, *Veja* posicionou-se favorável ao afastamento do presidente, embora defendendo a manutenção do programa que o elegeu, em editorial publicado em 2 de setembro de 1992, com o título *O presidente deve sair,* destacando que: “Fernando Collor traiu a confiança dos brasileiros, perdeu a autoridade moral, não tem credibilidade para governar o Brasil nem para representá-lo no exterior. Tem que ser substituído pelo vice”. Quando do desfecho do episódio, com autorização da Câmara dos Deputados para o início do processo de *impeachment* e o afastamento de Fernando Collor, publicou uma “Edição Histórica” extra, cuja capa foi uma foto do presidente afastado

por corrupção, com a cabeça baixa e a manchete em vermelho: “Caiu”. Ainda segundo as autoras, a participação de *Veja* na abertura jornalística do processo que levou ao *impeachment* seria reconhecida no exterior, com a atribuição a Mário Sérgio Conti, no início de 1993, com o prêmio *International Editors of the Year*, pela *World Press Review*.

> Afastado Collor, assumiu o vice-presidente Itamar Franco, e Veja passou a adotar uma postura de cobranças. Afirmando que faltara ao novo governo um programa definido e que as nomeações para o primeiro escalão tinham-se baseado “não na competência, mas na amizade, no compadrio ou num regionalismo tacanho”, a “Carta ao leitor” [editorial] da edição de 7 de outubro de 1992 refletia claramente o espírito da capa da revista, em que uma foto de Itamar com semblante tenso aparecia acompanhada da manchete “Início Pífio. Itamar monta um ministério de compadres”. (VELASQUEZ; KUSHNIR, 2012)

Rodrigo de Carvalho (2012, p.133) aponta que os órgãos de imprensa foram decisivos ao noticiar claramente as irregularidades do governo Fernando Collor, mas não de maneira uniforme e com os mesmos propósitos. Eles se dividiram nas coberturas jornalísticas, opiniões e propostas de saída da crise. Ao mesmo tempo, constituiu-se uma forte unidade entre todos os principais veículos de comunicação pela preservação do modelo econômico que o governo buscou

implementar. Se houve diferenças quanto à interpretação e à solução da crise, ao mesmo tempo preservou-se a ideologia neoliberal dominante. O autor ainda afirma que, para interpretar o papel da imprensa no processo de *impeachment* de Fernando Collor, é necessário distinguir dois comportamentos: o das redações e o dos proprietários das empresas jornalísticas. Embora haja consonância entre um e outro, compreender cada ambiente pode ajudar a demonstrar as contradições, as expectativas e principalmente o que levou o degrau mais alta da hierarquia jornalística a não controlar o ímpeto dos jornalistas e mesmo a estimular a divulgação das irregularidades do governo.

Sobre a postura dos principais meios de comunicação do país, Rodrigo de Carvalho afirma que:

> Entre os principais meios de comunicação, a maior radicalização contra o governo veio da ***Folha de S. Paulo***, primeiro pela posição do jornal sobre o significado da vitória de Fernando Collor e depois, como agravante, por ter sofrido a invasão da Receita e da Polícia Federal, como forma de pressioná-lo. ***O Estado de S. Paulo*** também não se furtou a designar jornalistas para cobrir a crise, em reação à concorrência dos veículos impressos que já estavam explorando o tema. Contudo, diferenciou dos outros jornais ao lançar a proposta de que Collor renunciasse ao cargo, por entender que o impeachment seria um ataque às instituições. **As revistas *Veja*** e ***IstoÉ*** foram decisivas, pois suas reportagens

> acusaram o governo e o presidente. Sendo semanários, tiveram a vantagem de poder apurar melhor os fatos, sem a pressão pela divulgação de novidades diárias a que os jornais estão sujeitos. (CARVALHO, 2012, p. 134. Grifo meu).

Sobre o posicionamento de *O Globo* e do *Jornal do Brasil*:

> ***O Globo*** e o ***Jornal do Brasil***, por motivos distintos, fizeram coberturas reativas e defensivas sobre a crise, em certa medida apoiando o governo até o afastamento do presidente. Ainda assim, alguns jornalistas desses veículos tiveram a oportunidade de escrever matérias relevantes sobre a situação política do país. A Rede Globo tentou abafar o caso, não oferecendo cobertura ampla dos acontecimentos, mas acabou mudando de postura pela pressão da sociedade e pela concorrência de outras TVs, como a Bandeirantes, o SBT e a Record, que cobriram intensamente o impeachment. A Globo contou ainda com a coincidência de ter exibido a minissérie Anos Rebeldes em plena crise, contribuindo para o clima de mobilização nas ruas. (CARVALHO, 2012, p. 135. Grifo meu)

Desta forma, os jornais se dividiam nesse momento entre aqueles que clamavam pelo *impeachment* como a melhor saída para a crise e que viam na figura de Fernando Collor uma afronta ao modelo democrático da Nova República, caso da *Folha de S. Paulo* e *Veja*; os que viam no *impeachment* um

risco às instituições democráticas, algo que poderia abalar a imagem da recente democracia brasileira e que, por conta disso, cogitavam que uma saída melhor para a situação seria a renúncia de Fernando Collor do cargo, caso de *O Estado de S. Paulo*; e também os veículos que, mesmo no momento mais efervescente da crise ainda defendiam como podiam a figura de Fernando Collor, como foi o caso de *O Globo* e *Jornal do Brasil*. Para Rodrigo de Carvalho (2012, p. 136) à medida que as manifestações tomavam as ruas a partir do mês de agosto e ganhavam adesão ao movimento contra Fernando Collor, e a cada novo fato apurado e divulgado pela imprensa, foi-se desencadeando uma gradual rendição da mídia governista, pois os veículos de comunicação não podiam perder sua credibilidade, tampouco navegar contra a maré da sociedade, especialmente por lhes ser cara a relação com a classe média, seu público base. Nesse contexto, todos os meios de comunicação, inclusive a *Folha de S. Paulo*, defenderam em seus editoriais a necessidade de levar adiante a implementação da pauta que consideravam vitoriosa nas eleições, a da privatização.

Dentro desse contexto de críticas mais duras à figura de Fernando Collor no semanário duas hipóteses são levantadas por Rodrigo Carvalho (2012, p. 134) sobre os motivos de *Veja*, um dos meios que praticamente lançou Fernando Collor para o

Brasil em 1987 se voltar contra o presidente posteriormente. A primeira é a de que a revista, tendo forte relação com os setores produtivos industriais de São Paulo, sentia-se prejudicada pela política econômica em vigência. A revista, no entanto, tinha relação ainda mais forte com o setor financeiro e com o capital estrangeiro. A segunda hipótese para a mudança de conduta é de que, o confisco da poupança, ao afetar a classe média, prejudicou o perfil típico de leitores do semanário. Assim, a revista teria se afastado de Fernando Collor como reação à perda de público causada pelas medidas econômicas adotadas por ele, optando assim por uma posição crítica ao presidente, embora aprovasse o programa de privatizações e a abertura econômica ao capital estrangeiro iniciada pelo governo. As hipóteses do autor parecem se confirmar com a análise extensa do material publicado pela revista naquela época. Com o passar dos meses, e por diferentes questões que vão desde a aprovação ou não dos nomes ministeriais, ações de *marketing* antes e durante seu mandato, planos econômicos colocados em prática pelo governo, o comportamento cesarista de Fernando Collor no Executivo entre outros fatores, ditou o modo como a revista variou a forma com que abordou a imagem de Fernando Collor ao longo do tempo até chegar à visão definitiva sobre Fernando Collor no ano de 1992.

3.4 CHEGOU A HORA, CAIU!

Se para Fernando Collor o mês de setembro de 1992 pode ser considerado o seu "setembro negro" pessoal, para o país e para os meios de comunicação como *Veja*, o setembro daquele ano foi considerado bastante colorido – sem a possibilidade do trocadilho com os dois "l" dessa vez – e encerrou com duas edições que podem ser consideradas emblemáticas sobre o assunto. *Caiu!* e *Chegou a hora*, ambas publicadas no último dia do mês. A primeira delas citada, uma edição extra, mostra em sua capa um Fernando Collor cabisbaixo. Já a segunda apresentou uma fotografia de Fernando Collor de costas, como uma pessoa que estivesse deixando o local onde estava e partia rumo a outro lugar. Na capa da edição extra é possível ler a palavra "caiu" com três frases publicadas mais abaixo dela: "*a revolução que derrubou Collor"; "o estouro da quadrilha que tomou o Planalto"* e "*o que muda no Brasil de Itamar Franco".*

Ambas as revistas foram publicadas no dia 30 de setembro de 1992 e deixaram bem evidentes a satisfação dos profissionais do Grupo Abril pelo afastamento do presidente do cargo no dia anterior. Na edição *Caiu!*, em seu sumário, *Veja* informou que Fernando Collor havia sido afastado do cargo após a votação realizada na Câmara. Em um tom ácido e

possivelmente com um duplo sentido proposital, realizou um trocadilho entre o afastamento do presidente e o suposto uso de cocaína realizado pelo mesmo em sua juventude: "**A viagem de volta ao pó**: Depois de ver o mandato que recebeu de 35 milhões de eleitores se arrastar sob o peso de uma crise que durou quatro meses, Fernando Collor é afastado da Presidência em uma votação histórica na Câmara" (*Veja*, 30/09/1992, p. 03).

Em editorial, o semanário apontou que naquele momento o Brasil vivia uma lição de democracia, mais uma vez destacando as atitudes de Fernando Collor e suas tentativas de permanecer no cargo como golpismos, e o apontando como pertencente a uma "quadrilha" que havia se instalado no planalto, parabenizando o papel fundamental das instituições brasileiras na manutenção da democracia do novo Brasil que, diferente de outros tempos, teria ou deixado tudo por isso mesmo ou resolvido a questão de formas questionáveis e não democráticas.

> Lição de democracia
> O Brasil disse não à corrupção. Disse não à impunidade. Não a conciliação, não ao golpismo. Fosse outro país, ou outros os tempos, e a crise deflagrada pela quadrilha que se instalou na Presidência da República teria sido varrida para debaixo do tapete, de maneira a garantir os privilégios de quem detém o

> poder. Ou o desenlace teria sido violento, na forma de quarteladas e atentados à legislação e à ordem. Mas esse grande país é o Brasil de hoje. O Brasil da democracia. (*Veja*, 30/09/1992, p. 04)

A queda de Fernando Collor se caracterizava na opinião da revista como a consolidação da mais plena democracia que o país já havia vivido, afirmando isso em um tom bastante esperançoso para seus leitores ao afirmar que "esse grande país é o Brasil de hoje. O Brasil da democracia". Para a revista, aquele seria o momento de recomeçar tudo novamente, pois desde que Fernando Collor havia tomado posse, há exatos 930 dias, os terríveis problemas sociais brasileiros haviam se agravado (*Veja*, 30/09/1992, p. 04). Sobre Fernando Collor, apesar de destacar que se mostrou um desastre da política, a revista afirmou que o mesmo teve 35 milhões de votos, uma plataforma de governo promissora e "basicamente correta", e que após "trair as esperanças nacionais" caberia então a Itamar Franco cumprir o programa com base no qual ambos foram eleitos. Ou seja, caberia a Itamar Franco continuar a plataforma neoliberal iniciada por Fernando Collor que previa a privatização do setor público nacional.

> Um programa que visa pôr fim aos cartórios e ao protecionismo. Que prega o desmonte do corporativismo e a privatização de empresas

> estatais que a iniciativa pode gerir de maneira mais eficaz. Um programa que defende a abertura do país ao mercado mundial, de forma a aumentar a produtividade da economia brasileira. Sem a modernização do Brasil não haverá como sairmos da miséria (*Veja*, 30/09/1992, p. 04).

Além disso, *Veja* – da mesma forma que fez com Fernando Collor em seu início de mandato –, reproduziu o discurso de que os desafios impostos a Itamar Franco seriam imensos, e que "os tormentosos problemas nacionais não serão resolvidos da noite para o dia" (*Veja*, 30/09/1992, p. 04), afinal de contas: "Não há mágica capaz de dar conta de todas essas dificuldades" (*Veja*, 30/09/1992, p. 04). Posteriormente, no dia 14 de outubro de 1992, o semanário apontaria na capa daquela edição o "início pífio" de Itamar Franco (*Veja*, 14/10/1992, p. 01). Ou seja, a revista ensaiou dar um apoio para o presidente interino no momento de sua posse, contudo, ao tomar atitudes questionáveis do ponto de vista de *Veja*, como a escolha de seus ministros, a revista não se furtou a realizar uma crítica logo no momento seguinte, sem ao menos respeitar um pedido de tempo ou mesmo dar um prazo para que Itamar Franco pudesse iniciar o seu governo.

Outro ponto curioso a ser destacado do editorial é o de que, diferente do que normalmente ocorre em *Veja*, em que o texto é publicado em apenas uma página dentro de uma caixa

que parece respeitar um número exato de caracteres, desta vez o texto ganhou uma atenção maior e foi publicado em duas páginas ilustradas por miniaturas de diversas capas que apresentavam a figura de Fernando Collor ou assuntos relacionados a ele publicados pelo semanário ao longo dos anos. Na página quatro, 17 capas da revista apareceram englobando as publicações que vão desde o surgimento de Fernando Collor na mídia nacional em 1987, passando pelas capas do período das eleições de 1989 até chegar a entrevista exclusiva de Fernando Collor publicada em 25 de março de 1992, com a seguinte descrição logo abaixo: "As capas de VEJA dedicadas ao Fernando Collor governador, candidato e presidente: **missão de bem informar**" (*Veja*, 30/09/1992, p. 04. Grifo meu).

Já na página seguinte, outras 17 capas dedicadas a Fernando Collor e assuntos relacionados a ele também aparecem, iniciando na publicação sobre o imposto de renda de PC Farias em 20 de maio de 1992, e encerrando na capa da edição do dia 30 de setembro do mesmo ano. Abaixo das capas, uma pequena descrição: "As dezessete capas sobre a crise: **o dever cumprido, apesar das ameaças e pressões**" (*Veja*, 30/09/1992, p. 05. Grifo meu). É possível constatar que *Veja* buscou nesse momento demonstrar a partir de seu editorial que todas as suas publicações tiveram apenas a

pretensão de informar o leitor sobre o assunto do momento ou então de investigar e divulgar os escândalos de corrupção em que o presidente esteve envolvido, numa tentativa de se mostrar imparcial em relação aos acontecimentos nos momentos em que Fernando Collor figurou nas capas e matérias do semanário, considerando-se uma espécie de arauto dos leitores, visão esta que pode ser relacionada com o conceito de "mídia como o quarto poder". Ao contrário do que a análise indica, *Veja* apontou que em momento algum entre 1987 e 1992 apoiou Fernando Collor, pelo contrário, afirmou que papéis de campanha e apoio não cabem à imprensa, e também que seu papel sempre foi o de simplesmente bem informar seus leitores. Desta forma, pode-se concluir que nenhum *mea-culpa* é realizado por *Veja*.

> VEJA se orgulha de ter estado no centro da crise. Foram dezessete capas sobre o assunto – coincidentemente, o mesmo número de capas dedicadas anteriormente ao Fernando Collor governador, candidato e presidente da República. Durante todo esse período, o único objetivo de VEJA foi o que sempre norteou desde a sua fundação, há 24 anos: bem informar os seus leitores. A imprensa não existe para organizar campanhas políticas, atacar quem quer que seja, ou para derrubar presidentes. Ela existe para contar e explicar o que está acontecendo. Apesar das pressões e ameaças, VEJA cumpriu esse dever (*Veja*, 30/12/1992, p. 05)

Na mesma edição, na matéria intitulada *Página virada* (*Veja*, 30/09/1992, p.08) a revista destacou que Fernando Collor havia perdido a votação por 441 votos e anunciava através de Célio Borja que não renunciaria ao cargo de presidente e que colaboraria na transição para o governo de Itamar Franco. Algo que não ocorreu, visto que Fernando Collor tentou de todas as formas manter o cargo até o desfecho final do episódio em dezembro daquele ano.

Além de buscar destacar a sua "imparcialidade", *Veja* se dedicou em uma de suas matérias daquela edição a traçar um perfil do vice-presidente que assumiria o cargo, definindo-o como um "anti-Collor". O semanário apresentou Itamar Franco como um "vice com fama de honesto e turrão, que saia do ostracismo para subir a rampa do Planalto como o novo presidente" (*Veja*, 30/09/1992, p. 12). Além dessa informação a revista também afirmou sobre Itamar Franco que "sedentário, tímido e discreto, Itamar é o anti-Collor total: sai de cena o estilo Hermès e entra o padrão Casa José Silva" (*Veja*, 30/09/1992, p. 13). Para além de ambas essas comparações que buscavam afastar completamente a imagem de Itamar Franco da figura de Fernando Collor até mesmo no modo de se vestir – Hermès e Casa José Silva são duas marcas de roupas, a primeira uma grife internacional, a segunda uma tradicional

loja brasileira que fabricava ternos mais populares –, o semanário buscou demonstrar que o presidente interino era justamente o oposto do anterior e que nem sequer tinha um bom relacionamento com Fernando Collor. “Na posse de Collor: durante os trinta meses de mandato, um relacionamento distante e conflituoso entre o presidente e seu vice” (*Veja*, 30/09/1992, p. 18). A vida pessoal de Itamar Franco também é destacada, mostrando que o presidente interino mantinha um relacionamento com uma mulher mais nova. Lisle Heuse, 34 anos, filha do senador Humberto Lucena e que, segundo o semanário era “tão discreta quanto Itamar” (*Veja*, 30/09/1992, p. 20). É importante lembrar que essa edição foi publicada antes da edição que acusava Itamar Franco de realizar um início pífio como presidente interino.

Na edição *Chegou a Hora*, o tom acerca de Fernando Collor não muda muito em relação à edição extra publicada no mesmo dia anteriormente analisada. Em editorial, a revista afirmou que Fernando Collor passava por um vexame inédito na história do Brasil e que, com exceção do Executivo, as instituições brasileiras viviam um momento exemplar na política nacional (*Veja*, 30/09/1992, p. 17). Em seu editorial, *Veja* possivelmente buscou dar um recado aos seus leitores sobre os políticos brasileiros que poderiam eventualmente ter

votado contra a abertura de processo contra o presidente, afirmando que:

> Votar contra a abertura do processo significa evitar que se faça justiça. Significa permitir que Collor continue deixando de prestar contas pelos atos que cometeu no exercício do cargo. Deixar de comparecer à sessão que discutirá o afastamento do presidente é mais que fugir à responsabilidade. O deputado que se ausentar estará enxovalhando os eleitores que o conduziram à Câmara, trairá o mandato que lhe foi conferido. O presidente deve ser julgado. (*Veja*, 30/09/1992, p. 17)

Veja dava então o seu recado: ou se estava do lado do Brasil contra Fernando Collor, ou não se estava do lado do Brasil.

Assim, o dia anterior às publicações, a terça-feira de 29 de setembro amanheceu com os meios de comunicação afirmando que 80% dos brasileiros desejavam que a Câmara votasse pelo *impeachment* do presidente e que a última pesquisa realizada entre os deputados que decidiriam a sorte de Fernando Collor indicavam que 344 declaravam abertamente que autorizariam o julgamento do presidente pelo Senado. Ainda segundo o autor, mais de 300 mil manifestantes saíram às ruas das 17 maiores cidades do país para acompanhar a votação. Na capital do país, Brasília-DF, em frente ao Congresso e entre a Esplanada dos Ministérios, cerca de 100

mil manifestantes acompanharam a votação que transcorria, aplaudindo todas as declarações de voto favorável. (SALLUM JR, 2015, p. 386)

> Depois do voto do deputado Paulo Romano (PFL-MG), o 336º, que garantiu a vitória das oposições, Beth Azize (PDT-AM) foi ao microfone e puxou o canto do Hino da Independência. A euforia era geral. O presidente da Câmara, Ibsen Pinheiro, acionou a campainha e disse que tinha o dever de dar prosseguimento à chamada. Beth e outros começaram de novo e ele desligou o microfone. Mas o Plenário e as galerias, onde estavam governadores de estado, secretários estaduais, autoridades e convidados, continuaram cantando. Ibsen, sem demonstrar contrariedade, fez apenas um gesto de rendição e esperou. Milhões de telespectadores assistiam em suas casas, nas lojas e em telões à decisão da Câmara dos Deputados. A multidão em frente ao Congresso também explodiu de alegria quando escutou pelos alto-falantes o voto que completava a maioria de 2/3. (SALLUM JR, 2015, p. 287)

Terminada a votação, o parecer em favor do pedido de *impeachment* obteve 441 votos favoráveis, mais do que todas as previsões anteriores apontavam.

> Só votaram contra, pela interrupção do processo, 38 deputados; 1 deputado se absteve e 23 não compareceram. A vitória oposicionista foi acachapante – 87% dos deputados votaram sim; mesmo entre os partidos do antigo Bloco

> Parlamentar Governista 70% deram sua aprovação, quase 2/3; e até entre os deputados do estado da Bahia, onde governava Antônio Carlos Magalhães, um dos principais defensores de Collor, os votos favoráveis foram 64%. A votação confirmou também um dos parâmetros de cálculo da oposição, o de que se a decisão da Câmara fosse antes das eleições de outubro [municipais] ela favoreceria o impeachment. (SALLUM JR, 2015, p. 389)

Na manhã do dia 02 de outubro, Fernando Collor recebeu das mãos do primeiro secretário do Senado, em uma cerimônia preparada no Palácio do Planalto, a nota que o afastava por seis meses da Presidência da República – período máximo definido para o seu julgamento pela Câmara Alta. Ao receber de Fernando Collor a notificação assinada, o senador Dirceu Carneiro, secretário da Mesa do Senado, lhe disse: “Desejo que este ato seja uma contribuição de nossa geração para o aperfeiçoamento da democracia”, “Certamente que sim”, respondeu o presidente, constrangido, já afastado do cargo (SALLUM JR, 2015, p. 388-389). Meses depois, em dezembro de 1992, o Senado decidiria, por grande maioria, destituir Fernando Collor da Presidência da República e cassar seus direitos políticos por dez anos (SALLUM JR, 2015, p. 391).

3.4.1 O fim do caçador de marajás

Na última edição de *Veja* publicada no ano de 1992 fica clara a insatisfação da revista com o mandato de pouco mais de dois anos realizado por Fernando Collor. *O ano glorioso em que nos livramos delle*, que serviu de título também para o último capítulo desse trabalho, é também uma referência direta ao título da última edição da revista daquele ano. A edição, publicada em 30 de dezembro de 1992, apresentou a palavra "dele" em sua capa escrita com uma grafia diferente. *Delle* faz uma referência ao sobrenome de Fernando Collor, cuja letra "l" dupla foi utilizada ao longo da campanha de 1989 em frases como "Vamos *collorir* o Brasil", como pode ser evidenciado na matéria *O astro da largada* (*Veja*, 17/05/1989, p. 37), por exemplo. Além do evidente trocadilho no título, a imagem de capa também apresentou uma caricatura de Fernando Collor vestindo um terno, com uma faixa presidencial vestida por baixo e com as mangas amarradas simulando uma camisa de força – a mesma utilizada para imobilizar pessoas consideradas loucas em sanatórios. Sendo assim, a última edição de 1992 é a edição definitiva sobre o modo como a figura de Fernando Collor se consolidou para a revista.

Veja dedicou um editorial inteiro ao ex-presidente buscando demonstrar mais uma vez o quanto a democracia

brasileira havia ganhado com sua deposição do cargo. Outra questão apontada pela revista foram as “manobras” jurídicas que Fernando Collor ainda buscava realizar, na tentativa de driblar a decisão dos senadores acerca de seu impedimento do cargo, como pode ser evidenciado nas matérias *A farsa dentro da farsa* (*Veja*, 30/12/1992, p. 18) e *Caminhos do atraso* (*Veja*, 30/12/1992, p.26). Sobre os crimes pelos quais Fernando Collor seria julgado e o modo como a revista entendeu o contexto daquele ano de um modo geral, *Veja* afirmou via editorial que:

> O formidável ano de 1992 chega ao fim
> Como faz sempre no final de dezembro, VEJA publica uma edição especial com a retrospectiva e o balanço do ano que chega ao fim. 1992 esteve longe de ser um ano corriqueiro. Aconteceram tantas coisas, e tão impressionantes, que 1992 está destinado a marcar a História do Brasil. Como poucas vezes se viu antes, o país viveu uma formidável experiência coletiva, testando a fundo as suas instituições e constatando, no calor de meses inesquecíveis, o quanto valem a democracia e a liberdade. (*Veja*, 30/12/1992, p. 13)

Sobre os crimes pelos quais Fernando Collor respondia é possível ler, no sumário da revista, uma breve descrição que serviu de resumo para duas matérias publicadas naquela edição, sendo elas: *Collor enlouqueceu o Brasil*, publicada na

seção Retrospectiva, e *A farsa dentro da farsa*, publicada na seção Brasil.

> Em 1992 Collor enlouqueceu o país: 1992 é um desses anos que entrara para a História antes mesmo de terminar. Comprovou-se **que o próprio presidente da República chefiava uma quadrilha que recebia propinas**, fazia negociatas e empregava uma rede de contas fantasmas para receber dinheiro. Foi um ano trágico, mas também um ano histórico, no qual o povo tomou as ruas para, com alegria e bom humor, tirar do cargo um presidente que não deixou nada de bom como herança (*Veja*, 30/12/1992, p. 04. Grifos meus).

Duas fotos montagens acompanharam o pequeno trecho do sumário. Uma delas apresentou um Fernando Collor de turbante – numa óbvia referência aos marajás que havia prometido combater e pelo qual, na visão de *Veja*, havia se transformado. A imagem em questão também apontou outras referências ligadas ao governo Fernando Collor, tais como: um papagaio com a cabeça de PC Farias repousando sobre o ombro direito do presidente – indicando, possivelmente, que o empresário seria o porta-voz de Fernando Collor nas negociações ilícitas realizadas ao longo de seu mandato; a figura de Rosane Collor – que apareceu possivelmente devido aos escândalos da LBA divulgados no ano anterior; algumas notas de dinheiro que poderiam se tratar de desvios,

pagamentos de propina ou do confisco das poupanças realizado em 1990; e também uma referência mais direta ao próprio congelamento das poupanças, que é representado na forma de uma esmeralda localizada no centro do turbante de Fernando Collor com a palavra “poupança” escrita nela. É interessante notar também que, ao fundo, um mapa do estado do Rio Grande do Sul e uma parte do país vizinho, o Uruguai, foram estampados. O possível motivo para isso será revelado mais adiante.

Na outra montagem que se encontra localizada um pouco mais abaixo que a anteriormente descrita, pode-se ver a cabeça de Fernando Collor anexada a outro corpo. O corpo em questão era o de um idoso, fora de forma e que vestia trajes de banho, numa possível comparação dos aspectos joviais e atléticos do presidente, amplamente divulgadas durante 1989 e parte de 1990, com a forma física de políticos tradicionais – que geralmente, salvo exceções, não tem muito cuidado com a saúde física e já possuem certa idade. Talvez a intenção naquele momento tenha sido demonstrar que Fernando Collor havia sido uma farsa e que sua imagem atlética e jovial não passou de uma representação de fachada para camuflar seu verdadeiro eu: um político corrupto que em nada se diferenciou, enquanto esteve na presidência, da dos tradicionais políticos eleitos década após década pelos brasileiros. De uma

forma ou de outra, o semanário reforçava assim a ideia do mais do mesmo na política através daquela foto montagem.

Como visto, Fernando Collor já era representado pela revista de uma forma bastante distinta daquelas construídas entre 1987 e 1989, bem como as apresentadas pelo semanário ao longo de 1990 e 1991. A partir do período que se iniciou com sua posse, em 1990, existiram vários momentos em que lhe foi dado um voto de confiança devido suas propostas e posicionamentos (neo)liberais, mesmo que em alguns momentos dúvidas acerca do presidente fossem levantadas pelo semanário. As então atuais críticas também destoavam das críticas negativas apresentadas contra ele em 1990 e 1991 devido a discordâncias entre o que a revista pensava ser o caminho certo a ser seguido na política e na economia, ou que não correspondessem aos interesses financeiros do grupo Abril. Em dezembro de 1992 as críticas a Fernando Collor eram bastante coléricas, com adjetivações bastante fortes sobre o ex-presidente.

Nesse momento em que foi realizada a retrospectiva do ano de 1992, os políticos que apoiavam Fernando Collor são definidos pelo semanário como “asseclas”, como homens que se utilizaram da Constituição para “achacar” ou, em outras

palavras, roubar com recursos de intimidação ou violência[51] – mesmo que tal violência não tenha sido física, mas institucional e burocrática, e que tenha tido como vítima principal o erário público e a propriedade privada dos brasileiros. Além das críticas negativas voltadas à corrupção "desmascarada" ao longo de 1992, o editorial destacou também o papel da imprensa e da sociedade na deposição do presidente do cargo, reforçando ainda mais a ideia de imprensa como fiscalizadora das questões públicas e das figuras políticas do país.

> De um lado, havia um presidente da República, o primeiro eleito em quase três décadas. Havia Fernando Collor e seus asseclas, uma camarilha que, violando a Constituição, usou a Presidência para achacar e corromper, para desviar e roubar dinheiros públicos. A corrupção, instalada no coração da República, ameaçava corroer a sociedade. Os intentos de Collor e seu bando foram barrados porque, do outro lado, para além da Presidência, existe um povo, homens de bem, instituições sólidas. A imprensa serviu de alarme, a polícia Federal desvendou as ramificações do esquema Collor-PC, a Câmara Federal decidiu pelo afastamento do presidente. Nas ruas, os brasileiros expuseram em alto e bom som o que pensam dos corruptos. (*Veja*, 30/12/1992, p. 13)

---

[51] A definição da palavra foi retirada do dicionário *online* Priberam. Disponível em <https://www.priberam.pt/>

Desta forma, *Veja* reforçou aos seus leitores que a queda de Fernando Collor havia sido resultado de um misto de interação entre as instituições do Estado (STF, Câmara dos deputados e o Senado) com a Polícia Federal investigando, o povo apoiando e a imprensa servindo como a informante da situação toda possibilitando a mobilização de todos esses campos. Sobre tais denúncias que influenciaram todo os outros campos a agirem, é possível pensar em tais publicações dentro da perspectiva de imprensa como quarto poder. Maria Helena Capelato (2015, p. 119) afirma que, no processo de transformação social ocorrido no século XVIII, teóricos iluministas e filósofos buscaram ideias que contribuíram para a construção de uma nova sociedade regida por instituições políticas de naturezas diversas. A autora também aponta que foi nesse contexto que surgiram os jornais com finalidade política. Desta forma, destacaram-se os impressos veiculadores de novas ideias, que se tornaram armas de luta contra reis absolutistas e contra a aristocracia que sustentava tal poder. Assim, surgiu a convicção destes veículos de que a imprensa se constituiria em uma espécie de quarto poder:

> Nesse processo de mudanças radicais, formularam-se teorias e conceitos para definir o papel das instituições governamentais da sociedade moderna. No que se referia à formulação das leis, os teóricos da nova política

> definiram que o princípio da *publicidade* deveria orientar a atuação dos legisladores, aos quais caberia respeitar o *espírito público*, informar os atos desse poder à *opinião geral* (aos governadores) e justificá-los. Com base nesses princípios, foi sendo construído o conceito de *opinião pública*, que significava a opinião de um público capaz de fazer uso de sua própria razão. A nova teoria política estabelecia uma relação entre opinião pública e o princípio de *publicidade*. O teórico inglês Jeremias Benthan salientou a importância da *publicidade* dos debates parlamentares perante o *público*, definido como um "tribunal superior a todas as Cortes reunidas", ao qual atribuía a função de vigiar os atos do poder. Como os idealizadores dessas novas fórmulas política atribuíram à imprensa essa missão de tornar público os atos de governo e expressar a *vontade popular* ante os governantes, os periodistas, desde então, arvoraram para si a prerrogativa de interpretar e *formar* a *opinião pública* por meio de seus jornais. (CAPELATO, 2015, p. 119-120. Grifos da autora).

Na mesma linha de pensamento, Francisco Fonseca (2011, p.42) afirma que, a mídia, ao participar da esfera pública como "prestadora de serviço", isto é, como entidades de "comunicação social", teria uma função imprescindível nas democracias: informar sobre os acontecimentos levando às pessoas uma gama de dados que, sem esse serviço, não teriam condição de conhecer outras realidades que não as vivenciadas ou relatadas por pessoas próximas. Mais importante, os órgãos da mídia fariam a fiscalização do Estado, exercendo assim a

forma mais bem acabada do chamado “controle social”, sendo ele feito em relação ao dinheiro público, às ações públicas, aos negócios públicos em geral.

> A mídia, desde sua ascensão é popularmente conhecida como “quarto poder” – em referência aos três outros, estatais, o que, por si só, expressa a influência que possui – que, contudo, atua de forma “extrainstitucional”. Afinal, é reconhecida pelo pensamento político, pelo Estado de Direito e pelo “senso-comum” como uma instituição cuja existência é pressuposto à democracia, a ponto de a adjetivação “democrática” apenas ser conferida a sociedades em que a chamada “livre manifestação da opinião”, notadamente por intermédio da mídia, possa se manifestar (FONSECA, 2011, p. 54-55).

Se para a revista *Veja*, “a lei vale para todos, inclusive para o presidente” (*Veja*, 30/12/1992, p.13), o semanário também demonstrou certa impaciência com determinadas estratégias utilizadas por Fernando Collor para adiar seu julgamento ao longo do ano. A revista questionou os subterfúgios realizados pelo presidente afastado que ainda tentava retornar ao seu cargo no Executivo, afirmando que o mesmo estava, na verdade, praticando “chicanas, balburdias, afrontas” ao Estado.

> Espera-se que as ricas lições de 1992 sejam aprendidas por todos. Nem todos aprenderam

> ainda. **Há, por exemplo, quem diga que Itamar é pior que Collor. A questão não é essa**, e sim de reconhecer que a lei vale para todos, inclusive para o presidente. Há também aqueles que aceitam que Collor se coloque na condição de vítima. O presidente afastado não é vítima de nada, a não ser dos seus próprios desmandos. **Desde maio, quando surgiram as primeiras denúncias, ele deve uma explicação ao país. Não as deu porque não as tem. Collor não tem como se defender no terreno dos fatos. O que ele tem a oferecer é a balbúrdia, a chicana, a afronta**, o acinte de querer manter-se no cargo a qualquer custo. Na terça-feira passada, numa nova manobra, Collor conseguiu adiar o veredicto do Senado acerca dos seus atos. O Brasil não pode se deixar enredar pelas provocações do presidente impugnado. **A decisão tem de ser tomada, e Collor deve ser afastado definitivamente**. (*Veja*, 30/12/1992, p. 13. Grifo meu)

Se na edição nº 1230 de outubro de 1991 a matéria intitulada *Saída pela loucura – uma despropositada conversa de impeachment turva o ambiente* (*Veja*, 09/10/1991, p. 32), assinada pelo jornalista Roberto Pompeu de Toledo caracterizou como golpistas as conversas de parte da esquerda sobre uma possível abertura de processo de *impeachment*; no contexto do final de 1992, a revista reafirmava como golpe, nessa última edição, as estratégias de defesa colocadas a cabo por Fernando Collor para retomar o seu cargo no poder Executivo. No sumário, um resumo da matéria definiu as tentativas de Fernando Collor de adiar o julgamento e evitar a

impugnação de sua candidatura em outras esferas da seguinte forma:

> **Na última hora, o golpe**: Numa manobra para fugir de suas responsabilidades e desmoralizar o Senado, instituição encarregada de julgá-lo, "Fernando **Collor destituiu seus advogados para ganhar mais sete dias no cargo de presidente da Dinda, tática bastante empregada por criminosos comuns**. Incapaz de se defender com provas e argumentos, Collor cultiva a mesma técnica empregada desde o início das investigações. Vale-se de golpes de astúcia e chicanas num esforço para impedir um julgamento com base na lei e no direito. (*Veja*, 30/12/1992, p. 04. Grifo meu)

Além disso, é possível notar que a palavra "loucura" e suas derivadas foram utilizadas tanto no título da matéria de 1991 quanto ao longo da edição de dezembro de 1992. Se no ano anterior a "saída pela loucura" apresentou como uma insanidade a ideia de *impeachment*, a edição de dezembro de 1992 abusou do uso do termo para caracterizar de forma negativa o próprio Fernando Collor. Além da camisa de força utilizada pelo presidente na caricatura impressa na capa, é possível ler na página 32 uma matéria que traçou a retrospectiva daquele ano sob o seguinte título: *Como Collor enlouqueceu o Brasil* (*Veja*, 30/12/1992, p. 32). Nesta matéria – que na verdade se trata de uma linha cronológica abordando os acontecimentos em que Fernando Collor e pessoas ligadas a

ele se envolveram ao longo do ano – é possível ler um posicionamento mais ríspido do semanário já no subtítulo: *Uma **loucura** por dia – o ano que começou com um plágio e teve até exame de **sanidade mental**[52] terminou num festival de **maluquices colloridas*** (*Veja*, 30/12/1992, p. 34). Para além de tentar vincular a imagem de Fernando Collor à insanidade, mais uma vez a palavra "colorida" apareceu de forma a se referir pejorativamente a Fernando Collor, estabelecendo uma relação entre o termo frequentemente utilizado em sua campanha eleitoral com o atual clima de *impeachment* e de denúncias de corrupção. Na reportagem, o semanário foi bastante incisivo ao falar do presidente e não deixava dúvidas de seu posicionamento acerca do futuro que deveria levar o "presidente da Dinda"[53] – termo utilizado nesse edição pelo semanário – e que, segundo *Veja*, deveria ser afastado de uma vez por todas do cargo.

---

[52] A revista se refere aqui ao exame de sanidade mental pelo qual Pedro Collor de Mello se propôs a passar para atestar que as denúncias realizadas por ele não eram frutos de desequilíbrio psicológico como foi acusado.

[53] O termo parece ter sido cunhado pelo semanário com uma clara referência a residência de Fernando Collor em Brasília. Em uma matéria de capa intitulada O jardim do marajá da dinda, anteriormente analisada.

3.4.2 Collor enlouqueceu o Brasil

Na seção Retrospectiva a revista apresentou uma linha do tempo com diversas charges relembrando os acontecimentos na esfera política do ano de 1992. Antes da linha cronológica publicada ao longo de três páginas, um pequeno texto realizou a apresentação da matéria. A mesma imagem de Fernando Collor de turbante do sumário é novamente estampada ali, ocupando metade da página nesta seção. Já na outra metade, o texto abordou dois diferentes anos de 1992, um "terrível" e outro "maravilhoso".

Sobre o 1992 "terrível" a revista argumentou que sob a regência do Presidente da República uma quadrilha assumiu o controle da máquina do Estado, recebeu propina, deu ordens, negociou favores e acionou uma linha de montagem de "barbaridades"[54] com a finalidade de roubar, enriquecer e que, marginalmente, ainda posou de modernizadora (*Veja*, 30/12/1992, p. 32). Contrariando suas próprias opiniões acerca de Fernando Collor no seu início de mandato, em que a revista fazia questão de dar destaque à dinâmica e a rotina agitada do presidente, o semanário agora afirmava que Fernando Collor não havia feito absolutamente nada de útil pelo o país,

---

[54] Termo utilizado pela revista.

resumindo-se a uma completa “fraude” política e, inclusive, comparando-o a dois presidentes brasileiros que são considerados exemplos de péssimos governantes.

> Ficou dois anos e seis meses no cargo e não deixou nada de útil. Nenhuma ideia que possa ser lembrada, nenhuma obra inacabada que possa ser lamentada. Cercado de aproveitadores, bajuladores e muitos moleques de recados, a última bobagem divulgada a respeito de Collor informa que o país foi governado por dois presidentes encarnados numa só pessoa. O ladrão e o moderno, o corrupto e o dinâmico, com um lado bom e um lado ruim. Engano. Collor é um só. Não, não foi um João Figueiredo, que se sentou na bomba do Riocentro, mas, às tontas, deixou que a abertura política seguisse o seu curso. Não foi um José Sarney, que fez o Plano Cruzado e saiu do cargo com uma inflação de 80% ao mês. Collor foi um desastre inteiro, sem salvação. Um impostor que destruiu o Estado, massacrou esperanças, enlouqueceu o país. (*Veja*, 30/12/1992, p.32)

No trecho destacado, *Veja* rechaçou completamente que Fernando Collor tenha tido um lado bom e um lado ruim como figura pública, afirmando que ao contrário de dois políticos sobre os quais pesava o fato de não serem considerados nenhum exemplo de boa governança, Fernando Collor não teve absolutamente nada de bom para deixar de legado e que se resumia a um impostor, ao contrário dos outros dois citados que, se não tinham nada de bom pelo menos tinham algo que

de alguma forma havia marcado suas gestões. A opinião do semanário sobre José Sarney já foi evidenciada aqui em vários momentos. Sarney, um político que chegou à presidência devido à morte de Tancredo Neves – eleito por voto indireto via colégio eleitoral em 1985 – é conhecido por ter fortes laços com o regime militar. Por sua vez, João Batista Figueiredo havia sido o último dos presidentes militares, e não possuía muito prestígio nem mesmo entre os defensores do regime. Figueiredo havia assumido a presidência da República em um contexto em que a ditadura militar já era vista como decadente. Para "ajudar ainda mais", um dos principais eventos ocorridos durante o seu mandato foi a tentativa de atentado à bomba ao Pavilhão Rio Centro, em que dois militares com o intuito de culpabilizar a militância de esquerda se dirigiram ao local com artefatos explosivos. Uma das bombas que se localizava dentro do carro explodiu antes da hora, matando o sargento Guilherme Pereira do Rosário e deixando ferido o capitão Wilson Dias Machado. Figueiredo era reconhecido, inclusive, por não gostar de gente, e não era e muito menos se esforçava em parecer carismático nas entrevistas que concedia aos meios de comunicação.

Desta forma, uma comparação entre e Fernando Collor e Figueiredo pesa de uma forma negativa contra Fernando Collor, pois, em 1992, momento em que a democracia havia

recém sido reinstaurada no país, falar sobre ditadura militar era um tabu. Ser comparado com um presidente completamente impopular do período mais decadente da ditadura militar poderia ser considerado, no início dos anos de 1990, como uma das piores analogias possíveis à época. Somando-se a um imperador louco, um ditador de um país do Oriente Médio, a comparação de *Veja* agora sobre Fernando Collor era feita com um considerado pária do próprio país. Cabe frisar também que, mesmo tendo se posicionado favorável às privatizações, *Veja* não deixou claro nesse trecho que Fernando Collor poderia ser lembrado por ter iniciado o processo no Brasil, possivelmente por achar que tal política não deveria ser mais associada com sua figura.

Já sobre o "maravilhoso" ano de 1992, a revista o definiu como "histórico" e comparou as mobilizações realizadas nas ruas pela população com as que ocorreram no início da década de 1990 nos países do Leste Europeu motivadas pela derrubada dos regimes socialistas, algo até um pouco contraditório se for levado em consideração que a figura de Fernando Collor, até então, estava relacionada não com políticas de cunho socialista, mas sim com políticas de cunho liberal, pelas quais as manifestações realizadas em países que passavam pelo fim do regime soviético clamavam naquele momento.

> O Brasil inteiro reagiu. Numa revolução pacífica, eficaz e irresistível como os levantes que puseram abaixo as ditaduras do Leste Europeu, o presidente foi deposto e responde a inquérito policial. Seus cúmplices foram indiciados e, como é costume em países civilizados, também terão de prestar contas à Justiça. Em 1992 os brasileiros descobriram que vivem num país forte, que tem instituições capazes de funcionar mesmo quando a economia está desarrumada e a crise social assume feições de Quarto Mundo. Todos cumpriram seu dever. Os políticos trabalharam direito na CPI. A Polícia Federal fez uma investigação a fundo. A imprensa descobriu o que se passava e publicou. (*Veja*, 30/12/1992, p. 32)

Veja também relembrou na ocasião o clima em que as mobilizações contra Fernando Collor ocorreram, apontando que foram realizadas com muita alegria, sem violência e em ritmo de festa (*Veja*, 30/12/1992, p. 32), moldando assim uma narrativa sobre a deposição do presidente que punha em destaque algumas questões, mas que ignorava outras tantas, como o próprio discurso anti-neoliberal que parte do movimento Fora Collor e Caras Pintadas teve, como nos aponta Rodrigo de Carvalho (2012, p. 172) e destacado anteriormente na análise.

3.4.3 A farsa dentro da farsa

A matéria principal da seção Brasil também possui um tom bastante agressivo tanto em seu título quanto em seu subtítulo. *Às vésperas da destituição, Collor adia o julgamento no Senado com um golpe de porta de cadeia e reabre seu teatro de perseguido político*. O subtítulo da matéria publicada na seção Brasil é um ataque direto ao presidente e já transparece que se trata de uma crítica negativa ao modo como Fernando Collor vinha organizando sua defesa nos momentos cruciais da decisão de seu futuro político (*Veja*, 30/12/1992, p. 19). A matéria procurou enfatizar a estratégia de Fernando Collor de liberar seus advogados para que pudesse atrasar o julgamento em mais uns dias, buscando assim ganhar uma sobrevida frente à justiça. A revista ainda se utilizou do depoimento de juristas que traçaram críticas negativas às manobras de Fernando Collor procurando, deste modo, legitimar seu posicionamento através do comentário destes especialistas que, diferente do ano anterior em que foram consultados historiadores, cientistas políticos e até Fernando Henrique Cardoso, sociólogo, para tratar da questão, agora a legitimidade do discurso pró-*impeachment* talvez necessitasse de uma abordagem de cunho jurídico e de menor análise conjuntural.

> “Foi um gesto indecoroso [o afastamento de seus advogados], que caracteriza ainda mais seu enquadramento nas leis do impeachment”, afirma o jurista Clóvis Ramalhete, ex-ministro do STF. “Uma manobra como essa pode acontecer nas varas criminais onde se julgam criminosos comuns, mas nunca no Supremo”, acrescenta. “Foi uma nova confissão de culpa”, afirma o advogado paulista Miguel Reale Júnior. A caminho do cadafalso, sem sair da marca de 5 votos num plenário em que precisaria de 28 para uma imaginária volta ao posto, o que Collor pretende é tumultuar, confundir, complicar. Aproximando-se de seu desfecho, os acontecimentos tomaram um curso cujos desdobramentos são tão imprevisíveis como os traços gerais da personalidade do presidente da Dinda. O ex-ministro Affonso Camargo, que voltou a circular pelo local após uma temporada longe do chefe, acha que há chance de mais uma nova manobra para adiar o julgamento desta terça-feira. “O presidente pode tentar mais uma protelação”, diz Camargo. “Está no seu direito”. (*Veja*, 30/12/1992, p. 19-20).

Naquele momento, segundo *Veja*, entre os assessores de Fernando Collor crescia a convicção de que a renúncia seria a alternativa mais segura para escapar à cassação do mandato e a perda dos direitos políticos por oito anos, algo que ocorreria caso fosse declarado culpado pelos crimes cometidos (*Veja*, 30/12/1992, p. 20). Para além das críticas ao presidente devido às tentativas de adiar seu julgamento, *Veja* também destacou pontos questionáveis e contraditórios no discurso de Fernando

Collor e deixou evidente qual seria a saída correta – em sua visão, obviamente –, caso tais contradições citadas por Fernando Collor tivessem realmente ocorrido em seu governo.

> FASE DECADENTE – O espetáculo da semana passada foi uma obra típica **do mundo collorido em sua fase decadente**. Na impossibilidade de fazer pronunciamentos pela TV ou de rabiscar os folclóricos bilhetinhos do pré-impeachment, agora Collor faz cartas e notas à imprensa. Na que chamou de Carta à Nação, faz uma afirmação que, levada a sério, seria motivo de escândalo. **O presidente da Dinda afirma: "Preferi conviver com os excessos cometidos pelos adversários a criar obstáculos ao exercício pleno das liberdades democráticas: a liberdade de imprensa, de manifestação, a liberdade de opinião". Na realidade, os presidentes não tem o direito de "preferir" respeitar as liberdades democráticas a criar obstáculos a seu exercício. São obrigados a fazer isso, como determina a Constituição. Caso contrário, devem ser afastados do cargo – num processo de impeachment.** (*Veja*, 30/12/1992, p. 20-21)

3.4.4 Caminhos do atraso

Se para a revista *Veja* o mundo *collorido* agora era um lugar decadente, na matéria intitulada *Caminhos do Atraso*, a revista foi ainda mais fundo nas críticas e novamente estabeleceu uma relação entre Fernando Collor e Jânio Quadros, da mesma forma que fez algumas vezes durante a

campanha presidencial de 1989. Contudo, desta vez, tal comparação é evocada para demonstrar a possibilidade de Fernando Collor renunciar ao cargo para evitar que seus direitos políticos fossem cassados. Assim, a figura de Jânio Quadros desta vez é evocada não no sentido de relembrar sua campanha anti-corrupção "varre, varre vassourinha"[55], mas para rememorar a questão da renúncia em si. O tema da possível renúncia de Fernando Collor e outras estratégias jurídicas parecem ter permeado a edição final daquele ano de 1992, e o modo como Fernando Collor buscava se defender, de alguma forma, pareceu irritar – e talvez até preocupar – o semanário. A matéria, como as anteriormente citadas, também possui um tom bastante agressivo, que vai ao encontro do tom estabelecido nas publicações realizadas com a adoção dos dossiês de acusação que tiveram seu início a partir do mês de maio de 1992. Daniela Villalta (1999, p.156) atribui a mudança de abordagem devido à saída de Élio Gáspari e José Roberto Guzzo da direção da revista, ocorrendo então uma adesão a esse tipo de jornalismo chamado de "denuncista".

> A minúscula vitória obtida pelo presidente afastado Fernando Collor na terça-feira

---

[55] *Jingle* da campanha de Jânio Quadros nas eleições de 1960 em ritmo de marchinha de carnaval que ficou conhecida por afirmar que o candidato iria "varrer" a corrupção do país.

> passada, **com o curto adiamento de sua decapitação política**, não foi a última peça que pôde pregar o beneficiário das traficâncias de Paulo César Farias. No arsenal de **chicanas jurídicas** que se dedica a planejar na biblioteca da Casa da Dinda, **Collor ainda tem à disposição pelo menos meia dúzia de alternativas para criar confusão tanto no julgamento por crime de responsabilidade como no processo por delito comum. A mais evidente e real dessas manobras é a renúncia ao cargo**, até momentos antes de iniciar-se a votação definitiva no Senado. Essa via, pode ser chamada de caminho Jânio Quadros, **serve perfeitamente no figurino de vítima que Collor vem costurando desde a votação do impeachment na Câmara**, e ainda permitiria ao presidente afastado detonar outros artefatos proletários no seu futuro de réu na Justiça comum. (*Veja*, 30/12/1992, p. 26. Grifo meu)

Apesar de que os dossiês de denúncia parecem realmente terem sido adotados no ano de 1992, não é possível afirmar que a partir daquele momento se estabeleceu em *Veja* um jornalismo muito diferente do que era feito até então pela revista, salvo nos casos de denúncia realizados contra Fernando Collor e PC Farias. O que fica mais evidente com a adoção de tal tipo de publicação são os ataques a Fernando Collor mais do que nunca. Contudo, *Veja* em diversos momentos ao longo do recorte temporal aqui analisado realizou comentários parecidos acerca de outros desafetos políticos, como, por exemplo, Leonel Brizola ao longo da campanha de 1989 e também no momento do início das privatizações iniciadas em setembro de

1991. Outro fator que pesa a favor de que a mudança de abordagem do semanário não tenha sido tão brusca é o de que Mário Sérgio Conti havia sido o diretor adjunto de José Roberto Guzzo e, portanto, possivelmente tenha sido bastante influenciado, pelo mesmo, no modo de dirigir o semanário. É possível que o jornalismo atualmente característico de *Veja* que não leva em consideração a chamada "objetividade jornalística", como definem Flávia Biroli e Luis Felipe Miguel (2002), tenha se consolidado alguns anos depois, possivelmente no início dos anos 2000 com a iminência da ascensão da esquerda na disputa ao cargo do poder Executivo em 2002. Desta forma, não é possível dizer que a mudança de perspectiva de *Veja* sobre Fernando Collor não teria ocorrido caso não houvesse a mudança na direção do semanário, visto que, em 1991 a revista já dava indícios de que não estava contente com os rumos econômicos e políticos do governo de Fernando Collor.

Retornando à questão da renúncia, *Veja* apresentou ao leitor quais seriam os prós e contras para Fernando Collor caso o mesmo optasse pela chamada "via Jânio Quadros". Sobre os prós, o semanário afirmou que:

> **A via Jânio Quadros tem, de fato, algumas conveniências para Collor. A principal é estancar o processo por crime de**

> **responsabilidade, já que ele existe para destituir presidentes metidos em irregularidades e a maioria dos constitucionalistas considera absurda a deposição de quem não está mais no cargo**. Uma rara exceção é o jurista Fábio Konder Comparato, de São Paulo, baseado no argumento de que não se pode dar ao réu o direito de controlar o futuro de seu processo. **Livre da condenação no Senado, Collor escaparia, também, da cassação dos seus direitos políticos por até oito anos. Poderia, então, procrastinar com outras manobras legais o processo por crime comum e chegar a 1994 sem uma sentença condenatória**. Ganharia, assim, o direito de concorrer a um cargo eletivo nas próximas eleições e levar de brinde, na hipótese de conseguir eleger-se, uma temporada de imunidade parlamentar. "É terrível, mas essa possibilidade existe", diz o criminalista Márcio Thomaz Bastos. (*Veja*, 30/12/1992, p. 26)

Já os contras de tal estratégia são definidos pela revista como:

> Essa via também tem suas armadilhas e são elas que explicam por que Collor não a adotou até agora. Renunciando, o presidente afastado enfrentaria duas situações adversas, ambas decorrentes do fato de tornar-se um cidadão comum às voltas com a Justiça. Nessa condição, não seria mais necessária a autorização da Câmara para que fosse processado no Supremo Tribunal Federal e, **sem imunidade do cargo, ainda estaria sujeito a uma decretação de prisão preventiva, caso a acusação convencesse algum ministro de que Collor estaria prestes**

> **a fugir do país ou atrapalhando o andamento das investigações.** Como joga sempre para prorrogar ao máximo os prazos legais e não quer ser preso, Collor tem na renúncia um remédio de última hora, mais adequado para uma combinação com outra das chicanas disponíveis. **Pelo raciocínio do ex-ministro da Justiça Saulo Ramos, a renúncia cai bem com um pedido de asilo, e é por essa razão que Collor insiste em posar de vítima de um caso ilegal e ilegítimo de condenação política. "A cada passo que dá, ele deixa mais claro que quer parecer um sujeito perseguido politicamente para candidatar-se à caridade de algum outro país", analisa Saulo Ramos** (*Veja*, 30/12/1992, p. 26)

O pedido de asilo não chegou a ocorrer, mas esse talvez seja o motivo principal de *Veja* ter colocado em evidência o mapa da região sul do país e sua fronteira com o Uruguai na fotomontagem em que o ex-presidente apareceu de turbante, indicado que, em caso de renúncia, Fernando Collor poderia tentar recorrer a um pedido de asilo político em algum país vizinho com o intuito forçar uma imagem internacional de que seu processo de impedimento não havia passado de uma perseguição política contra ele colocada a cabo pela imprensa nacional e opositores dentro do Congresso. É bom lembrar que, em 1964, João Goulart, refugiou-se justamente no Uruguai quando ocorreu o Golpe militar, e talvez desse exemplo tenha saído a referência para que *Veja* utilizasse o mapa do país vizinho para ilustrar a ideia de asilo político.

Entretanto, se o pedido de asilo político não foi realizado, a renúncia veio realmente a ocorrer. Em 29 de dezembro, Fernando Collor optou por uma manobra de última hora e – um dia antes da revista ir às bancas no dia 30 de dezembro, renunciou ao cargo. No dia 30 de dezembro, mesmo dia em que o semanário já circulava e era lido pela classe média brasileira que pintou seus rostos de verde e amarelo e saiu às ruas clamando pelo fim do marajá da dinda, Fernando Collor foi condenado à perda do mandato e à inelegibilidade por oito anos. Entretanto, sem saber ainda o destino final que Fernando Collor teria, enquanto a edição ia às bancas e buscando deixar bem claro aos seus leitores quais seriam as possibilidades de saída que o mesmo poderia tentar utilizar para se safar, *Veja* não só deixou isso evidente ao longo da matéria como também organizou um quadro destaque com uma síntese das possibilidades e possíveis obstruções que poderiam ser utilizadas por ele. Assim, os leitores que não estivessem com disposição suficiente para ler uma matéria completa sobre o assunto teriam acesso a um resumo rápido e didático da ópera em apenas algumas linhas.

No crime de responsabilidade
Chicana 1 – Collor diz que não confia no advogado dativo e arruma uma confusão jurídica para tentar adiar o julgamento por mais alguns dias.

> Chicana 2 – Renuncia e encerra o processo. Se não estiver sentenciado por crime comum até 1994, quando haverá eleição de deputado estadual a presidente, pode candidatar-se à imunidade parlamentar.
> Chicana 3 – Julgando à revelia, condenado e com os direitos políticos suspensos, obtém asilo e foge do processo por crime comum no STF.
> No crime comum
> Chicana 1 – Atrasa o processo solicitando novas perícias sobre as contas bancárias, o contrato da farsa uruguaia e os jardins da Dinda, como tentou no Senado.
> Chicana 2 – Insiste em chamar testemunhas como Marcilio Marques Moreira, que não quis depor no Senado, até que o STF constate intenção de obstruir o processo e indefira novas convocações.
> Chicana 3 – Com tudo isso, pode arrastar o processo por anos. Na hipótese de eleger-se em 1994, dependerá de autorização do Legislativo para ir a julgamento. (*Veja*, 30/12/1992, p. 27)

3.4.5 O ronco de PC Farias

Publicada na página 28 a matéria não apresentou grandes questões acerca de Fernando Collor, mas tratou de abordar outro personagem que teve relação direta com o *impeachment* do presidente. Entretanto, destacou-se nela um trecho que rememora as viagens realizadas por Fernando Collor logo após o resultado das eleições de 1989, porém, com uma perspectiva distinta das que foram apresentadas em algumas edições publicadas no início de 1990 quando o então vencedor das eleições partiu em viagem internacional com sua

comitiva de apenas oito pessoas, comparação realizada à época buscando demonstrar a gritante diferença entre o presidente eleito por voto direto para o então presidente José Sarney.

> Há exatamente três anos, poucos dias depois de eleito, Fernando Collor **sumiu do país** a bordo de um jatinho que tomou o rumo das Ilhas Seychelles, no Oceano Índico, e depois aterrissou em Paris. **O réveillon inicial da era Collor, com a sua suntuosidade de novo-rico, foi pago com dinheiro ilícito: as sobras de uma campanha eleitoral milionária**, na qual os tubarões do empresariado abriram generosamente as burras de suas empresas para cacifar o arauto da modernidade. **Neste Natal de 1992, a história se repetiu, desta vez como farsa.** Quem embarcou foi o sócio Paulo César Farias, que agora usufrui o dinheiro ilícito auferido em subornos, licitações de cartas marcadas, achaques e maracutaias variadas – em que mais uma vez o tubaronato compareceu com torrentes de dólares (*Veja*, 30/12/1992, p.28)

Naquele momento, para *Veja*, o "arauto da modernidade" não havia mais viajado para desfrutar de um "merecido descanso", como apresentado em 1990, mas sim "sumido do país". Diferente do que a revista afirmou à época, agora destacava que os gastos da viagem haviam sido realizados com dinheiro ilícito proveniente de sobras de sua

campanha eleitoral financiadas pelo "tubaronato"[56], e não com seu próprio dinheiro, como deu a entender à época. Se em 1989 a revista afirmou que não havia problema nenhum em Fernando Collor gastar seu próprio dinheiro com viagens, agora o semanário o acusava de fazê-lo por se tratar de ser "um novo-rico".

Mas o que seria um "novo-rico?" Em 15 de janeiro de 1992, a revista publicou uma matéria na seção Sociedade dedicada ao assunto. Intitulada *Riqueza deslumbrada*, o semanário definiu o "novo-rico" como empresários pertencentes a "uma safra de novos milionários que faz do exibicionismo compulsivo seu passatempo preferido" (*Veja*, 15/01/1992, p. 36). Segundo o semanário, ao contrário de pessoas ricas que geralmente são mais discretas em relação a sua fortuna, o novo-rico agia de forma oposta: "Cultivam uma relação deslumbrada com a riqueza e têm o hábito compulsivo de mostrá-la, quase sempre de forma extravagante" (*Veja*, 15/01/1992, p. 36). Em ambos os momentos o termo é apresentado de forma pejorativa. Se em janeiro daquele ano Fernando Collor não foi apresentado pela revista como um dos casos de novo-rico entre os vários empresários citados, pois a revista ainda não havia decidido romper de vez com Fernando

---

[56] Empresários financiadores de sua campanha.

Collor, em dezembro ele se tornava o exemplo perfeito para o semanário ilustrar o termo.

No entanto, no trecho retirado da matéria sobre PC Farias e destacado mais acima, talvez o que mais tenha chamado a atenção não tenha sido necessariamente o comentário e a abordagem realizada por *Veja* acerca de Fernando Collor, mas sim, a citação de Karl Marx nas páginas do semanário liberal: "a história se repetiu, desta vez como farsa". A citação obviamente apareceu sem a referência ao teórico comunista, possivelmente porque poderia acabar não agradando muito bem seus leitores de classe média acostumados com críticas ao regime soviético e aos posicionamentos de esquerda em geral.

Desta forma, para jogar a última pá de cal em cima de Fernando Collor, a revista também destacou de forma irônica algumas frases proferidas ao longo do ano pelo ex-presidente sob o título *Palavras de Poder*, na página 10. Entre as frases selecionadas pela revista estavam alguns deslizes cometidos pelo presidente ao longo do ano ou afirmações que se mostraram contraditórias quando comparadas aos escândalos de corrupção testemunhados pelos brasileiros ao longo de 1992. Todas as frases foram apresentadas dentro de um semblante escuro do rosto de Fernando Collor que se posicionava de perfil. Dentre as sentenças destacadas, pode-se

ler: "*Duela a quien duela*"; "É certo, cometi erros. Afinal, quem não os comete?"; "No governo, minha ação pessoal sempre foi regida pela mais absoluta lisura, pela mais estrita adesão a princípios éticos"; "1992 será o ano da virada, o ano da mudança de expectativa da sociedade em relação ao futuro do país. Em 1993, estaremos prontos para arrebentar a boca do balão" e, por último "Os níveis que Cuba alcançou no campo da saúde e educação nenhum país do mundo atingiu".

A última frase foi dita pelo presidente em entrevista exclusiva ao semanário na edição de 25 de março de 1992 (*Veja*, 25/03/1992, p. 10), justamente em uma das últimas edições em que pode se perceber ainda um voto de confiança a Fernando Collor por parte do semanário. No final de 1992, a frase agora reproduzida de forma intencional é feita como uma provocação ao ex-presidente associando-o a um governo considerado como uma ditadura de esquerda, provocação comum em *Veja*, como frisado anteriormente, quando o intuito era deslegitimar o posicionamento de algum personalidade política naqueles tempos em que as políticas de cunho neoliberal eram vistas e reproduzidas como a única alternativa possível para a modernização do país. Como se não fosse o bastante, duas assinaturas distintas de Fernando Collor são colocadas abaixo das frases, como mais uma ironia ácida em relação à mudança da assinatura realizada por Fernando Collor

naquele ano, considerada por alguns como uma questão de superstição[57] devido ao caso envolvendo o plágio dos artigos de José Guilherme Merquior, mas negadas pelo presidente em uma entrevista à revista.

Em suma, a última edição do mês de dezembro parece ter sido uma forma de reunir todos as situações comprometedoras pelas quais Fernando Collor passou ao longo do ano de 1992 buscando estabelecer uma palavra final sobre a o impedimento de Fernando Collor e sobre o mesmo. Para *Veja*, o *impeachment* deveria ser permanente, pois só assim se consolidaria no país a vitória da democracia, do povo, das instituições brasileiras e da imprensa, todas elas fortalecidas naqueles tempos da nova República democrática (neoliberal) brasileira.

---

[57] Os motivos alegados por *Veja* na edição 1218 (*Veja*, 22/01/1992, p. 19) seriam devido a questões de superstição. Contudo, Fernando Collor afirmou em entrevista para a própria revista (*Veja*, 25/03/1992, p. 11) que a mudança surgiu de uma conversa com sua mãe, Leda Collor, e não tinha nada a ver com superstição, pois já havia mudado de assinatura algumas vezes desde que foi eleito prefeito em Maceió. A superstição de Collor foi abordada algumas vezes ao longo do trabalho e era bastante conhecida à época, o que pode levar a crer que a mudança de assinatura foi motivada sim por esse motivo principalmente por conta do incidente envolvendo os artigos escritos por José Guilherme Merquior e assinados apenas por Fernando Collor, visto que, a mudança de suas assinatura ocorreu no mesmo mês e posterior à apuração do caso de plágio. Essa hipótese é uma hipótese minha e não é possível comprová-la.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa percorreu quatro anos de publicações da revista *Veja*. O critério não se limitou a focar apenas nas matérias de capa publicadas pelo semanário, foi mais além, realizando uma investigação mais minuciosa da revista englobando editoriais, matérias de outras seções além da principal e atentando sempre às estratégias do semanário ao abordar e destacar os temas voltados à imagem de Fernando Collor (quadros destaque, charges, gráficos estatísticos, as preocupações do semanário em se posicionar de forma isenta em relação aos acontecimentos ou em temas que se mostravam polêmicos, entre outros) obedecendo aos pressupostos metodológicos de Tânia Regina de Lucca (2005) que sugere um longo levantamento das fontes, a identificação do grupo que às publica e a análise de tal material de acordo com a problemática da pesquisa.

Desta forma, abordou-se no primeiro capítulo o processo de criação da revista *Veja* em um contexto em que o Brasil se encontrava sob um Estado de exceção devido ao Golpe militar instaurado no ano de 1964. O semanário foi criado no ano de 1968, apenas três meses antes do Ato Institucional nº5 entrar e vigor – ato que limitou o trabalho da imprensa devido à atuação de censores em suas redações ou

através de bilhetes enviados aos editores. Com o processo de distensão política iniciado no ano de 1974, o semanário teve um pouco mais de liberdade e pode admitir – ou reafirmar, como escrito por Victor Civita em editorial de setembro de 1978 – o seu posicionamento liberal e pró-capitalismo de mercado em oposição ao modelo econômico defendido pelos militares no processo de reabertura política, um modelo desenvolvimentista (ABREU, 2005; MACIEL, 2011).

Enquanto o Brasil das décadas 1960 e 1970 seguiu um modelo econômico desenvolvimentista, em outros países, passou a se consolidar um modelo econômico que ficou conhecido posteriormente como neoliberalismo. Se o Brasil viveu uma ditadura desenvolvimentista durante 21 anos, a ditadura que se instaurou no Chile no ano de 1973 serviu de laboratório para tais ideias neoliberais, colocadas em prática alguns anos depois em países de democracias consolidadas e consideradas grandes potências mundiais, tais como a Inglaterra de Margareth Thatcher (NEGRÃO, 1996; FORIGO, 2003) e, de uma forma um tanto quanto particular, nos EUA de Ronald Reagan (HARVEY, 2007). Ambos os governos de posicionamento conservador adotaram as medidas inspiradas nos escritos de Friedrich Hayek e Milton Friedman, dois economistas da chamada Escola de Chicago que chegaram a

ser agraciados na década de 1970 com o prêmio Nobel em economia.

Tais medidas liberalizantes que defendiam menor intervencionismo estatal na economia e a privatização de praticamente todos os setores que antes estavam aos cuidados dos Estados consolidaram-se em larga escala ao longo dos anos de 1980 e 1990, sendo inclusive adotadas por países considerados social-democratas em algumas esferas e também pelos regimes soviéticos em processo de abertura de seus mercados devido a derrocada da URSS. A imprensa brasileira se modernizou dentro dessa ótica liberal (ABREU, 2005; KLANOVICZ, 2008; SILVA, 2005) ainda na década de 1970, e buscou arrecadar maior capital econômico no setor privado aumentando o número de propagandas divulgadas nas páginas de seus semanários e defendendo a livre iniciativa no país, algo que também acabou por influenciar o modo de fazer jornalismo que ficou "refém" de seus anunciantes e passou a depender menos de investimentos estatais e mais do investimento privado.

Uma nova dinâmica diferente da ocorrida nas chamadas "revistas ilustradas" também passou a ditar a forma como os periódicos passaram a ser publicados no país já que a concorrência com a televisão havia diminuído o interesse do público pelas chamadas revistas ilustradas e fotonovelas. O

neoliberalismo mundial e o surgimento de uma nova-direita (MORAES, 2002; PLATT, 2003); em oposição ao posicionamento progressista advindo da nova-esquerda, surgida na década de 1960, de alguma forma influenciou também o comportamento da revista *Veja* que, sob a direção de um novo diretor de redação – substituição possivelmente promovida em uma negociação envolvendo militares e a família Civita no momento da abertura política visando assegurar matérias de tom menos crítico aos militares –, em determinados momentos, mesclou uma visão liberal clássica e econômica com uma visão conservadora de sociedade, mesmo que nos anos de 1990 – período que abarca a maior parte das fontes aqui analisadas – suas publicações possam ser enquadradas mais ao lado de questões de cunho liberal clássico do que propriamente conservador.

No ano de 1989, frente à ameaça de que a reabertura política nacional acabasse tomando um caminho na contra mão da ideologia dominante daqueles tempos que vinha se consolidando com cada vez mais força ao redor do mundo, o semanário acabou percebendo na figura de Fernando Collor um candidato empenhado em combater aquelas que eram retratadas como as maiores ameaças à modernização do Estado brasileiro naquele momento: os gastos com o funcionalismo público, a alta burocracia estatal e a corrupção existente nas

instituições. Naquele ano, o candidato Fernando Collor, através de uma forte campanha midiática, ganhou força e apoio popular e demonstrou-se como o candidato de direita com maiores possibilidades de derrotar – ou pelo menos evitar – um embate de segundo turno entre dois candidatos vinculados às ideias de esquerda (CARVALHO, 2013; SALLUM JR, 2015). Um deles era o líder sindical Luis Inácio Lula da Silva, considerado de esquerda socialista e que havia ganhado bastante popularidade por liderar a greve dos metalúrgicos no ABC paulista no final da década de 1970. O outro, Leonel de Moura Brizola, com uma longa carreira política já consolidada e fortemente ligada ao combate à ditadura militar e à esquerda trabalhista. Isso sem falar nos demais políticos como Ulysses Guimarães e Mário Covas, ambos ligados ao processo de elaboração da Constituinte de 1988 que também detinham grande prestígio popular, mas que não conseguiram emplacar na campanha de 1989.

Desde o ano de 1987, a imagem de Fernando Collor apareceu no semanário de uma forma positiva. O então governador de Alagoas era definido na mídia em geral como: um jovem jornalista, carioca/alagoano, ávido em demonstrar o seu protagonismo na batalha contra os fantasmas do funcionalismo público que assombravam o Estado brasileiro. Fernando Collor, nesse período, foi adjetivado de forma

bastante positiva por *Veja* e por parte da imprensa nacional, recebendo a alcunha de o "caçador de marajás". Quando Fernando Collor não era diretamente apontado como uma alternativa para os problemas do país, destacava-se seu esforço em se desvencilhar do passado oligárquico de sua família, buscando no exemplo de outras figuras políticas a inspiração necessária para realizar o seu sonho de se tornar o primeiro presidente eleito de forma direta da Nova República. Em determinados momentos, o semanário comparou o candidato com outras figuras que de alguma forma possuíam uma memória atrelada ao combate à corrupção no país, como o caso do ex-presidente Jânio Quadros, por exemplo. Visando reforçar ainda mais a imagem positiva de Fernando Collor, o semanário ironizou em alguns momentos a fala de políticos que o denunciavam como uma fraude, ou como fruto de um *marketing* político tacanho, afirmando que tais comentários de opositores se tratavam de opiniões de desafetos políticos de Fernando Collor motivados pela inveja devido a crescente popularidade do então governador de Alagoas.

Na ausência de candidatos de direita que não tivessem suas imagens atreladas ao regime militar ou que não conseguiram cativar a população brasileira em suas campanhas por algum outro motivo, *Veja* percebeu na figura de Fernando Collor um candidato em potencial para promover determinadas

mudanças em direção a políticas de cunho liberal que a revista defendia. No período das eleições, o semanário também abordou repetidas vezes a forma atlética do candidato, sua disposição para o trabalho, o seu ânimo inesgotável que nem mesmo uma longa e exaustiva campanha repleta de viagens pelo país foi suficiente para fazê-lo abandonar sua rotina de atividades físicas diárias e esgotar suas energias. O Fernando Collor pai de família, bom marido, católico, vaidoso, que fazia questão de se vestir bem, o ex-*playboy* amadurecido que lutaria pelos "descamisados" e "pés descalços" também se fez presente nas páginas do semanário naquele momento, buscando demonstrar aspectos que pudessem alavancar ainda mais a popularidade do candidato. Além disso, um Fernando Collor atrevido, que se negava a ter o apoio dos militares, empresários e políticos tradicionais, mas que mesmo assim obtinha apoio dos militares, empresários e políticos tradicionais se manifestou nas páginas do semanário como a perfeita imagem de imposição política necessária para salvar o país da crise que o assolava.

Em 1989, seu investimento em *marketing* foi acentuado em relação ao que já ocorria desde o ano de 1987 e diferente dos demais candidatos que iniciaram suas campanhas de uma forma um tanto quanto amadora e improvisada – muito influenciados pelo modo como se fazia política partidária antes

do Golpe de 1964 e pelos discursos dirigidos ao movimento sindicalista durante as greves do ABC na década de 1970 – Fernando Collor inaugurou uma maneira nova de fazer política. Investiu pesado em propagandas que buscavam demonstrar para o público que ele era o elemento novo na política brasileira, a pessoa certa para modernizar o país ou, como diria seu *slogan* de campanha, para *collorir* o Brasil. Desta forma, com base nos pressupostos teóricos de Roland Barthes (2001), discutiu-se a imagem positiva de Fernando Collor dentro de uma perspectiva de mito político. Uma imagem que mesclava uma série de questões diferentes (sempre positivas) com a intenção de moldar a imagem do político perfeito capaz de resolver os principais problemas pelos quais o país atravessava. Nas palavras de Luis Felipe Miguel (2001) uma campanha de caráter messiânico.

Já o segundo capítulo focou em demonstrar o dilema vivido pela revista em relação a como abordar a imagem do Fernando Collor presidente da República. Os leitores do semanário, compostos por uma maioria pertencente a uma classe média prejudicada pelas duras medidas econômicas adotadas pela equipe de Fernando Collor logo após o momento de sua posse, quando confiscou as cadernetas de poupança e as contas correntes dos brasileiros. Se em um primeiro momento no ano de 1990, antes da posse, Fernando Collor era merecedor

de um descanso devido à exaustiva campanha eleitoral que o havia sagrado vencedor no ano anterior, ressaltou-se nas páginas do semanário que mesmo sem assumir o cargo, em 1990, já realizava viagens mundo a fora com o intuito de se aproximar de investidores estrangeiros para atrair capital internacional ao país e modernizar a indústria brasileira, abrindo-a para a livre concorrência. *Veja* também demonstrou a recepção positiva que o quase empossado presidente recebeu das maiores autoridades políticas do mundo em todos os lugares em que passou, sustendo assim a ideia de que a popularidade de Fernando Collor não se restringia somente às fronteiras nacionais.

Contudo, o confisco – como dito anteriormente –, não veio apenas como uma medida econômica dura para os brasileiros, mas inaugurou uma fase de caráter cesarista (SALLUM JR, 2015) que deixou o Congresso Nacional perplexo e acuado frente ao poder Executivo, pois uma rejeição do chamado Plano Brasil Novo poderia causar uma crise ainda maior do que a vivida até então pelas instituições. A revista acabou criticando a ação devido seu forte caráter intervencionista e, sobretudo por invadir a propriedade privada dos brasileiros, mas ainda assim promoveu certo respaldo a Fernando Collor afirmando que caso as medidas dessem certo e

as promessas de restituição fossem cumpridas pelo presidente tudo poderia ser perdoado posteriormente.

No entanto, aos cem dias de governo, Fernando Collor foi ironizado pelo semanário também por conta do Plano Brasil Novo. Buscou-se assim realizar nesse capítulo um diálogo entre as fontes levantadas e a bibliografia voltada a contextualizar o período para demonstrar que, nesse momento, Fernando Collor acabou se enfraquecendo frente ao Congresso Nacional após o fim de um período de prestígio com a imprensa e com a população nacional, que em um primeiro momento haviam aprovado as duras medidas colocadas em ação por sua equipe econômica, mas que aos poucos passou a reprová-las devido sua ineficácia. Com o apoio popular se esvaindo com o passar do tempo, a posição de Fernando Collor frente ao Executivo começou a ficar ameaçada e sua imagem passou a ruir. Sua aprovação passou a despencar cada vez mais nas pesquisas de opinião devido a escândalos de corrupção envolvendo seus ministros, pessoas ligadas ao presidente desde o período de sua campanha, e também por conta do fracasso de seus planos econômicos em conter a inflação de forma definitiva como havia sido prometido. Desta forma, o conceito de representação de Roger Chartier (2002) e de discurso de Pierre Bourdieu (1977) foram evocados buscando demonstrar que, a realidade é de certa forma, contraditoriamente construída

por diferentes grupos (campos) e que as diversas formas como a imagem de Fernando Collor foi encarada dentro do campo midiático, social e político, influenciavam o modo como a revista *Veja* apresentava a figura de Fernando Collor à seus leitores. O modo como o semanário abordava tais temas através de imagens, textos, editoriais, quadros destaques, também ajudavam a moldar o imaginário popular sobre o governo, algo que pode ser encarado como uma troca de informações entre campos distintos e que pode ser denominado, na perspectiva de Serge Berstein (2009) como culturas políticas distintas.

Veja também passou a ressaltar a ligação entre Fernando Collor e empresários de caráter questionável na perspectiva da revista, como Alcides Diniz e Paulo Cesar Farias, e a abordar suas ações de *marketing* pessoal como de gostos duvidoso. Em alguns momentos, a revista destacou que a postura de Fernando Collor passou a ser vista de forma negativa por veículos internacionais de imprensa, ao contrário do modo como antes era retratado pelos mesmos veículos mundo afora. Apesar de *Veja* realizar uma defesa de Fernando Collor questionando a veracidade de determinadas acusações que se faziam contra ele – como a de que o presidente da República havia feito uso de drogas ilícitas em sua juventude –, apontou que não se estava mais falando lá fora do Fernando Collor modernizador, e sim de um Fernando Collor “exótico”.

Se o Brasil é por vezes taxado de forma pejorativa como a república das bananas, a revista também afirmou que existia por aqui outra república, a República de Alagoas. O semanário denunciou a participação relativamente alta de políticos do estado nas atividades do Planalto – algo até então incomum visto que o estado de Alagoas era o segundo menor estado brasileiro. Levantou-se naquele momento a hipótese de que, assim como ocorreu com o estado do Maranhão na gestão de Sarney, cuja preferência dos recursos federais era direcionada ao estado de origem do presidente, Alagoas estivesse sendo favorecida com investimentos por ser o cenário em que as oligarquias de Fernando Collor e de sua esposa pertenciam e ainda detinham grande poder. Contudo, no momento em que se começou a falar pela oposição de esquerda e por alguns partidos de direita na possibilidade de *impeachment* já no final do ano de 1991, *Veja* rechaçou tal ideia caracterizando-a como uma loucura, um devaneio, um golpe, já que não havia nenhum crime de responsabilidade comprovado que pudesse ter sido cometido pelo presidente para justificar tal iniciativa. Entretanto, as privatizações iniciadas no mês de setembro de 1991 reduziram as críticas da revista ao presidente possivelmente devido ao interesse que o semanário detinha em tal política, que vinha sendo bastante

aguardada pelo semanário ao longo do mandato de quase dois anos.

Por fim, no terceiro capítulo é abordado o modo como a figura de Fernando Collor começou a ser caracterizada pela revista de forma negativa a partir das publicações de dossiês de denúncias realizadas pelo irmão do presidente, Pedro Collor de Mello. Se em janeiro de 1992 a revista ainda deu algum crédito ao presidente – mesmo após Fernando Collor ter se envolvido em um caso de plágio de artigos escritos pelo diplomata José Guilherme Merquior, falecido um ano antes de tais publicações virem a público – a partir do mês de maio o tabuleiro se inverteu completamente e de forma negativa para Fernando Collor com as denúncias publicadas pelo semanário contra o empresário Paulo Cesar Farias, amigo pessoal e ex-tesoureiro de campanha do presidente.

Segundo Pedro Collor de Mello, irmão do presidente, Paulo César Farias e Fernando Collor de Mello trabalhavam em uma sociedade que dividia os ganhos provindos de dinheiro ilícito em uma porcentagem de 30% e 70% para cada um. Daí por diante, pode-se perceber em *Veja* uma cobertura dedicada a tecer criticas negativas à figura do presidente, apostando em adjetivações completamente opostas à da imagem que se tinha construído até então e de forma mais incisiva. Se antes Fernando Collor havia sido encarado como uma espécie de

arauto da modernidade que faria o país dar um salto do século XIX direto para o século XXI; agora o presidente era apontado como o estereótipo de político corrupto com o qual o país estava acostumado e do qual deveria se livrar. Se Fernando Collor era antes um “caçador de marajás”, agora passou à alcunha de “marajá da Dinda”, ou então do “presidente da Dinda”. Tudo isso devido à descoberta de gastos exorbitantes nos jardins de sua residência em Brasília, frutos de supostas arrecadações ilícitas provindas já do período da campanha de 1989 envolvendo o seu então tesoureiro de campanha, PC Farias.

Por conta do forte impacto que as matérias tiveram na população brasileira e no campo midiático em geral, a responsabilidade toda da corrupção no país acabou pesando em cima da figura do poder Executivo visto que, o chamado presidencialismo de coalizão que rege o nosso modelo presidencialista da nova República, tem uma tendência a concentrar todas as críticas e problemas ocorridos no país diretamente na figura do presidente (ABRANCHES, 1987). Desta forma, com sua popularidade cada vez mais em baixa, Fernando Collor se viu isolado em relação até mesmo aos seus aliados políticos no Congresso que o abandonaram à medida que um bloco organizado unindo os partidos de centro e de esquerda, para criação de uma CPI, consolidou-se levando o

processo de *impeachment* adiante. A pressão da população e da imprensa foram fundamentais para que os partidos aliados de Fernando Collor e de políticos indecisos abandonassem suas posições de defesa do presidente e para que aderissem ao movimento pró *impeachment*. Nesse momento, *Veja* apresentou um jornalismo de caráter denuncista (VILLALTA, 1999) pautado em dossiês de acusação contra o presidente, atribuindo a si, o que Maria Helena Capelato (2015) aborda como uma ideia de imprensa como quarto poder, ideia esta surgida no século XVIII que afirmava que o papel da imprensa é o de vigiar as diferentes instituições e os demais poderes do Estado com o intuito de servir de porta-voz para a população.

Naquela conjuntura, o antes caçador de marajás é adjetivado pelo semanário ao longo daquele ano – para além das definições já citadas – como um cafajeste, novo-rico, o "rei" e chefe de uma quadrilha de políticos asseclas que estavam acabando com o país. Seus caprichos foram comparados aos delírios de um antigo imperador babilônico, Nabucondonosor, e relações de sua figura foram feitas até mesmo com líderes bastante controversos do período, como Saddam Hussein. O Fernando Collor de 1987, 1988 e 1989 retratado como uma figura dinâmica e forte foi transformado no completo oposto no ano de 1992, passando a ser um presidente acuado que realizava todas as manobras jurídicas

possíveis para se livrar do *impeachment* e da cassação de seus direitos políticos de forma desesperada.

Desta forma, o presidente encerrou suas aparições no semanário sendo ilustrado em um terno no formato de uma camisa de forças e taxado, na última edição publicada por *Veja* naquele ano, como um impostor que se demonstrou pior que os presidentes João Batista Figueiredo e José Sarney, presidentes considerados desprovidos de qualquer nível de carisma e de apelo popular. Fernando Collor acabou se metamorfoseando também na velha expressão da oligarquia corrupta à qual supostamente combatia e pelo próprio semanário que em diversos momentos o apoiou ou buscou mostrar uma perspectiva diferente sobre o seu passado político. Se o resultado das eleições de 1989 foi para o semanário, à época, uma espécie de princípio de uma nova era no país, 1992 terminou marcado nas páginas da revista como: o "ano glorioso em que nos livramos *delle*".

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES

VEJA. São Paulo. Acervo Digital Online/Veja, [1989-1992]. Disponível em <http://acervoveja.digitalpages.com.br/home.aspx>. Acesso em 20/01/2015.

PERIÓDICOS, REVISTAS E JORNAIS ELETRÔNICOS.

Após absolvição, Collor pergunta: ‘Quem me devolverá o que foi tomado?’. UOL, Maceió, abril 2014. Política. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2014/04/28/apos-absolvicao-collor-pergunta-quem-me-devolvera-o-que-me-foi-tomado.html>. Acesso em 13/11/2015.

Após 23 anos do Plano Collor, ‘trauma de confisco’sobrevive. BBC Brasil, mar. 2013. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/03/130315_brasil_poupancas_confisco_pai>. Acesso em: 12/07/2016.

CAPELO, Rodrigo. As diferenças entre processos de impeachment de Fernando Collor e Dilma Rousseff. Época, dez. 2015. Tempo. Disponível em: < http://epoca.globo.com/tempo/noticia/2015/12/diferencas-entre-processos-de-impeachment-de-fernando-collor-e-dilma-rousseff.html>. Acesso em: 11/07/2016

D’ARAUJO, Maria Celina. Fatos e Imagens: artigos ilustrados de fatos e conjunturas do Brasil. O ato institucional nº. 5. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5>. Acesso em: 03/10/2015

MELLO, Fernando Collor de. Vinte anos depois do Plano Collor, ex-presidente pede desculpas à população pelo bloqueio de dinheiro. Agência Senado, Brasília, mar. 2010. Entrevista concedida a Cezar Motta e Adriano Faria. Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2010/03/24/vinte-anos-depois-do-plano-collor-ex-presidente-pede-desculpas-a-populacao-pelo-bloqueio-do-dinheiro>. Acesso em: 03/10/2015.

MEDEIROS, Carlos. Processo de impeachment de Dilma pode ser comparado ao de Collor? UOL, Maceió, dez. 2015. Política. Disponível em:< http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2015/12/07/processo-de-impeachment-de-dilma-pode-ser-comparado-ao-de-collor.html>. Acesso em: 11/07/2016

PF cumpre mandados de brusca nas casas de Collor e outros políticos. G1, Brasília, julho de 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2015/07/pf-cumpre-mandados-de-busca-e-apreensao-em-maceio.html>. Acesso em 13/11/2015

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Alzira Alves de. **A mídia na transição democrática brasileira**. Sociologia, problemas práticas, nº 48, 2005, pp. 53-56

ABRANCHES, Sérgio Henrique Hudson de**. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro**. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro. vol. 31, n. 1, 1988, pp. 5 a 34

ALMEIDA, Maria Fernanda Lopes. **Veja sob censura. 1968-1976**. São Paulo: Jaboticaba, 2009.

ALMEIDA, Monica Picollo. **A trajetória de Fernando Collor rumo à presidência: estratégias eleitorais televisivas**. In: XXVII Simpósio Nacional de História. 2013, p.1-12.

BARTHES, Roland. Mitologias. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. pp 192.

BERSTEIN, Serge. **Culturas Políticas e Historiografia**. In: AZEVEDO, Cecília... [et. Al] (org). Cultura Política, Memória e Historiografia. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2009.

BIROLI, Flávia. MIGUEL, Luís Felipe. **Orgulho e preconceito: a "objetividade" como mediadora entre o jornalismo e o seu público**. Opin. Publica vol. 18 no.1 Campinas June 2012

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas**. 2.ed., 1ª reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008 pp 188

CARNEIRO, Dionísio Dias. Verbete "Plano Collor" In: ABREU, Alzira Alves *et alli*. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV, 2012. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>. Acesso em: 09/08/2015

CARTA, Mino. **O Castelo de Âmbar**. Rio de Janeiro: Record, 2000. 400 p.

CARVALHO, Rodrigo de. **A era Collor. Da eleição ao Impeachment**. São Paulo: Fundação Maurício Grabois, 2012.

CAPELATO, Maria Helena. A imprensa como fonte e objeto de estudo para a história. In: Mariana Villaça, Maria Ligia Coelho Prado (Org). História das Américas. Fontes e abordagens historiográficas. São Paulo: Humanitas: CAPES, 2015.

CASARÕES, Guilherme Stolle Paixão; SALLUM JR, Brasilio. O impeachment do presidente Collor. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, n.82, p.163-200, 201. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n82/a08n82.pdf>

CHARTIER, Roger. Introdução. **Por uma sociologia histórica das práticas culturais**. In: _____. *A História Cultural entre práticas e representações.* Col. Memória e sociedade. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p. 13-28.

CHARTIER, Roger. ***A história cultural entre práticas e representações****. Trad. de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editora, 1988, 244 p.*

CORAZZA, Gentil. "O Monetarismo ou a Negação da Moeda." *Decon/UFGRS*, Porto Alegre, novembro de 1996.

DE OLIVEIRA, Giuliano Contento; MAIA, Geraldo; MARIANO, Jefferson. O sistema de Bretton Woods e a dinâmica do sistema monetário internacional contemporâneo. **Pesquisa & Debate. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política. ISSN 1806-9029**, v. 19, n. 2 (34), 2008.

DI VAIA, Fábio Estivallet. As celebrações do aniversário do golpe civil militar de 1964: análise das matérias comemorativas sobre o evento publicadas pela revista Veja entre os anos de 1969 e 1994. 2013. 92 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Curso de História, Florianópolis, 2013.

FONSECA, Francisco. Mídia, poder e democracia: teoria e práxis dos meios de comunicação. Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, n. 6, p. 41-69, jul./dez. 2011.

FORIGO, Marlus Vinicius. **A crise do estado de bem estar social e neoliberalismo**. In: Relações internacionais no mundo atual, n,3, 2003, PP. 51-62. Disponível em: <http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RIMA/article/download/228/201>

HARVEY, David**. Neoliberalismo como destruição criativa**. In: INTERFAHCES – Revista de gestão integrada em saúde do trabalho e meio ambiente, v-2, n.4, Tradução ago 2007. Disponível em: <www.interfahces.sp.senac.br>. Acesso em: 13/11/2015.

HARTOG, François. **"Regimes de Historicidade. Presentismo e Experiências do Tempo".** Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2013.

HARTOG, François. Regime de Historicidade [Time, History and the writing of History

– KVHAA Konsferenser 37:95-113 Stocklhom 1996]. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dh/heroes/exerpta/hartog/hartog.html>

Jean Jacques Becker. **A opinião pública**. In: RÉMOND, René. Por uma história política – 2ª ed -: Rio de Janeiro: FGV, 2003.

JEANNENEY, Jean Noël. **A mídia**. In: RÉMOND, René. Por uma história política – 2ª ed -: Rio de Janeiro: FGV, 2003.

JUNIOR, Roberto Abdala. **Brasil anos 1990. Teleficção e ditadura – entre memória e história**. Topoi, v. 13, n. 25, jul./dez. 2012, p. 94-111.

KLANOVICZ, Luciana Rosar Fornazari. **No olho do furacão**. Revista Veja censura e ditadura militar (1968-1985). Revista Literatura em Debate, v.4, n.6, p.34-50, jan, - jul, 2010. Disponível em: <http://fw.uri.br/publicacoes/literaturaemdebate/artigos3L6.pdf > Monografias, dissertações e teses.

KOWALSKI, Camila; SANTOS, Nina. In: INTERCOM – XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Caxias do Sul, RS 2-6 set, 2010.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários:** Nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo: Editora Página Aberta Ltda, 2001.

KUSHNIR, Beatriz. Verbete “Mino Carta” In: ABREU, Alzira Alves *et alli*. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: DGV, 2012. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspxi>

LEMOS, Renato. Verbete "Collor" In: ABREU, Alzira Alves *et alli*. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV, 2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>. Acesso em: 09/08/2015

LOHN, Reinaldo Lindolfo. Um longo presente: O papel da imprensa no processo de redemocratização - a *Folha de São Paulo* em 1974. *Revista Tempo e Argumento,* Florianópolis, v. 5, n.10, jul./dez. 2013. p. 72 - 107.

LUCA, Tânia Regina de. **A história do, nos e por meio dos periódicos.** In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2005.

MACIEL, David. **O governo Collor e o neoliberalismo no Brasil (1990-1992)**. Revista UFG (Impresso), v. 11, p.98-108, 2011.

MORAES, Reginaldo C. **Reformas neoliberais e políticas públicas: Hegemonia ideológica e redefinição das relações Estado-sociedade**. Educ. Soc., Campinas, v. 23, n. 80, setembro/2002, p. 13-24. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/es/v23n80/12921.pdf

NEGRÃO, João José de Oliveira. **O governo FHC e o neoliberalismo**. In: Revista Núcleo de Estudos de ideologias e lutas sociais v.1, 1996. Disponível em: <http://www.pucsp.br/neils/downloads/v1_artigo_negrao.pdf >

PLATT, Adreana Dulcina. As políticas da "nova direita". Políticas sociais inclusivas e políticas econômicas excludentes. In: **Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais no Brasil**. Disponível em:<http://cacphp.unioeste.br/projetos/gpps/midia/seminario1/trabalhos/Assistencia%20Social/eixo2/10adreanadulcinaplatt.pdf> . Acesso 08/09/2015

SILVA, Carla Luciana Souza. ***Veja*: o indispensável partido liberal**, 2005. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense

SALLUM JR, Brasilio. O impeachment e Fernando Collor: sociologia de uma crise. São Paulo: Editora 34, 2015 (1ª edição). 424 p.

SOUZA, Thaís Godoi de; LARA, Ângela Mara de Barros. **Os fundamentos teóricos-metodológicos das escolas neoliberais do século XX: Implicações nas políticas educacionais**. In: IX Anped sul, Seminário de pesquisa em educação da região sul, 2012. Disponível em: < http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/325/107>. Acesso 09/09/2015.

VELASQUEZ, Musa Clara Chaves; KUSHNIR, Beatriz. Verbete "Veja" In: ABREU, Alzira Alves *et alli*. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV, 2012. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>. Acesso em: 09/08/2015

VILLALTA, Daniella. **Artesanato industrial na produção jornalística de 1968. O surgimento da revista Veja no contexto da modernização brasileira**. 1999. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo

VILLALTA, Daniella. **O surgimento da revista Veja no contexto da modernização brasileira**. In: INTERCOM – XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Salvador, 1 – 5 set., 2002.